

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**José Wellington de Souza**

**RAÇA E EUGENIA NA OBRA GERAL DE MONTEIRO LOBATO**

**Juiz de Fora**

**201**

**José Wellington de Souza**

**RAÇA E EUGENIA NA OBRA GERAL DE MONTEIRO LOBATO**

Tese apresentada à Banca do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como exigência parcial para conclusão do Doutorado, sob a orientação do Prof. Dr. Dmitri Cerboncini Fernandes.

**Juiz de Fora**

**2017**

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Souza, José Wellington de.

Raça e Eugenia na Obra Geral de Monteiro Lobato / José Wellington de Souza. -- 2017.

177 f.

Orientador: Dmitri Cerboncini Fernandes

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2017.

1. Sociologia da Cultura. 2. Raça. 3. Eugenia. I. Fernandes, Dmitri Cerboncini, orient. II. Título.

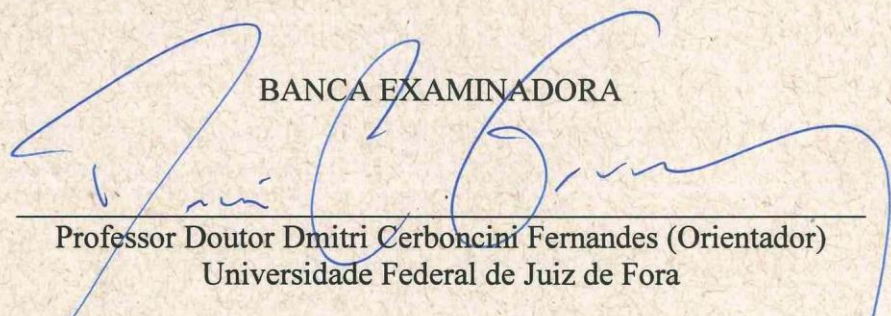
José Wellington de Souza

**Raça e eugenia na obra geral de Monteiro Lobato**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, área de concentração: cultura, poder e instituições; da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor.

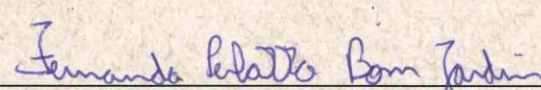
Aprovada em 15 de agosto de 2017.

BANCA EXAMINADORA



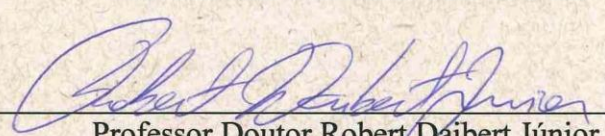
---

Professor Doutor Dmitri Cerboncini Fernandes (Orientador)  
Universidade Federal de Juiz de Fora



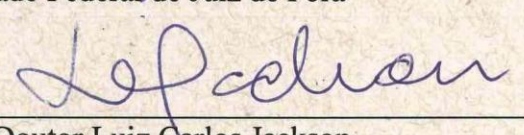
---

Professor Doutor Fernando Perlatto Bom Jardim  
Universidade Federal de Juiz de Fora



---

Professor Doutor Robert Daibert Júnior  
Universidade Federal de Juiz de Fora



---

Professor Doutor Luiz Carlos Jackson  
Universidade de São Paulo



---

Professora Doutora Márcia Cristina Consolim  
Universidade Federal de São Paulo

À memória de José Niuton Alves, quem primeiro me  
mostrou a tragicidade do homem pobre do campo

## AGRADECIMENTOS

A conclusão desse trabalho só foi possível graças a um certo número de pessoas.

Agradeço aos meus pais e irmãos, especialmente à minha irmã Erica que passou comigo os momentos mais tortuosos. À minha esposa Nínive, revisora e companheira, que passou outros tantos momentos de incertezas e ansiedade, mas que sempre me deu força.

Aos amigos que também cuidaram do meu texto, lendo, relendo e criticando, além de compartilharem comigo as dificuldades da tese; agradeço especialmente à Allana Meirelles, Carolina Serpa, Fábio R. dos Anjos, Lucas A. Amaro e Rodolfo A. Amaro.

Ao professor Dmitri C. Fernandes pela orientação e por ter aceitado a empreitada.

Também agradeço à FAPEMIG pelo suporte durante o doutorado e aos professores e funcionários do PPGCSO-UFJF.

Por fim, aos que não foram citados, mas que deixaram marcas.

## RESUMO

O objetivo desta tese é analisar as transformações dos termos “raça” e “eugenia” na *Obra Geral* de Monteiro Lobato, destinada ao público adulto, entre os anos de 1904 e 1940. Durante esse período, foi possível caracterizar ao menos cinco fases distintas de uso e definição de tais termos pelo autor. A primeira fase se atém aos comentários racialistas-evolucionistas inspirados em autores como Spencer e Darwin. Em um segundo momento, Lobato adota uma concepção vaga de raça, cristalizada em tipos sociais economicamente determinados pela condição que o autor chama de “tapera”. A terceira etapa refere-se à época de seus escritos voltados à difusão do sanitarismo-higienismo, após 1918, baseados em uma concepção neolamarckiana de raça. Posteriormente, o autor se expressa por meio de uma definição de “darwinismo social”, sobretudo em meio à publicação de *O Presidente Negro*, em 1926. Por fim, em 1947, com o personagem Zé Brasil, trabalhador sem-terra, Lobato adota uma resposta não racial, mas econômica. Essas variações de posição do autor foram analisadas em relação às modificações do campo de produção literária, as quais têm íntima relação e homologia com o campo científico e suas transformações no início do século XX.

## ABSTRACT

The aim of this thesis is to analyze the changes of the terms "race" and "eugenics" in the *Obra Geral* of Monteiro Lobato, target at adults, between 1904 and 1940. During this period, it was possible to identify at least five different phases of use and definition of such terms by the author. The first phase is based in racialist-evolutionist comments inspired by such authors as Spencer and Darwin. In a second moment, Lobato adopts a vague conception of race, crystallized in social types economically determined by the condition called "tapera". The third stage refers to the period in which his writings were focused on the diffusion of sanitarianism-hygienism, after 1918, based on a neolamarckian conception of race. Subsequently, the author expresses himself through a definition of "social Darwinism", especially in the midst of *O Presidente Negro*, in 1926. Finally, in 1947, with the character Zé Brasil, a landless worker, Lobato adopts a non-racial but economic response. These variations of the author's position were analyzed in relation to the modifications of the field of literary production, which have intimate relation and homology with the scientific field and its transformations in the beginning of the XX century.



## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	9
2. RAÇAS, LITERATURA E CIÊNCIAS.....	17
3. A TESE SOBRE A TESE DO BRANQUEAMENTO: O CAMPO CIENTÍFICO CONTEMPORÂNEO .....	25
3.1 O QUE SE LÊ SOBRE RAÇA E LITERATURA NO BRASIL .....	25
3.2 A TESE DE SKIDMORE .....	28
4. O CAIPIRA TRÁGICO DE URUPÊS: DE 1906 A 1918 .....	33
4.1 A REPÚBLICA E A LITERATURA NOS TRÓPICOS .....	343
4.2 LOBATO E SEUS ESCRITOS .....	409
4.3 O NETO BASTARDO DO VISCONDE – OU, UM ESCRITOR (QUASE) À MARGEM .....	465
4.4 OBLIVION E ITAOCA .....	51
4.5 FAZENDA .....	60
4.6 GIGANTES DE CÓCORAS .....	865
4.7 O SERTANEJO E O CAIPIRA .....	954
5. AS TRANSFORMAÇÕES DO JECA TATU, DO JECA DOENTE DE “PROBLEMA VITAL”, DE 1918 AO ZÉ BRASIL, DE 1947.....	107
5.1 SOBRE AS TEORIAS MODERNAS DE HEREDITARIEDADE E EVOLUÇÃO E A CONSTITUIÇÃO DE UM CAMPO MÉDICO EUGENISTA NO BRASIL. ....	126
5.2 O CHOQUE DAS RAÇAS .....	134
5.3 O JECA SEM POSSES: AS CONDIÇÕES SOCIAIS PARA A TRANSFORMAÇÃO DO JECA TATU EM ZÉ BRASIL.....	153
9. CONCLUSÃO .....	171
BIBLIOGRAFIA .....	174

## 1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é analisar as discussões sobre raça e eugenia na *Obra Geral* de Monteiro Lobato. O escritor pode ser considerado um agente relevante nesse debate, já que participou de várias conformações históricas no campo científico-literário em 1904, sendo herdeiro da geração de 1870 e agente produtor a partir de 1914. Em contraposição à leitura ordinária sobre o assunto, especialmente a propagada por Thomas E. Skidmore, adotarei uma interpretação inspirada, especialmente, nas noções de *campo* e *habitus* da sociologia relacional de Pierre Bourdieu, traçando a sociogênese dos termos raciais usados por Lobato e relacionando-a à sociogênese do autor e à posição por ele ocupada no campo científico-literário ao longo de sua carreira.

O emprego da sociologia relacional colocou em evidência a exigência de uma abordagem sociológica adepta, antes de tudo, da separação entre *termos* e *conceitos*, de forma que os termos oriundos do senso comum não sejam contrabandeados pelo senso comum douto e tomados irrefletidamente como conceitos científicos (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2007). Para tanto, o termo arbitrariamente feito conceito deve ser desconstruído, e o conceito científico só pode ser estabelecido a partir da análise do campo relacional que o produziu, ou seja, a partir da sociogênese dos termos em voga no campo científico.

É preciso lembrar, ainda, que, segundo Bourdieu, a função do sociólogo é ir contra a *doxa*, confrontar a ordem estabelecida pelas tradições acadêmicas, as verdades inquestionáveis, os modelos pré-concebidos reproduzidos pelo *senso comum douto* que se reproduz *pelos e nos* corpos, os agentes estabelecidos e os sacerdotes representantes de empresas produtoras de sentido em sua ânsia pelo monopólio da definição do poder de *visão* e *di-visão* do *real* (BOURDIEU, 1998). Sendo assim, não cabe ao sociólogo, no exercer de sua função, ser um legislador ou árbitro pretensamente trans-histórico de elementos que deveriam ser entendidos em sua historicidade ou, em outros termos, em uma posição determinada em um campo de forças em um dado momento.

A questão da eugenia surge no enalço da questão racial, pois eugênica é a raça mais adaptada, mais evoluída ou melhorada – avaliação que varia no método e na conclusão de acordo com a teoria racial em voga. Dessa forma, pode ser eugênico o homem de uma suposta raça pura e naturalmente superior (como o é para os arianistas), o homem melhorado pela ciência e pela medicina (no caso do pensamento sanitarista), ou ainda o homem produto de uma determinada miscigenação e aclimatação, como o mulato da teoria neolamarckiana, que

serve de base para o pensamento de Gilberto Freyre em *Casa Grande & Senzala* (1933/2003) e em *Sobrados e Mocambos* (1936).

A problematização da eugenia ou disgenia racial em suas reverberações no caso brasileiro figura de forma privilegiada na chamada *Obra Geral* de Monteiro Lobato, ao ponto do autor poder ser selecionado como o intelectual adequado para servir de base para um estudo sobre as consequências do pensamento racial e eugenista, característico do pensamento social brasileiro dos finais do século XIX e início do século XX. Isso pelo fato do escritor ter ocupado várias posições no campo de disputa pelo monopólio do poder médico-científico, tanto no que se refere à questão racial, quanto pelo tempo e pela intensidade com que lidou com o tema. Lobato trata da questão racial desde os primeiros anos do século XX, o que se comprova por cartas pessoais, mostrando-se, de certa forma, herdeiro da chamada geração de 1870, encampando posições de Sílvio Romero e Euclides da Cunha. Já nos anos de 1910, Lobato reelabora questões raciais advindas da obra de Euclides para definir a condição das sub-raças esquecidas pela República e tratar do drama do caboclo do Vale do Paraíba. Alguns anos depois, Lobato se filia ao Movimento Sanitarista e estabelece a doença como fator disgênico da raça, para mais tarde acompanhar as transformações no interior desse movimento, partindo de uma posição que se baseava na genética francesa neolamarckiana para um polo oposto no campo médico-científico, dominado pela genética mendeliana inglesa (STEPAN, 2005). Por fim, especificamente após 1930, com o início das campanhas pela produção siderúrgica nacional e pela exploração do petróleo no Brasil, Lobato passa a ocupar uma posição que prima por travar discussões economicistas, não mais raciais, materializadas de forma mais óbvia na obra *Zé Brasil*, de 1947.

Ao tratar dessas transformações nas posições lobatianas, não pretendo encontrar uma evolução ou um processo de esclarecimento em etapas da percepção que Monteiro Lobato tinha da estrutura da sociedade brasileira. Da mesma forma, não se trata aqui de demonstrar que Monteiro Lobato era racista ou que existam elementos racistas em sua obra; tampouco se trata do contrário, ou seja, de argumentar sobre a inexistência de um racismo na obra do autor ou de tentar minimizar a presença de comentários preconceituosos ou de teorias biologicamente deterministas. Trata-se, tão somente, de tentar definir as condições sociais responsáveis por constituir Monteiro Lobato enquanto escritor, da mesma forma que acabaram por ser responsáveis pelo conteúdo e pelo estilo materializados nas obras do autor. Mais do que isso, trata-se de tentar definir as condições de produção e reprodução de construtos simbólicos que tinham como objetivo final a formulação do que chamamos de

raça. Ademais, busca-se evidenciar como esse construto centralizou tentativas de formar uma posição *autorizada* a falar sobre o real, e como a própria definição do termo *raça* variou segundo as relações de força nos campos de produção de bens simbólicos e de acordo com a posição ocupada pelo agente nesse campo.

Para tanto, é preciso que o sociólogo se ausente das querelas jornalísticas e da tentação do denunciamento fácil, e observe as tênues fronteiras que apartam a crítica literária superficial e as rasuras maniqueístas (contrabandeadas das páginas de jornal para as teses acadêmicas) do trabalho científico. Por isso, neste trabalho, nego-me a responder questões tais como a de se Monteiro Lobato “era racista” ou se sua obra “é racista”. Essas perguntas não se fundamentam sociologicamente, ou ao menos não na prática de uma sociologia relacional. Raça e racismo não são, evidentemente, questões que devam ser apresentadas como ponto de partida para uma pesquisa, não como objetos imediatos, mas construtos que devem ser entendidos em suas condições sociais de produção, e nas condições em que foram tornados conceitos, ao serem contrabandeados do *senso comum* para o *senso comum douto*. Os objetos são as condições de produção e reprodução desses constructos.

Não perco de vista que tratar de Monteiro Lobato e da questão *raça*, especialmente nos últimos anos, seja também tratar de um tema de interesse midiático, claramente associado a questões ressurgidas no ano de 2010, quando se indagou sobre a existência de um possível conteúdo racista na obra *Caçadas de Pedrinho* – assunto amplamente repercutido nos mais variados meios de comunicação de massa, chegando a alcançar o campo acadêmico em pouco tempo (EISENBERG; FERES JUNIOR; NASCIMENTO, 2013). Obrigatoriamente, a questão apresentada pela mídia e acalentada por braços universitários acabou por ser (mal) formulada e repetida à exaustão: Monteiro Lobato foi racista? Ou, dito de outra forma, existe racismo na obra de Lobato?

Em vez de me posicionar em um dos polos do campo de disputa, onde se digladiam pesquisadores das mais distintas áreas para responder a uma questão para a qual talvez ainda não se tenha feito uma pergunta adequada, prefiro me ausentar. De forma que, mais uma vez é preciso dizer, este trabalho não pretende tentar definir se Lobato foi racista e se existem traços de racismo em sua obra que denunciem o “caráter” do “autor” ou outras abstrações. Faço isso por uma questão simples: sociologicamente, essa questão não se sustenta.

Por motivos similares, não colocarei aspas em todas as situações em que empregar as palavras *raça* e *eugenia*, obviamente construtos simbólicos que não se aproximam em nada de algo que possa ser empiricamente observável. Também não colocarei ênfase no fato de a

biologia reprodutiva e suas teorias raciais terem se transformado drasticamente no último século ao ponto de serem desconsideradas hoje. Isso me parece um pouco óbvio e, mais do que isso, é assunto que não me interessa. Restrinjo-me ao fato de que, quando eram discutidas, essas teorias concorriam seriamente pelo monopólio da definição do real.

Entretanto, parece-me inquestionável que os 400 anos do sistema escravocrata – nutrido por número incalculável de seres humanos arrancados de suas terras para servirem de mão de obra para o capitalismo colonial, seguidos de uma abolição sem nenhum tipo de indenização nem de um processo de habilitação do ex-escravizado ao trabalho livre na sociedade de classes, ou seja, de uma readequação do *ethos* do trabalhador do período escravista para um *ethos* do trabalho livre em uma sociedade de classes, conforme os termos de Florestan Fernandes (1965) – tenham deixado marcas duráveis na condição do negro. Estigmas criaram distinções crescentes e cada vez mais cristalizadas no campo de disputa pela posse dos mais diversos capitais e bens escassos, ao ponto de ser inegável, nesse contexto, a formação de um construto simbólico que separe e naturalize as condições sociais e historicamente arbitrárias de dominação, em prol do predomínio dos agentes vencedores na busca pelo monopólio de bens monetários e simbólicos. Também não se pode negar que a produção simbólica de raça se deu por disposições incorporadas, postas em um campo de conflito, de forma a haver grande disputa pelo monopólio do poder simbólico de dizer o real.

A questão de ser racista ou não ser racista não pode ser centrada na existência de um único homem. Ao menos essa não parece ser uma questão sociologicamente razoável. Embora seduzidos pelas ilusões produzidas pelos construtos históricos, forçosamente tomados por dados, chamados de raça, nação ou nacionalidade, que por sua naturalização nos são tão familiares, temos de ter certos cuidados na aceitação ou formulação de questões como: Nós somos racistas? Quem somos nós? Nosso país é racista? Nossa nacionalidade é racista? O que é a nacionalidade? Antes é preciso perguntar como se sustenta sociologicamente o argumento de que um indivíduo conteria em si uma espécie de personalidade (unidade inquebrável), capaz de conter durante décadas uma opinião a respeito da realidade, sendo essa opinião tão coesa ao ponto de poder ser designada por um único termo, em nosso caso, “racismo”.

O mesmo pode ser dito sobre o questionamento a respeito da existência de um racismo nacional. Devemos nos perguntar o que leva esses supostos indivíduos a compartilharem essa essência (ou quintessência) que transpassaria todos os corpos nascidos dentro das fronteiras legais. Esse comportamento é mesmo real, uniforme e respeitador dos limites da ficção político-jurídica de nosso Estado nacional?

É preciso antes de qualquer tentativa de resposta ter em mente que, como já demonstrou Kantorowicz (1998) sobre a ficção do corpo político, termos raciais ou nacionais, compartilhados por pretensa linhagem comum, não definem uma unidade essencial dos objetos que nomeiam, tratando-se antes de uma ficção política e jurídica, elemento simbólico produzido pelas necessidades oriundas do que poderíamos chamar de busca pelo monopólio sobre o poder de *di-visão*, ou seja, sobre o poder de dizer sobre o mundo de forma autorizada. Dessa forma, estudar o processo de construção dos conceitos acaba por tornar-se tão importante quanto estudar a elaboração simbólica na posição que esses ocupam no campo relacional.

Assim sendo, parto do pressuposto de que raça e eugenia na obra de Lobato são construtos sociais, portanto históricos, que se transformam conforme a organização do campo literário, em homologia com o campo médico-científico e com o campo das ciências sociais e biológicas.

Sobre o recorte do estudo, dadas as necessidades de recorte de material e objeto, restrinjo esta pesquisa aos contos, artigos, cartas e ensaios de Monteiro Lobato originalmente dirigidos ao público adulto – seleção que o próprio Lobato nomeou como *Obra Geral*. Serão descartadas aqui as análises dos livros destinados ao público infantil, o que se deve tanto à falta de tempo quanto ao fato de que essas produções não tratam diretamente das questões de raça e eugenia, como o faz a *Obra Geral*.

Em uma das frentes, promovo uma sociogênese da figura de Monteiro Lobato como autor, posição socialmente dominada entre dominantes, segundo fórmula de Sérgio Miceli (2001). Essa posição, porém, altera-se ao longo da bibliografia do escritor, de acordo com suas transformações de *habitus*, à medida que acumula capitais simbólicos e os converte em capitais sociais ou monetários (BOURDIEU, 1998). Dessa forma, pretendo argumentar que o autor, estando à margem dos postos de dominação política para os quais sua herança de neto de Visconde o prometia, acaba produzindo obras distintas de acordo com os tipos de capitais que possui, de forma que a quantidade de capital social é capaz de interferir diretamente no conteúdo escrito. Quanto maior o capital social adquirido por Lobato, maior seu engajamento político e seu distanciamento com questões exclusivas do campo literário.

Em outra vertente, analiso a posição de Monteiro Lobato em seu ofício de escritor, na intercessão dos vários polos que constituíam a prática literária nos finais do século XIX e início do século XX, quando forças oriundas de campos homólogos ao campo literário, como o das ciências biológicas, o filosófico e o nascente campo sociológico, exerciam forças

consideráveis. É ainda preciso dizer que parte significativa do campo literário disputava com esses outros campos o monopólio de se dizer sobre a realidade social legitimamente, segundo afirmam alguns autores, entre eles Bourdieu (2005), Eagleton (2006), Lepenies (1996) e Auerbach (2009). Tal afirmação justifica minha abordagem dupla sobre a sociogênese de Monteiro Lobato como escritor e sobre a sociogênese do campo literário em sua especificidade de disputa e homologia com os demais campos simbólicos produtores do *real*.

Meu interesse pela obra de Monteiro Lobato data de 2008, quando, na dissertação de mestrado, tratei da inadequação do “ethos rural” do ex-agregado à sociedade de classes e ao trabalho assalariado, em uma linha argumentativa fortemente influenciada pela obra de Florestan Fernandes (1965). O objeto empírico constituía-se pelos ex-agregados moradores do lado mineiro da Serra da Mantiqueira, especificamente de minha cidade natal, Liberdade. Em *Urupês* (LOBATO, 1918) e *Cidades Mortas* (LOBATO, 1919), encontrei passagens semelhantes às que eu havia encontrado em meu trabalho de campo; nas descrições feitas por Antonio Candido, em *Parceiros do Rio Bonito* (1977); e em minhas experiências familiares. Isso porque meus avós, tanto paternos quanto maternos, foram agregados rurais. Nasceram pelas mãos de parteira analfabeta, em casa materna, no meio de uma gruta tão distante física e socialmente da área urbana do município que os natimortos eram batizados e enterrados pela própria parteira em um cruzeiro no alto de um morro qualquer.

Casas de pau a pique cobertas de sapé, de onde fumegava a fumaça do fogão de lenha, fizeram parte da paisagem social de minha região até poucos anos. Junto das casas, havia mulheres com feixes de lenha, moleques cavalgando éguas em pelo e homens de cócoras pitando grandes cigarros de palha. Esse cenário fez com que eu encontrasse na *Obra Geral* de Monteiro Lobato, especialmente em *Urupês* (LOBATO, 1918/1951) e *Cidades Mortas* (LOBATO, 1919/1951), um grau de realismo que ainda não havia sido explorado.

De fato, muito das representações simbólicas que eu havia notado entre ex-agregados rurais, nas pesquisas para minha dissertação de mestrado, apareciam em Lobato. Um exemplo mais explícito sobre a relação entre o que eu observava em campo e o que eu lia apareceu em *A Cruz de Ouro* (LOBATO, 1919/1951). No conto em questão, dois coronéis discutem sobre o desejo da filha de um deles de se casar com um rapaz pobre; mais do que isso, um rapaz no qual os fazendeiros condenam uma espécie de “má origem congênita”, oriunda do pertencimento a um grupo familiar específico, a uma “gente” definida por um sobrenome de família. O sentido exato só pode ser apreendido se estiver relacionado ao universo simbólico

de determinados grupos “caipiras” e de suas representações de hereditariedade. Como exemplo, vejamos um trecho do conto no qual os coronéis conversam:

Mas adivinhe lá com quem a tolinha emberrichou de casar?  
Com o José de Paula!  
O filho da Nhá Vé?  
Esse mesmo. Um moço sem vintém de seu, *gente* do Chicão de Paula (...). O que nos vale é que o rapaz é pobre, mas direitinho – quanto ao moral.  
Liberato interveio com cara purgativa.  
Homem, não sei. Não é por falar, mas não me cheira bem aquele sujeitinho. Você o acha moralizado. Será? Mas a família dele é droga e a prudência manda alertar não só nas qualidades do galho como também nas do tronco. Olhe o primo dele, o Chiquinho... (LOBATO, 1919/1951, p.147, grifo nosso).

A partir daí, os dois homens condenam o candidato a marido, não por seus erros, mas pelos de seu primo e pelos de sua família, por ser “gente” do Chicão de Paula, mais especificamente, por comungar com este uma origem genética (não racial, ao menos não da forma pela qual entendemos raça), que acabaria por determinar as ações morais de ambos os indivíduos. A mesma representação da moral como herança genética também aparece no conto *O mata-pau*, no qual um pai avalia a decisão do filho por uma esposa: “Os Pócas não são boa gente. Os machos ainda servem. O João é um coitado, o Pedro não é má bisca; mas as saias nunca valeram nada. A mãe da Rosa é falada. Laranjeira azeda não dá laranja lima. Você pense” (LOBATO, 1918/1951, p. 171).

Além da determinação genética moral, outro elemento relevante nas obras lobatianas quanto ao seu “realismo” e ao seu apuro descritivo, quase que etnográfico, diz respeito ao tipo de usos de nomes familiares, a patronímia. Antonio Candido, em *Os Parceiros do Rio Bonito*, afirmou poder verificar na cidade de Bofete (SP) patronímia descrita por Monteiro Lobato em vários contos.

(...) tendência para usar, em vez do sobrenome, ou além dele, o nome do pai ou de um antepassado, prolongando o uso arcaico da patronímia. Como sabemos, no Portugal medieval não havia sobrenomes. Eles se formaram aos poucos, sobretudo nas classes dominantes, a partir de alcunhas, topônimos ou designações de senhorio, passados ao resto da população por dependência, imitação, degradação ou bastardia. (...) e que se pode chamar de *sobrenome alternativo*. O primeiro é o *sobrenome de papel* – na frase expressiva de meu informante macróbio – usado nas ocasiões públicas, em que se requer atitude do tipo legal: casamento, contrato, imposto, censo demográfico. O segundo é o de uso corrente, ativo e passivo, sendo frequentemente o único que a maioria conhece. (CANDIDO, 1977, p. 241).

Mais adiante ele observa que,

Nas zonas rurais, muito conservadoras, a introdução do sobrenome não prejudicou a importância da patronímia, que na linguagem corrente predomina, marcando a importância do genitor. Numa sociedade, como a caipira, em que frequentemente a família nuclear se via ilhada na vastidão do território, separada de outros núcleos do sistema familiar, esta prática indica, ou pelo menos simboliza a dependência dos membros em relação aos chefes.



(...) o sobrenome alternativo de significado patronímico pode formar-se com base na alcunha de um antepassado, que se incorpora às vezes ao sobrenome legal. Na área estudada, é o caso de uma velha família de sitiantes e meeiros, os Guaçu, que em verdade se chama Oliveira. Mas ouviremos sempre falar em Juvenal Guaçu, Neném Guaçu, pai e tio de uma das minhas jovens informantes de 1948 – Zaira Guaçu. (CANDIDO, 1977, p. 242).

A mesma informação sobre a existência da patronímia pode ser encontrada no conto *Pedro Pichorra*, de Monteiro Lobato, no qual o autor coloca a seguinte questão: “*Por que os antigos Pereira de Sousa, do Barro Branco, vieram a chamar-se Pichorra?*” (LOBATO, 1919/1951, p. 51). Como resposta, o autor descreve um processo de patronímia entre o que Antonio Candido veio a chamar, anos mais tarde, de sociedade caipira.

Lobato trata da aventura de Pedro Pereira de Souza, Pedrinho, que aos 11 anos, depois de receber do pai uma faca de ponta “diploma de virilidade”, voltava à cavalo de um sítio vizinho, quando se deparou, em certo ponto da estrada, com algo que acreditou ser um saci. Chegando à casa paterna, espavorido, contou ao pai sobre o mal que o assombrou. O homem, “entendidíssimo de demonologia rural” concluiu não se tratar de um saci e sim de uma pichorra ao relento, rodeada por um vaga-lume-guaçu. Pela covardia do filho, o pai lhe tomou a faca e o apelidou de Pichorra, e:

(...) assim o rebento masculino dos Pereiras do Barro Branco virou, por troca do próprio pai, o tronco duma nova família, essa pichorrada que hoje põe a nota sépia da sitioca na verdura da samambaia”. Tudo porque a velha Miguelita havia deixado naquele dia a pichorra d’água a refrescar à beira do barranco, e um vagalume-guaçu pousara nela por acaso, justamente quando o menino ia passando... (LOBATO, 1919/1951, p. 51).

A ideia inicial era aprofundar os estudos sobre parte da obra de Monteiro Lobato, seu realismo e suas descrições possivelmente prenhes de sentido sociológico, ou ainda sobre os elementos de uma “cultura caipira” ou de uma “sociedade caipira”. Acabei, porém, deparando-me com a tendência, nos escritos acadêmicos, a uma leitura que limitava os estudos sobre Monteiro Lobato, ao menos no campo das ciências sociais, à denúncia de racismo e preconceito de classe.

Fui compelido a tratar dessas questões e, em uma tentativa de manter o foco do estudo dentro dos limites do interesse sociológico, procurei delimitá-lo ao processo social de formação de Monteiro Lobato enquanto autor, assim como à sua posição em um campo literário brasileiro. Ademais, busquei traçar relações de homologia entre o campo literário e os campos médico-científico e político, os quais levaram a literatura no Brasil, em um determinado período, a tratar de questões raciais.

## 2. RAÇAS, LITERATURA E CIÊNCIAS

Árdua é a tarefa de tratar da gênese dos termos raça e, conseqüentemente, eugenia, que se liga à raça como um irmão siamês. Os que tratam da questão se conformam em restringir a análise dos termos ao seu recente passado, datado do século XIX, a partir dos devaneios da antropologia biologizante de um Gobineau ou da classificação “positiva” de diferenças genéticas e/ou culturais, e étnicas; ou ainda, quando muito, conformam-se em encontrar, de forma vaga, em um passado perdido, as explicações baseadas nas distinções marcadas no sangue e nas entranhas de seus pares (POLIAKOV, 1974). A partir daí, referem-se à existência dos racismos e apontam, aqui e ali, em um ou em outro autor, os focos desse incêndio, sem, no entanto, colocar em xeque a existência de raças humanas consideradas ora biológicas, ora biológico-culturais, ora simplesmente culturais (GUIMARÃES, 1995, 1999). Em um trabalho duplo e ambíguo, denunciam a arbitrariedade e o absurdo, não do conceito de raça, mas das fronteiras que o definem para, ao mesmo tempo, propor novas fronteiras, supostamente mais legítimas do que as primeiras. Com isso, criam novas definições de raça.

Contam, assim, a história das raças, mesmo quando procuram negar a existência delas. O complexo de relações sociais acaba sendo, nessa perspectiva, determinado pela raça, ou quando muito, pelo conceito étnico. Então, comecemos pelo óbvio.

Raças humanas não existem e a diferenciação entre os grupos humanos, transmutada no eufemismo politicamente correto “etnia”, é um construto determinado por classificações simbólicas arbitrárias, produzidas por agentes de um grupo social sobre seu grupo ou sobre seus antagonistas, como forma de distinção ou estigma, em um campo de disputa simbólica. Não se trata de uma classificação antropológica objetiva, de diferenças culturais ou genéticas.

Ao contrário do que se poderia esperar de uma observação positiva, o que se tem na gênese do termo raça é o resultado de disputas apaixonadas pelo monopólio da legitimidade política e pelo domínio legítimo de bens simbólicos e materiais escassos. Trata-se do produto de uma “sociologia espontânea”, produzida por um “senso comum” no campo de batalhas simbólicas. Sob a forma de “termos” produzidos em esferas extra-acadêmicas, ou seja, termos do senso comum contrabandeados para o universo acadêmico, eles são validados pelo “senso comum douto”. Assim, esses termos são elevados ao *status* de “categorias” e consagrados como objetos legítimos de análises científicas e de descrições da realidade; princípios, a um só tempo, legítimos, legitimados e legitimadores de “visão” e “di-visão” do “real”. As trincheiras e distinções de raças são marcadas por agentes autorizados a autorizar, em nome de um pretenso grupo, as fronteiras dentro das quais se dá a unidade de seu grupo, ao mesmo

tempo em que disputam com agentes representantes de outros pretensos grupos a extensão das fronteiras e o monopólio da definição do real e de outros bens escassos. A distinção ou estigmatização do grupo acaba por lhe fornecer a legitimidade ou ilegitimidade sobre os bens em disputa em cada campo (BOURDIEU, 1998, 2007; BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2007).

A construção arbitrária desses termos, assim como o seu contrabando do *sensu comum* para o *sensu comum douto* formador de uma *sociologia espontânea* (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2007) e o milagre da transubstanciação de *termos* em *categorias* não é privilégio de nenhuma sociedade. Da mesma forma, nem a distinção dos seres humanos por meio de raças nem sua pretensa mestiçagem ou pureza são privilégios de povo algum. A alcunha de “laboratório das raças” (SCHWARCZ, 1995) não é um privilégio do Brasil nem um acontecimento inédito na história das nações. Apesar disso, o Brasil tem sido considerado como local privilegiado para o estudo das relações raciais, tanto para os que escreveram no período compreendido entre os anos de 1870 até a década de 1930, considerado como período monopolizado por teorias racistas, quanto para os que escreveram recentes estudos, que se propõem ao duplo trabalho de rever as obras publicadas entre os finais do século XIX e início do século XX. Somam-se ainda as análises contemporâneas sobre essas obras no que se refere à questão racial, dentre as quais se destacam as de Thomas Skidmore (1976) e Lilia Moritz Schwarcz (1995) – autores que supõem ter havido no Brasil, entre os intelectuais que escreveram entre 1870 e 1930, um consenso sobre um ideal de branqueamento da população brasileira (SCHWARCZ, 1995).

A análise sobre as variações de posição de Monteiro Lobato no campo somada às variações de sua opinião sobre a questão racial podem demonstrar a existência de um campo fluido e complexo de relações sociais e de uma disputa pela definição dos conceitos de raça e eugenia, contrariando a tese do suposto consenso e hegemonia sustentada por Skidmore, Schwarcz e outros.

Seria impossível rever de forma razoável toda a produção dos intelectuais brasileiros, agrupada sob a égide do racismo científico, entre 1870 a 1930. Por isso, limitarei este trabalho à análise do chamado “racismo científico” no Brasil, da virada do século XIX até a década de 1930, tendo por ponto de partida o processo social de produção do conteúdo racista e eugenista em parte da obra de Monteiro Lobato destinada ao público adulto: a que o autor chamava de *Obra Geral*. Recorte que me levará até o ano de 1947, quando Lobato tem sua

última definição sobre o que foi caracterizado como o problema do homem brasileiro, especialmente o homem do campo.

Assim, minha ambição nesta tese é acompanhar as variações no campo científico-literário, de 1904 a 1947, em homologia com as transformações internas ocorridas no campo de força médico-científico, responsável pelos construtos racista e sanitarista. A partir disso, tento demonstrar o processo de correlação entre o pensamento médico-racial e a obra literária de Monteiro Lobato.

A análise que pretendo estabelecer aqui contraria a leitura predominante no campo composto pelas ciências sociais contemporâneas, no que se refere à questão da definição do que viria a ser uma raça e das implicações da existência de raças distintas no período em questão. Por essas razões, começarei este trabalho com uma breve avaliação dos argumentos de autores que defendem esse tópico, especificamente, com a apresentação da tese (dominante no campo científico brasileiro quando se trata de raça) de Skidmore, segundo a qual o branqueamento teria sido consenso entre intelectuais brasileiros – tal avaliação nos possibilitará traçar os rudimentos de um campo de pensamento racial no Brasil, no período referido pelo autor.

Outra abordagem divergente da que se tem usado para análise do tema em questão é a tentativa de perceber a tendência de certos literatos de tratar a literatura como forma legítima para descrever e analisar o real, como tentarei demonstrar.

A busca por uma definição apurada dos personagens, assim como dos termos “raça” e “eugenia”, por parte de Lobato, implicou na formação de um campo misto – entre a literatura e a sociologia. Ao se tomar como recorte o período em questão, faz-se necessária a referência aos campos homólogos e concorrentes diretos nas disputas pelo monopólio de se definir o real. Não há como tratar de racismo e literatura, sem considerar as variáveis sociológicas e vice-versa. Dessa forma, ao abordar o campo literário, busco traçar a sociogênese (no sentido de uma sociologia relacional) da figura de escritor de Monteiro Lobato. Assim, será possível demonstrar o processo de produção literária do autor, de acordo com sua posição no campo, em um momento em que este ainda não possuía uma delimitação estrita em relação às ciências, em especial às humanas e médicas-biológicas.

Tomando a literatura como método de descrição do real, Pierre Bourdieu já salientou que, durante a segunda metade do século XIX, as “belas letras” disputavam com as demais ciências sociais o monopólio sobre a definição do real. Tratando do contexto de produção de *A Educação Sentimental*, de Flaubert, Bourdieu comenta:

(...) a época é também dos Geoffroy Saint-Hilare, Lamarck, Darwin, Curvier, das teorias sobre as origens das espécies e a evolução: Flaubert, que, como os parnasianos, pretende superar também a oposição tradicional entre a arte e a ciência, toma às ciências naturais e históricas não apenas saberes eruditos, mas também o modo de pensamento que as caracteriza e a filosofia que delas resulta, determinismo, relativismo, historicismo. Aí encontra, entre outras coisas, a legitimação de seu horror pelas pregações da arte social e de seu gosto pela fria neutralidade do olhar científico: “o que têm de belo as ciências naturais: não querem provar nada. Assim, que largueza de fatos e que imensidão para o pensamento! É preciso tratar os homens como mastodontes e crocodilos!”. Ou ainda: “tratar a alma humana com a imparcialidade que se aplica nas ciências físicas”. O que Flaubert aprendeu na escola dos biologicistas, de Geoffroy Saint-Hilaire especialmente, “esse grande homem que mostrou a legitimidade dos monstros”, leva-o para muito perto da palavra de ordem durkheimiana, “é preciso tratar os fatos sociais como coisas”, que emprega com muito rigor em *A educação sentimental* (BOURDIEU, 2005, p. 119-120).

Foi mesmo sob uma condição dúbia, por assim dizer, que a literatura dos finais do século XIX se formou. Nesse sentido, também são esclarecedoras as observações feitas por Terry Eagleton, em *Teoria da Literatura: uma introdução* (EAGLETON, 2006), ao determinar seu objeto de estudo, considerando que a definição de literatura, ao menos na Inglaterra, era muito mais ampla do que é hoje:

Na Inglaterra do século XVIII, o conceito de literatura não se limitava, como costuma ocorrer hoje, aos escritos “criativos” ou “imaginativos”. Abrangia todo o conjunto de obras valorizadas pela sociedade: filosofia, história, ensaios e cartas, bem como poemas. Não era o fato de ser ficção que tornava um texto “literário” – o século XVIII duvidava seriamente se viria a ser literatura a forma recém-surgida do romance – e sim sua conformidade com certos padrões de “belas letras”. Os critérios do que se considerava literatura eram, em outras palavras, francamente ideológicos: os escritos que encerravam os valores e “gostos” de uma determinada classe social eram considerados literatura, ao passo que uma balada cantada nas ruas, um romance popular, e talvez até mesmo o drama, não o eram (EAGLETON, 2006, p. 25).

As relações de mútua influência existentes entre a literatura e as nascentes ciências sociais e biológicas também foram notadas por Wolf Lepenies e se tornaram tema central em *As Três Culturas* (1996), livro que expõe as disputas entre as duas disciplinas. Nesse trabalho, o autor analisa as relações de produção e concorrência na França, Inglaterra e Alemanha. De acordo com Wolf Lepenies:

Desde a metade do século XIX, a literatura e a sociologia disputam a primazia de fornecer a orientação-chave da civilização moderna, o direito de ser a doutrina de vida apropriada à sociedade industrial. Esse debate desempenha na vida pública, primeiramente da França, da Inglaterra, mais tarde também da Alemanha, um importante papel (...).

Nessa competição de interpretações revela-se um dilema da sociologia, que determina não somente a história de seu surgimento, mas também seu desenvolvimento ulterior: a hesitação entre uma orientação cientificista, pronta a imitar as ciências naturais, e uma atitude hermenêutica, que aproxima a disciplina da literatura. O debate entre uma intelectualidade literária e uma intelectualidade das ciências sociais constitui dessa forma parte de um processo complexo, em cujo decorrer foi-se distinguindo o modo de produção científico do modo de produção

literário; essa separação é acentuada ideologicamente pela contraposição entre a fria razão e a cultura dos sentimentos (...) (LEPENIES, 1996, p. 11).

Lepenies ressalta um dado importante, que hoje foge ao leitor contemporâneo: até o final do século XVIII e ao longo do século XIX, na Europa, as fronteiras que determinavam as distinções entre a literatura e as ciências sociais ainda não estavam bem definidas, e nem os campos delimitados, dada a incipiência da sociologia em especial. Assim, poderíamos até sugerir que as distinções que colocam a literatura para fora das ciências sociais são produto do sucesso da sociologia, no processo de estabelecer-se enquanto disciplina autônoma monopolizadora de um método e de um objeto de estudo.

É ainda Lepenies quem afirma:

No final do século XVIII não é, portanto, possível uma separação nítida entre o modo de produção da obra literária e o da obra científica. O exemplo de Buffon pode mostrar como esse processo de diferenciação se impõe e acelera. No século XVIII sua *Histoire naturelle* é um sucesso de vendas. Quando são publicados em 1749, os primeiros volumes se esgotam em poucas semanas; outras edições se seguem ainda no mesmo ano. Finalmente aparecem, na França, nada menos que 250 edições populares da *Histoire naturelle* (LEPENIES, 1996, p. 12).

Nesse cenário, a *Histoire naturelle* de Buffon aparece como exemplo privilegiado da variedade dos agentes, conquistadores em potencial de um domínio em expansão, mas ainda não monopolizado – domínio que viria a ser denominado como “social”. O mais importante de se frisar nesse instante é o papel preponderante do campo literário, o qual detinha uma maneira específica de tratamento da realidade, na luta por definir-se como legítimo detentor do dizer sobre o real. Nesse embate, autores considerados especificamente ficcionistas acabaram por contribuir com métodos inéditos, posteriormente assimilados pelas ciências sociais. Para Lepenies, Balzac é um bom exemplo dessa fusão:

Sua obra vincula-se à velha história natural, mas, ao mesmo tempo, faz concorrência a uma nova disciplina: a ciência social. O próprio Balzac havia formulado essa pretensão, pois originariamente pretendia dar um outro título a seu trabalho: em vez de *Comédie humaine*, deveria chamar-se *Études sociales*, e quando Balzac se autodesignava *docteur ès sciences sociales*, havia aí muito pouca ironia e bastante convicção a respeito do próprio trabalho. E tinha razão: qual sociólogo poderia, na metade do século XIX, competir com as concepções analíticas desse romancista e de sua *science sociale* - sem falar em sua habilidade estilística? Karl Marx, que se comparava ao herói de *Chef d'oeuvre inconnu* (A Obra-prima Desconhecida), e Friedrich Engels formularam essa pergunta retórica, quando afirmaram ter aprendido mais com Balzac do que com todos os historiadores e economistas profissionais (...) (LEPENIES, 1996, p. 14-15).

Ainda é preciso dizer que a literatura tem sido objeto de apreciação sociológica desde muito, partindo de análises culturais produzidas pela Escola de Frankfurt, passando por autores como Goldman e extenso número de sociólogos marxistas durante os anos de 1970,

até os autores arrebanhados sob o signo de “culturalistas”. Há ainda os inúmeros estudos, como *Mimesis* de Auerbach (2007), baseados na “filologia moderna”, a qual seria caracterizada por seu amplo aspecto sociológico. Enquanto as abordagens dos autores marxistas “desconsideram” o valor próprio das obras literárias, assim como suas lógicas e seus argumentos internos, a perspectiva de Auerbach se debruça sobre esses aspectos. Esse autor enfatiza, por exemplo, a literatura produzida pelo realismo romântico do século XIX, considerada como produto do rompimento histórico com a teoria literária clássica, que separava a literatura em três gêneros – tragédia, sátira e comédia – e rejeitava qualquer elemento realista ou vulgar na arte séria – na época, a tragédia. Esse rompimento encontrou seu ápice no processo dialético entre a cultura grega e a cultura cristão-judaica – esta última seria marcada pela mistura de gêneros e pela aceitação da coexistência de elementos trágicos e realistas em seus escritos sagrados, de forma a aproximar o grande drama da criação e da salvação da humanidade da vida comezinha e ordinária de prostitutas, pescadores e cobradores de impostos, portadores das baixezas da vida biológica e da mesquinhez da subsistência econômica. Para Auerbach (1996), foram essas as mudanças que culminaram na possibilidade de se tentar “representar o real” com toda a sua crueza, ao mesmo tempo em que representava, artisticamente, os grandes dilemas da existência humana.

De acordo com Auerbach, foram essas técnicas de análise e descrição da sociedade que repercutiram em autores como Flaubert e Balzac, e, por meio deles, alcançaram os pontos mais altos do drama da *criaturidade* (AUERBACH, 1996). Claramente, as obras dos autores que fazem parte do que Auerbach chama de “romantismo realista” são mais do que fábulas com teores moralizantes, ou meras obras para entretenimento do leitor, tendo esses escritos as ambições de descrever a realidade e seu funcionamento. Auerbach considera o realismo romântico como o ponto culminante da mimese, em detrimento da diegese, em um campo ainda não dominado pelas ciências sociais, onde a literatura produzia suas representações analíticas sobre o real.

As disputas entre literatura e sociologia chegaram ao Brasil na virada do século XX. Aqui, a literatura se instaurou primeiro, pendente entre o que se costuma chamar de Naturalismo, Realismo e Pré-Modernismo, especialmente por influência de obras francesas. Do caráter especificamente ambíguo daquela literatura e das relações dessa com a incipiente sociologia no Brasil, provém um grande embaraço por parte dos especialistas em literatura, ao ponto da definição de autores, como Sílvio Romero e Euclides da Cunha, ficarem a pender entre a literatura e uma nascente sociologia, disciplinas híbridas até então. Essas disputas

também ocorrem em relação a outros pontos do campo, como no caso de Gilberto Freyre, considerado sociólogo por alguns e ensaísta por outros, dada sua ambiguidade entre os dois campos, ainda incipientes no Brasil dos anos de 1930. Por tudo isso, é preciso ter em vista que as tensões no campo de produção literária do começo do século no Brasil eram muito diferentes das tensões do campo literário contemporâneo.

Ainda sobre as disputas pela definição dos períodos ou escolas literárias no Brasil, especialmente no que se refere diretamente à obra de Monteiro Lobato, o renomado trabalho de Enio Passiani, *Na trilha do Jeca: Monteiro Lobato e a formação do campo literário no Brasil* (PASSIANI, 2003), traz importantes esclarecimentos sobre a constituição do campo literário e da disputa pelo monopólio de bens simbólicos literários, no primeiro decênio do século XX. Nessa obra, o autor cita importante passagem de Nelson Werneck Sodré, que, para esclarecimento da constru o social do termo “Pr -Modernismo”, será aqui reproduzida:

A historiografia literária brasileira convencionou a realiza o das manifesta es da Semana de Arte Moderna como início de uma nova etapa em nosso desenvolvimento literário, a do Movimento Modernista, ou Modernismo. A Semana tem sido superestimada, sem dúvida alguma, pois sua importância, meramente episódica, embora característica sob muitos aspectos do verdadeiro caráter do movimento foi muito menos do que pretendem fazer crer alguns de seus participantes e alguns de seus cronistas (SODRÉ, 1995, p. 525).

Passiani completa o argumento sobre os processos de autovaloriza o dos intelectuais modernistas:

(...) claro que a importância da Semana, bem como todo o movimento modernista – que não começa exatamente com a Semana de 1922 –, foi supervalorizada, uma vez que sua história foi escrita pelos punhos dos próprios protagonistas e reescrita, em grande medida, pelos simpatizantes do movimento (PASSIANI, 2003, p. 38).

Em uma cita o a Sérgio Miceli, Passiani ressalta o caráter de conflito existente entre grupos distintos. Conflito este que possibilitou ao grupo vencedor não apenas os espólios da vitória, mas o poder de nomear e estigmatizar os derrotados como forma de ampliar os capitais simbólicos conquistados, de forma que:

A história literária adotou tal expressão com vistas a englobar um conjunto de letrados que, segundo os princípios impostos pela “ruptura” levada a cabo pelos modernistas, se colocariam fora da linhagem est tica que a vitória política do Modernismo entronizou como dominante (MICELI, 1977, p.12 apud PASSIANI, 2003, p. 45).

E Passiani termina por concluir que:

A história e a crítica literárias escritas a partir dos cânones consagrados pelos próprios modernistas lançaram os literatos da gera o anterior no limbo, fadados praticamente ao esquecimento e trataram de inaugurar uma nova legitimidade no campo literário: os modernistas arrogaram a si mesmos o título de marco zero de nossa história cultural; em outras palavras, toda a gera o modernista, a partir da Semana de 22, proclamou um divisor de  guas: antes da Semana, com algumas



raríssimas exceções, não existia uma genuína arte brasileira, após a Semana, passa a haver uma arte “verdadeiramente” nacional a partir da qual será possível resgatar nossas raízes histórico-culturais e erigir uma identidade nacional (PASSIANI, 2003, p. 48-49).

Notadamente, a definição de “Pré-Modernismo” é vaga e imprecisa, e a produção literária que antecedeu os modernistas brasileiros (artistas assim autodeclarados, agrupados em torno da *Semana de Arte Moderna*) esteve, certamente, ligada às mais variadas influências estilísticas, longe de constituir uma unidade homogênea, muito menos uma unidade que servisse de fomento à construção de uma nova escola literária, no caso o Modernismo.

A obra de Lobato, que é o que nos interessa aqui, estava prenhe de uma ambição estilística que a aproximava do realismo moderno, fundado por Stendhal, de acordo com Auerbach. Tal realismo, como já foi demonstrado, disputava com as ciências sociais o privilégio de possuir o monopólio sobre a definição do real, o que ligaria o dito Pré-Modernismo, ou parte dele, a caracteres que possibilitariam chamá-los de pós-realistas. A narrativa, assim, seria composta por personagens sociológicos e historicamente emaranhados nas relações sociais e econômicas que os constituíam, não podendo ser entendidos de outra forma. O mesmo se dá com as definições e descrições sobre a condição racial (e social) do Jeca, que só podem ser entendidas no contexto específico construído por Monteiro Lobato.

Mas, antes de iniciar essa discussão, preciso tratar da leitura usualmente feita a respeito do pensamento social brasileiro no período que se estende de 1870 até 1930, e que trata, especialmente, do pensamento racial entre escritores ensaístas e demais intelectuais interessados em definir a condição racial do Brasil e prever as possíveis consequências da condição racial para o desenvolvimento futuro do país. É o que pretendo demonstrar no próximo capítulo.

### 3. A TESE SOBRE A TESE DO BRANQUEAMENTO: O CAMPO CIENTÍFICO CONTEMPORÂNEO

Neste capítulo, apresento, de forma breve, o que tem sido considerado como as questões mais relevantes no campo das ciências sociais, no que se refere ao chamado “racismo científico” dos anos de 1870 a 1930.

Faço, aqui, uma breve apresentação de *O espetáculo das raças*, de Lilian Moritz Schwarcz (1995), obra considerada leitura obrigatória no debate sobre o tema, pautando-me, superficialmente, na análise dos termos “homens de Sciencia” e “hegemonia”, apresentados pela autora. Além disso, analiso a reprodução que Schwarcz faz da “tese do branqueamento” de Skidmore (1974/1976, p. 219-225), segundo o qual haveria um consenso entre os intelectuais brasileiros, entre as décadas de 1870 e 1930, em torno de uma solução para o “problema racial do Brasil”, a qual passaria pela miscigenação tomada como via de embranquecimento da população brasileira (SKIDMORE, 1974/1976).

Traço as linhas principais de uma apreciação que Skidmore, nome central ao se estudar a questão racial no Brasil, em especial o “racialismo científico de 1870-1930”, faz de parte da produção intelectual no Brasil, considerada racista ou racialista, e apresento o argumento central elaborado por ele: sua tese sobre “a tese do branqueamento”, pela qual o historiador brasilianista pretende enquadrar a produção intelectual no Brasil.

#### 3.1 O QUE SE LÊ SOBRE RAÇA E LITERATURA NO BRASIL

Leitura primordial para as discussões sobre raça no Brasil, o livro de Lilia Moritz Schwarcz, lançado em 1993, propõe-se a explicar o que a autora chama de “Homens de Ciências” e as “Instituições” pelas quais esses “Homens de Sciencia” pensavam a “questão racial” no país, durante o período que se estende de 1870 a 1930. Segundo a autora, esse período teria sido marcado pelo monopólio de um “racismo científico”, reproduzido no país a partir de formas importadas da Europa.

Schwarcz inicia seu argumento afirmando ter sido lugar comum, entre intelectuais nacionais e estrangeiros, a afirmação de um suposto “espetáculo brasileiro da miscigenação” (SCHWARCZ, 1995, p.11), o qual faria do Brasil um *locus* privilegiado de raças em cruzamento. Frente às teorias racistas, a condição de miscigenação seria incômoda para a elite brasileira. Nesse contexto, Schwarcz destaca a participação de João Batista Lacerda no I Congresso Internacional das Raças, em 1911, onde o então diretor do Museu Nacional

apresenta a condição racial brasileira como um problema cuja solução se daria pelo processo de miscigenação e branqueamento. Os argumentos de Lacerda estavam cristalizados nas cores compostas em tela por Modesto Broccos, em uma reprodução apresentada de *A Redenção de Cam*, que põe em cena o processo de “branqueamento” capaz de tornar branco o neto de uma velha negra (SCHWARCZ, 1995, p.11-12).

A autora defende que essa perspectiva do “branqueamento” teria nascido entre os intelectuais brasileiros como resposta às teorias de cientistas estrangeiros, as quais apontavam para a impossibilidade de progresso e inviabilidade de constituição de uma nação desenvolvida no Brasil, devido à degenerescência racial do povo brasileiro provocada pela miscigenação (SCHWARCZ, 1995, p.94). Além disso, segundo Schwarcz, a classe dominante brasileira, pretensamente branca, também teria se aproveitado das teorias raciais como forma de sustentar sua posição de dominação. Para a autora, “esses modelos pareciam justificar cientificamente organizações e hierarquias tradicionais que pela primeira vez – com o final da escravidão – começavam a ser publicamente colocadas em questão” (SCHWARCZ, 1995, p.18).

A teoria racial produzida pelo que Schwarcz (1995) chama de “Homens de Ciencia” só seria superada, segundo a autora, com o advento da universidade no Brasil. Até que isso acontecesse, no entanto, o pensamento “positivista”, “evolucionista” e “darwinista” teria sido predominante entre os intelectuais brasileiros.

Ainda segundo Schwarcz, conjuntamente a essas apreciações racistas, surgiam avaliações sobre a condição humana e suas possibilidades de desenvolvimento, contrapondo-se à literatura de base humanista. Fundamentada em Rousseau, esta última apostava na perfectibilidade da espécie humana ou ao menos na possibilidade de regeneração racial do ser humano.

Schwarcz afirma que tanto as teorias raciais degeneracionistas quanto as regeneracionistas teriam sido reforçadas pelos estudos sobre a origem da espécie ou das espécies humanas. Segundo a teoria monogenista, a espécie humana teria se originado a partir de uma única raça, a qual teria se degenerado em outras. Já, para os defensores da teoria poligênica, várias raças humanas teriam surgido em épocas e lugares distintos, umas independentes das outras (SCHWARCZ, 1995, p.48).

Os que defendiam a origem única da espécie humana, os monogenistas, seguindo o dogma judeu-cristão, apontavam para um processo de degeneração que, a partir de Adão, separava os homens de acordo com seu grau de corrompimento em relação ao homem ideal.

Uma perspectiva poligenista, por outro lado, considerava a possibilidade de origens variadas e independentes para os seres humanos, o que explicaria as diferenças e a possibilidade de constituição de uma escala hierárquica entre as diferentes espécies humanas, o que seria comprovável de acordo com a frenologia de Lombroso, segundo Schwarcz (1995, p.49).

No Brasil, tanto as teorias monogenistas quanto as poligenistas, afirma Schwarcz (1995, p.67-140), teriam sido discutidas e repercutidas por meio dos “museus” e “institutos” que, segundo a autora, estariam ligados à elite local e seriam responsáveis pelo aumento de status dessa elite, justificando sua posição hierárquica. Classificados por Schwarcz como institutos, as Escolas de Direito teriam tido papel preponderante na interpretação racista e na defesa de um processo de branqueamento da população.

Segundo a autora, a Faculdade de Direito de São Paulo e a de Recife foram polos difusores do pensamento racista no Brasil. Na primeira, ter-se-ia instituído o que Schwarcz considera como “liberalismo de fachada”, ou “liberalismo conservador”, no seio do qual o critério racial teria sido determinante. Nessa faculdade, existiria então um “projeto de cunho racista”, que visava “depurar a raça limpando a nação da interferência de sangues estranhos ao do branco ariano” (SCHWARCZ, 1995, p. 186). Em resposta a esses polos em disputa pelo o que a autora chama de hegemonia, o Rio de Janeiro teria respondido por meio da Medicina Sanitarista, em um quadro onde “ficam cada vez mais evidenciados os campos de tensão intelectual. É de fato uma disputa entre médicos e juristas, higienistas e legisladores que se radicaliza” (SCHWARCZ, 1995, p. 239).

Os discursos desses médicos, juristas e higienistas seriam, segundo a autora, distintos apenas na aparência; teriam, ao contrário, uma força motriz comum, radicalizada no discurso do racismo científico e da determinação biológica da desigualdade entre os homens – justificativa para a manutenção de privilégios de “hierarquias consolidadas” (SCHWARCZ, 1995, p. 240), supostamente postas em xeque pela ascensão da República. Privilégios que só seriam mantidos por meio da pureza racial da suposta raça branca.

Para Schwarcz, nesse momento, é “instaurada uma espécie de disputa pela hegemonia e predomínio científico, percebendo-se dois contendores destacados: de um lado o remédio, de outro a lei; o veneno previsto por uns, o antídoto nas mãos de outros” (SCHWARCZ, 1995, p. 241). Para Schwarcz, a oposição entre os contendores se materializa entre advogados, que ela chama de “homens da lei”, e médicos e profissionais de saúde, denominados “homens de Ciência”.

Para a autora, entretanto, a disputa entre “homens da lei” e “homens de Sciencia” caminhava na direção de uma reavaliação da condição do “povo” brasileiro, considerado maldito pela sua mestiçagem. Com o tempo, segundo a autora, surgiu a possibilidade de reabilitar esse povo brasileiro. Schwarcz considera o Jeca Tatu, na obra de Lobato, como claro exemplo da manifestação das mudanças dos “paradigmas explicativos” da nacionalidade.

Esse é o caso exemplar de Jeca Tatu, conhecida personagem de Monteiro Lobato, que enquanto mestiço, pobre e ignorante, de certa forma representava a condição vivenciada pela maioria da população brasileira. Em 1918, porém, em *O problema vital*, Lobato parece ter mudado de posição, desviando a atenção para o problema racial (*sic*), apresentava Jeca Tatu não como o resultado de uma formação híbrida, mas como o fruto de doenças epidêmicas. Apoiada por eugenistas como R. Kehl (1923) e intelectuais como Fernando de Azevedo (1919), a figura do Jeca Tatu parecia se revestir de novos significados, comprovar a falência do argumento degeneracionista racial, a importância de uma educação sanitária (SCHWARCZ, 1995, p. 248-249).

O resultado do processo de disputa pelo monopólio da definição da real condição racial no Brasil foi definida por Schwarcz como uma mudança de rumo no discurso racialista e a aposta em uma nova saída, o sanitarismo, alternando-se, em um repente, todos os investimentos feitos nos anos anteriores pela “falência do argumento degeneracionista racial”.

Mas antes, é preciso demonstrar que os argumentos apresentados pela autora não são, necessariamente, inéditos. Eles parecem ressoar tópicos de uma obra que obteve grande destaque nas ciências sociais a partir da segunda metade da década de 1970. Trata-se de *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*, obra fundamental para a constituição da crença no monopólio, entre intelectuais brasileiros, do que veio a se chamar de “tese do branqueamento”. Isso se dá especialmente em relação à existência do que ela considera como consenso, entre os intelectuais do período estudado, sobre a necessidade do “branqueamento” de uma população cuja formação racial é considerada como híbrida – hibridez tida por Schwarcz como a causa principal da condição degradante do Jeca Tatu, argumento que aparece primeiramente na obra de Skidmore.

### 3.2 A TESE DE SKIDMORE

A partir da década de 1970, a leitura dominante sobre a “questão racial” no Brasil, no âmbito das ciências humanas, foi, sem dúvida, estabelecida por uma vertente teórica proposta por Skidmore. Seria inocência colocar sobre os ombros desse autor toda a responsabilidade por uma vertente interpretativa cujos rizomas alcançam as matrizes mais profundas das

pesquisas “raciais”, levadas adiante por décadas, em um vasto número de instituições de pesquisa, sem levar em conta fatores externos à obra e à consciência do próprio autor.

Especificamente sobre a questão racial, os intelectuais brasileiros estariam, para Skidmore, a par das teorias racistas vindas do exterior, e Joaquim Nabuco, consonante com essas teorias, teria por objetivo “um Brasil mais branco” (SKIDMORE, 1976, p. 37). Ao criticar a permanência da escravidão, Nabuco buscava, segundo Skidmore, criticar o entrave econômico que a escravidão gerava para o desenvolvimento da nação. Ainda assim, segundo o autor, os abolicionistas negavam veementemente a existência de preconceito racial no país, como seria possível observar em *O Abolicionista*, de Joaquim Nabuco.

Apesar do discurso que negava o preconceito racial, os abolicionistas acreditavam em um processo “evolucionista” da raça, com a vitória final do elemento branco a partir de um processo de “branqueamento” (SKIDMORE, 1976, p. 40). Tal raciocínio estaria presente na obra de Joaquim Nabuco, no elogio à importação de “sangue caucasiano vivaz, energético e sadio” (SKIDMORE, 1976, p. 40), assim como no pensamento de José do Patrocínio, no elogio à “fusão das raças”, a qual teria preparado o país para resistir ao preconceito racial e facilitar um futuro processo de branqueamento. Ao termo “fusão”, Skidmore atribui um caráter eufemístico, prenhe da crença no milagre do “branqueamento”, que garantiria a futura supremacia da raça branca. Isso porque, juntamente com os ideais liberais, as teorias racistas teriam vindo da Europa para o Brasil, ligando o progresso econômico e político dos países do Norte ao clima e à superioridade da raça branca. De acordo com as teorias racistas, a África e a América Latina estariam fadadas ao subdesenvolvimento, graças ao seu povo e seu clima.

A maioria dos brasileiros, à época, segundo Skidmore, compartilhava da ideologia do “branqueamento”, a qual se acreditava já estar em curso. Ainda assim, alguns intelectuais, como Nina Rodrigues, acreditavam que tal branqueamento não fosse possível. Apenas uns poucos intelectuais (não apresentados por Skidmore) negavam o discurso racialista e procuravam outras vertentes interpretativas para explicar o subdesenvolvimento do Brasil.

Para o autor, a maneira brasileira de se resolver o “problema racial” era mais nefasta do que a praticada nos Estados Unidos, uma vez que a segregação do negro à maneira norte-americana fornecia uma forma de manutenção de sua “unidade” étnica; enquanto a não segregação propunha a eliminação cultural do negro e tenderia a dissolver o “Preto no Branco”, por meio da miscigenação. Isso nos leva a concluir que, para Skidmore, a “maneira norte-americana” de lidar com o “problema negro”, por meio da segregação, seria, de alguma forma, moralmente superior à “maneira brasileira” de resolver o “problema”.

Ao tratar especificamente das manifestações de racismo na obra de Monteiro Lobato, nas seis páginas dedicadas ao escritor em *Preto no Branco*, Skidmore destaca o papel do período da Primeira Guerra Mundial para a formação das opiniões do autor. À época, a elite brasileira teria começado a criticar a ausência de sentimento nacionalista, a miséria e a doença da população. Skidmore analisa textos escritos por Lobato, entre os anos de 1903 e 1908, nos quais o escritor apresenta opiniões contrárias à mestiçagem e a favor da introdução de sangue europeu no Brasil como forma de melhorar a raça. Por fim, cita o texto de 1914, *Velha Praga*, no qual Lobato lança sobre os ombros do caboclo – “termo abrangente para todo paulista nato – com uma pitada de índio, tipo encontradiço no interior” (SKIDMORE, 1976, p.200) –, personificado no “Jeca Tatu”, a responsabilidade pela decadência da economia do Vale do Paraíba e pelo atraso da agricultura no país. Segundo Skidmore, o caboclo é descrito como ignorante, letárgico, avesso ao trabalho – características que seriam inatas, para Lobato, que como “a maior parte da elite teria dado, explícita ou implicitamente, uma explicação racista ao fenômeno” (SKIDMORE, 1976, p.199).

Segundo Skidmore, houve uma forte reação entre os intelectuais quando, em 1916, surgiu o ensaio de Lobato e, principalmente, quando, em 1918, o autor publicou a coletânea de contos *Urupês*, na qual constam o ensaio de 1916 e outros onze contos. Lobato foi, à época, acusado de distorcer a imagem do brasileiro. Nesse contexto, o personagem “Mané Xique-Xique” é criado por um político cearense como um antagonista do lobatiano “Jeca Tatu” (SKIDMORE, 1976, p. 200). O “Mané Xique-Xique”, segundo seu criador, possui as virtudes ascéticas para se tornar o sustentáculo da nação. É pescador, fazendeiro e seringueiro exímio. Segundo o argumento de Skidmore, a figura do Jeca, composta por Lobato, afetava, em sua condição implicitamente pejorativa e racista, a tese geral do branqueamento, implicitamente racista, mas portadora de um otimismo em relação à miscigenação.

Ao Jeca, entretanto, coube a glória política de figurar na retórica política de Rui Barbosa como exemplo das condições de miséria e abandono em que vivia o povo brasileiro. Lobato, segundo Skidmore, muda de opinião em relação às “ilações óbvias sobre o caráter inato do caboclo” (SKIDMORE, 1976, p. 200), às quais apontavam “explícita ou implicitamente, uma explicação racista ao fenômeno” (SKIDMORE, 1976, p.199). Passa, então, a atribuir às causas sociais a responsabilidade pela miséria e pelo abandono, em consonância com o discurso difundido por médicos sanitaristas, como Oswaldo Cruz, Belisário Pena e Arthur Neiva. Desde então, passou o brasileiro pobre a ser interpretado como vítima da varíola, febre amarela, malária, doenças venéreas, doença de Chagas, além dos mais

variados tipos de vermes. Nesse período, o médico e amigo de Monteiro Lobato, Belisário Pena, defendeu nos jornais que a indolência não se devia ao clima ou à raça, mas à doença, à ignorância e à má alimentação. Lobato passou a defender com ardor a posição dos chamados higienistas e, ainda em 1918, publicou *Problema Vital*, por intermédio da Sociedade Eugênica de São Paulo e da Liga Pró-Saneamento do Brasil. Na obra, consta “A Ressurreição de Jeca Tatu”, texto no qual a figura do “Jeca” reabilitada pela ciência e pela medicina.

Para Skidmore, a “reabilitação” do “Jeca” foi possível pela ausência de sangue negro na formação racial do personagem-símbolo. O “Jeca” era pensado sem “uma gota sequer de sangue africano”, como “um branco retrógrado com talvez um pouco de sangue índio” (SKIDMORE, 1976, p. 204), embora *Urupês* (1918) fizesse do caboclo “vítima de defeitos incuráveis (...)” (SKIDMORE, 1976, p. 204). Ainda segundo Skidmore, a campanha sanitária absolveu o índio, considerado até então inferior ao branco, deixando de lado a questão do elemento negro. Pela leitura do autor, com poucas exceções, como Romero, Nina Rodrigues e, especialmente, Edgar Roquette-Pinto, quase nada de substantivo existiria para se estudar a negritude até a década de 1930.

Por fim, o brasilianista defende que, apesar das políticas de “ação afirmativa” nos Estados Unidos terem “desfeito” as fronteiras de uma sociedade birracial, os brasileiros ainda insistiam na ideia de segregação entre os norte-americanos, ao passo que a crença em um Brasil mestiço “é ainda válida para os brasileiros que ficaram com a crença hereditária no branqueamento” (SKIDMORE, 1976, p. 232) – tese que seria insustentável frente às políticas de “ação afirmativa”, nos Estados Unidos, e identitárias de não brancos, na África e Ásia pós-coloniais.

Nas palavras de Skidmore,

Agora que a Europa e os Estados Unidos tinham repudiado politicamente o racismo (e cientificamente também); agora que a não-branquitude se tornara fonte de orgulho cultural e de poder político, tanto na Ásia-África quanto nos Estados Unidos, os brasileiros estavam sozinhos, com o ideal tristemente *démodé* do seu futuro étnico (SKIDMORE, 1976, p. 234).

A partir de década de 1960, estudos direcionados especialmente por Florestan Fernandes teriam demonstrado a relação entre cor de pele e *status* social. De acordo com esses estudos, quanto mais escura a pele, no Brasil, menor era o sucesso socioeconômico. Florestan, segundo Skidmore, acusa os pesquisadores anteriores de terem criado o “*mito da democracia racial*”. A sustentação desse mito seria, para Skidmore, de difícil manutenção, após os anos 60, por ser:



...irreparável a perda de tão importante ponto de referência como a segregação nos Estados Unidos. Em vista da integração forçada e do “*black is beautiful*” nos Estados Unidos; da emergência do nacionalismo de cor na África e na Ásia, o “branqueamento” deixou de ser objetivo confessável (SKIDMORE, 1976, p. 238).

Skidmore cita a insatisfação do renomado professor e pesquisador Abdias do Nascimento frente à impossibilidade de se fomentar qualquer movimento de consciência negra no Brasil, dada a extensão do culto brasileiro ao branqueamento. Skidmore lamenta a situação do brasileiro de sua época, preso aos ideais de branqueamento e incapaz de encontrar uma “*nova rationale*” que justificasse e descrevesse o futuro do país.

Mas seria a tese do branqueamento a base do argumento lobatino? É o que pretendo discutir adiante.

#### **4. O CAIPIRA TRÁGICO DE URUPÊS: DE 1906 A 1918**

Neste capítulo, analiso as condições sociais de produção de Monteiro Lobato enquanto agente no campo literário brasileiro. Apresento a sociogênese do escritor a partir de sua introdução no campo intelectual e literário de São Paulo, a qual, devido às suas posses de capitais monetário, cultural e social, ocorreu à margem, de forma dominada ou periférica. Em seguida, traço sua posição econômica e social em um campo periférico de poder. Ao que parece, a colocação como promotor em Areias (SP) acabou por determinar seu distanciamento dos polos de produção literária no país – embora importasse livros da França –, situação que se agrava quando se isola na fazenda que herdara do avô no Sertão da Mantiqueira – longe dos centros de discussão e produção literárias.

Nesse período, Lobato reorganiza seu capital cultural a fim de adentrar o campo literário. Cria o Jeca Tatu e demais personagens, considerados aqui como tipos humanos, segundo a tradição do realismo moderno – vertente ainda dominante no campo literário nacional, nos primeiros anos do século XX, a qual constituiu a herança literária de Lobato. O escritor estava mais ligado ao campo literário europeu do final do século XIX do que às transformações artísticas europeias do início do século XX, as quais seduziram os autores modernistas, por exemplo (PASSIANI, 2003).

Durante o período em que vive na fazenda, Lobato cria um enquadramento sobre a vida do homem pobre, do Vale do Paraíba, sob uma perspectiva que poderíamos considerar como protossociológica, embora com uma leve abordagem biologicista. Isso acaba por configurar um quadro específico de interação ou superposição de campos simbólicos – o sociológico, o biológico e o literário –, em um período em que as fronteiras de relativa autonomia desses campos ainda não estavam erguidas de forma satisfatória. Argumentos similares aos que chamo aqui de “superposição” de campos simbólicos são defendidos, em outros termos obviamente, por autores de renome como Terry Eagleton (2006), Pierre Bourdieu (2005), Erich Auerbach (1996) e, especialmente, Wolf Lepenies (1996).

##### **4.1 A REPÚBLICA E A LITERATURA NOS TRÓPICOS**

Busco, neste subcapítulo, entender as condições sociais que levaram à formação de um pensamento social e de um campo literário brasileiros, bem como ao surgimento de intelectuais que se prestaram a pensar as possibilidades e impossibilidades da viabilidade do Brasil republicano economicamente independente. O dia 15 de novembro de 1889 ofereceu à

elite brasileira as possibilidades de desenvolvimento político e econômico até então não vislumbradas, abrindo os portos não apenas a mercadorias e capitais estrangeiros, em grau maior do que o iniciado em 1808 (FREYRE, 1936), mas a novas formas de sociabilidade produzidas na Europa Ocidental: a modernidade. As reformas no vestuário, nos modos e na arquitetura foram batizadas, por alguns intelectuais, de *Belle Époque* brasileira.

As transformações instituídas na *Belle Époque*, no entanto, de acordo com Sevcenko, ficaram estacionadas no litoral do Brasil e nas grandes capitais, sem atingir os interiores, as cidades menores e as áreas menos desenvolvidas do país, genericamente chamadas de sertões (SEVCENKO, 1983/1989). A *Belle Époque*, segundo Sevcenko, materializou-se em “reformas” arquitetônicas e estilísticas, que tinham por intuito poupar dos olhos da nova elite (recém-europeizada) as marcas deixadas pelo período colonial, tão pouco ocidental, segundo Gilberto Freyre (1936). Da mesma forma, essas reformas pretendiam reformular os costumes da elite brasileira em seus gostos mais íntimos, na alimentação, na higiene e na vida sexual. Essas transformações foram intensamente analisadas por Gilberto Freyre em *Sobrados & Mucambos*, na descrição do que o autor chamou de *Processo de Europeização* ou *Reeuropeização* do Brasil (FREYRE, 1936) – fenômeno que pode ser entendido como parte do processo de *difusão do processo civilizador*, de acordo com as análises de Nobeit Elias (ELIAS, 1994), também manifesto sob a forma de um processo sanitarista e higienista (SEVCENKO, 1983/1989).

Substituiu-se, pois, as linhas simples do período colonial pelo rebuscamento da *art nouveau* e tentou-se esconder da vista do estrangeiro, e mesmo do nativo mais elitizado, tudo o que não sugerisse a Europa. Varreram para os morros os pobres, quando destruíram, em nome da higiene, as casas velhas e os cortiços do centro da cidade do Rio de Janeiro. Modificou-se também o vestuário, com a restrição do chinelo e do camisolão à vida privada da casa. Da mesma forma, a roupa orientalmente adornada e colorida, destinada à vida pública do período patriarcal, foi substituída pela sobrecasaca e pela cartola de austeridade, com tons escuros à moda da moderna Europa. Como Freyre descreve:

A reeuropeização do Brasil começou fazendo empalidecer em nossa vida o elemento asiático, o africano ou o indígena, que se tornara mais evidente na paisagem ou no traje e nos usos dos homens. Todo o excesso de cor. A cor das casas. A cor dos sobrados que eram quasi sempre vermelhos, sangue de boi; outros, roxos, amarelos; muitos de azulejos. A cor dos palanquins – quase sempre dourados e vermelhos – e dos tapetes que cobriam as serpentinas e as redes; A cor das cortinas dos banguês e das liteiras. A cor dos xales das mulheres e dos ponchos dos homens; dos vestidos e das roupas; dos chinelos de trançado feitos em casa; das fitas que os homens usavam

nos chapéus; dos coletes que ostentavam, opulentos de ramagens; dos chambres de chita que vestiam em casa, por cima do corpo ou só de ceroulas; das flores que as moças espetavam no cabelo. Na côr dos interiores de igreja – os roxos, os dourados, os encarnados vivos (em Minas, chegou a haver igreja com enfeites francamente orientaes); das redes de plumas; dos pratos da Índia e da China; das colchas encarnadas e amarelas das camas de casal (FREYRE, 1936, p. 260-261).

Nesse contexto, é importante perceber que elementos do antigo período colonial foram vencidos pela introdução do processo civilizatório e substituídos por novos elementos culturais, considerados como não ofensivos à nova ordem civilizadora e à imagem do Brasil como país desenvolvido, como a elite republicana queria difundir. Na coerção contra o “não moderno”, promoveu-se uma perseguição policial aos malandros, às capoeiras e até aos tocadores de violão – instrumento, à época, ligado à vadiagem e à pobreza, conforme descrito por Gilberto Freyre (FREYRE, 1936). Também foram perseguidos pela polícia todos aqueles desagregados do sistema colonial, negros e mestiços, que vagavam pelas ruas (FERNANDES, 1965).

Mas as forças desse processo civilizatório, ao restringirem-se aos portos e às grandes cidades próximas ao litoral, margeando as costas de um país ainda fortemente colonial, acabaram apenas por acirrar ainda mais a oposição entre o litoral e o que veio a se chamar de “sertão” – oposição que se arrastou pelo século XX. A partir desse momento,

(...) mais que nunca, agora se abusaria da oposição cidade industriosa–campo indolente, como se pode verificar facilmente nas obras de Euclides da Cunha, Graça Aranha e na figura símbolo do Jeca Tatu de Monteiro Lobato. É nesse momento que se registra na consciência intelectual a ideia do desmembramento da comunidade brasileira em duas sociedades antagônicas e dessintonizadas, devendo uma inevitavelmente prevalecer sobre a outra, ou encontrarem um ponto de ajustamento (SEVCENKO, 1983/1989, p. 32).

A homologia entre os diversos campos de disputa pelo monopólio de bens e o campo literário fez com que o jogo de forças interno ao último campo polarizasse seus elementos. O campo literário brasileiro cismou-se entre escritores de uma espécie de “literatura cor-de-rosa” e os escritores que tentavam pensar os problemas sociais do Brasil – estes últimos chamados de “mosqueteiros intelectuais” por Sevcenko (1983/1989). Os primeiros exaltavam as transformações da nova burguesia carioca emergente, aliados a escritores de romances históricos, os quais elogiavam a suposta plasticidade inerente ao povo brasileiro. Uma literatura que, nos dizeres de Enio Passiani (2003), era:

(re)conhecida como “sorriso da sociedade” (expressão cunhada por Tristão de Ataíde), isto é, uma literatura marcada pelo estetismo, o evasimismo e a pureza

verbal (BOSI, 1994, p. 197). É o que João Paulo Paes chamou de *art nouveau* na literatura brasileira, caracterizada pelo descomprometimento em relação aos problemas sociais, o afastamento dos “aspectos mais grosseiros e amiúde mais sombrios da vida cotidiana” (PAES, 1985, p. 197), a exuberância ornamental da linguagem, que constituía o veículo apropriado para a “exaltação dionisiaca da vida” (Idem, 1985, p. 67); era a época da “atitude literária” – os salões, as poucas livrarias e festas reuniam intelectuais e os pretendentes a tal posto – e não da produção literária propriamente dita, a época dos *dândis*, como João do Rio.

Segundo Passiani, essa

literatura como “sorriso da sociedade”, de acordo com Paes, não afetou apenas a ficção urbana, mas atingiu em cheio também a produção literária regionalista, na qual predomina o verbalismo de efeito e o exagero no registro dialetal, acentuando o pitoresco em detrimento da matéria propriamente ficcional – para Alfredo Bosi e Nelson Werneck Sodré, esse era um recurso que ao tentar disfarçar a pobreza do texto acaba por acentuá-la (PASSIANI, 2003, p. 40).

A essa literatura de bons amores e bons costumes, de um regionalismo de jardins à europeia, opuseram-se, no ainda incipiente campo literário brasileiro do final do século XIX, autores autodenominados “mosqueteiros intelectuais”, herdeiros da “Geração de 1870”. Segundo Sevcenko (1983/1989, p. 32), esses autores clamavam pela necessidade de uma “missão” dos intelectuais, de trazer à tona todas as mazelas do sertão e as máculas do subdesenvolvimento econômico do Brasil, ao mesmo tempo em que apontavam soluções para esses problemas.

Opondo-se à literatura “*sorriso da sociedade*”, os intelectuais da chamada “*geração modernista de 1870*” (SEVCENKO, 1983/1989, p. 96), os autodenominados “Mosqueteiros Intelectuais”, buscaram na Europa as chaves para libertar a nação dos atavismos históricos que a prendiam ao recente passado imperial e escravocrata. Imaginavam encontrar no Velho Mundo o elixir que fizesse do Brasil um país liberal, democrático e progressista, livre dos ranços do Império, das correntes do escravagismo e aberto à república e à democracia (SEVCENKO, 1983/1989).

A população da capital federal não se extasiou fantasiosamente com a *art nouveau* da *Belle Époque*, aceitando-a como realidade pronta. Para Sevcenko, esse foi um importante período para a formação de uma elite responsável pela constituição do que poderíamos chamar de um pensamento social brasileiro, uma vez que o pensamento libertário europeu prosperou no Brasil e foi usado para se pensar o seu futuro. Segundo o autor:

Toda essa elite europeizada esteve envolvida e foi diretamente responsável pelos fatos que mudaram o cenário político, econômico e social brasileiro: eram todos abolicionistas, todos liberais democratas e praticamente todos republicanos. Todos eles trazem como lastro de seus argumentos as novas ideias europeias e se pretendem os seus difusores no Brasil. Tomemos apenas alguns exemplos dentre alguns dos mais notáveis desses homens. Inicialmente, Tobias Barreto, o sergipano em torno do qual iria se aglutinar a chamada Escola do Recife e cuja influência

marcaria a obra de intelectuais de relevo como Sílvio Romero, Clóvis Bevilacqua, Artur Orlando, Araripe Júnior, Capistrano de Abreu e Graça Aranha, dentre muitos outros (SEVCENKO, 1983/1989, p. 79).

Todos esses intelectuais estavam envolvidos por uma nova dinâmica organizacional no mundo capitalista ocidental bem como por novas formas de produção e reprodução da vida material e econômica. Para acompanhar o desenvolvimento do século XX, seria necessária a constituição de uma unidade política moderna, sob a forma de Estado-nacional, capaz de fomentar a produção e a concorrência econômica. Junto ao aparato burocrático do Estado-nação moderno, outras pretensas unidades e peculiaridades nacionais haveriam de se estabelecer em torno da República. Portanto, a importância em se formar uma “cultura nacional”, assim como o folclore, a língua e a raça nacionais: elementos constituidores e legitimadores das novas organizações político-administrativas. Nas palavras de Sevcenko:

(...) um dos efeitos mais notáveis desse processo de mudança foi o aparecimento dos Estados-nação modernos. Ora, o surgimento desses novos personagens suscitou contingências originais no espaço da cultura. O fato de os Estados-nação se desenvolverem e se definirem por oposição uns aos outros e, por isso, como em função da estabilidade interna, necessitem gerar formas eficientes de arregimentação social empenhadas na sua sustentação, (...) o desenvolvimento de formas de conhecimento como a história, a filologia, a antropologia, a geografia, a arqueologia, dentre outras, financiadas pelo Estado, para justificar a organização uniforme de uma ampla área geográfica com seu respectivo agrupamento humano, legitimado por suas características específicas (raça, história, tradição, meio físico, língua, religião, cultura, caráter psicológico geral); afirmadas, aliás, como superiores às de outros grupos concorrentes. Essa agitação nacionalista constituiria a base ideológica da formação dos Estados-nação (SEVCENKO, 1983/1989, p. 81-82).

Sevcenko é bem esclarecedor, ao afirmar que, nas décadas finais do século XIX, estabeleceu-se no Brasil uma elite vanguardista ligada às áreas de conhecimento científico – tais como as disciplinas biologia, física e química –, especificamente ligadas à produção de um mundo tecnologicamente desenvolvido. Para o autor, a lógica imanente a essas ciências difundiu-se, muito facilmente, entre os intelectuais da classe dominante brasileira, os quais teriam se entusiasmado com as técnicas de controle populacional por meios médicos, uma variável do pensamento biológico racial europeu que inspirou a *Revolução Sanitária*.

Acompanhando o movimento geral de mudança já assinalado, esta ampliação inaudita das atividades intelectuais – e, por consequência, do comércio de edições e do público literário tendeu também a fazer sentir seus efeitos em escala mundial. O resultado desse processo, que contava a seu favor com a crescente modernização, urbanização e internacionalização das sociedades tradicionais, era a transformação das capitais dessas sociedades em centros cosmopolitas, alimentados pela produção cultural e editorial das metrópoles europeias. É assim que assistimos a uma virtual universalização de certas correntes europeias, como o simbolismo francês ou a arquitetura monumental *art-nouveau*, nesse período (SEVCENKO, 1983/1989, p. 82).

Entretanto, mais do que respostas, tais novidades científicas trouxeram questionamentos sobre as possibilidades de constituição do Brasil enquanto Estado-nação sólido e viável. Intelectuais, como Arthur de Gobineau, há muito já vinham proclamando a inviabilidade da nação brasileira, a qual seria consequência direta da nefasta miscigenação que degenerava a população do país e que fora testemunhada pelo próprio autor, na cidade do Rio de Janeiro, durante o breve período em que viveu no Brasil. A sentença de Gobineau era seguida de perto por outros intelectuais, como, por exemplo, Henry Thomas Burkle, que considerava a civilização nos trópicos impraticável, devido às condições climáticas; Louis Couty, que via na “colonização” do Brasil pelos africanos a fonte de todos os males do país e que propunha a emigração de colonos europeus como a única solução para a nação; e Louis Agassiz, para quem o Brasil era a prova concreta das consequências disgênicas da miscigenação (SKIDMORE, 1976; STEPAN, 1990, 2005; SCHWARCZ, 1995).

No debate sobre as possibilidades de constituição do Brasil enquanto Estado-nação independente, segundo Sevcenko (1983/1989), coube a um grupo específico de literatos, os chamados modernistas de 1870, defender, ou antes, estabelecer as bases simbólicas para a construção da nação, usando para isso os capitais simbólicos que vinham acumulando. A geração de 1870 estabeleceu-se, então, em polo oposto aos que cantavam as belezas do Rio de Janeiro, chamada de nova Paris tropical, ao resolver expor os problemas estruturais de um Brasil marcado pela distinção existente entre o litoral e o sertão, ao mesmo tempo em que tentavam apresentar a possibilidade de constituição de uma nação no Brasil.

Ao questionarem as teorias raciais que condenavam a formação de um povo brasileiro, a geração de 1870 produzia interpretações alternativas para a questão racial que partiam das mais diversas fontes para chegar às conclusões mais díspares.

Para Sevcenko, entretanto, parece inquestionável a afirmação de que os “mosqueteiros intelectuais” viram natimortas suas esperanças, ainda na aurora da República:

A concretização das suas aspirações mais caras já deveria por si só provocar a passagem, de uma ênfase combativa do velho regime, para outra construtiva da nova realidade e das instituições recém-instauradas. A transformação em fato das “aspirações morais do liberalismo, que as propagara romanticamente”, nas palavras de Alberto Torres, deveria gerar, pois, uma atitude de maior maturidade e mais realismo. Ocorreu, porém, que a consolidação das novas instituições deu-se por meio de um processo extremamente caótico e dramático, que não poderia deixar de imprimir marcas nas consciências dos que as aspiravam como um ideal imaculado. José Veríssimo descreveu com clareza essa decepção, essa nuvem de desencontros que desceu sobre a elite intelectual modernizadora:

“Todos se presumiam e diziam republicanos, na crença ingênua de que a República, para eles palavra mágica que bastava à solução de problemas de cuja dificuldade e complexidade não desconfiavam sequer, não fosse na prática perfeitamente compatível com todos os males da organização social, cuja injustiça os revoltava”.

Já precocemente, na época do Governo Provisório, Lopes Trovão, um dos próceres da campanha republicana, proclamava a sua desilusão: “Essa não é a República dos meus sonhos”. Conspicuo pelas adesões maciças e disputas canhestras pelo poder e cargos rendosos, o novo regime esvaziara rapidamente os sonhos que os seus arautos acumularam ao longo de três décadas. Esterilizados pela sua acomodação, os políticos e os partidos que se assenhorearam da situação tornaram-se alvos de violentas críticas por parte dos grupos intelectuais. Censurava-se-lhes a inocuidade política, o vazio ideológico, a corrupção e sobretudo a incapacidade técnica e administrativa que os caracterizava.

(...)

A República, contraditoriamente, viera consagrar a vitória da irracionalidade e da incompetência, criando uma situação: *onde tudo se deseja inócuo, tudo incharacterístico, tudo traçado, tudo prostituído, para fáceis mistificações, para predomínios idiotas e momentâneos, mas ferrenhos e desesperadores das verdadeiras almas* (SEVCENKO, 1983/1989, p. 86-87).

A frustração dos intelectuais foi maior dada a inexistência de imprensa relativamente independente que pudesse fazer frente aos desmandos da nova República e que fosse capaz de representar as ambições de sua “geração”. Essa situação foi agravada pelo grande número de analfabetos no país:

O número de analfabetos no Brasil, em 1890, segundo a estatística oficial, era, em uma população de 14.333.915 habitantes, de 12.213.356, isto é, sabiam ler apenas 14 ou 15 em 100 brasileiros ou habitantes do Brasil. Difícil será, entre os países presumidos de civilizados, encontrar tão alta proporção de iletrados. Assentado esse fato, verifica-se logo que à literatura aqui falta a condição da cultura geral, ainda rudimentar, e igualmente o leitor e consumidor dos seus produtos (JOSÉ VERÍSSIMO, 1900 apud SEVCENKO, 1983/1989, p. 88).

Essa curiosa passagem nos faz pensar nas condições sociais necessárias à formação de um campo literário relativamente autônomo, como se deu na França de Flaubert, conforme demonstra Bourdieu, em *As Regras da Arte*. No período histórico em questão, houve, antes de tudo, um público leitor e consumidor, capaz de fornecer capitais variáveis, monetários e simbólicos, aos autores, o que fazia com que os agentes artísticos fossem estabelecidos em determinadas regiões de um campo em polarização. Esse campo literário, de oposições de capitais e de relativa autonomia, não havia no Brasil de 1870, nem nas primeiras décadas do século XX. O campo literário brasileiro veio a se formar, segundo Passiani (PASSIANI, 2003), a partir da fundação da editora de Monteiro Lobato e com a comercialização em larga escala de livros no Brasil, até então, impressos apenas na Europa.

## 4.2 LOBATO E SEUS ESCRITOS

De fato, não é tarefa difícil ver na figura de Monteiro Lobato um autêntico representante da oligarquia de sua época. O aspecto sisudo, o olhar severo sob as grossas



sobrancelhas, o cabelo meticulosamente penteado, o bigode curto e bem feito, dentro de um terno branco, sempre impecável, parecem descrever uma personalidade autoritária e aristocrática. Esse personagem recebeu, quase que a bengaladas, segundo seus críticos, a arte moderna, materializada nos quadros de Anita Malfatti. Tal figura se enquadra perfeitamente no filho de uma família de produtores de café do Vale do Paraíba, que desde criança teria sido acostumado a posição de dominância. Não é difícil imaginá-lo nessa condição, ainda criança, quase que um menino de engenho, a fazer do menino escravo seu brinquedo e objeto de dominação; ou na sua condição de herdeiro das terras paternas, a tratar os colonos aos berros, da sacada da casa grande; e daí inferir, de forma superficial, o tratamento que o autor dará aos seus personagens, negros e caboclos, que retratam posições subalternas.

Alguns estudos sobre Lobato e sua obra tendem a lê-lo sob o signo do aristocrata ressentido com o fim do Império e com a progressiva diminuição dos privilégios destinados à sua classe, durante a República Velha. A crítica de Lobato ao caboclo, feita em *Urupês* e *Velha Praga*, é constantemente lida nesse sentido. Desesperado com os prejuízos causados pelo insucesso da lavoura do café e com a crescente desvalorização do produto, o jovem fazendeiro teria descontado, de um modo muito próprio à sua classe social, a culpa na classe menos favorecida, no colono, trabalhador da fazenda, personificado no Jeca Tatu.

O exemplo mais forte dessa crítica parece vir de Sergio Milliet (1946/1981), em seu *Jeca Tatu é uma vingança*, em que o autor acusa a obra de Lobato de ser:

A vingança do fazendeiro fracassado contra o caboclo que lhe põe fogo na mata. É o julgamento de um representante da classe dos que possuem alguma coisa e por isso mesmo não podem compreender a psicologia diferente dos miseráveis. A sentença inapelável dos que não perceberão jamais que viver não é apenas criar riqueza (...) (MILLIET, 1946/1981, p. 232).

Skidmore parece seguir Milliet. Ele comenta, por exemplo, o fato de Lobato bem conhecer o Vale do Paraíba, presente em algumas de suas obras, já que administrara ali, durante três anos, “uma decadente plantação de café” (SKIDMORE, 1976, p. 199). À decadência financeira (considerada mote secreto dos escritos de Lobato), Skidmore acrescenta o racismo, ao citar uma passagem escrita em 1903, na qual Lobato lamentava não haver no brasileiro a influência benéfica de uma “raça original” que viesse aprimorar a raça miscigenada do povo (SKIDMORE, 1976, p. 199). Skidmore também cita outra passagem de 1908, retirada de uma carta a Godofredo Rangel, na qual o autor lamentava a miscigenação no Brasil, em especial na cidade do Rio de Janeiro, e elogiava a “barreira do preconceito racial” que havia poupado os norte-americanos dos efeitos nocivos da mestiçagem (SKIDMORE, 1976, p. 199).

A formação dessa imagem, hoje cristalizada, de Lobato, segundo Enio Passiani, está relacionada às classificações feitas por seus adversários no campo literário. É preciso ter em mente que, se os anos entre 1918 e 1925 correspondem ao período áureo das atividades de Lobato como escritor, editor e empresário, ao mesmo tempo em que se dava a estruturação do campo literário brasileiro (do qual Lobato detinha o monopólio), o predomínio do escritor se perdeu com a introdução de novos agentes que passaram a concentrar os capitais dispostos no campo literário. Dessa forma, o estigma lançado sobre Lobato teria sido efeito de sua posição prestigiosa no campo. O gatilho para se hostilizar e estigmatizar Lobato teria tomado forma, a partir de uma interpretação equivocada das críticas de Lobato à Anita Malfatti. Segundo Enio Passiani:

A partir de sua crítica à Malfatti, Lobato ficou estigmatizado como um “conservador”. O conservadorismo lobatiano está associado à sua noção de arte: de um lado, Lobato está muito próximo da corrente naturalista no interior da pintura, que apregoa a fidelidade ao mundo que circunda o artista, que, por sua vez, deve ser capaz de ver “normalmente as coisas”; por outro lado, resiste aos movimentos artísticos da vanguarda europeia, pois teme sua simples cópia, sua mera transposição para um universo cultural bastante diverso (PASSIANI, 2003, p. 53).

A crítica feita à Malfatti por Lobato, então detentor de vasto capital simbólico, escrevendo frequentemente sobre arte e pintura no jornal *O Estado de S. Paulo*, ia além da perseguição e da insensibilidade do suposto conservador contra a jovem pintora, fato que teria gerado a revolta dos artistas modernistas. Segundo Passiani, o ponto central do artigo era na verdade:

A defesa de um “estilo propriamente brasileiro” e sua aversão por “estrangeirismos”. Nos textos “A criação do estilo” e “Ainda o estilo”, fica patente a proposta artística de Lobato, que mais tarde o autor incorporaria nos seus contos e literatura infantil: ele defende a criação de um “estilo próprio no Brasil”, estilo este que remete a nossas origens, produto e produtora de nossa identidade (PASSIANI, 2003, p. 55).

O artista brasileiro, para Lobato, deveria se voltar para o interior do país, para o nosso sertão, onde residiria o “verdadeiro” Brasil. Esse artista deveria se afastar do litoral, região influenciada pelos modismos europeus, porta de entrada dos “francesismos” que se alastravam pelo país – daí o elogio à obra *Os Sertões*, de Euclides da Cunha (e, posteriormente a admiração por Lima Barreto). A crítica feita sobre a exposição de Malfatti foi direcionada muito mais ao movimento autodesignado “modernista” do que propriamente à jovem pintora, como ordinariamente se acredita. Lobato criticou o que chamava de “teorias efêmeras” de “escolas rebeldes” que, “embora se deem como novos, como precursores duma arte a vir, nada é mais velho do que a arte anormal ou teratológica: nasceu com a paranoia e a mistificação” (LOBATO, 1948/1964). O artigo foi motivado, segundo Lobato, pela exposição

de Malfatti. Para ele, Anita Malfatti era uma pintora dotada de um “talento vigoroso, fóra do comum”, no entanto, haveria sido seduzida pelo que o autor considerou como sendo uma nova forma de arte caricatural, promovida por “Picasso & Cia”. Dessa forma, Lobato não focou a crítica especificamente na pintora, mas na “escola” que era representada por ela.

Na exposição de Malfatti figura, ainda, como justificativa de sua escola, o trabalho de um “mestre” americano, o cubista Bolyson. É um carvão representando (sabe-se disso porque o diz a nota explicativa) uma figura em movimento. Está ali entre os trabalhos da sra. Malfatti em atitude de quem prega: eu sou o ideal, sou a obra prima; julgue o publico de resto, tornando-me a mim como ponto de referencia<sup>1</sup>.  
Tenhamos a coragem de não ser pedante; aqueles gatafunhos não são uma figura em movimento; foram isto sim, um pedaço de carvão em movimento. O sr. Bolyson tomou-o entre os dedos da mão, ou dos pés, fechou os olhos e fe-lo passear pela télia as tontas ,da direita para a esquerda, de alto a baixo. E se não fez assim, se perdeu uma hora da sua vida puxando riscos de um lado para o outro, revelou-se tolo e perdeu o tempo, visto como o resultado seria absolutamente igual. (LOBATO, 1948/1964, p. 62-63).

Adiante, Lobato deixa claro que as críticas não são dirigidas diretamente à Malfatti, embora condenasse a posição ocupada pela pintora junto ao movimento autodeclarado modernista. Lobato é enfático: “A pintura da sra. Malfatti não é futurista, de modo que estas palavras não se lhe endereçam em linha reta; mas como agregou à sua exposição uma cubice, queremos crer que tende para isso como para um ideal supremo” (LOBATO, 1948/1964, p. 63). Por fim, Lobato insiste no elogio à Malfatti e afirma que a crítica sincera provém do “verdadeiro amigo do pintor”, ao passo que os elogios desenfreados do “cavalheirismo é falso; e sobre falso nocivo” (LOBATO, 1948/1964, p. 64). Assim, conclui o artigo *Paranoia ou Mitificação*.

De acordo com Passiani (2003), o fato de Monteiro Lobato ter ocupado uma posição no campo literário que se contrapunha à posição ocupada pelos jovens modernistas afastou o escritor do rol dos legítimos escritores da realidade brasileira. A ressignificação da obra de Monteiro Lobato pelos modernistas ressoa em comentários atuais, como os feitos em trabalhos como *Pouca saúde, muita saúva, os males do Brasil são... Discurso médico-sanitário e interpretação do país*, de Nísia Trindade Lima e Gilberto Hochman, cujo título tem inspiração no *Macunaíma*, de Mário de Andrade. É o que podemos ver quando os autores afirmam ser o Jeca Tatu simplesmente uma:

Representação caricatural do brasileiro ou vingança de fazendeiro arruinado, conforme a denúncia de Sérgio Milliet (1981), a trajetória do personagem Jeca Tatu, criado por Monteiro Lobato, resume as mudanças verificadas na compreensão do escritor paulista sobre o que acreditava ser os males do Brasil, e também o debate

---

<sup>1</sup> Acentuação conforme a norma ortográfica da época de publicação da obra. A manutenção da ortografia original será mantida nas próximas citações.

intelectual que envolveu diferentes autores preocupados com o tema dos contrastes sociais existentes no país (LIMA; HOCHMAN, 2000, p. 321).

Outra característica imputada a Lobato é o racismo, estigma que, segundo alguns intérpretes, marca toda a obra do autor. Mas é preciso que se pergunte: o racismo é uma constante na obra de Lobato? É dominante, ao menos no âmbito das ciências sociais no Brasil, a ideia de que foi assim, desde 1914, com o artigo *Velha Praga*, até o romance *O Presidente Negro: Ou o choque das raças*, de 1926, com um hiato não racista no período em que se “converteu” ao higienismo, como sugeriu Skidmore (1989). Obras como as de Skidmore e Schwartz ajudaram a formar uma leitura “oficial” sobre Lobato e seus escritos, afirmando existirem neles ideias racistas e apologistas da “tese do branqueamento” dentro da República Velha.

A utilização dos produtos interpretativos produzidos pelos autores citados no capítulo anterior pode ser comprovada pelo número de trabalhos que seguem por essa linha, a começar pelos recentemente divulgados em revistas científicas – alguns dos quais citarei aqui.

Ao tratar da *Existência de um mito*, Bernardino (2002) cita Skidmore para dizer que:

Ao lado do mito da democracia racial, arquitetou-se no Brasil o ideal do branqueamento como uma política nacional de promoção da imigração europeia que visava suprir a escassez de mão-de-obra resultante da Abolição e modernizar o país através da atração de mão-de-obra europeia (Skidmore, 1976; Santos, 1997). A tese do branqueamento, compartilhada pela elite brasileira, era reforçada, de um lado, por uma evidente diminuição da população brasileira negra em relação à população branca devido, entre outros fatores, a uma taxa de natalidade e expectativa de vida mais baixas e, por outro lado, devido ao fato de a miscigenação produzir uma população gradualmente mais branca (BERNARDINO, 2002, p. 256).

Sobre a democracia racial e a tese do branqueamento, Gomes (2003) argumenta de forma semelhante ao afirmar:

Assim, é certo que os brasileiros desejavam manter intacta sua imagem de “paraíso racial”, mas isso tornava-se obviamente conflitante com os desejos expressos por muitos de barrar a entrada destes imigrantes em potencial. Estudando tais discursos, pretende-se lançar luz sobre a formação da ideia do Brasil como espaço privilegiado da democracia racial, e os diversos matizes que esta ideia mais geral assumiu, desde as formulações mais claramente adeptas do branqueamento, até visões mais próximas de uma ideologia igualitária. No período tematizado, a ideia de democracia racial estava em pleno processo de construção, e a questão da imigração era, sem dúvida, um tema que revelava os meandros da negociação em curso sobre os sentidos daquela ideia (GOMES, 2003, p.311).

E, na sua primeira nota, Gomes afirma: “Há uma bibliografia extensa sobre o branqueamento. Ver, por exemplo, Skidmore (1976, 1994), Schwarcz (1993), Borges (1993)” (GOMES, 2003, p. 328).

Já Habib (2007), tratando diretamente do Jeca Tatu de Lobato, aponta para o caráter racial presente na constituição do personagem:

O “piolho da terra” ou “funesto parasita da terra”, Jeca Tatu, foi descrito como uma figura parasitária, indolente, preguiçosa, ignorante, inapta ao trabalho, sem nenhum tipo de sentimento patriótico, e que nada fazia além de tornar o solo estéril e prejudicar o desenvolvimento do país. A figura do caboclo nacional era incapaz de adaptar-se à civilização e ao progresso. A grande questão era a miscigenação e suas conseqüências degenerativas à espécie (HABIB, 2007, p. 07).

A “tese do branqueamento” também aparece em Park (1999):

É neste cenário que o papel formador da nova raça brasileira através do Jecatuzinho do almanaque começa a ser esboçado em 1912 quando Monteiro Lobato, vivendo na fazenda recebida de herança do avô, toca no tema do piolho da terra. Convivendo com os empregados da fazenda, ele gesta esse piolho da terra. Porém, será em 1914, no jornal O Estado de S. Paulo, que sairá publicado seu artigo de título “A velha praga”, denunciando o hábito pernicioso das queimadas das matas pelos caboclos. Assim aparece, no texto, o Jeca-Caboclo: “... A nossa montanha é vítima de um parasita, um piolho da terra, peculiar ao solo brasileiro...” (PARK, 1999, p. 145).

Octavio Ianni utiliza-se do termo “branqueamento” como modelo explicativo:

Ocorre que o escravismo entra em declínio e termina como regime de trabalho escravo, forçado, compulsório, subordinado, totalmente alienado. Simultaneamente intensifica-se a migração de europeus, enquanto “braços para a lavoura”, destinados a substituir o escravo e, simultaneamente, “branquear”, “europeizar” ou “arianizar” a população, a sociedade, a cultura, a civilização. De repente, toda uma cultura do trabalho como atividade do “trabalhador escravo” precisa ser abandonada ou redefinida em termos do trabalho como atividade do “trabalhador livre”. De repente, todos são desafiados a redefinir a ética do trabalho. Desenvolve-se um vasto e complicado processo sociocultural, psicossocial e ideológico destinado a conferir dignidade ao trabalho e ao trabalhador. Daí os tipos, como estereótipos sátiros, irreverentes e críticos, inocentes e negativos, com os quais se taquigrafam e exorcizam traços, figuras e figurações, ou modos de ser, que a nova ideologia dominante rejeita. É claro que o “homem cordial”, “Macunaíma”, “Pedro Malazarte” e “Jeca Tatu”, lembrando a “preguiça” e a “luxúria”, levam consigo várias e notáveis significações, participando da composição e movimentação do imaginário da sociedade e dos seus diferentes setores sociais, em diferentes modulações. Mas também é possível reconhecer que pode haver algum parentesco entre o “homem cordial” e “Macunaíma”, entre outros, lembrando a “preguiça” e a “luxúria”, enquanto figuras e figurações com as quais também se satanizam valores, ideais e modos de ser que floresceram nas cercanias da casa grande, longe das senzalas. O que está em causa, implícita, subjacente ou evidente, é a gênese da nova ética do trabalho como atividade dignificante. Por isso é que “Jeca Tatu” sofre tanto (IANNI, 2002, p. 183-184).

Em texto mais recente, Feres Junior, Nascimento e Eisenberg (2013) são categóricos, ao afirmarem a existência de um pensamento racista em Monteiro Lobato:

Monteiro Lobato era de fato racista. De passagem, não podemos deixar de mencionar que Lobato foi membro da Sociedade Eugênica de São Paulo e amigo pessoal de expoentes da eugenia no Brasil, como os médicos Renato Kehl (1889-1974) e Arthur Neiva (1880-1943), dados que apenas ilustram sua imagem de adepto fervoroso dos ideais eugênicos de melhoramento da raça, refletidos plenamente em seus textos, privados e públicos. Vejamos um trecho de carta endereçada ao médico baiano Arthur Neiva (1880-1943):

“Deversos amigos me dizem: porque não escreve suas impressões? E eu respondo: porque é inútil e seria cair no ridículo. Escrever é aparecer no tablado de um circo muito mambembe, chamado imprensa, e exhibir-se deante de uma assistência de moleque feeble-minded e despídos da menor noção de seriedade. Mulatada, em

summa. Paiz de mestiços onde o branco não tem força para organizar uma Kux-Klan, é paiz perdido para altos destinos. André Siegfried resume numa phrase as duas attitudes. “Nós defendemos o front da raça branca – diz o Sul – e é graças a nós que os Estados Unidos não se tornaram um segundo Brazil.” Um dia se fará justiça ao Klux Klan; tivéssemos ahi uma defeza desta ordem, que mantem o negro no seu lugar, e estariamos hoje livres da peste da imprensa carioca – mulatinho fazendo o jogo do gallego, e sempre demolidor porque a mestiçagem do negro destróe a capacidade constructiva” (EISENBERG; FERES JUNIOR; NASCIMENTO, 2013, p. 82-83).

Os autores do artigo tentam comprovar que “Lobato era *de fato* racista”, ligando-o à Sociedade Eugênica de São Paulo, desprezando as múltiplas definições de “eugenia” e reduzindo o termo a sua relação com o Nazismo, conforme expõem em sua décima nota:

Eugenia, palavra que em grego significa “bem nascer”, é uma ideologia que tem como base o projeto do melhoramento racial da espécie ou de grupos humanos por meio de seu controle reprodutivo, manipulando características fenotípicas, genéticas e psicológicas para tal fim. Historicamente influenciada pelo evolucionismo surgido na segunda metade do século XIX, particularmente o darwinismo social, tal ideologia atingiu grande popularidade na Europa e nos Estados Unidos nas primeiras décadas do século XX, e foi também recebida no Brasil. Com o advento da Segunda Guerra Mundial, e a derrota do projeto eugenista nazista, perdeu grande parte de seu apelo. Para a história geral dessa doutrina ver Carlson (2001). Para sua recepção no Brasil, ver Stepan (1991). (EISENBERG; FERES JUNIOR; NASCIMENTO, 2013, p. 101).

Apesar da interpretação difundida nesses trechos selecionados, é preciso observar mais de perto as nuances e os processos sociais que marcaram a obra e o autor, tratando de períodos diferentes de sua vida por meio da relação de suas posses de capitais com as posições por ele ocupadas no campo. É preciso analisar o processo social que levou Monteiro Lobato a se tornar autor e as condições sociais que o fizeram escrever o que escreveu, da forma como escreveu. Ou seja, é preciso analisar as posições que ocupava nas disputas pelo monopólio do poder político no campo literário. Avaliar tais posicionamentos deve nos permitir analisar melhor as constituições do campo e os capitais simbólicos em jogo assim como esmiuçar a complexa relação de produção intelectual.

#### 4.3 O NETO BASTARDO DO VISCONDE – OU, UM ESCRITOR (QUASE) À MARGEM

Pierre Bourdieu (2005) atentou para a condição do artista, em especial o escritor, agente que ocupa uma posição ambígua no campo de poder, sendo dominante entre os dominados. O escritor está em desvantagem em relação aos que produzem bens econômicos, ao mesmo tempo em que possui vantagem em relação aos agentes desprovidos de capitais culturais e de predisposições corporificadas para produzir e reproduzir esses capitais culturais. O escritor possui ainda certa autonomia relativa no campo artístico, onde dispõe da posse de

bens simbólicos desse campo, os quais fazem parte das pré-disposições corporais desses agentes.

Ao tratar das condições de produção de um campo literário relativamente autônomo na França, de meados do século XIX, Pierre Bourdieu chama a atenção para os polos de tensão constituidores do novo campo que se pretende livre da influência política e econômica sobre o processo de criação literária, em especial quando se refere ao romance. Bourdieu demonstra que no surgimento do campo literário francês:

(...) duas burguesias coexistem no instante, com pesos sociais diferentes segundo os momentos: os “intelectuais proletaróides”, muitas vezes tão miseráveis que, tomando a si próprios como objeto, segundo a tradição das memórias românticas à maneira de Musset, inventam o que se chamará de “realismo”, coabitam, não sem choques, com burgueses transviados ou desclassificados que possuem todas as propriedades dos dominantes, menos uma, parentes pobres das grandes dinastias burguesas, aristocratas arruinados ou em declínio, estrangeiros ou membros de minorias estigmatizadas como os judeus. Esses “burgueses sem um tostão, como diz Pissarro, ou cuja renda serve apenas para financiar uma empresa a fundo perdido, estão como ajustados por antecipação, em seu habitus duplo ou dividido, à posição em falso, a de dominados entre os dominantes, que os condena a uma espécie de indeterminação objetiva, portanto subjetiva, jamais tão visível quanto nas oscilações simultâneas ou sucessivas de sua relação com os poderes (BOURDIEU, 2005, p. 74).

De forma que,

Essa dupla ambivalência os implica a formar uma imagem ambígua de sua própria posição no espaço social e de sua função social: o que explica que sejam levados a fortíssimas oscilações em matéria de política e que como as inúmeras mudanças de regime ocorridas entre os anos de 1830 e os anos 1880 permitem verificar tendam a deslizar, como a limalha, para o polo do campo que se encontra momentaneamente reforçado (BOURDIEU, 2005, p. 74-75).

Se compararmos a análise feita por Pierre Bourdieu às considerações apontadas anteriormente por Sevcenko e nos questionarmos sobre as condições do que poderíamos chamar de um campo literário autônomo no Brasil durante a República Velha, nos deparamos com um quadro de impossibilidade de existência de um campo autônomo pela simples inexistência de número relevante de pessoas alfabetizadas (MICELI, 2001).

Nesse contexto, é preciso dizer que, enquanto as múltiplas posições no campo literário francês do século XIX – chamadas de “realismo”, “arte social”, “idealismo”, “arte pela arte” (BOURDIEU, 2005, p.94) – se estabeleceram em conflitos nos quais a necessidade fora transformada em virtude, estigmas se tornaram insígnias e engessaram as formas do romance. Enquanto campo literário, o Brasil vivia da reverberação do que havia se construído na Europa, em especial na França (CANDIDO, 2000).

A condição de produção intelectual na República Velha do Brasil, entretanto, difere daquelas descritas por Bourdieu, pois o que se tem no Brasil, no início do século XX, é a submissão do campo literário a outros campos. Sergio Miceli (2001) deixa clara a condição de subordinação dos intelectuais em relação aos agentes portadores de maior poder político e econômico no país, o que faz com que os intelectuais brasileiros do período sejam caracterizados como “parentes pobres” da classe dominante, relegados a uma posição “feminina” no trabalho de reprodução.

Afora o fato de que os letrados em questão são originários de famílias oligárquicas cuja situação material está em declínio e cujo único vínculo com as frações dirigentes é de parentesco ou de compadrio, o quadro das características pertinentes extraídas das biografias desses escritores revela duas séries de determinações, uma positiva e outra negativa: o ingresso nas carreiras intelectuais associa-se, de um lado, à posse de trunfos que resultam da posição na fratria ou na linhagem (como, por exemplo, o fato de ser filho único, de ser primogênito, de ser o único filho homem etc.) e, de outro, aos efeitos que provocam *handicaps* sociais (tais como a morte do pai, a falência material da família etc.), biológicos (em especial, nos casos de tuberculose), ou, então, estigmas corporais (como, por exemplo, a surdez, a gagueira etc.) (MICELI, 2001, p. 22).

De acordo com Miceli, as trajetórias sociais acabam por vezes impedindo que um determinado agente consiga alcançar posições dominantes entre as frações dirigentes – posto que deveria herdar devido às predisposições corporais que lhe foram inculcadas e pela expectativa do grupo ao qual pertence. Nessas condições, o herdeiro destituído da herança a qual era destinado, acaba por direcionar suas predisposições corporais forjadas para o trabalho de dominação (trabalho burocrático, econômico ou político) para as atividades intelectuais e literárias, ao decaírem para a posição de “parentes pobres” da oligarquia (MICELI, 2001). Ao que tudo indica, Lobato se encaixaria perfeitamente nesse perfil, em sua trajetória social de herdeiro decadente, embora Miceli não discorra de forma pormenorizada sobre a atuação de Lobato como escritor em sua condição de dominante dominado, junto aos escritores da República Velha, ordinariamente chamados de pré-modernistas (MICELI, 2001).

Monteiro Lobato nasceu herdeiro. Primogênito de duas irmãs, era filho de família tradicional de Paraibuna, possuidora de terras e antigos plantadores de café, embora já em decadência. Sua mãe, Olímpia, era filha bastarda de José Francisco Monteiro, o Visconde de Tremembé, que, embora casado com Maria Belmira de França, possuía várias amantes, entre elas Anacleta Augusta do Amor Divino, com quem teve os filhos, publicamente reconhecidos, Olímpia e José Francisco (CAVALHEIRO, 1955/1962).

Na ausência de outros herdeiros naturais, Lobato e as irmãs foram reconhecidos como tais e acolhidos pelo avô. Assim, Lobato gozou ainda na infância das prerrogativas de ser neto



de Visconde, inclusive, conhecendo pessoalmente o Imperador – quando em 1888, vindo de São Paulo, D. Pedro II se hospedou na casa do então Visconde de Tremembé. Entretanto, a crescente decadência dos barões do café do Vale do Paraíba somada à depreciação simbólica e social da nobreza após a Proclamação da República fizeram-se notar na formação do jovem Lobato, até então herdeiro de um *habitus* da classe dominante. Isso se manifesta, por exemplo, na educação básica irregular de Lobato, já que sua família não tinha condições de financiar seus estudos em São Paulo. Soma-se a isso, o fato de que o ensino em Taubaté, à época, era incipiente. Lobato foi, então, alfabetizado pela mãe e por professor particular, tendo estudado depois em colégios privados de Taubaté.

Mais tarde, em 1895, aos 13 anos, Lobato conseguiu dirigir-se a São Paulo, onde estudou no “Instituto de Ciências e Letras”. Na época, devido à decadência de sua família, foi obrigado a conter gastos, mudando-se com mobília escassa. A herança da família de Lobato estava sendo dilapidada, sendo a Fazenda Santa Maria, de propriedade paterna, vendida. Com parte do dinheiro obtido pela venda, o pai de Monteiro Lobato, José Bento Marcondes Lobato, comprou outra fazenda em Tremembé, utilizando o restante do dinheiro para saldar dívidas com o sogro. Essa situação afligia o jovem Lobato, como pode ser notado a partir de suas lamentações em relação à falta de dinheiro, em carta escrita à mãe, na data de 31 de dezembro de 1895 (LOBATO, 1948/1972).

Do *handicap* social vivenciado por Monteiro Lobato, veio a sua condição de bastardia e a tensão entre o Visconde e sua filha, Olímpia, dada a existência da esposa legal, Anacleta, com quem Lobato desde cedo se indispunha (CAVALHEIRO, 1955/1962). Logo, a orfandade somou-se aos *handicaps* de Monteiro Lobato. Em 13 de julho de 1898, ele perdeu o pai. A mãe faleceu em 22 de junho de 1899, devido a uma doença pulmonar. A guarda de Lobato e de suas irmãs passou ao avô materno, distanciando-os da avó materna, Anacleta.

Lobato tentou cursar a Escola de Belas Artes, mas foi proibido pelo avô, que o obrigou a se matricular no curso de Ciências Jurídicas e Sociais. Embora tenha tentado negociar sua entrada na Escola de Engenharia, o Visconde foi inflexível. O neto matriculou-se, então, na Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Mas, nessa época, Lobato já pertencia a uma classe cuja dominância estava em ampla decadência, apesar de todas as tentativas do governo federal e dos fazendeiros para garantir o preço do café, o que fez com que suas estratégias para a manutenção de sua posição social tivessem poucos resultados, mesmo quando formado em direito, conforme discutirei mais adiante.

Durante a faculdade, Lobato morava em pensões e repúblicas. Foi na última república, apelidada de “Miranete”, que ele travou contato com Godofredo Rangel e Ricardo Gonçalves, com os quais compartilhava sonhos e planos literários. Nesse período, Lobato se aproximou também de pensamentos anarquistas e comunistas; descobriu o pensamento de Gustave Le Bon na obra *L’Homme et les sociétés*, a qual muito lhe impressionou; leu Spencer, Darwin e Nietzsche; e se interessou por positivismo, evolucionismo, darwinismo e materialismo (CAMPOS, 1986).

Com amigos, Lobato formou o “Cenáculo”, grupo de estudantes que discutia questões literárias e filosóficas. O escritor não se destacava na faculdade de direito nem mostrava entusiasmo por questões jurídicas. Considerando, desde então, que a literatura era sua “vocação” – termo utilizado por Edgar Cavalheiro (CAVALHEIRO, 1955/1962) –, confeccionou pequenas produções literárias e contribuiu para pequenos jornais do estado de São Paulo. Por meio de ensaios, folhetins, colunas sociais, propagandas e reportagens esportivas, o autor divulgava seus escritos nos jornais, até então o principal meio de comunicação e vetor de ideais europeizantes, em especial os de origem francesa (CAMPOS, 1986).

Dentre os jornais para os quais Lobato escreveu, o mais relevante no que diz respeito ao número de produções do autor parece ser *O Minarete*, fundado em Pindamonhangaba, por Benjamim Pinheiro, um amigo de Lobato. Nessas páginas, o escritor tratava especialmente de questões políticas da cidade, ajudando o amigo Benjamim Pinheiro a ascender à posição de prefeito do município. Além disso, publicava em folhetins a novela *Os Lambe-Feras*, sempre sob o pseudônimo Yewsky. Desse pequeno jornal, foram aproveitados diversos contos, dos quais alguns foram publicados mais tarde em *Cidades Mortas*. Dentre eles, foram aproveitados *A Cruz de Ouro*, *De como quebrei a cabeça à Mulher do Melo*, *Porque Lopes se casou* e *O luzeiro agrícola* (CAVALHEIRO, 1955/1962, p. 69).

Apesar da publicação precoce em jornais, algumas considerações são necessárias para se entender a importância relativa de *O Minarete* e dos escritos nele publicados, a fim de evitar o equívoco de se considerar a publicação uma grande obra de obtenção e acumulação de capital simbólico por parte de Lobato. *O Minarete* foi composto por:

(...) modesta fôlha de quatro páginas, às vezes seis, e excepcionalmente oito, formato 25x35. Seis meses depois passaria a novo formato, 30x43... Graças à luta do “Minarete”, Benjamin Pinheiro botou a situação a baixo, subindo como à Prefeitura. O jornalzinho permitiu ao grupo grandes proezas. Logo no primeiro número, sob o pseudônimo de Yewsky, Lobato dá início à publicação em folhetim de “Os Lambe-Feras”. O jornal era todo êle redigido em São Paulo pelos componentes do “Cenáculo”. De Pindamonhangaba, Benjamin escrevia: “Zé Bento: Preciso de um artigo bastante severo, atacando a Câmara por causa de uma racha na parede do

teatro. E ouro sôbre o capim que há nas ruas”. Ou então: “Há um chafariz sem água em tal largo. Meta o pau”. Ou então ainda: “É preciso por culpa na Câmara do preço da carne. Quero um artigo intitulado “Carnes Verdes” meta o pau na Câmara”. (CAVALHEIRO, 1955/1962, p.64-65).

Imaginemos, por um instante, a ínfima tiragem de tal jornal, dada a diminuta população de Pindamonhangaba em 1903, que contava com 22.932 habitantes, enquanto *O Povo*, de Caçapava, do qual Lobato também participara, era destinado a uma população de 15.704 habitantes, conforme dados do *Almanak Laemmert do Rio de Janeiro*, de 1904 (MUSEU NACIONAL, 2016). Descontando os analfabetos, o número de leitores do jornal era ínfimo.

*O Combatente*, lançado na cidade de São Paulo, parece ser o jornal sociologicamente mais relevante para essa análise, pois, além de ser publicado na capital, tinha a sua crítica voltada aos inimigos de Lobato e do *Minarete*. Sobre esse jornal, Cavalheiro diz ter sido propriedade de Oscar Breves:

(...) funcionário dos Correios em São Paulo, que mantinha um jornaleco dêesses de “pegar anúncio”, intitulado “O Combatente”. Assim como Lobato punha e dispunha de Benjamim, Ricardo mandava e desmandava no Breves. Não satisfeito com as páginas de “O Minarete”, o grupo do “Cenáculo” tomou de assalto “O Combatente”. E liderados por Tito Franco, tanto fizeram que o jornal acabou fechado pela polícia. Pois enquanto o jornalzinho de Pinda se limitava a desovar literatura ou combater impessoalmente a política local, no “O Combatente” levavam o tempo todo a “serrar figuras da mocidade elegante de São Paulo” (CAVALHEIRO, 1955/1962, p. 66).

Qual a motivação que levava Lobato e seus amigos, estudantes de direito do Largo São Francisco, a tripudiar sobre a dita “mocidade elegante de São Paulo”? Ora, Monteiro Lobato era herdeiro legítimo do avô cafeicultor e, outrora, Visconde de Tremembé. Entretanto, ele viria a herdar uma fazenda falida. O título de Visconde era marca desbotada de um prestígio passado; as terras valiam cada vez menos; e a educação foi feita aos retalhos. Longe da periférica Taubaté, os capitais acumulados por Lobato de pouco ou nada lhe valiam. Enquanto o autor, em sua infância de menino de roça, brincava com sua espingarda *Flaubert* na fazenda onde morava, seus futuros colegas de faculdade e concorrentes literários estavam a aprender piano ou eram introduzidos às bibliotecas paternas – materialização do capital cultural acumulado pela elite paulistana e que deveria ser transmitido aos filhos. Mas o jovem Lobato não dispunha em sua infância, entretanto, de um meio intelectualizado onde pudesse se formar, já que, segundo Edgar Cavalheiro (1955/1962), o avô do escritor era mais afeito às carícias femininas do que às atividades intelectuais. Dessa forma, somos levados a crer que, quando criança, Monteiro Lobato andava às cegas entre os livros herdados.

Enquanto esperava por sua herança material, Lobato dispunha de pouca mobilidade e dependia da vontade do avô. Não viajava à Europa, nem tinha dinheiro para frequentar a alta sociedade paulista. Se pudermos levar a sério os biógrafos do autor, temos que concordar que Lobato vivia uma vida simples em São Paulo, assim como viviam seus companheiros do “Cenáculo”.

Sobre o margeamento de Lobato e seus amigos do Cenáculo, é ainda importante atentar para o fato de que não apareceram mulheres em suas juventudes, sendo todos celibatários. Tal assunto foi comentado por Lobato a Rangel, em carta de 30 de setembro de 1904: “Se aqui não aparece mulher que corrobore e vivifique, aqui que é S. Paulo, que esperar dessas terras que só expluem queijos?” (LOBATO, 1944/1972, p. 45).

#### 4.4 OBLIVION E ITAOCA

Formado bacharel em direito em 1904, Monteiro Lobato voltou a morar em Taubaté, então a mais desenvolvida cidade do Vale do Paraíba. De lá, Lobato escreveu para os colegas de faculdade e, em uma dessas cartas, dirigida a Tito Lívio Brasil, datada de 1905, apresentou comentários claramente inspirados em teorias raciais vigentes no campo médico científico da época. Esses argumentos eram certamente coerentes com o conhecimento científico adquirido por Lobato enquanto estudante na faculdade de direito de São Paulo, podendo ser utilizados para corroborar as interpretações que sugerem a presença de um pensamento racista nas obras do autor. A carta responde a um comentário que Tito havia feito sobre uma novela de Lobato, *Os Lambe-Feras*. Nela, Lobato trata do sentimento de “fatalismo” que guiava a sociedade brasileira:

Ha o Fatalismo que os guia e dirige; não o Fatalismo oriental dum Deus destino que previu e acertou tudo, mas o fatalismo das inclinações, dos pendores, herdados com o sangue e depurados pelo meio. A mesma lei que faz a criança filha do negro sair, em quaisquer condições do meio e da cultura em que seja colocada, com a pele preta do pai, faz tambem uma raça conservar sempre os característicos morais de seus antepassados. No caso individual só um sangue mais elevado, um sangue mais superior, poderá transfundir nos entes novos o germe da progressividade; no caso segundo, só a emigração e a consequente fusão de sangue superior trará uma aptidão congenita para o progresso. É o nosso caso. As melhores leis, os homens mais sábios a ciencia inteira a nosso serviço, não aumentaria de um grão a nossa progressividade. A educação (porque isso seria educação) não operaria na essência do homem, e sim na superficie.

É necessario para que o Brasil ganhe algum dia o estado que almeja da civilização, que a grande qualidade que falta ao mesmo se torne congenital pela inoculação dos virus modificadores. Faltava-nos aptidão para o trabalho, espirito de iniciativa e ambição. Como poderão ser inoculadas essas qualidades na massa do nosso sangue? Pela educação, propaganda, exemplo, necessidade? Não. Tudo isso junto seria improficuo.

É pelo italiano e pelo alemão que esse vírus, essa vacina será lançada em nossas veias, e portanto o maior patriota no momento atual é aquele que se casa com uma italiana ou uma alemã e vai trabalhar como um mouro nos campos e fazer bons filhos, sacudidos e espertos.

Parabéns, portanto, ao grande patriota do Julio Ramos. O filho dele será talvez esse ítalo-brasileiro incapaz de não publicar um artigo sobre arte. Nascerá com esse acréscimo de superioridade intelectual; um senso estético mais desenvolvido. (LOBATO, 1947/1972, p. 34).

Inegavelmente, esses argumentos coadunam com os que são elencados pelos que defendem a teoria da existência de um monopólio da tese de branqueamento no Brasil. Nesse escrito, Lobato compartilha de uma perspectiva que considera a intrusão de sangue europeu e a miscigenação da raça brasileira como soluções únicas para o desenvolvimento da nação. Entretanto, uma pergunta se faz necessária: será essa interpretação da realidade social, submetida a leis biológicas e racialistas, a que vai permanecer nos escritos posteriores de Lobato? O escritor que encontra, aqui, no “sangue” italiano ou alemão, a explicação para os males da nação é o mesmo que escreverá, dez anos depois, os contos que vieram a compor a obra *Urupês*?

O que aparece nas cartas que o jovem Lobato recém-bacharel escreveu para Godofredo Rangel demonstra que, desde seus primeiros dias de regresso a Taubaté, nutria uma grande insatisfação para com a terra natal, talvez por sentir-se como um rei sem um reino, ou como o herdeiro que, voltando de uma longa batalha, encontra seu castelo reduzido a ruínas.

Aqui no exílio a modorra é um mal ambiente que derruba até os mais fortes. Exílio, Rangel, pura verdade! Saltar da libérrima vida estudantina de S. Paulo e cair nesse convencionalismo de aldeia... (LOBATO, 1947/1972, p. 53).

Da mesma forma, Lobato entendeu a recepção de boas vindas pela sociedade taubateana como uma manifestação de apreço ao Visconde e à sua condição de “neto de Visconde”, e não como uma celebração de sua formatura ou do valor que o autor julgava possuir.

Ainda comentando sua inadaptação em Taubaté, Lobato lamentava ter sido convidado para fazer parte da Irmandade do Santíssimo Sacramento – a qual, ironicamente, definia-se como uma “*espécie de “Ku-Klux-Klan local”* –, desabafando em carta de 30 de dezembro de 1904:

Ah, Rangel, eu brinco mas o desespero anda a assaltar-me. Meu progresso de burrificação marcha firme. Este ar, esta coisa chamada “interior”, arrasa uma criatura em poucos meses. *Sinto que estou me tornando tapera* – com pés de joás, erva de Santa Maria, cordão-de-frade e guanxumas no terreirinho outrora tão limpo... As ideias vem-me lorpas, com o carimbo local, ideias de boticario da roça (LOBATO, 1944/1972, p. 57-58, grifo nosso).

Parece implausível afirmar que esses comentários seriam produtos de devaneios de tédio de um gênio literário e, tampouco, parece sensato reduzir essa “inconformidade” com a elite taubateana a uma espécie de performance do jovem aspirante a autor na constituição premeditada de sua “biografia”, construída por suas correspondências. Lobato parece, para usar um termo vulgar, “deslocado”. As condições reais de realização de seu destino social, enquanto herdeiro de fazenda cafeeira e neto de Visconde, escapavam por entre seus dedos, decompondo-se frente aos novos rumos econômicos e sociais tomados pela nova elite industrial.

Em outubro de 1906, Lobato conseguiu uma promotoria interina em Taubaté. Premeditava noivar-se com Maria Pureza Natividade, chamada Purezinha, neta de um antigo professor de Lobato, o Dr. Quirino. Porém, foi impedido pelo avô, que exigiu do neto, no mínimo, uma promotoria efetiva antes que assumisse compromissos matrimoniais (CAVALHEIRO, 1955/1962). Inconformado com sua condição financeira, com a falta de perspectiva e com a decadência econômica do Vale do Paraíba, Lobato escreveu a Rangel, contando sobre seus encantos em relação à terra roxa e ao novo progresso do café no estado de São Paulo.

Corri as linhas da paulista, Mogiana e Sorocabana, com paradas nas inconcebíveis cidades que da noite para o dia o café criou – S. Carlos, um lugarejo de ontem, hoje com 40 mil almas; Ribeirão Preto, com 60 mil; Araraquara, Piracicaba a formosa e outras. Vim de lá maravilhado e todo semeado de coragens novas, pois em toda a região da Terra Roxa – um puro óxido de ferro – recebi nas ventas um bafo de seiva, com pronunciado sabor de riqueza latente.

Em Ribeirão, a colheita do município foi o ano passado de 4 e meio milhões de arrobas – coisa fabulosa e nunca vista. Um fazendeiro, o Schmidt, colheu, só ele, 900.000 arrobas. Costumes, hábitos, ideias, tudo lá é diferente destas nossas cidades do velho S. Paulo e da tua Minas. Em Ribeirão dizem que ha 800 “mulheres da vida”, todas “estrangeiras e caras”. Ninguém “ama” ali á nacional. O Moulin Rouge funciona há 12 anos e importa champanha e francesas diretamente (...)

Lá ninguém *mora*; apenas *estaciona* para ganhar dinheiro. Esse meu longo passeio de 3.453 quilômetros de via ferrea bulio muito com as minhas ideias. Tenho que estacionar lá também, Rangel. Estou apertando minhas cunhas para ser nomeado para Ribeirão ou coisa equivalente (...)

Saiamos destas nossas cidades clóricas, Rangel onde não dá italiano. Se permaneces por ai nessas Minas acabas criando urupês na raiz da alma, ficas todo musgo e limos na faculdade da ação... (LOBATO, 1944/1972, p. 86) [Carta de 18 de Janeiro de 1907].

Nesse momento, os sonhos dourados do jovem Lobato estão no Oeste paulista, onde, diferentemente do “Velho Vale do Paraíba”, era lugar de dinheiro, progresso, possibilidades para o jovem bacharel tornar-se o que deveria ser: um membro da elite influente, que pudesse ordenar os rumos da nação que começava a se tornar o Brasil. No Oeste, o “neto do

Visconde” acreditava que poderia reconquistar o prestígio perdido. Para o Lobato adulto, a casa do avô era a materialização da ruína, assim como o era todo o Vale do Paraíba, então em ampla decadência. A vida era ainda a vida da colônia. Lobato reclamava de Taubaté, a decair com a parte economicamente senil do Estado, como pode ser observado na carta a Rangel, datada de 02 de abril de 1907, diz:

Tudo Africa , neste século de Ruskin e do *arbo-day*.

Ha uma semana que estou preso em casa porque lá fora a semana é santa. Ha procissões de pretos e brancos a atravancar as ruas. Nas igrejas, muito consumo de agulhas e fumaças cheirosas, e litânias. Por toda parte, povo – o nosso povo, essa coisa feia, catinguda e suada. Sovacos ambulantes. A *cohue*, Rangel; a *cohue*, Rangel. A carapinha assanhada, a venta larga “fuzilando”, o coronel, o xale das mulheres, o chapéu-duro e a roupa preta das “pessoas gradas”. Rangel, Rangel... Os olhos cansam-se de feiuras semoventes. Que urbes, estas nossas! As casas são caixões com buracos quadrados. E nem sequer os velhos beirais: inventaram agora o horror da platibanda. Não ha mulheres, há macacas e macaquinhas. Não ha homens, ha macacões. Raro um tipo decente, uma linha que nos leve os olhos, uma cor, uma nota, um tom, uma atitude de beleza-nada que lembre a Grécia.

A Plebe, só ela, com o seu *fatras* democratico e religioso, a expluir vulgaridade e chateza. (LOBATO, 1944/1972, p. 88).

O que incomodava esse herdeiro de grandes terras vazias não parecia ser a existência de negros pela rua, como pode sugerir uma primeira leitura, mas a ausência do que herdar (talvez, o maior *handicap* de Lobato), a ausência de uma “civilização”, de “progresso”, em uma cidade cheia de mulheres de xale, homens vestidos de roupas pretas e chapéu duro, e sem a composição de uma bela arquitetura.

Lobato reclamava de Taubaté ser “Tudo África”, de maneira claramente preconceituosa. Porém, não se referia a uma real presença africana, cultural ou biológica; utilizava o termo “África” como metáfora, ao qual contrapunha o “século de Ruskin e do *arbor-day*”. Nas palavras pouco elogiosas que dirigiu ao “povo”, Lobato somou “pretos” e “brancos” bem como colocou ombro a ombro “a carapinha assanhada” e a “venta larga” com “o coronel, o xale das mulheres, o chapéu-duro e a roupa preta das ‘pessoas gradas’”. Atacou a *urbes*, composta de “prédios feios” e que em nada lembrava a “Grécia”. Talvez, a leitura mais adequada do pensamento de Monteiro Lobato, nesse período, seja pelo prisma de seu *habitus* constituído para a dominação, em dissonância com as possibilidades reais de dominância, em uma condição de decadência. Mas a culpa, Lobato atribui à cidade e à decadência econômica, que tornaram o Vale do Paraíba uma “África” em vez da idealizada “Grécia”.

Essas passagens das cartas, descritas acima, podem ser esclarecedoras quanto ao sentido da crítica interna à obra de Monteiro Lobato, ainda mais quando comparadas às suas obras especificamente literárias, as quais, supostamente, teriam sido escritas nesse período de

“exílio” nas “cidades mortas”. No segundo livro publicado, *Cidades Mortas: Contos e Impressões*, lançado somente em 1919, o autor diz pertencer a “um punhado de coisas antigas, impressões de uma mocidade que vegetou no ambiente marasmático das cidades mortas. Oblivion, Itaoca...” (LOBATO, 1919/2010). O ensaio que dá nome à coletânea é datado de 1906 e se destaca nesse sentido.

O texto *Cidades Mortas* é uma descrição da vida social nas cidades abandonadas pela vida produtiva e uma tentativa de explicar a causa da condição de improdutividade.

(...) quem em nossa terra percorre tais e tais zonas, vivas outrora, hoje mortas, ou em via disso (...) uma verdade (...) ressurre (...) nosso progresso é nômade e sujeito a paralisações súbitas. Radica-se mal. (...) deixando atrás de si um rastilho de *taperas*. A uberidade nativa do solo é o fator que o condiciona [quando esta se esvai, não sendo recomposta por adubos como acontecia no velho mundo] foge dela o capital – e com ele os homens fortes, aptos ao trabalho. *E lentamente cai a tapera nas almas e nas coisas* (LOBATO, 1919/2010, p. 21, grifo nosso).

Em São Paulo, para Lobato, um exemplo disso era o “Norte” do Estado: Ali “tudo foi, nada é”:

Um tanto de cidades moribundas arrastam num viver decrepito, gasto em chorar na mesquinhez de hoje as saudosas grandezas de dantes. (...) Erguem-se por ali soberbos casarões apalaçados, de dois e três andares, sólidos como fortalezas, tudo pedra, cal e cabiúna; casarões que lembram ossaturas de megatérios donde as carnes, o sangue, a vida para sempre refugiram. Vivem dentro, mesquinamente, vergôntes mortícias de famílias fidalgas, de boa prosápia entroncada na nobiliarquia lusitana. Pelos Salões vazios, cujos frisos dourados se recobrem da pátina dos anos e cujo estuque, lagartado de fendas, esboroa à força das goteiras, paira o bafio da morte. Há nas paredes quadros antigos, crayons, figurando esfinges de capitães-mores de barba em colar. Há sobre os aparadores Luís XV brônzeos candelabros de dezoito velas, esverdecidos de azinhavre. Mas nem se ascendem as velas nem se guardam os nomes dos enquadros – e por tudo se agruma o bolor rancido da velhice” (LOBATO, 1919/2010, p. 21-22).

A decadência atingiu os membros da elite, famílias fidalgas, que, como a família do próprio Lobato, já não eram o que haviam sido e o que “deveriam ser”. Além da decaída descendência aristocrática, corroída junto com seus móveis, essas famílias viviam em condições muito próximas à camada plebeia da sociedade:

O resto é a *mob*: velhos mestiços de miserável descendência, roídos de opilação e álcool; famílias decaídas, a viver misteriosamente umas, outras às custas do parco auxílio enviado de fora por um filho mais audacioso que emigrou. “Boa gente”, que vive de aparas (LOBATO, 1919/2010, p. 22).

Tanto a *mob* quanto a fidalguia estavam sendo arrastadas pela morbidez da ausência de progresso. Faltava ao lugar os “fonfons de auto”, os “pregões italianos”, os “plás-plás de mascotes sírios”. Só se ouvia, nessas cidades, “os velhos sons coloniais”, vitimados pela “tapera” que tomava conta das almas e das coisas (LOBATO, 1919/2010, p. 23).



Lobato aproxima os polos ao colocá-los sob a mesma condição de desgraça e degenerescência social, além de buscar a determinação dos elementos econômicos que colaboraram para o fracasso das cidades.

Embora a associação entre “italianos” e desenvolvimento econômico fosse óbvia e esperada, segundo as teorias de “branqueamento”, é curiosa a associação feita entre “sírio” e progresso. Isso colocava em questão a “hegemonia” de um tipo de pensamento racial no período de 1870 a 1930, conforme se diz sobre o “racismo científico” no Brasil. Na visão de Lobato, se as cidades do Vale do Paraíba viviam nessas condições coloniais, as condições das zonas rurais não eram mais promissoras. No campo, “reïnham soberanos a saúva e seus aliados, o sapé e a samambaia” (LOBATO, 1919/2010, p. 23). Estariam as causas desses males, para Lobato, ligadas ao fim da escravidão? O autor ligaria a esse acontecimento a decadência do Império e, conseqüentemente, de sua classe social? Não parece ser o caso. Lobato apontava, como causas do atraso e do subdesenvolvimento da região, o café e a economia baseada na monocultura, bem como a estagnação das coisas e dos seres. O produto dessas variáveis era chamado por Lobato de *tapera*, consequência do abandono dos capitais monetários de certas regiões do país. De acordo com a leitura de Lobato, pelas terras do Vale do Paraíba:

(...) passou o Café, como um Átila. Toda seiva foi bebida e, sob forma de grão, ensacada e mandada para fora. Mas do ouro que veio em troca nenhuma onça permaneceu ali empregada em restaurar o torrão. Transfigurou-se para o Oeste, na avidéz de novos assaltos à virgindade da terra nova... (LOBATO, 1919/2010, p. 24).

Parece difícil defender, depois dessas passagens, o argumento de que Lobato atribuía a decadência do Vale do Paraíba a questões raciais ligadas ao fim da escravidão, à decadência do Império e à mistura de raças. Ainda sobre a divisão que Lobato fazia da população das “Cidades mortas” – entre a *mob* de mestiços decadentes e os descendentes de famílias fidalgas em decadência –, é preciso reforçar que a perspectiva de onde partiam seus argumentos não pode ser considerada especificamente “racista”. Sobre os moradores do campo, o autor afirmou:

Agregados dispersos [que] subsistem unicamente como lagartixas na pedra, um pugilo de caboclos opilados, de esclerótica biliosa, inermes, incapazes de fecundar a terra, incapazes de abandonar a querência, verdadeiros vegetais de carne que não florescem nem frutificam – a fauna cadavérica de última fase a roer os derradeiros capões de café escondidos nos grotões (LOBATO, 1919/2010, p. 23-24).

Mas, antes de fazer tais afirmações, Lobato disse que os donos das terras as abandonaram, indo viver em São Paulo, no Rio de Janeiro ou na Europa, enquanto os colonos mestiços aptos ao trabalho teriam rumado para o Oeste, seguindo a rota do progresso nômade, deixando para trás somente os incapazes.

Monteiro Lobato escreveu a maior parte desses textos quando saiu “à cava” de uma vaga como promotor no Oeste do estado. Lobato não conseguiu o posto nas zonas prósperas da “terra roxa”, mas em março de 1907 foi nomeado promotor de Areias, pequena cidade abandonada no decadente Vale do Paraíba. Nesse ponto, Campos (1986) nos chama a atenção para um ponto de extrema relevância para este estudo:

(...) no ano de 1907, Lobato foi nomeado promotor público na cidade de Areias, uma das cidades mortas do Vale do Paraíba. A “cavação da promotoria”, como ele próprio definiu, deveu-se às relações de sua família com o então secretário de Estado, Washington Luiz.

Este episódio também nos dá uma ideia de como era grande a pressão por empregos públicos feita pelos bacharéis das famílias oligárquicas decadentes (CAMPOS, 1986, p. 10).

Segundo Campos (1986), a família de Lobato já não poderia ser considerada rica nos finais do século XIX, sendo que o capital social herdado lhe valeria mais que a fazenda Buquira. Os grandes investimentos nas plantações de café estavam agora no Oeste do estado de São Paulo, enquanto no Vale do Paraíba restavam apenas fazendas decadentes e arremedos de industrialização têxtil – atividade na qual a família de Lobato não tinha participação. Talvez tenha sido essa condição que tenha levado o autor à vida literária – espaço onde, talvez, pudesse empregar com mais sucesso sua economia corporal, ocupando sua posição de dominante entre os dominados.

Ao que tudo indica, naquele dado momento, o capital social da família do Visconde de Tremembé valia muito mais do que seu capital econômico. Mas aquele também não valia muito, dado que Lobato vislumbrava antes um posto em uma das cidades então em pleno desenvolvimento do Oeste de São Paulo. Sobre a obtenção de seu cargo, em carta de 14 de abril de 1907, Lobato escreveu a Rangel:

O meu atraso epistolar tem origem na “cavação da promotoria” em que me empenhei em fevereiro e só agora, 4 de março, consegui levar a efeito, com derrota de um exército de candidatos. Estou nomeado promotor público da comarca de Areias, que deve ser nalgum lugar. (...) Cento e tantos candidatos para esse ossinho – informou-me o próprio secretário Washinton Luis (com “s” – ele faz questão). Foi trunfo decisivo uma carta de meu avô ao general Glicério. De lá – de Areias – passarei para uma comarca da Terra Roxa, a terra abençoada onde se ganha dinheiro... E então casa-se” (LOBATO, 1944/1972, p. 89).

Nesse sentido, as estratégias de manutenção da posição de dominância pela “escolha” de um curso que possibilitasse adentrar nos quadros dirigentes da classe dominante não surtiram o efeito esperado, constituindo o mesmo complexo apresentado por Miceli.

Para aquelas famílias em declínio que ocupam uma posição em falso em virtude de desequilíbrio entre o capital material dilapidado e o capital social disponível, a única possibilidade de reconversão depende das possibilidades de fazer valer o capital de relações sociais – em especial em conjunturas estratégicas como a educação dos

filhos, a “escolha” dos cursos superiores, o casamento, a nomeação para cargos públicos etc. –, por ser o único com que ainda podem contar para escapar a um rebaixamento ainda maior. Não obstante, qualquer que seja a maneira como essas famílias lançam mão da rede de prestações e contraprestações que essa espécie de capital lhes proporciona, tais estratégias não conseguem devolver a essas famílias sua posição social anterior (MICELI, 2001, p. 23).

De Areias, Lobato continuou a escrever a Rangel, ao qual relatava suas impressões do lugar. Em uma carta de 14 de maio de 1907, ele afirma:

Areias, Rangel! Isto dá um livro a Euclides (...). Areias, tipo de ex-cidade, de majestade decaída. A população de hoje vive do que Areias já foi. Fogem da anemia do presente por meio de uma eterna imersão no passado. Há casos, há crimes estupendos do período da passada grandeza (LOBATO, 1944/1972, p. 93).

As descrições feitas pelo autor, em grande parte de seus contos, fazem referência àquela vida de Areias, pretendendo revelar a dinâmica social daquele lugar esquecido. Diante da pasmeira e da decadência local, inspirado por valores literários helênicos – as quais produzem oposições estéticas entre o sublime e o grotesco (cotidiano) – ao ler Homero em Areias, Lobato escreveu a Rangel em 3 de fevereiro 1908: “Que diferença de mundos! Na Grécia, a beleza; aqui, as deformidades. Aquiles lá; Quasimodo aqui. Esteticamente, que desastre foi o cristianismo com sua insistente cultura do feio!” (LOBATO, 1944/1972, p. 113). Suas produções literárias de então eram análises do subdesenvolvimento e da decadência da região – males que lhe atingiam em cheio, já que na Areias de 1907 encontrou um pálido espectro do que ela havia sido, passando de produtora de 78% do café paulista, em 1854, para uma produção inferior a 4%, em 1907 (CAVALHEIRO, 1955/1962). Ao descrever o “subdesenvolvimento” e a “decadência” da cidade, Monteiro Lobato destacava também as condições precárias da posição que ocupava.

O conto *A vida em Oblivion*, também impresso em *Cidades Mortas* (1919), mas datado de 1908, traz aspectos interessantes sobre a perspectiva de Lobato em relação à Areias.

A cidadezinha onde moro lembra soldado que fraqueasse na marcha e, não podendo acompanhar o batalhão, à beira do caminho se deixasse ficar, exausto e só, com os olhos saudosos pousados nas nuvens de poeira erguidas além.

Desviou-se dela a civilização. O telégrafo não a põe à fala com o resto do mundo, nem as estradas de ferro se lembram de uni-la à rede por meio de humilde ramalzinho.

O mundo esqueceu Oblivion, que já foi rica e lépida, como os homens esquecem a atriz famosa logo que se lhe desbota a mocidade. E sua ida de vovó entrevada (...) é humilde e quieta como a do urupê escondido no sombrio dos grotões (LOBATO, 1919/2010, p. 27).

Mais adiante, ele afirma:

Atraídos pelas novas terras, de feracidade sedutora, abandonaram-na seus filhos; só permanecem os de vontade anemimiada, faquirianos. “Mesmeiros”, que todos os

dias fazem as mesmas coisas, dormem os mesmos sonhos, comem as mesmas comidas, comentam os mesmos assuntos, esperam o mesmo correio, gabam a passada prosperidade, lamuriam do presente e pitam longos cigarrões de palha, matadores de tempo (LOBATO, 1919/2010, p. 27-28).

Repetindo os argumentos, os males de *Oblivion* eram comungados por todos, *mob* ou fidalgos, e a causa do atraso da cidade era seu desgaste econômico, que a levava a ser “esquecida” pelo mundo e abandonada pelos filhos produtivos, passando a viver como urupê por ter fraqueado na marcha pelo progresso. Segundo essa leitura sobre os escritos de Lobato, o desequilíbrio social não era causado pela mistura de raças. O termo raça aparece, em outro momento de *Cidades Mortas*, no singular, quase como sinônimo de nacionalidade. Vejamos:

O velho Torquato dá relevo ao que conta à força de imagens engraçadas ou apólogos. Ontem explicava o mal da nossa raça: *preguiça de pensar*. E restringindo o asserto a classe agrícola: Se o governo agarrasse um cento de fazendeiros dos mais ilustres e os trancasse nesta sala, com cem machados naquele canto e uma floresta virgem ali adiante; e se naquele quarto pusesse uma mesa com papel, pena e tinta, e lhes dissesse: “Ou vocês *pensam* meia hora naquele papel ou botam abaixo aquela mata”, daí a cinco minutos *cento e um* machados pipocavam nas perobas!....(LOBATO, 1919/2010, p. 37).

Durante o período em que viveu como promotor de roça, Lobato deu início à construção, junto com Godofredo Rangel, de uma proposta estilística e literária fortemente marcada por nomes europeus. O ano de 1909 foi gasto em leituras e avaliações estéticas: leu Kipling, Maupassant, Dostoiévski, Balzac, Machado de Assis e Camilo Castelo Branco, além de acompanhar os escritos de Euclides da Cunha. Estes últimos foram apreciados por Lobato desde *Os Sertões*, o que o incentivava a tratar da oposição entre o sertão e o litoral, tema tão precioso aos autores da chamada “Geração de 1870”, conforme apresentado acima. Nessa época, Lobato pretendia lançar um livro de contos em parceria com Rangel, com o qual já escrevera para pequenos jornais. Dessa vez, porém, almejava algo de grande monta, em que os dois poderiam apurar o estilo e se estabelecer nacionalmente como escritores. É nesse período que Lobato escreveu os contos *Bocatorta* e *Os Faroleiros*. Enquanto discutia sobre estilo com Rangel, Lobato fazia comentários que são interessantes para esta pesquisa tanto por sua metáfora biologicista e racial, quanto pela peculiaridade de suas conclusões e pela expressão da posição ocupada pelo autor no campo literário e médico-científico.

A parte que as línguas têm de comum é como a estrutura óssea das várias raças humanas, coisa que não varia apreciavelmente; o que as distingue, o que faz o inglês, por exemplo, ser tão diverso do italiano são as feições, os trajes, os modos e as modas de cada um, isto é, os *idiotismos fisionômicos*. Note, observe. Fulana, a moça mais graciosa de rosto de todas que enfeitam aí essa tua cidade do Machado, que é que nela a distingue das demais e lhe dá aquela graça especial? O idiotismo com que a natureza a dotou; o narizinho arrebicado, a curva da boca, o modelo do queixo, particularidades essas todas, que fogem à correção ideal e clássica das linhas dum rosto normal. Por que é o português de Portugal tão superior ao português do

Brasil? Porque é muito mais *idiotizado* pela colaboração incessante do povo, ao passo que aqui o povo praticamente não colabora na língua geral – vai formando dialetos estaduais como na Itália (LOBATO, 1944/1972, p. 148).

Primeiro, Lobato considerou que a variedade das raças humanas (no plural) se dava pelos detalhes fisionômicos aos quais pertenciam as “feições”, “os modos e as modas”. Enquanto a estrutura óssea não variava de forma drástica, considerava a diferença entre as raças como simples “idiotismos fisionômicos” e não como diferença fundamental. Depois, o autor encontrou a riqueza do “português de Portugal”, não na pureza ou força do sangue, mas na “colaboração incessante do povo”, ao passo que lamentava o “fato” de que “aqui o povo praticamente não colaborava na língua geral”, isolando-se e produzindo dialetos, o que aproximaria a estrutura da língua no Brasil à da Itália, menos rica e mais romana. Assim, apontava para um sentido nitidamente oposto ao presente na carta de 1905, escrita a Titio Lívio Brasil, na qual propôs a introdução de sangue europeu como forma de sanar as máculas da nação brasileira.

Tais afirmações, mesmo que pareçam direcionar para uma posição marginal no campo científico da época, são vagas e indefinidas, sem que possamos filiar Lobato a uma posição absoluta em relação à definição racial médica-científica. Mas o que podemos dizer sobre a posição ocupada por Monteiro Lobato, enquanto promotor de roça e produtor no campo literário? Como sua posição de dominado entre os dominantes pode contribuir para a constituição das opiniões sociopolíticas de Lobato, e como a posição do autor no incipiente campo literário brasileiro contribuiu para a definição do tipo literário Jeca Tatu (definição que é ao mesmo tempo um ponto no espaço de disputas pelo monopólio da definição do real)? Tentarei responder a tais questões nos próximos tópicos.

#### 4.5 FAZENDA

Em março de 1911, morreu o Visconde de Tremembé, avô materno e tutor de Monteiro Lobato e suas duas irmãs. A herança do Visconde foi dividida entre Lobato e as irmãs caçulas, sendo menor do que o herdeiro esperava – a importância foi inferior a 300 contos: 297: 178\$000, em seu total (CAVALHEIRO, 1955/1962). Do fracionamento dos bens, coube a Lobato a Fazenda Buquira, cerca de dois mil alqueires, na Serra da Mantiqueira. O herdeiro negou-se a vender a fazenda; o preço estava em baixa e Lobato decidiu administrá-la, transferindo-se para lá em 1911. Aplicou-se à vida de fazendeiro, importando máquinas dos Estados Unidos, criando galinhas e porcos de raças importadas. Mas, apesar dos esforços

modernizadores, a fazenda estava em franca decadência, e com os anos, a situação só se agravou. As terras estavam exauridas por métodos arcaicos e décadas de monocultura.

Da fazenda, escrevia a Rangel, contando sua intenção de vendê-la. Planejava dedicar-se à construção de um colégio para meninos ricos, em Taubaté, ou um leprosário, em São José dos Campos. Em carta datada de 7 de fevereiro de 1912, é possível ler essas considerações, além de outras colocações reveladoras sobre o processo de criação do tipo literário do caboclo.

Já te expus a minha teoria do caboclo, como piolho da terra, o *porrigo decalvans* das terras virgens? Ando a pensar em coisas com base nessa teoria, um livro profundamente nacional, sem laivos nem sequer remotos de qualquer influencia europeia...” (LOBATO, 1944/1972, p. 174).

Nesse trecho, aparece a primeira menção ao caboclo como “piolho da terra”, expressão que será consagrada anos mais tarde em *Velha praga e Urupês*. A menção que Lobato faz do caboclo nessa carta, apesar da agressividade e da forma extremamente pejorativa, não se relaciona às teorias racistas como supõem os críticos do autor.

Na carta seguinte, de 9 de abril de 1912, Lobato escreveu mais uma vez sobre o caboclo ao amigo Rangel: “Vou ver se consigo escrever um conto, o *porrigo decalvans*, em que considerarei o caboclo um piolho da terra” (LOBATO, 1944/1972, p. 174).

Em outra menção, afirma:

A maior delicia da minha vida de roça aqui é justamente lidar com pintos, com perus, com bois e cavalos, e do bípede humano só me meter com essa insuficiência mitral que é o caboclo da roça. Mesmo assim só lido com eles através do “administrador”, a ponte de ligação.

E o caboclo ainda é a melhor coisa da nossa terra, porque analfabeto, simples, muito mais próximo do avô Pitecantropo do que os que usam dragonas ou cartola, e se dão ao luxo de ter ideias na cabeça, em vez de honestíssimos piolhos. (LOBATO, 1944/1972, p. 177).

Nas cartas datadas de 20 de outubro de 1914, Lobato compartilhou com Rangel seu projeto estilístico e a concepção de seu tipo literário, o caboclo:

Quantos elementos cá na roça encontro para uma arte nova! Quantos filões! E muito naturalmente eu gesto coisas, ou deixo que se gestem em mim num processo inconsciente, que o melhor: gesto uma obra literária, Rangel, que, realizada será algo *nuevo* neste país vitima duma coisa: entre os olhos dos brasileiros cultos e as coisas da terra há um maldito prisma que desnatura as realidades. E ha o francês, maldito macaqueamento do francês.

Não sei como vai ser a obra. Talvez romance. Talvez uma serie de contos e coisas com uma ideia central. Nessa obra aparecerá o caboclo como piolho da serra, tão espontâneo, tão bem adaptado como nas galinhas o piolho-de-galinha, ou como no pombo o piolho-de-pombo, ou como no besouro o piolho-de-besouro – especies incapazes de viver em outros meios. O caboclo, piolho-de-serra, também é incapaz de outra piolhagem que não a da serra. Já te escrevi sobre isso; e se a ideia volta e insiste, é que de fato esta se gestando bem vivinha e será parida no tempo proprio.

Atualmente estou em luta contra quatro piolhos desta ordem “agregados” aqui das terras. Persigo-os, quero ver se os estalos nas unhas. Meu grande incendio de matas deste ano a eles o devo. Estudo-os. Começo a acompanhar o piolho desde o estado de lêndea, no útero duma cabocla suja por fora e inçada de supertições por dentro. Nasce por mão duma negra parteira, senhora de rezas mágicas de macumba. Cresce no chão batido das choças e do terreiro, entre galinhas, leitões e cachorrinhos, com uma eterna lombriga de ranho pendurada no nariz. Ve-lo virar um menino, tomar o pito e a faca de ponta, impregnar-se do vocabulário e da “sabedoria” paterna, provar a primeira pinga, queimar o primeiro mato, matar com a picapau a primeira rolinha, casar e passar a piolhar a serra das redondezas do sitio onde nasceu, até que a morte o recolha. Constrói lá uma choça de palha igualzinha a paterna, produz uns piolhinhos muito iguais ao que ele foi, com a mesma lombriga nas ventas. Contar a obra de pilhagem e depredação do caboclo. A caça nativa que ele destrói, as velhas arvores que ele derruba, as extensões de matas lindas que ele reduz a carvão. Havia uma gameleira linda perto da choça, arvore centenaria – uma pura catedral. Pois ele derrubou-a com “tres dias de machado” – atorou-a e dela extraiu. . .uma gamelinha de dois palmos de diametro para os semicupios da mulher! Tambem extraiu da gameleira morta um pilãozinho de moer sal. Como aproveitou a gameleira, assim aproveita a terra. Queima toda uma face de morro para plantar um litro de milho. E assim por diante. Um dia aparece o pó da Pérsia que afugenta a piolhada: o italiano. Senhoreia-se da terra, cura-a, transforma-a e prospera. O piolho afugentado vai parasitar um chão virgem mais adiante. Como você vê, não é fantasia nem carocha. É uma coisa que está ai e ninguém vê por causa do tal prisma. Rangel, é preciso matar o caboclo que evoluiu dos índios de Alencar e veio até Coelho Neto – e que até o Ricardo romantizou tão lindo:

*Cisma o caboclo à porta da cabana...*

Eu vou contar o que ele cisma. A nossa literatura é fabricada nas cidades por sujeitos que não penetram nos campos de medo dos carrapatos. E se por acaso um deles se atreve e faz uma “entrada”, a novidade do cenário embota-lhe a visão, atrapalha-o, e ele, por comodidade, entra a ver o velho caboclo romântico já cristalizado – e até vê caipirinhas cor de jambo, como o Fagundes Varela. O meio de curar esses homens de letras é retificar-lhes a visão. Como? Dando a cada um, ao Coelho, á Julia Lopes, uma fazenda na serra para que administrem. Se eu não houvesse virado fazendeiro e visto como é realmente a coisa, o mais certo era estar lá na cidade e perpetuar a visão erradissima do nosso homem rural. O romantismo indianista foi todo ele uma tremenda mentira; e morto o indianismo, os nossos escritores o que fizeram foi mudar a ostra. Conservaram a casca... Em vez de índio, caboclo. (LOBATO, 1944/1972, p. 190-191).

A crítica feita à visão idílica que as cidades do litoral europeizado tinham do sertão, o qual desconheciam, assemelha-se muito à crítica elaborada pelos autores que Sevencko (1983/1989) chama de “mosqueteiros intelectuais”, dos quais Lobato seria herdeiro intelectual. Dentre a chamada geração de 1870, a maior influência seria Euclides da Cunha, autor pelo qual Lobato tinha grande apreço. Mas, como situar essa tomada de posição, “contra nossa literatura fabricada nas cidades”, por parte de Lobato? Ele contrapunha-se ao mesmo tempo aos escritos de Júlia Lopes de Almeida e Coelho Neto, e a autores já consagrados do seu tempo, como Bernardo Guimarães e José de Alencar? “O encontro entre uma trajetória e um campo, entre uma pulsão expressiva e um espaço dos possíveis expressivo” (BOURDIEU, 2007, p.70) é exatamente o que devemos tentar encontrar aqui, sem reduzirmos, à maneira dos

biógrafos e das autobiografias, a produção intelectual ao gênio ou às necessidades inerentes à alma do autor, ou mesmo aos seus cálculos racionais (em uma espécie de individualismo metodológico) para o sucesso de seu projeto literário.

A posição ocupada por Lobato no campo literário está ligada à gênese histórica do realismo moderno e ao longo processo, brilhantemente descrito por Auerbach (2009), da síntese dialética produzida pelo confronto de uma estilística oriunda do pensamento judaico-cristão – o qual rompe com a distinção clássica de estilos, presente na antiga literatura grega (dividida entre *tragédia*, *sátira* e *comédia*), e que restringia à tragédia os temas sublimes em textos despidos de qualquer mundanidade, nos quais se tratava os dramas de deuses reis, nobres e heróis. A sátira ou, mais comumente, a comédia, quando muito, o idílico, destinavam-se a tratar da vida cotidiana, marcada por elementos econômicos e sociais, com seus pequenos e ordinários dilemas, como o da mortalidade do ser humano vulgar ou o seu destino, descritos de maneira leve, quase nunca séria.

Em 1907, Lobato apresentou Taubaté como um lugar onde era “raro um tipo decente, uma linha que nos leve os olhos, uma cor, uma nota, um tom, uma atitude de beleza-nada que lembre a Grécia”, composta pela “Plebe, só ela, com o seu fatras democrático e religioso, a expluir vulgaridade e chateza” (LOBATO, 1944/1972, p. 88). Essa objeção deu lugar à possibilidade de transformar “pobres criaturas humanas residuais e sub-raciais que abarrotam o interior” (LOBATO, 1944/1972, p. 226) em criaturas humanas portadoras de tragédias e dramas pessoais, a exemplo do que aconteceu no realismo moderno, quando o mais ordinário dos personagens era tomado como centro de grandes dramas.

Lobato ocupava a posição no campo literário homóloga a sua posição no campo social: a de herdeiro de uma tradição cultural francesa do século XIX, na qual foi educado e pela qual adquiriu corporeidades e capitais culturais. Acontece que, pela data de sua formação e, talvez principalmente, pela posição de dominado entre a elite, intelectual inclusive, Monteiro Lobato, ilhado na Serra da Mantiqueira, ficou alheio a novos movimentos artísticos, como os que, por exemplo, deram origem ao chamado Modernismo. Para Lobato, o poder simbólico a determinar suas vias estéticas e as regras do jogo literário eram ainda as consagradas na França e difundidas para a elite brasileira, assim como para outras partes do mundo.

No longo processo de preparação de Lobato para a confecção de suas personagens ou “tipos literários”, não aparece menção a teorias racialistas. A carta de Lobato a Rangel, datada de outubro de 1914, demonstra que sua estratégia estava direcionada a uma incursão no



campo literário, lugar ao qual o autor sempre “pretendeu” pertencer. A resposta do autor se direcionava a um romantismo ufanista que teimava em não morrer; à transformação do “indianismo romântico” em “caipirismo romântico”; aos “prismas” através dos quais os Fagundes Varela, Coelho Neto e Júlia Lopes teimavam em repetir no caboclo a imagem do índio de José de Alencar; e, mais que isso, à posição no campo literário que esses autores ocupavam. Posição compreensível para um leitor do “romantismo realista” europeu, do final do século XIX, que comprava, em São Paulo, livros de Tolstoi e Dostoiévski, bem como de Zola, Balzac e Flaubert. Mas, embora na fazenda da Buquira, recebesse jornais ingleses e franceses, e pudesse importar livros, Lobato estava preso à condição de fazendeiro decadente, incrustado na Serra da Mantiqueira, distante de novos grupos estilísticos. O resultado no campo literário está cristalizado em *Urupês*, na estratégia antirromântica e antiufanista, em uma busca estilística que parece remontar a Euclides da Cunha e à Geração de 1870. *Urupês* reage violentamente contra as visões idílicas do indianismo. Vejamos:

Esboroou-se o balsâmico indianismo de Alencar ao advento dos Rondons que, ao invés de imaginarem índios num gabinete, com reminiscências de Chateaubriand na cabeça e a *Iracema* aberta sobre os joelhos, metem-se a palmilhar sertões de Winchester em punho.

Morreu Peri, incomparável idealização de um homem natural com o qual sonhava Rousseau, protótipo de tantas perfeições humanas que no romance, ombro a ombro com altos tipos civilizados, a todos sobreleva em beleza d’alma e corpo.

Contrapôs-lhes a cruel etnologia dos sertanistas modernos um selvagem real, feio e brutesco, anguloso e desinteressante, tão incapaz de, muscularmente, arrancar uma palmeira, como incapaz, moralmente, de amar Ceci.

Por felicidade nossa – e de D. Antonio De Mariz – não os viu Alencar; sonhou-os qual Rousseau. Do contrario lá teríamos o filho de Arare a moquear a linda menina num bom braseiro de pau brasil, em vez de acompanhá-la em adoração pelas selvas, como o Ariel benfazejo do Paquequer (LOBATO, 1918/1951, p. 241).

Faria sentido considerar essas frases ásperas como simples produto de ideias preconceituosas? Sociologicamente, poderíamos considerar essas críticas como o bafo miasmático do “racismo científico” fazendo-se presente na fala do autor? Seria possível argumentar que esses escritos são oriundos de uma raiva convertida em ironia, produto do despeito do fazendeiro falido tendendo a culpabilizar, por sua derrota, os pobres agregados empregados em suas terras, como já supôs Milliet (1946/1981)?

Monteiro Lobato atacou a escola literária que o antecedeu pelo conteúdo idílico dessas, pelo que ele considerava, por sua posição no campo literário, como uma descrição precária feita por uma tradição indianista, até então dominante e contraposta ao que propunha desnudar: as asperezas e mazelas dos sertões esquecidos em sua “realidade”. Lobato criticou a ineficácia de uma *mimese* (AUERBACH, 2009) nos escritos literários que até então tinham abordado o homem do campo. Nesse período, a literatura ocidental atingiu o ápice de sua

pretensão em reproduzir a realidade, quando o literato, escritor de obras que normalmente chamamos de realismo, competia com o sociólogo pelo predomínio do monopólio da visão científica sobre a realidade social, assim como procurava realizar estudos que reproduzissem a dinâmica da sociedade.

Foi a partir dessa posição que o autor observou e se posicionou no campo literário nacional, definindo seu “gosto” e “estilo”, conforme manifesto em trecho da carta já apresentada anteriormente:

Quantos elementos cá na roça encontro para uma arte nova! Quantos filões! E muito naturalmente eu gesto coisas, ou deixo que se gestem em mim num processo inconsciente, que o melhor: gesto uma obra literária, Rangel, que, realizada, será algo nuevo neste país vitima duma coisa: *entre os olhos dos brasileiros cultos e as coisas da terra há um maldito prisma que desnatura as realidades*. E há o francês, maldito macaqueamento do francês. (LOBATO, 1944/1972, p. 190-191, grifo nosso).

Depois de definir o que considerava como transformações do indianismo e do “caboclo”, Lobato apresentou suas críticas ao até então sagrado caboclo:

(...) virão destroçar o inverno em flor da ilusão dos indianistas os prosaicos demolidores de idolos – gente má e sem poesia. Irão os malvados esgaravatar o ícone com as curetas da ciência. E que são feias se hão de entrever as caipirinhas cor de jambo de Fagundes Varela! E que chambões e sornas os Peris de calça, camisa e faca á cinta!

Isso, para o futuro. Hoje ainda há perigo em bulir no vespeiro: o caboclo é o “Ai Jesus” nacional.

É de ver o orgulho entono com que respeitáveis figurões batem no peito exclamando com altivez: Sou raça de caboclo!

(...) Porque a verdade nua manda dizer que entre as raças de variado matiz, formadoras da nacionalidade e metidas entre o estrangeiro recente e o aborigene de tabuinha no beijo, uma existe a vegetar de cócoras, incapaz de evolução, impenetrável ao progresso. Feia e sorna, nada a põe de pé. (LOBATO, 1918/1951, p. 243).

Lobato precisava matar a “velha escola” para instituir a “nova escola” e, assim, instituir-se no campo literário. Era preciso matar o velho caboclo idealizado para em seu lugar erguer o novo caboclo, este composto do que considerava ser verdade e realismo. Tarefa ingrata em um quadro onde o caboclo era idolatrado como herói étnico da nação, cujo elogio desregrado, e quase que mítico, também foi descrito por Gilberto Freyre, anos mais tarde:

Chamar-se alguém de “caboclo” no Brasil quase é sempre elogio do seu caráter ou da sua capacidade de resistência moral e física. Em contraste com “mulato”, “negro”, “moleque”, “crioulo”, “pardo”, “pardavasco”, “sará”, que em geral envolvem intenção depreciativa da moral, da cultura ou da situação social do indivíduo. Muito mulato brasileiro de elevada posição social ou política faz questão de dizer-se caboclo: “nós caboclos”, “não fosse eu caboclo” etc. E Júlio Belo refere que o velho Sebastião do Rosário, conhecido senhor de engenho pernambucano do século XIX, Wanderley puro, dos bons, dos de Serinhaém – gente quase toda com a pele avermelhada de europeu, os olhos azuis, o cabelo ruivo – quando exaltava-se,

contente, nos seus grandes jantares, era para gabar-se, falsamente, de ser “caboclo”. Mulato ou tocado de sangue negro é que ninguém quer ser quando nas alturas. Raríssimas as exceções (FREYRE, 1933/2003, p. 151).

Apesar disso, antes de Monteiro Lobato já havia sido evocada a condição de improdutividade e disgenia do “caboclo”, conforme demonstra o próprio Freyre, citando Joaquim Nabuco:

E não só terá sido afetada pela má ou insuficiente alimentação a grande massa de gente livre, mas miserável, como também aqueles extremos da nossa população – as grandes famílias proprietárias e os escravos das senzalas – em que Couty foi encontrar, na falta de “povo”, as únicas realidades sociais no Brasil. Senhores e escravos que se consideramos bem-alimentados – em certo sentido estes melhor que aqueles – é apenas em relação aos matutos, caipiras, caboclos, agregados e sertanejos pobres – os seis milhões de inúteis do cálculo de Couty para uma população de doze, o vácuo enorme que lhe pareceu haver no Brasil entre os senhores das casas-grandes e os negros das senzalas. “La situation fonctionnelle de cette population peut se résumer d'un mot: le Brésil n'a pas de peuple”, escreveu Couty. Palavras que Joaquim Nabuco repetiria dois anos depois do cientista francês: “São milhões”, escrevia Nabuco em 1883, “que se acham nessa condição intermédia, que não é o escravo, mas também não é o cidadão...” Párias inúteis vivendo em choças de palha, dormindo em rede ou estrado, a vasilha de água e a panela seus únicos utensílios, sua alimentação a farinha com bacalhau ou charque; e “a viola suspensa ao lado da imagem” (FREYRE, 1933/2003, p. 97-98).

Seguindo os passos da geração de 1870, Monteiro Lobato começava a descrever a vida e a economia do caipira do Vale do Paraíba, do “piraquéra do Paraíba” (Lobato, 1918/1951, p. 244), a partir do que ele considerava como a realidade do caboclo. Ao tratar da alimentação deste caboclo, em seu breve artigo, Lobato colocou a mandioca e a cana, e não sua mestiçagem, como fatores condicionantes da modorra do Jeca, como geralmente se sugere:

Bem ponderado, a causa principal da lombeira do caboclo reside nas benemerências sem conta da mandioca. Talvez que sem ela se pusesse de pé e andasse. Mas enquanto dispuser de um pão cujo preparo se resume no plantar, colher e lançar sobre as brasas, Jeca não mudará de vida. O vigor das raças humanas está na razão direta da hostilidade ambiente. Se a poder de estacas e diques o holandês extraiu de um brejo salgado a Holanda, essa joia do esforço, é que ali nada o favorecia. Se a Inglaterra brotou das ilhas nevoentas da Caledônia, é que lá não medrava a mandioca. Medrasse, e talvez os víssemos hoje, os ingleses, tolhiços, de pés no chão, amarementos, mariscando de peneira no Tamisa. Há bens que vêm para males. A mandioca ilustra este avesso do provérbio.

Outro precioso auxiliar da calaçaria é a cana. Dá rapadura, e para o Jeca, o simplificador da vida, dá garapa. Como não possui moenda, torce a pulso sobre a cuia de café um rolete, depois de bem massetados os nós; açucara assim a beberagem, fugindo aos trâmites condutores do caldo de cana á rapadura. (LOBATO, 1918/1951, p. 248-249).

Esse trecho é muito ilustrativo da posição ocupada por Lobato no campo literário e científico de sua época, assim como da constituição do próprio campo. É inegável que Lobato tivesse ojeriza pela condição de vida do caboclo, mas ainda assim ele estabelecia o meio como elemento capaz de interferir e alterar o desenvolvimento de todas as raças, como se

houvesse em todas elas uma tendência natural para uma lei do menor esforço, o que não seria privilégio concedido apenas ao Jeca. Segundo Lobato, “o vigor das raças humanas está na razão direta da hostilidade ambiente” (LOBATO, 1918/1951, p. 249). É essa a força motriz que vitaliza também o artigo *Velha Praga*, pomo da discórdia que apareceu em 1914, no Jornal *O Estado de S. Paulo*. O artigo – elaborado por Lobato na mesma época em que escreveu a Rangel sobre a questão do caboclo, cujo trecho foi reproduzido acima (carta de 20 de outubro de 1914) – traz claras alusões a uma apreciação do estilo romântico realista e de sua capacidade de descrever o real. Ademais, acerca de seus comentários sobre o “caboclismo”, Lobato considera, em carta a Rangel, que:

Aquilo foi fabricação histórica para bulir com o Cornélio Pires, que anda convencido de ter descoberto o caboclo, como o Nogueira se convenceu de ser o descobridor da pátria. O caboclo de Cornélio é uma bonita estilização – sentimental, poética, ultrarromântica, fulgurante de piadas e rendosa. O Cornélio vive, e passa bem, ganha dinheiro gordo, com as exposições que faz do “seu caboclo”. Dá caboclo em conferências a 5 mil réis a cadeira e o público mija de tanto rir. E anda ele agora por aqui, Santos, a dar caboclo ao Miramar e no Guarani. Ora, meu *Urupês* veio estragar o caboclo do Cornélio – estragar o caboclismo (...) (LOBATO, 1944/1972, p. 212).

O autor considerava *Velha Praga* como o “escrito mãe” de sua coletânea, produzido em meio a uma seca, pouco antes da publicação do ensaio *Urupês*. Segundo ele, no prefácio da segunda edição, o ensaio era a transmutação de um fogo que atingiu as matas da Mantiqueira durante dois meses e fora distribuído por agregados “votantes no governo”, os quais teriam se aproveitado do apoio governamental para fazer suas queimadas. Às queixas de Lobato, seu administrador respondia: “Não vê! Caboclo é ali firme no governo justamente por amor do fogo” (LOBATO, 1918/1951, p. 236). Daí, segundo Lobato, seu ímpeto de escrever a carta de reclamação. O sucesso do artigo teria, segundo ele<sup>2</sup>, tornado-o “um homem de letras” ao acaso, “por obra e graça de meia dúzia de pé-no-chão” (LOBATO, 1918/1951, p. 232).

Lobato principiava o ensaio, reclamando das queimadas no sertão da Mantiqueira e da atenção do brasileiro voltada à guerra na Europa, enquanto o interior do próprio país se desfazia em cinzas. Reclamava o efeito da queimada no húmus levado, junto aos minerais, pela enxurrada; na morte das aves silvestres; no prejuízo às matas, aos pastos e ao gado. Depois, apresentou como “culpado” um “parasita”, “piolho da terra”, à maneira de um “*Porriago decalvans*” que se alimentava da mata nativa até extingui-la, para depois abandoná-la e partir para outra mata virgem a fim de reproduzir o mesmo processo. Surge daí, a parte mais característica da descrição de Lobato sobre o caboclo:

---

<sup>2</sup> Sabemos que essa é uma parcela da ilusão biográfica, ou mesmo de uma falsa modéstia que caberia ao “gênio”, visto que Lobato adquiriu durante longos anos um *habitus* que fez dele um escritor.

Este funesco parasita da terra é o CABOCLO, especie de homem baldio, seminomade, inadaptavel á civilização, mas que vive á beira dela na penumbra das zonas fronteiriças. A medida que o progresso vem chegando com a via férrea, o italiano, o arado, a valorização da propriedade, vai ele refugindo em silêncio, com o seu cachorro, o seu pilão, a pica-pau<sup>3</sup> e o isqueiro, de modo a preservar-se sempre fronteiriço, mudo e sorna. Encoscorado numa rotina de pedra, recuar para não adaptar-se. (LOBATO, 1918/1951, p. 235).

E escreve mais adiante:

Vem de um sapezeiro para criar outro. Coexistem em intima simbiose: sapé e caboclo são vidas associadas. Este inventou aquele e lhe dilata os dominios; em troca o sapé lhe cobre a choça e lhe fornece fachos para queimar a colmeia das pobres abelhas.

Chegam silenciosamente, ele e a “sarcopta” femea, esta com um filhote no útero, outro ao peito, outro de sete anos á ourela da saia – este já de pitinho na boca e faca á cinta. Completam o rancho um cachorro sarnento – Brinquinho, a foice, a enxada, a picapau, o pilãozinho de sal, a panela de barro, um santo incardido, tres galinhas pévas e um galo índio. Com estes simples ingredientes, o fazedor de sapezeiros perpetua a especie e a obra de esterilização iniciada com os remotissimos avós.

Acampam.

Em tres dias uma choça, que por eufemismo chamam casa brota da terra como um urupê. Tiram tudo do lugar, os esteios, os caibros, as ripas, os barrotes, o cipó que os liga, os barros das paredes e a palha do tétó.

Tão intima é a comunhão dessas palhoças com a terra local, que daria ideia de coisa nascida do chão por obra espontanea da natureza – se a natureza fosse capaz de criar coisas tão feias (LOBATO, 1918/1951, p. 236).

É certo que se trata de um texto áspero, ácido e pouco elogioso, não há agrado ao se comparar um ser humano a um piolho, mas o texto não trata de raça. Chama o caboclo de “especie de homem baldio”, mas não em referência à especie biológica, assim como a simbiose entre caboclo e sapé tem seu uso metafórico, já que não podemos considerar que o sapé possa, realmente, ter “criado” o caboclo. Justificar-se-ia a presença de racismo científico pelo simples uso do termo “caboclo”? Seria cabível ponderar que esse fosse considerado exclusivamente um termo “científico”? Não parece ser o caso, ainda mais se analisarmos que, embora esses termos “nativos” tenham sido contrabandeados para o campo científico e revestidos de uma aura de objetividade, a qual fez com que parecessem “conceitos”, eles continuaram a se reproduzir e a serem usados pelo senso comum. Daí, a fala do administrador da fazenda de Lobato se torna possível: “Não vê! Caboclo é ali firme no governo justamente por amor do fogo.” (LOBATO, 1918/1951, p. 236). O sentido do termo empregado aqui difere do sentido expresso em texto de racismo científico, a menos que consideremos que “caboclo” seja um termo objetivo, “realmente” existente e passivamente observado e descrito pelas ciências; ou que o administrador da fazenda tivesse acesso a termos científicos.

---

<sup>3</sup> Espingarda de carregar pela boca, também chamada de lazarina.

Lobato continuou descrevendo as formas de reprodução de vida do caboclo. Recém-instalado em uma nova gleba de colono, o caboclo caçava os animais da mata; extraía palmito; derrubava árvores para colher mel; e ateava fogo ao mato. Lobato lamentou a impossibilidade de se punir o incendiário, improdutivo e destruidor da fertilidade do solo:

O caboclo é uma quantidade negativa. Tala cinquenta alqueires de terra para extrair deles o com que passar fome e frio durante o ano. Calcula as sementeiras pelo máximo de sua resistência às privações. Nem mais nem menos. “Dando para passar fome”, sem virem a morrer disso, ele, a mulher e o cachorro – está tudo muito bem; assim fez o pai, o avô; assim fará a prole empanzinada que naquele momento brinca nua no terreiro.

Quando se exaure a terra o agregado muda de sitio. No lugar fica a tapera e o sapezeiro. Um ano que passe e só este atestará ali; o mais se apaga como por encanto. A terra reabsorve os frágeis materiais da choça e, como nem sequer uma laranjeira ele plantou, nada mais lembra a passagem por ali do Manoel Peroba, do Chico Marimbondo, do Jeca Tatu ou outros sons ignaros, de dolorosa memória para a natureza circunvizinha. (LOBATO, 1918/1951, p. 239-240).

A leitura desse trecho evidencia que a interpretação corrente de que há racismo em *Velha Praga* e *Urupês* não se sustenta, assim como não se sustenta o argumento de Skidmore de que o caboclo seria mais apto à “redenção” por ter sangue índio e branco, mas não negro (SKIDMORE, 1976/1989). Os temas de Monteiro Lobato eram bem outros, conforme tentei demonstrar acima. Nesse momento, Lobato estava mais interessado em romper com o indianismo romântico do que tratar propriamente de questões raciais.

*Urupês* rendeu a Lobato maior prestígio. No dia 12 de fevereiro de 1915, o autor relatou, em carta a Rangel, que escrevia artigos para o jornal *O Estado de S. Paulo*, o qual lhe prometia 25 mil a cada novo escrito. Os editores discutiam seu estilo, ora considerando-o seguidor de Eça de Queiros, ora portador de um estilo próprio. Lobato, entretanto, comentou que, embora tenham lhe aprovado o estilo, poucos concordavam com seus argumentos (LOBATO, 1944/1972). Por esse período, apareceu a Lobato um editor amador, que lhe propôs, sem o entusiasmo do autor, publicar um livro de contos e artigos. Lobato planejou, então, vender a fazenda a um “americano” e, com o dinheiro, viver algum tempo na Europa. Reclamava da falta de liberdade em escrever para *O Estado de S. Paulo*, devido à linha editorial do jornal, que considerava como um “censor”, da mesma forma que via a “opinião pública” (LOBATO, 1944/1972). Em carta de 30 de março de 1915, afirmou não ter voltado ao *Estado* por estar enfadado com o tom sisudo do jornal. Comentou, vagamente, a vontade de fundar um periódico ou revista em que tivesse autonomia. Apesar disso, continuou a contribuir para o diário e para a *Revista do Brasil*, fundada em 1916, por um grupo de paulistas dentre os quais despontavam Júlio Mesquita, Luís Pereira Barreto e Alfredo. Tal revista vinha a público mensalmente com artigos sobre arte, história, ciências e letras, e

“tornara-se mesmo o mais lido, o mais importante veículo cultural do país” com “intensa penetração nos meios intelectuais” (CAVALHEIRO, 1962, p. 149)<sup>4</sup>.

Nesse período, Lobato comentou com Rangel sobre os assuntos de preferência do público leitor do jornal, e sobre as novas formas de relação entre autor e leitor:

Já compreendi o nosso publico. Para interessa-los, é preciso vir com bombas na mão e explodi-las nas ventas de alguém, ou meter a riso qualquer coisa, farpear um grande paredro da politica (o meu alvo predileto é o Frei Val, o morubixaba da estetica oficial) – ou então falar do caboclo. Em havendo caboclo em casa, o publico lambe-se todo. O caboclo é um Menino Jesus etnico que todos acham engraçadissimo, mas ninguém estuda como realidade. O caipira estilizado das palhaçadas teatrais fez que o Brasil nunca pusesse tento nos milhões de pobres criaturas humanas residuais e sub-raciais que abarrotam o Interior. Todos as têm como enfeites da paisagem – como os anões de barro de certos jardins da Paulicéia. (LOBATO, 1944/1972, p. 226).

Talvez, essa seja a passagem mais importante das cartas de Lobato a Rangel, ao menos no que se refere ao nosso objeto de estudo. Lobato falava de um ponto determinado do campo de produção literária, o jornal, motivado pela reação dos leitores, ao contrário do que acontecia com escritores tradicionais que já apresentavam a obra acabada. Dentro das possibilidades de produção e das “podas” feitas pelos editores, Lobato tentava encontrar o seu lugar e equilibrar-se, procurando não perder a autonomia de “autor” e, assim, se tornar um mero polemista.

O público gostava do tema caboclo, talvez, como sugeriu Lobato, pelo gosto desencadeado pelas peças teatrais, à maneira das realizadas por Cornélio Pires. Por outro lado, não gostava, ao contrário do que Skidmore disse sobre a elite intelectual do período em relação ao seu senso de branqueamento, que os autores destratassem ou desonrassem o caboclo, santificado à maneira de um “menino Jesus étnico”. Lobato tinha consciência disso, mas fazia uso do caboclo não para polêmicas e piadas. Ao contrário, ele pretendia tratá-lo “como realidade”, bulia não pelo gosto de provocar, mas para mostrar a triste condição dos “milhões de pobres criaturas humanas residuais e sub-raciais que abarrotam o Interior” (LOBATO, 1944/1972, p. 226). O próprio Lobato tentava achar a sua “realidade” sobre o caboclo assim como tentava fazer isso em sua literatura a partir da “escola literária” sob a qual foi constituído, o Realismo Moderno francês. Em março de 1916, na segunda edição da *Revista do Brasil*, Lobato lançou um conto intitulado *A Vingança da Peroba*, que segundo o autor, seria “sobre monjolos e monjoleiros”. Em carta a Rangel, justificou a escrita com uma

---

<sup>4</sup> O escritor Edgard Cavalheiro (1911-1958) foi amigo e herdeiro das anotações, cartas e manuscritos de Lobato, tornando-se depois o principal biógrafo do autor.

passagem de Camilo Castelo Branco, retirada de *Vinte horas de literatura*, que prefacia a versão do conto publicado na *Revista do Brasil*:

Onde devo ir. Nas cidades é que já não há sentimento de originalidade nenhuma. As paixões de lá boas e más, têm tal analogia, que parece haver uma só manivela para todos os corações. Esta identidade é grande parte na monotonia dos meus romances. Há duas ou três situações que, mais ou menos, ressaem no enredo de vinte dos meus volumes, cogitados, estudados, e escritos nas cidades. Quando quero retemperar a imaginação gasta vou caldeá-la à incude do viver campesino. Avoco lembranças da minha infância e adolescência, passadas na aldeia, e até a linguagem me sai de outro feitio, singela sem afetação, casquilha sem os requebrados volteios, que lhe dão os invezados estilistas-bucólicos. Assim que descaio em dispor as cenas da vida culta, aí vem a verbosidade estrondosa, o tom declamatório, as infladas objurgatórias ao vício, ou panegíricos, tirados à força da violentada consciência, a umas inocências e virtudes, que me têm granjeado descréditos de romancista da lua. Conta-me, pois, uma história sentimental, meu amigo (LOBATO, 1944/1972, p. 226).

A história do monjolo trata das desavenças entre dois pequenos proprietários de terra, vizinhos separados por um espigão. De um lado do espigão, habitavam os “Nunes”, do outro, os “Porunga”. O gatilho da discórdia entre as famílias foi uma paca, mas ao longo do conto, outros elementos sociais mais profundos parecem explicar melhor a disputa. A paca da discórdia era caçada há tempos pelos Nunes, mas, por obra do destino, foi morta por golpe de foice de um “purunguinha”, que não restituiu ao dono legítimo a caça morta. Mas o conflito entre as famílias tinha maior profundidade sociológica:

Agravava uma dissensão uma rivalidade quase de casta. Pertencia Nunes à classe dos que decaem por força de muita cachaça na cabeça e muita saia em casa. Filho homem só tinha o José Benedito, d’apelido Perambi, um passarico desta alturinha, apesar de bem entrado nos sete anos. O resto era uma recula de “famílias mulheres” (...) Tanta mulher em casa amargava o animo do Nunes, que nos dias de cachaça ameaçava afoga-las na lagoa como se fossem uma ninhada de gatos.

O seu consolo era amimar Perambi, que aquele ao menos logo entraria no eito, a ajuda-lo no cabo da enxada, enquanto o mulherio inútil mamparreararia por ali a espiolhar-se ao sol. Pegava então do menino e dava-lhe pinga. A princípio com caretas que muito divertiam o pai, o engrimanço pegou lesto o vício. Bebia e fumava, muito sorna, com ares palermas de que não é desse mundo. Também usava faca de ponta á cinta.

\_Homem que não bebe, não pita, não tem faca de ponta, não é homem, dizia o Nunes. (LOBATO, 1918/1951, p. 100).

Sobre a condição de Pernambi, Lobato dizia ainda que “côncio de que era homem, já batia nas irmãs, cuspihava de esguicho, dizia nomes à mãe, além de muitas outras coisas próprias de homem” (LOBATO, 1918/1951, p.100). Na família que vivia do outro lado do espigão, as coisas aconteciam de forma diferente:

Comedido na pinga, Pedro Porunga casara com mulher sensata, que lhe dera seis famílias, tudo homem.

Era natural que prosperasse, com tantas gentes no eito. Plantava cada setembro tres alqueires de milho; tinha dois monjolos, moenda, sua mandioquinha, sua cana, além de duas éguas e duas porcas de cria. Caçava com espingarda de dois canos, “imitação Laporte”, boa de chumbo como não havia outra. Morava em casa nova,



bem coberta de sapé de boa lua, aparado a linha com maestria, no beiral; os esteios e portais eram de madeira lavrada; e as paredes, rebocadas á mão por dentro, coisa muito fina. (LOBATO, 1918/1951, p.101).

A morada dos Nunes era marcada pela pobreza. “Sua casa, de esteios com casca e portas de embaúba rachada, muito encardida de picumam, prenunciava tapera próxima” (LOBATO, 1918/1951, p. 100). De seu, os Nunes tinham apenas umas poucas galinhas e um cachorro, Brinquinho, a morrer de fome no terreiro. Mas a gota d’água da malquerença foi o fato de os Porunga terem tido a ousadia de comprar uma besta arreada, que despertou nos Nunes grande ojeriza. “Pois hei de mostrar á Porungada que é o João Nunes Eusebio dos Santos, da Ponte Alta”, afirmou o personagem (LOBATO, 1918/1951, p. 102). Daí, decidiu fazer roça, reformar a casa e construir um monjolo – contando, para este último, com a ajuda de seu compadre, “Teixerinha Maneta”, que além de não ter uma mão e ser cego de uma vista era afamado como péssimo carpinteiro. Por falta de madeira adequada para o monjolo, o Nunes decidiu cortar a peroba do alto do espigão, que servia de divisa entre sua terra e a dos Porungas – esta seria uma vingança pela paca. O corte da árvore criou certo atrito entre as famílias rivais, mas por fim o Nunes pode ficar com a madeira.

Iniciaram então a construção do monjolo. Durante o trabalho do carpinteiro, o patrão punha-se a observá-lo. Enquanto o Maneta fabricava a máquina, contavam casos:

\_ O compadre sabe a história do pau de feitiço?

Nunes não sabia (...)

\_ Em cada eito de mato dizia o meu velho, há um pau vingativo que pune a malfeitoria dos homens. Vivi no mato toda a vida, lidei toda casca de árvore, desdobrei desde embaúva e embirussú até balsamo, que é raro por aqui. Dormi no estaleiro quantas noites! Homem, fui bicho do mato. E de tanto lidar com paus, fiquei na suposição de que as árvores têm alma, como a gente.

(...)

...há em cada mato um pau que ninguém sabe qual é, a modo que peitado p’rá desforra dos mais. É o pau de feitiço. O desgraçado que acerta meter o machado no cerne desse pau pode encomendar a alma pro diabo, que está perdido. Ou estrepado, ou de cabeça rachada por um galho seco que despenca de cima, ou mais tarde por artes da obra feita com a madeira, de todo jeito não escapa... (LOBATO, 1918/1951, p. 108).

Pronto o monjolo, festejaram com pinga e gritos de insultos aos Porungas. Porém, quando testado, o monjolo não foi aprovado. A madeira era ruim, o ângulo inexacto, imprestável para o serviço. Os bandos de fúria que o Nunes esbravejou contra o carpinteiro acabaram por materializar-se, porém, em uma coça de porrete dada na esposa, como forma de descontar a raiva. O caso do monjolo acabou por alegrar os Porungas, que se riam do resultado monstruoso da empreitada e a apelidara “Ronqueira”, pelo fato de fazer barulho

excessivo, além de não funcionar. Ao saber da repercussão de seu fracasso, Nunes consolou-se redobrando as doses de cachaça, até que:

Afinal veio a desgraça. Feitiço de pau ou não, o caso foi que o inocente pagou o crime do pecador, como é da justiça bíblica. Certo dia soube Nunes que o José Cuitelo da Pedra Branca, outro compadre, pusera nome a uma égua lazarenta de Ronqueira. Era demais.

(...)

Sorveu um gole [de cachaça]

\_ Pernambizinho, vem cá. Bebe com teu pai, meu filho.

O menino não esperou novo convite: bebeu um, dois, tres goles, estalando a língua. O resto da garrafa soverteu-se no bucho do caboclo. Mal tonteado pelos eflúvios do álcool, o menino banzou um bocado por ali e depois saiu. Nunes estirou-se ao sol para dormir (LOBATO, 1918/1951, p. 116).

Acordando da bebedeira, Nunes apluma com dificuldade e segue em direção ao monjolo de onde ouve os gritos desesperados da mulher. Encontra com ela no caminho,

\_ Que foi mulher?

Arrostando com o marido, a pobre mãe afuzila nos olhos um raio de cólera incoercível.

\_ O que é? É tua obra, cachaceiro de inferno! É a tua pinga, homem à tôa, esterco imundo! Vá ver, vá ver, vá ver, desgraçado!...

Nunes alcança o monjolo com dificuldade. E topa um quadro horrendo. No meio das filhas em grita, o corpinho magro de Pernambi de borco no pilão. Para fora, pendentas, duas pernas franzinas – e o monjolo impassível, a subir e a descer, *chóó-pan*, pilando uma pasta vermelha de farinha, miolos e pelanca... (LOBATO, 1918/1951, p.116).

Tomado de fúria o homem toma de um machado e investe contra o monjolo.

Por fim, quando o monjolo maldito era já um monte escavacado de peças em dismantelo, o misero caboclo tombou por terra, arquejante, abraçado ao corpo inerte do filho. Instintivamente sua mão tremula apalpava o fundo do pilão em procura da cabecinha que faltava (LOBATO, 1918/1951, p. 117).

O caboclo “como realidade”, pretensão estilística lobatiana, toma forma a partir desse conto. Aqui Lobato tenta colocá-lo a nu assim como faz com as condições sociais que o produzem. Sim, condições sociais, pois embora pertencentes a quase duas “castas” diferentes, os dois homens ou as duas “famílias” eram formados pela mesma “sub-raça” dos caboclos. Ao Nunes, porém, curiosamente retratados com o nome completo – talvez pela estirpe nobre de caipira branco, como sugere Cornélio Pires em suas classificações raciais do caboclo (PIRES, 1924/2002) –, coube a maior parcela da desgraça, determinada pelo alcoolismo e pela má sorte de, à exceção de Pernambi, só ter tido “famílias mulheres”. Isso significava menos braços para a enxada e, portanto, menor produção, o que por sua vez pode ter influenciado o uso abusivo de álcool. Aos Porungas, de “nobreza” menor – o que se evidencia pelo sobrenome suprimido, substituído pela alcunha –, coube sorte maior, pelo fato da família

ter mais “famílias homens”, mais braços para a fatura de monjolo, moinhos e produção excedente a ser transformada em outros capitais.

Sobre a definição do caboclo, é preciso dizer que alguns autores como Naxara (1998) e Brandão (1983) consideram as classificações e descrições sobre o caipira feitas por Cornélio Pires superiores à descrição de Lobato sobre o Jeca. Segundo eles, enquanto Lobato descrevia o caipira como tipo único, indolente, impenetrável ao progresso etc., Cornélio Pires<sup>5</sup> o classificava de acordo com o tipo racial, dando, segundo seus comentadores, um espectro mais amplo da variedade de caboclo em seu variado grau de reprodução econômica da vida e adaptação ao progresso.

Em *Conversas ao Pé do Fogo*, Cornélio Pires (1924/2002) subdividiu o caipira em quatro grupos raciais: o caipira branco, imigrante europeu ou descendentes deste, trabalhador e austero, que não se misturou com outras raças; o caipira caboclo, com sangue indígena indolente e arredio; o caipira negro e o caipira mulato, com variações morais de acordo com sua raça:

O caipira branco descende da “melhor estirpe” dos povoadores portugueses ou de migrantes de outros cantos da Europa. E “gentil e bem educado”, preocupa-se com aeducação dos filhos, mesmo quando os pais são analfabetos. É, entre todos, o mais inteligente — quase um sábio rústico — e o mais honrado. Fiel, hospitaleiro, bondoso, paciente, solidário entre iguais e “bom amigo” quando eventualmente é patrão de outros camponeses caipiras. Com o mesmo cuidado e o mesmo empenho no trabalho cuida da casa — limpas “da cozinha ao quintal” — e das terras de lavoura.

O seu oposto é o caipira caboclo, um tipo próximo ao índio, cujo sangue bugre lhe corre nas veias, meio coletor da mata, meio mau lavrador, já não mais um índio e ainda longe do civilizado. Uma gente arredia tanto ao trabalho quanto à educação, que emprega as suas virtudes naturais — a inteligência viva, a coragem, a saúde física inigualável, a agilidade — para produzir maus frutos sociais. Para viver mais do prazer da pesca e da caça do que do trabalho com a terra. Para ser velhaco e barganhador “como os ciganos”, dado às mulheres, a brigas e desordens que o gosto pela cachaça aumenta. Assim, a descrição anterior de miséria e abandono que se fez sobre o caipira deve ser atribuída “a essa gente imunda e desleixada” no corpo, na casa e na roça. Esses caboclos caipiras que “não são proprietários e vivem do que é dos outros”.

A meio caminho entre o branco e o caboclo existem o negro e o mulato. O caipira negro pode ser ainda dividido em dois tipos de sujeitos: os “pretos velhos” e os “negros jovens”; os primeiros, doentes, escassos e decadentes, após haverem sido, quando escravos, “o melhor braço de nossa lavoura”. Próximos dos brancos, os “negros jovens” são trabalhadores e progressistas, limpos, educados, alegres e dados ao canto e à dança, de que alguns são artistas invejáveis. Sem ser tão honesto e trabalhador quanto brancos e negros jovens, muito melhor do que o caipira caboclo, o mulato “é o mais vigoroso, altivo, o mais independente e o mais patriota dos brasileiros”. Melhor do que os “pretos velhos”, “procura elevar-se pelo trabalho” e, quando empregado, é altivo e fiel, prestando-se “a todo tipo de trabalho” (PIRES, 1924/2002, p. 20).

---

<sup>5</sup> Cornélio Pires (1884- 1958) foi um escritor, jornalista e folclorista brasileiro responsável por discutir e difundir representações sobre o caboclo. Sua principal obra sobre o tema foi *Conversas ao pé do fogo*, de 1924.

Sobre essa distinção, claramente racial, que hierarquiza os caipiras de acordo com a raça – em brancos, negros e mestiços – e coloca o negro em uma posição superior à ocupada pelo caboclo (contrariando as suposições de Skidmore de que o Jeca era passível de “redenção” por não possuir sangue negro), faz-se interessante destacar uma passagem de Pires, na qual caracteriza seu “caipira branco”, “melhor estirpe” em detrimento do “caipira caboclo”, tão próximo do indígena e avesso à civilização.

Neste caso, branco quer dizer de melhor estirpe; meia mescla, descendentes de estrangeiros brancos... gente que possa destrinçar a genealogia da família até o trivasô, confirmando pelo procedimento o nome e a boa fama dos seus genitores e progenitores. Podem ser alvos, morenos ou trigueiros... São brancos. Descendem geralmente dos primeiros povoadores, fidalgos ou nobres decaídos de suas pompas, ou de brancos europeus atraídos para a nossa terra pela árvore das patacas e que, nos sertões de então, fecundos latinos, deixaram a sua descendência. A média de filhos do caipira branco é de 8, e ele consegue criá-los. São esses os caipiras reclamadores de escolas. Seus filhos, engarupados no pangaré, freqüentam aulas na cidade a uma e mais léguas de distância, quando não há escola no bairro. Por mais pobres que sejam, com seus cobrinhos, suas terras, porque são sempre proprietários, podem andar remendados, mas andam limpos. (PIRES, 1924/2002, p. 22).

Essa é uma distinção que não aparece no caboclo de Monteiro Lobato. Embora o autor demonstre uma clara distinção entre os Nunes e os Porungas, ela não é determinada por questões raciais. Seguindo as classificações de Pires, poderíamos inferir que os Nunes descendessem de uma família branca, de sobrenome preservado, talvez portador de nobreza perdida, mas não corroído na corruptela de uma alcunha, como se deu com os Porungas e tantos outros. De acordo com a lógica apresentada por Pires, deveriam ser os Nunes, e não os Porungas, os detentores de um núcleo familiar produtivo e organizado.

Mais tarde, apareceria uma relevante análise sobre as definições do termo caboclo, de sua existência enquanto realidade e suas condições de adaptação aos trópicos. Tal análise pode ser encontrada no já citado *Casa Grande & Senzala*, livro apresentado ao público em 1933, por Gilberto Freyre, no momento em que o autor trabalhava as condições de produção eugênica da vida e de adaptação aos trópicos, em uma concepção neolamarckiana de raça, semelhante à que será acalentada por Monteiro Lobato a partir de 1918, conforme veremos adiante. Sobre a condição racial do brasileiro, em nosso caso do “brancarrão” ou “caboclo”, homem livre, mas agregado do sistema escravocrata, Freyre diz que:

Na formação da nossa sociedade, o mau regime alimentar decorrente da monocultura, por um lado, e por outro da inadaptação ao clima, agiu sobre o desenvolvimento físico e sobre a eficiência econômica do brasileiro no mesmo mau sentido do clima deprimente e do solo quimicamente pobre. A mesma economia latifundiária e escravocrata que tornou possível o desenvolvimento econômico do Brasil, sua relativa estabilidade em contraste com as turbulências nos países vizinhos, envenenou-o e perverteu-o nas suas fontes de nutrição e de vida. Melhor alimentados, repetimos, eram na sociedade escravocrata os extremos: os brancos das casas-grandes e os negros das senzalas.

Natural que dos escravos descendam elementos dos mais fortes e sadios da nossa população. Os atletas, os capoeiras, os cabras, os marujos. E que da população média, livre mas miserável, provenham muitos dos piores elementos; dos mais débeis e incapazes. É que sobre eles principalmente é que têm agido, aproveitando-se da sua fraqueza de gente mal-alimentada, a anemia palúdica, o beribéri, as verminoses, a sífilis, a boubá. E quando toda essa quase inútil população de caboclos e brancarões, mais valiosa como material clínico do que como força econômica, se apresenta no estado de miséria física e de inércia improdutiva em que a surpreenderam Miguel Pereira e Belisário Pena (FREYRE, 1933/2003, p. 96-97).

O conto é composto sobre duas molduras. A primeira delas poderíamos chamar de “descritiva”, a qual procura no próprio universo dos personagens o sentido da ação dos agentes e a causa da desgraça – drama explicado pelo feitiço da madeira, peroba vingativa, nêmesis vegetal a punir as vaidades humanas. Por uma perspectiva, possivelmente a do caboclo, não foi a morte de Pernambi causada pela ganância paterna e pelo corte indevido de uma árvore que não deveria ser cortada por não pertencer a nenhuma das duas famílias em contenda?

O outro enquadramento é, por assim dizer, o sociológico, o qual elenca como causa da desgraça a sua própria estrutura. A decadência econômica e a não diversificação das atividades produtivas; a divisão sexual do trabalho; a incapacidade de atividade produtiva por parte das mulheres; a sobrecarga de trabalho sobre o pai de família; a supervalorização do filho homem, tornado homem antes do tempo; a lógica de que homem que não bebe, não pita e que não traz consigo faca de ponta não é homem encadeiam as condições que levaram à tragédia. Essa tentativa de traçar “tipos” e relatar as condições humanas não é invenção original do gênio Lobato. Tal tradição, conforme já foi dito, remonta ao “realismo moderno”, que tornava assunto de romances os acontecimentos mais mezinhos e vulgares, procurando descrever a vida social cotidiana a partir de certos casos, socialmente contextualizados. Por isso, foi possível a Lobato fazer de seu Jeca um herói trágico. De pés no chão, mas capaz de sofrer da forma mais elevada as consequências de uma tragédia. É por isso que ao sugerir a Rangel a escrita de um romance histórico sobre bandeirante e febre do ouro no Brasil, Lobato descartou a leitura de *As Minas de Prata* de José de Alencar, que, embora não tivesse lido, jurava “que também lá ele falsifica o homem – embelezando-o. Os índios de Alencar no Guarani são pescados na *Ilíada* de Homero” (LOBATO, 1918/1951, p. 229).

Talvez, o ápice da ambição lobatiana em retratar a “realidade” do caboclo venha se constituir em seu conto subsequente, *Colcha de Retalhos*, publicado na *Revista do Brasil*, em dezembro de 1916. O conto trata da ida a cavalo do narrador fazendeiro – eu lírico de Lobato – ao sítio de João Alvorada, para lhe propor o empreito de um roçado nas divisas do sítio. Ao

chegar à terra do “barba-rala”, o cavaleiro encontra, vindo da busca de água, a filha única do sitiante, juvenzinha de 14 anos, a quem indaga sobre a presença do pai em casa. O narrador comenta a timidez da moça, o fato de ter se embrenhado no mato ao vê-lo. Nesse ponto, Lobato apresenta uma definição da família do “Alvorada”, que vale ser aqui reproduzida:

Como a vida no mato asselvaja estas veadinhas! Note-se que os Alvoradas não são caipiras. Quando comprou a situação dos periquitos, o velho vinha da cidade; lembro-me até que entrava em sua casa um jornal.

Mas a vida lhes correu áspera na luta contra as terras ensapezadas e secas, que encurtam a renda por mais que dê de si o homem. Foram rareando as idas á cidade e ao cabo de todo se suprimiram. Depois que lhes nasceu a menina, rebento floral em anos outoniços, e que a geada queimou o café novo – uma tamina, tres mil pés- o velho, amuado, nunca mais espichou o nariz fora do sitio.

Se o marido deu assim em urumbeva, a mulher, essa enraizou de peão para o resto da vida. Costumava dizer: mulher na roça vai á vila tres vezes- uma a batizar, outra a casar, terceira a enterrar (LOBATO, 1918/1951, p. 89).

Após essas observações, o narrador conclui que não é de se espantar que a menina, “Maria das Dores”, apelidada “Pingo d’Água”, tivesse medo de gente. Ele deixa a menina e ruma em sentido à casa do Alvorada. Quando lá chega, tem grande surpresa:

Da casa velha aluira uma ala, e o restante, além da cumieira selada, tinha o oitão fora do prumo.

O velho pomar, roído de formiga, morrera de inanição; na ânsia de sobreviver, tres ou quatro laranjeiras macilentas, furadas de broca e sopesando o polvo retrançado da erva- de- passarinho, ainda abrolhavam rebentos cheios de compridos acúleos. Fora disso, mamoeiros, a silvestre goiaba e araçás, promiscuamente com o mato invasor que só respeitava o terreirinho batido, fronteiro á casa. *Tapera quasi e, enluradas nela, o que é mais triste, almas humanas em tapera* (LOBATO, 1918/1951, p. 89-90, grifo nosso).

O narrador chama e, da tapera, Nhá Ana, a mulher, atende. O marido não estava, fora buscar mel silvestre. Nhá Ana convida o narrador para entrar e, dentro da casa, a mulher reclama de uma doença. Aparece a sogra e diz estar mais saudável que a moça, gaba-se de ainda coser. O Alvorada chega. Em seguida a filha. O pai lhe apresenta o mel como o “doce” de uma aposta feita com ela sobre o número de maritacas que haviam sobrevoado a casa. “*Doce da roça mel é*”, sentencia o Alvorada. O visitante lhe propõe o negócio da empreitada, no que este responde:

— Eu hoje, fraqueza, não valho mais nada. Des’que caí daquela amaldiçoada ponte do Labrego, fiquei assim como quebrado por dentro. Não escoro serviço, e para lidar com camaradas no eito não basta ter boca. Sem puxar a enxada de par com eles, a coisa não vai, não! Lembra-se da empreitada do ano retrasado? Pois saí perdendo. O tranca do João Mina me quebrou um machado e furtou uma foice. Com esses prejuízos, não livreí o jornal. Desde então fiz cruz em serviço alheio. Se ainda teimo neste sapezal amaldiçoado é por via da menina; senão largava tudo e ia viver no mato, como bicho. É Pingo que inda me dá um pouco de coragem, concluiu com ternura (LOBATO, 1918/1951, p. 92).

Nesse instante, a atenção do narrador se volta à senhora, Nhá Joaquina, sogra de Alvorada, que costura à janela, elogiando-a por estar cosendo aos 70 anos de idade:

-É para ver. E isto aqui tem coisa. É uma colcha de retalhos que venho fazendo ha quatorze anos, des'que Pingo nasceu. Dos vestidinhos dela vou guardando cada retalho que sobeja e um dia os coso. Veja que galantaria de serviço...  
Estendeu-me ante os olhos um pano variegado, de quadrinhos maiores e menores, todos de chita, cada qual a um padrão.  
-Esta colcha é o meu presente de noivado. O ultimo retalho há de ser do vestido de casamento, não é, Pingo? (LOBATO, 1918/1951, p. 92).

Após uma breve conversa e um café ralo adoçado com rapadura, o propositor do negócio se levanta do “mocho de três pernas” e, sem acertar a negociação, vai-se embora. Passam-se dois anos sem que ele volte ao sítio dos Alvoradas, período no qual morre Sinh'Ana. O eu lírico, narrador do conto, diz não lhe ter voltado à “memória a imagem daqueles humildes urupês” até que surgiu o boato de que a “Pingo d'Água” havia sido “roubada” por um jovem do sítio vizinho. Movido pela curiosidade, o narrador retorna aos “Passarinhos” para saber notícias do caso. Chegando ao sítio:

A *tapera* antolhou-se-me, deserta. As tres arvores do pomar extinto eram já galhaça resseca e poenta. Só os mamoeiros subsistiam, mais crescidos, sempre apinhados de frutos. O resto peorara, descambando para o lúgubre. Ruirá o oitão e o terreirinho pintalgara-se de moitas de guaxuma, cordão-de-frade e joás. (LOBATO, 1918/1951, p. 94, grifo nosso).

Chama à porta, e a velha o atende. Recebe-o e lamenta o ocorrido:

\_Viver setenta e dois anos para acabar assim... Felizmente a morte não tarda. Já a sinto cá dentro.  
Confrangia-me o coração aquele ermo onde tudo era passado - a terra, as laranjeiras, a casa, as vidas, salvo - tremulo espectro sobrevivente como a *alma da tapera* - a triste velhinha encanecida, cujos olhos poucas lágrimas estilavam, tantas chorara.  
\_Que mais agora? Murmurou pausadamente em voz de quem já não é deste mundo. Até a “desgraça”, eu não queria morrer. Velha e inútil, inda gostava do mundo. Morreu-me a filha, mas restava a neta – que era duas vezes filha e o meu consolo. Desencaminharam a pobrezinha... Agora, que mais? Só peço a Deus que me retire, logo e logo.  
Relancei um olhar pela sala vazia. A caixeta de costura inda estava sobre a arca no lugar de sempre. Meus olhos pousaram ali, marasmados.  
A velha adivinhou-me o pensamento e, levantando-se, tomou-a nas mãos mão firmes. Abriu-a. Tirou de dentro a colcha inacabada, contemplo-a longamente. Depois, com tremuras na voz:  
\_Dezesseis anos - e não pude acabar a colcha... Ninguém imagina o que é para mim esta prenda. Cada retalho tem sua historia e me lembra um vestidinho de Pingo d'Água. Aqui leio a vidinha dela des'que nasceu. (LOBATO, 1918/1951, p. 94-95).

Passa então a velha a apontar para retalhos na colcha e a relacioná-los a passagens da vida da neta. Cada quadro de um vestido, de uma época da vida da menina, lembra um incidente doméstico.

\_E este? Perguntei para aviva-la, apontando um retalho amarelo.  
Pausou um bocado a triste avó, em contemplação.

Depois:

\_Este é novo. Já tinha quinze anos quando o vesti pela primeira vez num mutirão do Labrego. Não gosto dele. Parece que a desgraça começa aqui. Ficou um vestido muito assentadinho no corpo, e galante, mas pelas minhas contas foi o culpado do Labreguinho engrajar-se da coitada. Hoje sei disso. Naquele tempo de nada suspeitava.

\_Este, disse-lhe eu, fingindo recordar-me, é o que ela vestia quando cá estive.

\_Engano seu. Era quer ver qual? Era este de pintas vermelhas, repare bem.

\_É verdade, é verdade! Menti. Agora me lembro, isso mesmo. E este último?

Após uma pausa dolorida, a pobre criatura oscilou a cabeça e balbuciou:

\_Este é o da desgraça. Foi o derradeiro que fiz. Com ele fugiu... e me matou.

Calou-se, a lacrimejar tremula. (...)

\_Ia ser meu presente de noivado. Deus não quis. Será agora minha mortalha. Já pedi que me enterrassem com ela. (...)

Um mês depois morreu. Vim a saber que lhe não cumpriram a ultima vontade.

Que importa ao mundo a vontade última duma pobre velhinha da roça?

Pieguices... (LOBATO, 1918/1951, p.96-97).

Assim, acaba o conto.

Essa é uma obra que remete à tradição estilística produzida no realismo romântico, ou realismo moderno, a qual tenta representar a realidade atribuindo a cenas cotidianas como portadoras do *sublime*, do grande drama da existência e da criaturidade humana (AUERBACH, 1946/2009). É inegável que o drama dos Alvoradas é descrito de forma a contemplar o sublime. Trata-se de uma tragédia legítima, constituinte da “condição humana”, da fraqueza, dos lances do destino, do sofrimento considerado como o mais profundo, autêntico e legítimo da existência humana.

É nítida a diferença da posição do autor em suas cartas escritas a Rangel, quando retorna à Taubaté, em 1907 (passagem já citada, mas que aparece aqui com mais justeza), em que diz ser “Raro um tipo decente, uma linha que nos leve os olhos, uma cor, uma nota, um tom, uma atitude de beleza – nada que lembre a Grécia. A Plebe, só ela, com o seu fatras democrático e religioso, a expluir vulgaridade e chateza” (LOBATO, 1944/1972, p.88). Também é claro o rompimento de Lobato com a clássica distinção de estilos e sua adesão à síntese promovida pelo realismo moderno, que concede ao modo de vida mais baixo a comunhão com o sublime drama da criaturidade (AUERBACH, 2009).

A escrita de Lobato não se propõe satírica ou fabulosa. O autor se pretende realista, no sentido mais literário do termo, e assim sendo, se esforça para retratar da forma mais fidedigna as cenas da vida cotidiana. Resolvido isso, passemos para a próxima questão: Seriam os Nunes e os Alvoradas da mesma raça que o Jeca Tatu? Sobre os Nunes e seus vizinhos, não há referência sobre a condição de caboclo, termo que poderia caracterizá-los racialmente. Diz-se, apenas, que são vizinhos e separados entre a miséria e a prosperidade pelo destino de terem, um, “famílias mulheres”, e o outro, “famílias homens”. Os “Porungas”



não são italianos, nem alemães. Eles não têm sequer sobrenome legal, atendendo pela alcunha coletiva. Apesar disso, não são descritos como “Jecas”, mas como vizinhos prósperos desses. Os Nunes, apesar do sobrenome, são descritos como “Jecas”. Como o autor descreve, “...assim como ao lado do restolho cresce o bom pé de milho, contrasta com a cristianíssima simplicidade do um seu vizinho e compadre que “está muito bem” (LOBATO, 1918/1951, p. 249) pois o Porunga possuía “dois monjolos, moenda”, enquanto o Nunes nem podia lavar um alqueire de terra.

Em *Colcha de Retalhos*, os Alvoradas, por sua vez, “não são caipiras”, vieram da cidade e recebiam até jornal em seu sítio, nos primeiros anos da mudança. Nada se diz sobre serem “caboclos”. Mas, mesmo não sendo caipiras, eles sofrem dos males que impregnam a vida do Jeca Tatu. Os Alvoradas vivem em uma tapera à beira de ruir, a mesma na qual vivia o Jeca de *Velha Praga*. Também compartilham com o Jeca, descrito em *Urupês*, o uso da “lei do menor esforço”, ao tomar por doce o mel das abelhas silvestres, ou por açúcar a garapa, além de darem-se “ao luxo de um banquinho de três pernas – para os hóspedes” (LOBATO, 1918/1951, p. 245). Por fim, esses mesmos Alvoradas, que não são caipiras, oferecem os elementos para descrever as manifestações mais profundas da tapera: a tapera na alma. Como o autor afirma, “trêmulo espectro sobrevivente como a alma da tapera – a triste velhinha encanecida” (LOBATO, 1918/1951, p. 94-95).

Mas, de que mal comungariam essas distintas famílias levadas à desgraça? Que linha distinguiria sob o mesmo espectro esse tipo humano? Um termo é utilizado nas explicações sociológicas de Lobato para designar a proximidade e a causa da desgraça: trata-se da “tapera”. Embora não apareça como elemento premonitório e “causal”, em *A Vingança da Peroba*, o termo aparece em *Colcha de Retalhos* desde a primeira ida do narrador aos “Passarinhos”. O termo “tapera” aparece mais nítido em outro conto, *O mata-pau*, datado de 1915, mas publicado originalmente em dezembro de 1917, na *Revista do Brasil*, e incluído, no ano subsequente, na coletânea *Urupês*, na qual a gravura referente ao conto aparece como capa. *O mata-pau* possui uma estrutura semelhante à de *Colcha de retalhos*, tendo início com as impressões e lembranças do narrador – esse descreve a si mesmo na terceira pessoa, em uma relação com o capataz, durante uma incursão à mata virgem. Deparando-se com uma imensa árvore, ele pergunta ao companheiro de que espécie se tratava. Era um mata-pau, espécie parasitária que cresce nos galhos de grandes árvores à semelhança de um cipó, mas que quando alcança o solo ganha força e projeção, crescendo, sufocando e constringindo a planta que lhe dera suporte.

Após esclarecimentos sobre a planta, o narrador, agora identificado na primeira pessoa, parte junto de seu guia, após ter pensado o drama da planta “fratricida” pelo prisma das grandes tragédias, “nas filhas do rei Lear, em todas as figuras clássicas da ingratidão” (LOBATO, 1918/1951, p. 169):

Não longe dali a serra complana-se em rechã e a mata mingôa em capoeira rala, no meio da qual, em terreiro descoivarado, entremostra-se uma *tapera*. Esverdece o melão de São Caetano por sobre o derruído tapume do quitalejo, onde laranjeiras com erva-de-passarinho e uma ou outra planta domestica marasmam agoniadas pelo matto sufocante.

\_ Antigo sítio do Elesbão do Queixo d’ Anta, explicou o camarada.

\_ Largado? perguntei.

\_ Ha que anos! Des`que mataram o homem ficou assim (LOBATO, 1918/1951, p. 169).

O agregado passa, então, a contar a história que dá conteúdo ao conto. O Elesbão, que morava com o pai no Queixo d’Anta, pediu ao velho, logo ao engrossar a voz na puberdade, que lhe aplicasse uma prova de sua virilidade e lhe permitisse casar. O pai pediu que ele cortasse de um só fôlego o “jataí da grotinha”. O rapaz cumpriu a tarefa e escolheu por noiva a Rosinha Póca, filha do balaieiro João Póca. Diante da escolha, o pai o advertiu:

\_ Case. Mas ouça o que digo. Os Pócas não são boa gente. Os machos ainda servem

\_ O João é um coitado, o Pedro não é má bisca; mas as saias nunca valeram nada. A mãe da Rosa é falada. Laranjeira azeda não dá laranja lima. Você pense.

\_ Meu pai, o futuro é de Deus. Eu quero casar com a Rosinha.

\_ Pois case. (LOBATO, 1918/1951, p. 171).

O rapaz casou-se. “Elesbão, rijo no trabalho, prosperou. Aos três anos de labuta era já sitiante de monjolo, escaroçador e cevadeira, com dois agregados no eito”. (LOBATO, 1918/1951, p. 171). Não tiveram filhos, porém, até que em uma noite apareceu no terreiro do casal um bebezinho abandonado, chorando. A princípio, temeram tratar-se da “alma penada de uma criança morta pagã” (LOBATO, 1918/1951, p. 171) até que, por fim, viram tratar-se de criança viva. Era um menino, e o casal resolveu adotá-lo:

O pai de Elesbão, consultado, ponderou:

\_ Não presta criar filho alheio.

Mas como o consulente armasse cara de vacilação remendou logo a sua filosofia:

\_ Também não é caridade enjeitar um enjeitado, e ficou-se nisso.

(...)

Á medida porem, que medrava, o menino punha a nú a má índole congenial. Não prometia boa coisa não.

\_ Eu avisei, recordou o velho, como Elesbão se queixasse um dia da ruim casta do recolhido. (LOBATO, 1918/1951, p.172).

Saber a qual “casta” pertencia o menino “aparecido” e adotado pelo casal é de grande interesse para esta pesquisa e para as discussões em torno da figura do caboclo na *Obra Geral*

de Lobato. Elesbão era caboclo, nascido e criado no “Queixo d’Anta”, de onde herdou o sobrenome, e prosperou, como os Porungas, tendo monjolo e agregados a partir de seu esforço e trabalho. Mas e o filho adotado?

Manoel Aparecido era o nome do rapazinho. Como tivesse olhos gateados e cabelo louro de milho, denunciadores de origem estrangeira, puseram-lhe os vizinhos a alcunha de Ruço.

Ganhou fama de madraço, e o era perfeito, inimigo da enxada e da foice, só atento a negociatas, barganhas espertezas. Amado por Rosa como filho, livrava-o ela da sanha do esposo escondendo suas malandragens, porque Elesbão vivia ameaçando endireita-lo a rabo de tatú. (LOBATO, 1918/1951, p.173).

A “má índole congenial” apresenta-se em um jovem loiro, ao que parece de origem estrangeira, enquanto o matuto, desprovido de sobrenome, é descrito como homem honradíssimo. Com o tempo, Ruço, já crescido, e Rosa Póca, formosa e bem cuidada, passam a ter um caso sem que Elesbão desconfiasse, apesar de toda redondeza comentar o fato. “A má casta das Pócas, desmentida no decurso da primavera, reafirmava-se em plena sazão calmosa” (LOBATO, 1918/1951, p. 175).

No leito de morte, o pai de Elesbão sugere ao filho que tenha cuidado com a Póca. A mulher desconfia das suspeitas do marido e comunica ao amante. Pouco tempo depois, Elesbão é morto a golpe de foice na nuca, em um trecho da estrada rente ao mata-pau. Não há provas contra o Ruço. Sem o trabalho de Elesbão, o sítio não vai adiante. Ruço ambiciona vender as feitorias e partir para o Oeste. A mulher nega-se, a princípio, a vender o sítio, porém, pressionada, acaba cedendo. Na noite seguinte à venda, Rosa acorda com a casa em chamas. Não encontra o Ruço, mas a porta fechada, que abre a machadadas. Salva do fogo, Rosa não se viu livre da loucura.

“Um crime vulgar como os há na roça às dezenas (...)” (LOBATO, 1918/1951, p. 177), mas tomado aqui, com a metáfora do mata-pau, como grande tragédia de incesto e fratricídio, em meio a foices e monjolos de uma vida ordinária de roça. No princípio do conto, aparece o signo usado por Lobato para determinar a desgraça daqueles homens da roça. A tapera. A tapera foi o que levou a desgraça aos Alvoradas que, mesmo vindos da cidade e assinando jornal, sucumbiram e tiveram o “terreiro invadido pelo mato”. Tapera sociológica, que consumiu os Nunes, pela androgenia precocemente estimulada em Pernambi; pelo alcoolismo do pai, introjetado no menino-homem; pela miséria resultante do destino que, à exceção de Pernambi, deu aos Nunes só “famílias mulheres”, inaptas ao trabalho agrícola.

Não é a raça que determina o fracasso, a miséria e a tragédia. Não é a hibridação. Da mesma forma, não é, aqui, como será mais tarde, culpa do micróbio, da opilação ou do alcoolismo a força motriz que movimenta a roda do destino e a faz parar na desgraça do

caboclo. É a tapera! Por mais abstrata que possa parecer, à primeira vista, essa causa, poeticamente descrita como a personificação da força improdutiva que lentamente se apossa até das almas mais capazes, a “tapera” pode ser entendida na obra de Lobato como efeito das “cidades mortas”, “dessa coisa chamada interior”, do “nosso progresso nômade”, que depois de sugar a seiva parte da terra, deixa atrás de si um “rastilho de taperas”.

Ora, Lobato não distingue as barreiras entre a tapera nas coisas e a tapera nas almas, sendo que uma vem implicar em outra. A tragédia oriunda de causas materiais que se abate sobre as personagens e que levam à “taperização das almas” repercute sobre as condições materiais, levando ao ruir da casa e ao abandono do terreiro às pragas e ao mato. Esse terreiro é tomado por Lobato como sinônimo de mente ou intelecto, o qual pode ser cultivado ou, por outro lado, tomado pelo mato, “com pés de joás, erva de Santa Maria, cordão-de-frade e guanxumas no terreirinho outrora tão limpo” (LOBATO, 1944/1972, p. 57-58). Importante perceber que Lobato considera uma relação de “harmonia” entre o tipo humano e o “meio”, de forma muito parecida àquela feita por Balzac:

Não parece existir uma ordenação consciente das diferentes retomadas dos motivos da harmonia, assim como não parece que Balzac tivesse seguido um plano sistemático na descrição da aparência de Mme Vauquer; a sequência das coisas mencionadas – cobertura da cabeça, penteado, chinelos, rosto, mãos, corpo, novamente rosto, olhos, corpulência, saiote – não permite reconhecer qualquer traço de composição; também não é indicada nenhuma separação entre roupa e corpo, nem entre um traço físico e o seu significado moral. A descrição toda, até o ponto em que a consideramos, dirige-se para a fantasia mimética do leitor, às imagens lembradas de pessoas semelhantes e de meios semelhantes, que ele possa ter conhecido. A tese da “unidade de estilo” do meio, na qual são também incluídos os seres humanos não é fundamentada racionalmente, mas é apresentada como um estado de coisas imediatamente apreensíveis, de maneira puramente sugestiva, sem provas. Numa frase como esta: *ses petites mains potelées, sa personne dodue comme un rat d'église... sont en harmonie avec cette salle où suinte le malheur...et dont Mme Vauquer respire d'air chaudement fétide...* pressupõe a tese da harmonia, com tudo o que traz consigo (significação sociológico-moral dos móveis e das peças de vestuário, possibilidade de determinar os elementos ainda não visíveis do meio a partir dos que já foram dados etc.) (AUERBACH, 2009, p. 421).

É certo que Monteiro Lobato escreveu em carta de 1905 que:

É pelo italiano e pelo alemão que esse vírus, essa vacina será lançada em nossas veias, e portanto o maior patriota no momento atual é aquele que se casa com uma italiana ou uma alemã e vai trabalhar como um mouro nos campos e fazer bons filhos, sacudidos e espertos” (LOBATO, 1948/1972, p. 34).

No entanto, os contos desse período são de uma década adiante, e Monteiro Lobato já havia se tornado fazendeiro e pai de família, deixando de lado a lógica racial arianista. Mas o que dizer do termo “casta”, presente em *O Mata-Pau*? E da “má índole congenial” do Ruço, sinônimo de sua “má casta”, assim como da má casta da Pócas, apresentada pelo pai de

Elesbão e ilustrada pela metáfora hereditário-botânica de que “laranjeira azeda não dá laranja lima”?

Lobato expõe a explicação das personagens, ou dos “tipos” apresentados por ele, em uma camada do quadro composto no conto, segundo a perspectiva analítica do caboclo. Como narrador, toma a frente para expor sua própria explicação para os fatos desencadeados. Dessa forma, a tragédia em *A Vingança da Peroba* é descrita como resultado da maldição de uma árvore; a fuga da menina em *Colcha de Retalhos* é vista como golpe do destino; e o fratricídio e incesto de *O Mata Pau* como produto da má “casta” da Póca e da “casta” desconhecida do Ruço. Ao mesmo tempo, sob o prisma do narrador, essas tragédias são lidas como produto da situação em que vive o pobre morador da zona rural do Vale do Paraíba, no período de decadência econômica da região, a qual teria sido causada pelo tipo de capitalismo implantado no Brasil, denominado de capitalismo nômade: “Progresso de cigano, vive acampado. Emigra, deixando atrás de si um rastilho de taperas” (LOBATO, 1919/2010, p. 21). Desse abandono dos capitais à terra, vem a tapera, “E lentamente cai a tapera nas almas e nas coisas” (LOBATO, 1919/2010, p. 21).

A tapera, e não a raça, traz consigo a degenerescência do Jeca. Skidmore comenta que o Jeca, passível de redenção, “não tinha, pelo menos na concepção geral, uma gota sequer de sangue africano” (SKIDMORE, 1976, p. 204), sendo considerado como branco retrógado ou mestiço de branco e índio. Será que o argumento do brasilianista de que o negro estava ausente nas problematizações do homem caipira se sustenta?

O negro como personagem de destaque aparece no conto *Bucólica*, o qual ajuda a compor a coletânea *Urupês*. A história trata da família Suã, composta por “Pedro Suã”, que ganhou o apelido depois de tomar uma coça de suã de porco pela mulher, Maria Véva – descrita como horrenda, de beijo rachado, papo e olhar de mau –, e pela filha do casal, Anica – morta em uma noite de chuva às vésperas de uma visita do personagem narrador ao sítio da família. A personagem negra que aparece no conto é Inácia, “preta agregada aos Suãs”, que aparece de trouxa à cabeça, logo depois do narrador deixar o sítio. Ao vê-la deixando a casa dos Suãs, o eu poético de Lobato indaga:

\_ Então rapariga?

\_ Ai, são moço, vou-me embora. Alguem ha de ter dó da velha. Na casa da peste papuda, nem mais um dia! Antes morrer de fome...

\_ Que coisa houve?

\_ Não sabe que morreu a aleijadinha? Pois é, morreu. Morreu a pobre, só porque ontem esta sua negra foi no bairro do Liborio e a chuva me prendeu lá. Se eu pudesse adivinhar...

\_ Mas de que morreu criatura?

\_Sabe do que morreu? Morreu... de sede! Morreu, sim, eu juro, um raio me parta pelo meio se a coitadinha não morreu...  
Aqui soluços de choro cortaram-lhe a voz.  
\_... de seeeede! Meu Deus do ceu, o que a gente não vê neste mundo !” (LOBATO, 1918/1951, p. 163).

Acontece que a mãe maltratava a menina, que era “entrevada”, e Inácia vivia com a família para cuidar da criança. Era ela quem a vestia, banhava e alimentava há sete anos. Segundo Lobato, “*Excelente negra!*” (LOBATO, 1918/1951, p. 163). Na véspera, a menina havia ficado doente e a moça tratou-a com chás, sem sucesso. Por fim, no dia anterior, Inácia foi ao curador do bairro buscar remédio. Não pode, porém, retornar à casa, devido à chuva. No dia seguinte, encontrou a menina morta. Inácia procurou saber com a mãe da menina o motivo da morte. Sem resposta, ouve de outro agregado dos Suãs, um menino negro, Zico, que ela havia piorado desde a saída da moça e que passara a noite pedindo água à mãe, que lhe negara.

\_E tu, negrinho safado, porque não acudiu a menina?  
\_Não vê! Eu conheço nha Véva!...  
Seo Pedro, aquele trapo, esse estava na pinga de todo dia. Ninguém na casa para chegar uma caneca d’água à boca da doentinha (...)  
Lágrimas escorriam a fio pela cara da preta e soluços de dôr cortavam-lhe as palavras.  
\_De manhã foram encontrar a menina morta na cozinha, rente ao copo d’água. Arrastou-se até lá, o anjinho que nem se mexer na cama podia- e morreu de sede diante da água!...  
(...)  
[Inácia] Enxugou as lágrimas na manga.  
\_Agora vou no Liborio. Se ele me quiser, fico. Se não, sou bem capaz de me pinchar nesse rio. Este mundo não paga a pena... (LOBATO, 1918/1951, p. 164, 165).

Mais uma vez, é necessário insistir em um ponto. Se a “redenção do Jeca”, suposta por Skidmore, devia-se ao fato de sua mestiçagem não contar com o elemento negro, como explicar a existência da personagem Inácia? A moça é uma das personagens mais nobres presentes na obra de Lobato. Mora como agregada da família de caboclos e cuida com o mais puro intento de uma criança doente, suportando até as maldades da mãe da menina em sacrifício pela saúde da inocente. Estando a criança morta, com todas as poucas posses em uma trouxa, Inácia deixa a casa onde vivia, sem ter pra onde ir. Em um ato de desespero frente à maldade do mundo, cogita o suicídio.

#### 4.6 GIGANTES DE CÓCORAS

É possível desmentir a existência de um discurso científico racista entre os intelectuais, brasileiros ou não, que escreveram do final do século XIX ao início do século XX? Certamente não. A questão da unidade racial é mais antiga e vai além das ciências do século XIX. Talvez, seja possível dizer, interpretando Poliakov (1974), que o longo processo de construção de grupos raciais baseados em uma pretensa homologia de caracteres físicos e morais, compartilhados e transmitidos como herança a cada geração, provém de uma genealogia fictícia que distinguia os povos remontando a linhagens de patriarcas bíblicos. Tal distinção entre as raças se iniciou na teologia, atravessou o período medieval e foi levado adiante em um longo processo de secularização ao longo dos séculos XVII e XVIII. Da secularização do conceito teológico de raça, que separava os povos entre descendentes de Jafé, Sem e Can (entendidos pela teologia medieval como antecedentes de arianos, amarelos e negros, respectivamente, segundo Poliakov), criou-se a ficção de um corpo coletivo nacional e de uma raça nacional, teorizada a partir de um viés biologicista que conhece a glória durante o século XIX através da geração de Gobineau. Os construtos raciais criados nesse período são tão poderosos que não podemos negar a existência, no campo de discussão científica, da força imperativa desses temas, não só nos países europeus onde se originou a discussão, mas também nas periferias do mundo capitalista, colonizadas pelo pensamento europeu moderno, como bem nos sugeriu Gilberto Freyre (FREYRE, 1936).

Especificamente sobre o caso do pensamento racista no Brasil, isso não significa que o todo do discurso do pensamento social do período que se estende entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras décadas do século XX esteja determinado por esse biologicismo. Também não é plausível dizer que havia entre os escritores brasileiros um consenso sobre a condição racial do Brasil ou mesmo sobre as muitas teorias racistas em voga naquele período. Tampouco há consenso sobre teoria racial ou determinismo biológico entre os intelectuais brasileiros que se ocuparam do assunto, havendo antes uma intensa disputa entre forças opostas que tentavam se tornar monopolizadoras da definição do real a partir da definição da raça nacional (STEPAN, 2005). Por tudo o que já foi dito até agora, torna-se necessário um adendo sobre o termo sub-raça e seu significado em Monteiro Lobato, presente, entre 1905 e 1918, em seus escritos.

Para se compreender o conceito racial em Lobato, no período proposto, devemos nos atentar para o quadro de forças díspares que disputavam o monopólio do dizer racial no Brasil. Nesse sentido, Euclides da Cunha, autor que exerceu ascendência sobre Lobato, demonstrou de forma bem embasada a complexidade do campo científico no Brasil de sua

época e das previsões antropológicas sobre a futura raça nacional brasileira. No início do segundo capítulo de *Os Sertões*, Euclides da Cunha trata das:

Ora a despeito da grave influencia destas, e não a negamos, foram entre nós levadas ao exaggero, determinando a irrupção de uma meia-ciencia diffundida num extravagar de phantasias, sobre ousadas, estéreis.

Ha como que um excesso e subjectivismo no animo dos que entre nós, nos últimos tempos, cogitam de cousas tão serias, com uma volubidade algo escandalosa, dadas as proporções do assumpto. Começam excluindo em grande parte os materiaes objectivos offerecidos pelas circumstancias mesologica e histórica.

Jogam, depois, e entrelaçam, e fundem as três raças consoante os caprichos que os impellem no momento. E fazem repontar desta meta-chimica sonhadora precipitados fictícios.

Alguns firmando preliminarmente, com auctoridade discutível, a função secundaria do meio physico e decretando preparatoriamente a extincção quasi completa do selvicola e a influencia decrescente do africano depois da abolição do trafico, prevêem a victoria final do branco, mais numeroso e mais forte, como termo geral de uma serie para o qual tende o mulato, forma cada vez mais diluída do negro, e o caboclo, em que se apagam, mais depressa ainda, os traços característicos do aborígene.

Outros dão maiores largas aos devaneios. Ampliam a influencia do ultimo. E architectam phantasias que caem ao mais breve choque da critica; devaneios a que nem faltam a metrificação e as rimas, porque invadem a sciencia na vibração dos versos de Gonçalves Dias. unificam; desdobram - se; originam numero egual de sub-formações — substituindo-se pelos derivados, sem redução alguma, em mestiçagem embaralhada onde se destacam como productos mais característicos o mulato, o mameluco ou curiboca, e o cafuz). As sedes iniciaes das indagações deslocam-se apenas mais perturbadas, graças a reacções que não exprimem uma redução, mas um desdobramento. E o estudo destas sub-categorias substitue o das raças elementares agravando-o e difficultando-o, desde que se considere que aquellas comportam, por sua vez, innumerables modalidades consoante as dosagens variáveis do sangue (CUNHA, 1902/1905, p. 69-70).

Mais adiante, o autor continua a expor as correntes antropológicas que anunciavam o tipo humano nacional brasileiro:

Outros vão terra á terra de mais. Exaggeram a influencia do africano, capaz, com effeito, de reagir em muitos pontos contra a absorpção da raça superior. Surge o mulato.-Proclamam-no mais característico typo da nossa sub-categoria ethnica.

O assumpto assim vai, derivando multiforme e dúbio.

Acreditamos que isto succede porque o escopo essencial destas investigações se tem reduzido á pesquisa de um typo ethnico único, quando ha, certo, muitos (CUNHA, 1905, p. 70) [1902].

Euclides termina seu raciocínio concluindo que:

Não temos unidade de raça.

Não a teremos, talvez, nunca.

Estamos destinados á formação de uma raça histórica em futuro remoto, se o permitir dilatado tempo de vida nacional autônoma. Invertemos, sob este aspecto, a ordem natural dos factos. A nossa evolução biológica reclama a garantia da evolução social.

Estamos condemnados á civilisação.

Ou progredimos ou desaparecemos.

A afirmativa é segura (CUNHA, 1902/1905, p 70).



Para Euclides da Cunha, a condição racial no Brasil é fluida e incerta. Nesse sentido, o autor não se refere apenas às interpretações dos antropólogos – as quais seriam, em sua opinião, na maioria das vezes fantasiosas e disparatadas –, mas sim à existência “real” da raça brasileira. Essa não estaria ainda concluída em sua evolução particular de civilização tropical e não acabaria, necessariamente, por assentar-se em uma única raça nacional, mas em várias. Tal formação se daria a partir de variantes de clima, “dosagens sanguíneas” e variedades de condições de adaptação, de acordo com cada clima. Talvez, segundo o autor, até viesse a haver, em um futuro longínquo, uma unidade de raça – em tese, o pardo –, resultado final de todas as miscigenações. Mas isso era só especulação.

Segundo a leitura de Euclides sobre o processo de seleção e evolução dos seres humanos, o resultado final dos cruzamentos raciais não podia ser previsto, uma vez que se tornava necessário levar em consideração fatores não só genéticos, mas climáticos e históricos. Daí as longas páginas de Euclides da Cunha tratando da multiplicidade de climas no Brasil, de acordo com latitudes, altitudes e demais fatores influentes. Seguindo essa mesma perspectiva, o autor empreende também uma minuciosa descrição da história da colonização do Brasil com a especificidade de sua organização econômica e social bem como dos grupos raciais que a compuseram e os graus de miscigenação.

Adstricta ás influencias que mutuam, em grãos variáveis, três elementos ethnicos, a gênese das raças mestiças do Brazil é um problema que por muito tempo ainda desafiará o esforço dos melhores espíritos.  
Está apenas delineado (...) (CUNHA, 1902/1905, P 65).

As raças fundadoras, ou doadoras de base genética para o homem brasileiro, são os indígenas, que Euclides considera como um tipo autóctone ou uma raça invasora do norte do continente, alterada pelo meio e por cruzamentos raciais. Homens que:

Quer resultem do “homem da Lagoa Santa” cruzado com o pre-columbiano dos “sambaquis”; ou se derivem, altamente modificados por ultiores cruzamentos e pelo meio, de alguma raça invasora do Norte, de que se suppoem oriundos os tupis tão numerosos na época do descobrimento — os nossos selvicolas, com seus frizantes caracteres anthropologicos, podem ser considerados typos evanescentes de velhas raças autochtones da nossa terra (CUNHA, 1902/1905, p. 66).

Somado ao indígena, dois outros elementos raciais contribuíram para a base da formação da raça brasileira, a saber:

O negro bantí ou cafre, com as suas varias modalidades, foi até neste ponto o nosso eterno desprotegido. Somente nos últimos tempos um investigador tenaz, Nina Rodrigues, subordinou a uma analyse cuidadosa a sua religiosidade original e interessante. Qualquer, porém, que tenha sido o ramo africano para aqui transplantado trouxe, certo, os attributos preponderantes do homo'afer, filho das paragens adustas e barbaras, onde a selecção natural, mais que em quaesquer outras, se faz pelo exercicio intensivo da ferocidade e da força(CUNHA, 1902/1905, p. 66).

O elemento “aristocrático” de nossa base racial, “o portuguez, que nos liga á vibratil estructura intellectual do celta, está, por sua vez, mau grado o complicado caldeamento de onde emerge, de todo caracterizado”. Entretanto, apesar de acreditar em características raciais fixadas nos atributos – como a “ferocidade e a força” no “homo`afer” ou a intelectualidade no “celta” –, Euclides não acreditava que a simples soma de caracteres genéticos oriundos das três raças pudesse dar conta de explicar a complexidade do novo produto racial. Era preciso considerar as condições históricas, físicas e climáticas (CUNHA, 1902/1905, p. 66).

Mas, para Euclides, embora fosse possível abordar com um pouco de segurança essas variáveis climáticas, históricas e ambientais, isso não era suficiente. Faltava, antes de se definir os resultados da miscigenação, problematizar as variáveis e considerar:

todas as alternativas e todas as phases intermediarias desse entrelaçamento de typos anthropologicos de grãos dispares nos attributos physicos e psychicos, sob os influxos de um meio variável, capaz de diversos climas, tendo desencontrados aspectos e oppostas condições de vida, pôde affirmar-se que pouco nos temos avantajado. Escrevemos todas as variáveis de uma formula intricada, traduzindo serio problema; mas não desvendamos todas as incógnitas.

E' que, evidentemente, não basta, para o nosso caso, que postos uns deante de outros o negro bantü, o indo-guarany e o branco, applicemos ao conjuncto a lei anthropologica de Broca. Esta é abstracta e irreductivel. Não nos diz quaes os reagentes que podem attenuar o influxo da raça mais numerosa ou mais forte, e causas que o extingam quando ao contrario da combinação binaria, que presuppõe, despontam três factores diversos, adstrictos ás vicissitudes da historia e dos climas (CUNHA, 1902/1905, p. 67).

Claramente, nessa concepção sobre raças e cruzamentos, não se pode prever os frutos da miscigenação a partir de uma lei antropológica, abstrata e irreductível. Das variáveis históricas, climáticas e raciais, três novas sub-raças brotavam, segundo Euclides. Cada uma delas estabelecia-se de forma e com sucesso desigual. Exemplo disso é o caso do “feudalismo achamboado” dos sertões, descrito pelo autor, no qual a estabilidade racial do mestiço sertanejo se deu por sua relação com um tipo específico de relações econômicas e de produção que garantiam o isolamento racial e um modo de subsistência adequado ao tipo de desenvolvimento daquela sub-raça (CUNHA, 1902/1905).

A afirmação da passividade intelectual brasileira frente às teorias raciais importadas, sustentada por Skidmore (1976/1989) e seus seguidores, encontra aqui um obstáculo, já que, nos dizeres de Euclides, a complexidade racial brasileira iria além do simples branqueamento. Nada indica que o autor acreditasse em uma conclusão previamente definida para o tipo racial brasileiro. Ao contrário, Euclides da Cunha expunha a complexidade do tema e considerava que mesmo se:

Abstraiamos de innumeras causas perturbadoras, e consideremos os três elementos constituintes de nossa raça em si mesmos, intactas as capacidades que lhes são próprias.

Vemos, de prompto, que, mesmo nesta hypothese favorável, delles não resulta o producto único immanente ás combinações binarias, numa fusão immediata em que se juxtapõem ou se resumam os seus caracteres, unificados e convergentes num typo intermediário. Ao contrario a combinação ternaria inevitável, determina, no caso mais simples, três outras, binarias. Os elementos iniciaes não se resumem, não se unificam; desdobram - se; originam numero igual de sub-formações — substituindo-se pelos derivados, sem redução alguma, em mestiçagem embaralhada onde se destacam como productos mais característicos o mulato, o mameluco ou curiboca, e o cafuso). As sedes iniciaes das indagações deslocam-se apenas mais perturbadas, graças a reacções que não exprimem uma redução, mas um desdobramento. E o estudo destas sub-categorías substitue o das raças elementares aggravando-o e difficultando-o, desde que se considere que aquellas comportam, por sua vez, innumeras modalidades consoante as dosagens variáveis do sangue (CUNHA, 1902/1905, p. 67-68).

Partindo desse processo de cálculo de Euclides, podemos perceber o equívoco de atribuir-lhe uma visão positiva à mestiçagem entre brancos e índios, pois ela supostamente levaria mais rapidamente a um branqueamento da população, conforme Skidmore sugeriu. Euclides “acreditava que o sangue índio era um fator positivo, enquanto que o africano não era. Isso o levou a louvar a mistura do branco com o índio, e a considerar o mulato degenerado”, afirmou o autor (SKIDMORE, 1976, p. 124). Além disso, Skidmore disse que “Euclides previu implicitamente a aparição eventual de um produto homogêneo, que seria alguma coisa mais próxima da mistura índio-branco” (SKIDMORE, 1976, p. 126). Ao que tudo indica, a leitura de Skidmore está equivocada, já que segundo o próprio Euclides da Cunha, o tipo racial brasileiro seria o pardo, mas isso apenas em um horizonte distante e, mesmo assim, como uma possibilidade teórica.

O brasileiro, typo abstracto que se procura, mesmo no caso favorável acima firmado, só pôde surgir de um entrelaçamento consideravelmente complexo.

Theoricamente elle seria o pardo, para que convergem os cruzamentos successivos do mulato, do cariboca e do cafuz (CUNHA, 1902/1905, p. 68).

Avaliando-se, porém, as condições históricas que têm actuado, diferentes nos diferentes tractos do território; as disparidades climáticas que nestes occasionam reacções diversas diversamente supportadas pelas raças constituintes; a maior ou menor densidade com que estas cruzaram nos vários pontos do paiz; e attendendo-se ainda á intrusão forçada — pelas armas na quadra colonial e pelas immigrações em nossos dias — de outros povos, facto que por sua vez não foi e não é uniforme, vê-se bem que a realidade daquella formação é altamente duvidosa, senão absurda. (CUNHA, 1902/1905, p. 68).

Nesse contexto, para Euclides da Cunha, a introdução do elemento branco não levaria a uma evolução do povo para o branqueamento. Ao contrário, a introdução de raças europeias funcionaria mais como elemento embaralhador e dispersor de uma raça estável, contribuindo

nas misturas diversas e em sua reação de adaptação a condições históricas e a climas diversos. Também é preciso lembrar que, em *Os Sertões*, o clima funcionava como termo modificador da raça, podendo influir na constituição fisiológica do homem. Em regiões como a amazônica, por exemplo, o clima determinava o sucesso ou o fracasso:

[...] todas as idiosincrasias de uma physiologia excepcional: o pulmão que se reduz, pela deficiência da função, e é substituído, na eliminação forçada do carbono, pelo fígado, sobre o qual desce pesadamente a sobrecarga da vida: organizações combalidas pela alternativa persistente de exaltações impulsivas e apathias enervadoras, sem a vibratibilidade, sem o tonus muscular enérgico dos temperamentos robustos e sangüíneos. A selecção natural, em tal meio, opera-se a custa de compromissos graves com as funções centraes, do cérebro, numa progressão inversa prejudicialissima entre o desenvolvimento intellectual e o physico, firmando inexoravelmente a victoria das expansões instinctivas e visando o ideal de uma adaptação que tem, como conseqüências únicas, a máxima energia orgânica, a mínima fortaleza moral. A acclimação traduz uma evolução regressiva. O typo depercece num esvaecimento contínuo, que se lhe transmite á descendência até á extincção total. Como o inglez nas Barbadas, na Tasmania ou na Austrália o portuguez no Amazonas, se foge ao cruzamento, no fim de poucas gerações tem alterados os caracteres physicos é Moraes de uma maneira profunda, desde a tez, que se acobreia pelos soes e pela eliminação incompleta do carbono, ao temperamento, que se debilita despido das qualidades primitivas. A raça inferior, o selvagem bronco, domina-o; aluado ao meio vence o, esmaga-o, annulla-o na concurrencia formidável ao impaludismo, ao hepatismo, ás pyrexias exgottantes, ás canículas abrazadoras, e aos alagadiços maleitosos. (CUNHA, 1902/1905, p.79).

Essa curiosa concepção da influência do clima na constituição e formação das raças remete-se claramente às tendências neolamarckianas, que serão adotadas por intérpretes do Brasil posteriores a Euclides, como Gilberto Freyre, em especial (ARAÚJO, 2005). Embora a abordagem racista de Euclides tenha fortes traços do que se poderia considerar uma teoria poligenista, ele defende que o homem branco, não mestiço, ao aclimatar-se nos trópicos, regride em sua evolução, consumido pelas mudanças orgânicas relacionadas à adaptação ao clima e pelas doenças tropicais que degradam o indivíduo – degradação esta transmitida às novas gerações. Dessa forma, podemos concluir que a raça em *Os Sertões* não é somente a soma de elementos genéticos transmissíveis, e isso fica claro em diversos momentos. A constituição da raça dependeria, então, do clima que a produz, mesmo quando o indivíduo se furta à miscigenação. Por último, o elemento histórico acabaria por definir as possibilidades de sucesso ou fracasso na aclimação da raça, um dos temas centrais em *Os Sertões*.

Mas, diante de tantos fatores, como conclui Euclides que “o sertanejo é antes de tudo um forte” – trecho que repetimos em coro quando falamos de *Os Sertões* –, sem definir ao certo o sentido dos termos na análise sobre o homem do sertão? Segundo o próprio autor, a miscigenação é, claramente, enquanto princípio biológico, um agente de degeneração racial. Euclides, a princípio, condenava a miscigenação:

A mistura de raças mui diversas é, na maioria dos casos, prejudicial. Ante as conclusões do evolucionismo, ainda quando reaja sobre o producto o influxo de uma raça superior, despontam vivíssimos stygmas da inferior. A mestiçagem extremada é um retrocesso. O indo-europeu, o negro e o brazilio-guarany ou o tapuia, exprimem estádios evolutivos que se fronteiam, e o cruzamento, sobre obliterar as qualidades preeminentes do primeiro, é um estimulante á reviviscencia dos attributos primitivos dos últimos. De sorte que o mestiço — traço de união entre as raças, breve existência individual em que se comprimem esforços seculares — é, quasi sempre, um desequilibrado. Foville compara-os, de um modo geral, aos hystericos. Mas o desequilíbrio nervoso, em tal caso, é incurável: não ha therapeutica para este embater de tendências antagonistas, de raças repentinamente approximadas, fundidas num organismo isolado. Não se comprehende que após divergirem extremadamente, atravez de largos períodos entre os quaes a historia é um momento, possam dous ou três povos convergir, de súbito, combinando constituições mentaes diversas, annullando em pouco tempo distincções resultantes de um lento trabalho de selecção. Como nas sommas algebricas, as qualidades dos elementos que se juxtapõem, não se acerescentam, subtraem-se ou destroem-se segundo os caracteres positivos e negativos em presença. E o mestiço, — mulato, mamaluco ou cafuz — menos que um intermediário, é um decahido, sem a energia physica dos ascendentes selvagens, sem a altitude intellectual dos ascendentes superiores. Contrastando com a fecundidade que acaso possua, revela casos de hybridez moral extraordinários: espíritos fulgurantes, ás vezes, mas frágeis, irrequietos, inconstantes, deslumbrando um momento e extinguindo-se prestes, esmagados pela fatalidade das leis biológicas, chumbados ao plano inferior da raça menos favorecida. Impotente para formar qualquer solidariedade entre as gerações oppostas de que resulta, reflectelhes os vários aspectos predominantes num jogo permanente de antitheses. E quando avulta — não são raros os casos — capaz das grandes generalisações ou de associar as mais complexas relações abstractas, todo esse vigor mental repousa (salvante excepções cujo destaque justifica o conceito) sobre uma moralidade rudimentar, em que se presente o automatismo impulsivo das raças inferiores.

E' que nessa concurrencia admirável dos povos, evoluendo todos em lucta sem tréguas, na qual a selecção capitalisa attributos que a hereditariedade conserva, o mestiço é um intruso. Não luctou; não é uma integração de esforços; é alguma cousa de dispersivo e dissolvente; surge, de repente, sem caracteres próprios, oscillando entre influxos oppostos de legados disparatados. A tendência á regressão ás raças matrizes caracteriza a sua instabilidade. E' a tendência instinctiva a uma situação de equilíbrio. As leis naturaes pelo próprio jogo parecem extinguir, a pouco e pouco, o producto anômalo que as viola, afogando-o nas próprias fontes geradoras. O mulato despreza então, irresistivelmente, o negro e procura com tenacidade raramente falha cruzamentos que apaguem na sua prole o stygma da frente escurecida; o mamaluco faz-se o bandeirante inexorável, precipitando-se, ferozmente, sobre as cabildas aterradas (CUNHA, 1902/1905, p. 108-109).

Mas Euclides completou o raciocínio ao conjugar as complexidades dos elementos étnicos às suas relações com o clima e com o que chamava de história, os quais seriam formadores da sub-raça nacional e, em especial, geradores das condições especiais que deram origem ao sertanejo. Assim, Euclides analisou o contexto específico em que se formou o sertanejo:

E' que são invioláveis as leis do desenvolvimento das espécies; e se todo o atilamento dos missionários tem sido impotente para affeiçoar o espirito do selvagem ás mais simples concepções de um estado mental superior; se não ha esforços que consigam do africano, entregue á solicitude dos melhores mestres, o approximar-se sequer do nivel intellectual médio do indo-europeu — porque todo o homem é antes de tudo uma integração de esforços da raça a que pertence e o seu

cérebro uma herança, — como compreender-se a normalidade do typo anthropologico que apparece, de improviso, enfeixando tendências tão oppostas? Entretanto a observação cuidadosa do sertanejo do norte indica attenuado esse antagonismo de tendências e uma quase fixidez nos caracteres physiologicos do typo emergente.  
Este facto, que contrabate aparentemente as linhas anteriores, é a sua contra prova frizante (CUNHA, 1902/1905, p. 109-112).

Essa contraprova, segundo o autor, se devia a fatores históricos, pois a instabilidade racial do mestiço estaria ligada a sua inadequação ao modo civilizado de vida alcançado pela raça superior, que combateria, excluiria e esmagaria a raça mais fraca, uma vez que:

(...) é innegavel que para a feição anormal dos cruzados de raças mui diversas contribue bastante o facto de carretar o elemento ethnico mais elevado mais elevadas condições de vida, de onde decorre accommodação forçada e difficil para aquelles. E desde que desça sobre elles a sobre carga intellectual e moral de uma civilização, o disequilibrio é inevitável.

A índole incoherente, desigual e revolta do mestiço, como que denota um intimo e intenso esforço de eliminação dos attributos que lhe impedem a vida num meio mais adiantado e complexo. Reflecte — em circulo apertado — esse combate surdo e formidável, que é a própria lucta pela vida das raças (...). A lucta transmuda-se, tornando-se mais grave. Volve do caso vulgar, do extermínio franco da raça inferior pela guerra, á sua etyminação lenta, á sua absorpção vagarosa, á sua diluição no cruzamento. E durante o curso deste processo reductor, os mestiços emergentes, variáveis, com todas as nuanças da côr, da fôrma e do character, sem feições definidas, sem vigor, e ás mais das vezes enviáveis, nada mais são, em ultima analyse, do que os mutilados inevitáveis do conflicto que perdura, imperceptível, pelo correr das edades.

E' que neste caso a raça forte não destroe a fraca pelas armas, esmaga-a pela civilização (CUNHA, 1902/1905, p. 109-112).

É nesse ponto que Euclides apresentou um argumento crucial para a interpretação de seu pensamento racial, ao afirmar a peculiaridade do sertanejo, exceção à regra da mestiçagem, uma vez que:

(...) os nossos rudes patrícios dos sertões do norte escaparam a esta ultima. O abandono em que jazeram teve funcção benéfica. Libertou-os da adaptação penosissima a um estádio social superior, e, simultaneamente, evitou que descambassem para as aberrações e vicios dos meios adiantados.

A fusão entre elles operou-se em circumstancias mais compatíveis com os elementos inferiores. O factor ethnico preeminente transmittindo-lhes as tendências civilisadoras não lhes impoz a civilização.

Este facto destaca fundamentalmente a mestiçagem dos sertões da do littoral. São formações distinctas, senão pelos elementos, pelas condições do meio. O contraste entre ambas resalta á observação mais simples. O sertanejo tomando em larga escala, do selvagem, a intimidade com o meio physico, que ao envez de deprimir enrija a sua organização potente, reflecte, na Índole e nos costumes, das outras raças formadoras apenas aquelles attributos mais ajustáveis á sua situação social incipiente. (CUNHA, 1902/1905, p. 109-112).

Vem daí a possibilidade de ser o sertanejo um forte, não um degenerado. Definitivamente não se trata, para Euclides, de ser o sertanejo um “caboclo” com dosagem maior de sangue da raça branca do que os mestiços do litoral, mas da possibilidade de

estabilidade histórica e climática para o desenvolvimento da raça sertaneja. Para Euclides, o sertanejo tem uma possibilidade ímpar, gerada pelo seu isolamento no Sertão, de constituir uma sub-raça biologicamente estável sem novas misturas, formando um grupo genético específico. Além disso, o isolamento geográfico e as condições históricas de produção e reprodução da vida oferecem ao sertanejo a possibilidade de desenvolver-se de acordo com seu próprio ritmo civilizatório racial, sem que tenha de se adequar, às pressas, à civilização constituída por povos mais desenvolvidos, como a civilização branca implantada no interior. Desse complexo, provém a condição especial do sertanejo de Euclides, mais um dos tipos raciais nacionais, mas que tem a seu favor uma zona climática específica e uma atividade econômica condizentes com sua raça. Daí, Euclides da Cunha pôde afirmar que “O sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o rachitismo exaustivo dos mestiços neurasthenicos do littoral.” (CUNHA, 1902/1905, p. 114). Impregnados, os mestiços do litoral, resultantes da constante mestiçagem promovida pelo contato com outras raças, não podiam estabelecer-se como sub-raça estável, assim como o sertanejo. Daí a vantagem do mestiço sertanejo: estabelecer-se como raça e desenvolver-se socialmente de acordo com sua condição evolutiva, não se embranquecendo.

Essa sub-raça foi considerada forte por Euclides especialmente por não constituir um indivíduo degenerado. Era produtora de retrógrados, protegidos da civilização pelo isolamento do sertão:

E' um retrogrado; não é um degenerado. Por isto mesmo que as condições históricas o libertaram, na phase delicadíssima da sua formação, das exigências desproporcionadas de uma civilização de empréstimo, preparam-no para a conquistar um dia (CUNHA, 1902/1905, p.112).

Retrógrados que, se isolados e livres de pressões externas, poderiam ter o privilégio de vir a constituir um tipo próprio de civilização.

#### 4.7 O SERTANEJO E O CAIPIRA

É conhecida a grande admiração que Monteiro Lobato nutria por Euclides da Cunha. Já em 1907, Lobato escreveu a Godofredo Rangel, da cidade de Areias, contando ter se hospedado no mesmo quarto onde havia dormido Euclides da Cunha. Mais do que isso, Lobato escreveu, em carta de 14 de maio de 1907: “Areias, Rangel! Isto dá um livro a Euclides” (LOBATO, 1944/1972, p. 93). Ademais, Lobato teceu elogios no artigo *Euclides, um gênio americano*, que faz parte do livro *Na Antevéspera*, de 1947:

Ha homens que influem até no vocabulário dos países. Depois de Euclides da Cunha, a palavra “estupendo” passou a ter no Brasil um consumo triplicado- e um sentido euclidiano. Não ha estupendos em José de Alencar; não ha um só estupendo em Machado de Assis. A língua literária no Brasil enriqueceu-se desse adjetivo depois de Euclides- o Estupendo, revelou o estupendo de certos contrastes da nossa tragédia geológica e humana (LOBATO, 1947/1968, p. 249).

Ele termina o artigo afirmando:

Genios como Euclides não merecem fins de vida sórdidos. São explosões da Natureza- e devem acabar em explosões. Fiquem para nós outros, “mede-palmos”, a “aposentadoria” com seus reumatismos, seus pigarros, sua imbecilidade caquética. O premio de Nietzsche foi a loucura. O premio de Shelley foi o afogamento. Num mundo mais mecanizado, como o nosso, está muito bem que o premio de Euclides haja sido uma bala de parabelum no peito (LOBATO, 1947/1968, p. 255).

Monteiro Lobato inicia o artigo comparando Euclides da Cunha a José de Alencar e Machado de Assis, dois grandes pilares da literatura nacional, estabelecendo-o como o terceiro pilar. Termina ombreando Euclides a Nietzsche (filósofo preferido de Lobato) e a Shelley, grandes autores mundiais. Isso é o bastante para considerar que existe uma partilha na definição do real entre os dois autores. Lobato escreveu dois livros “a Euclides”, *Urupês* e *Cidades Mortas* (SILVA, 2013). Segundo Silva, a forma de pensar o homem rural presente em Lobato, ao menos até 1918, foi amplamente fundamentada sobre escritos euclidianos. A autora (2013) destaca ainda um artigo escrito por Euclides sobre o decadente Vale do Paraíba, em que se critica o uso esterilizante que se fazia da terra naquela região:

No artigo “Fazedores de Deserto”, Euclides da Cunha critica veementemente a crise agrária na região do Vale do Paraíba, e entende o que a produziu foi o ataque à terra de forma irracional, por parte dos aborígenes, dos bandeirantes, dos sertanejos e dos fazendeiros, prática de queimadas das matas, devastadora e a deixara estéril e degradada, com a argila árida revolvida a céu aberto: “tais selvaticezas atravessaram toda a nossa história”. Euclides critica a agricultura extensiva, pois não permitia períodos de descanso às terras, para reposição do húmus tonificante, era uma atividade predadora ao meio ambiente produtora de infertilidade e irracional porque se constituía em um entrave ao progresso nacional (SILVA, 2013, p. 47).

E mais adiante destaca outro artigo de Euclides da Cunha sobre a mesma região:

No artigo “Entre as Ruínas”, Euclides chama a atenção para o estado de decadência e pobreza da região do Vale do Paraíba, ela se destacara no passado como “o cenário predileto da nossa história”. Observa no presente a região se compõe de “traços expressivos de grandezas decaídas”, um lugar desabrigado e pobre. Euclides reclama da devastação da natureza expressão do apogeu do café, porque os pés do precioso grão estão lá: “cafezais de 80 anos, ralos e ressequidos”. Os antigos caminhos percorridos pelos escravos na lida com os cafezais atestam as “grandezas decaídas”, as moradias humildes e esparsas são a imagem do declínio, e os morros desnudos de vegetações, vitimados pelos desmatamentos, com as correntezas das águas das chuvas se enfraquecem porque o solo é levado pelas águas, provoca os desmoronamentos das encostas, processo que acelera o empobrecimento do solo. Nota, ainda, a monotonia do horizonte descampado sem a exuberante natureza (SILVA, 2013, p. 49).



Silva cita ainda uma importante passagem de Euclides, na qual se pode perceber a complexidade do pensamento do autor, assim como chama a atenção para a distinção que este fazia entre o caipira e o bandeirante, sendo que o primeiro:

(...) é também um decaído. Não é daqueles caboclos rijos e mateiros, que abriram neste vale as picadas atrevidas das “bandeiras”. O caipira desfibrado, sem o desempenho dos titãs bronzeados que lhe formam a linha obscura e heroica, saúdanos com uma humildade revoltante esboçando o momo de um sorriso deplorável, deixa-nos mais apreensivos, como se víssemos uma ruína maior por cima daquela enorme ruína da terra. (CUNHA, 1966, p. 185).

Até aqui, parece haver uma homologia entre a obra de Euclides e a obra de Monteiro Lobato apenas no que se refere à temática do homem rural e do uso inadequado da terra pelo caipira. Vou além e acredito que Euclides da Cunha acaba também por definir a própria concepção que Monteiro Lobato tinha sobre raça. Mais do que isso, o tipo literário do Jeca Tatu materializou em si muitos dos construtos que Euclides havia cunhado para o sertanejo.

Os traços da homologia entre a obra de Euclides da Cunha sobre a obra de Monteiro Lobato podem ser vistos de forma mais explícita em outras passagens de *Os Sertões*, especialmente no trecho mais citado do livro, no qual Euclides define o sertanejo:

O sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o rachitismo exaustivo dos mestiços neurasthenicos do littoral.

A sua apparencia, entretanto, ao primeiro lance de vista, revela o contrario. Falta-lhe a plástica impecavel, o desempenho, a estructura correctissima das organizações athleticas.

E' desgracioso, desengonçado, torto. Hercules - Quasimodo, reflecte no aspecto a fealdade typica dos fracos. O andar sem firmeza, sem aprumo, quasi gigante e sinuoso, apparenta a translação de membros desarticulados. Aggrava-o a postura normalmente acurvada, num manifestar de displicência que lhe dá um caracter de humildade deprimente. A pé, quando parado, reeosta-se invariavelmente ao primeiro umbral ou parede que encontra; a cavallo, se soffreia o animal para trocar duas palavras com um conhecido, cai logo sobre um dos estribos, descançando sobre a espenda da sella. Caminhando, mesmo a passo rápido, não traça trajetoria rectilinea e firme. Avança celereamente, num bambolear característico, de que parecem ser o traço geométrico os meandros das trilhas sertanejas. È se na marcha estaca pelo motivo mais vulgar, para enrolar um cigarro, bater o isqueiro ou travar ligeira conversa com um amigo, cai logo — cai é o termo — de cocaras, atravessando largo tempo numa posição de equilibrio instável, em que todo o seu corpo fica suspenso pelas dedos grandes dos pés, sentado sobre os calcanhares, com uma simplicidade a um tempo ridicula e adorável.

E' o homem permanentemente fatigado.

Reflecte a preguiça invencivel, a atonia muscular perenne, em tudo: na palavra remorada, no gesto contrafeito, no andar desaprumado, na cadência langorosa das modinhas, na tendência constante á immobilidade e á quietude.

Entretanto, toda esta apparencia de cansaço illude.

Nada é mais surprehendedor do que vel-a desaparecer de improvoso.

Naquella organização combalida operam-se, em segundos, transmutações completas. Basta o apparecimento de qualquer incidente exigindo-lhe o desencadeiar das energias adormidas. O homem transfigura-se (CUNHA, 1902/1905, p. 114-116).

É inegável que muitos elementos desse sertanejo aparecem no caipira de Lobato. As citações são quase diretas quando o autor trata de seu tipo humano como um ser de cócoras, ou sempre encostado, para bater um isqueiro, enrolar um cigarro, ou *queimar o cabo de uma foice*. As descrições sobre os dois seres chegam a fundir-se. A diferença aparece na transformação do sertanejo, da potência latente à potência em ação, que não acontece com o caboclo. No entanto, é preciso notar que, enquanto o sertanejo é um tipo humano heroicamente trágico em seu sacrifício, o caipira vivencia a tragicidade do destino e da tapera.

Para comparar algumas passagens dos dois autores, com o objetivo de esclarecer as possibilidades de relação de ascendência dos escritos de Euclides sobre os de Lobato, tomemos a passagem de *Os Sertões*, na qual Euclides critica o apressamento dos intelectuais da época em tomar o caboclo como tipo racial brasileiro que viria a prevalecer:

Outros dão maiores largas aos devaneios. Ampliam a influencia do ultimo. E architectam phantasias que caem ao mais breve choque da critica; devaneios a que nem faltam a metrificacão e as rimas, porque invadem a sciencia na vibraçãõ dos versos de Gonçalves Dias. unificam; desdobram - se; originam numero igual de sub-formações — substituindo-se pelos derivados, sem reduçãõ alguma, em mestiçagem embaralhada onde se destacam como productos mais característicos o mulato, o mameluco ou curiboca, e o cafuz) (CUNHA, 1902/1905, p. 68).

E a cotejemos com a introdução de *Urupês*, de Lobato:

Esboroou-se o balsamico indianismo de Alencar ao advento dos Rondons que, ao invés de imaginarem índios num gabinete, com reminiscencias de Chateaubriand na cabeça e a *Iracema* aberta sobre os joelhos, metem-se a palmilhar sertões de Winchester em punho.

Morreu Perú, incomparavel idealizaçãõ de um homem natural com o qual sonhava Rousseau, prototipo de tantas perfeições humanas que no romance, ombro a ombro com altos tipos civilizados, a todos sobreleva em beleza d'alma e corpo... (LOBATO, 1918/1951, p. 241).

A passagem mais explícita aparece em um trecho, já citado, no qual Euclides descreve o seu sertanejo, que devido à importância e por facilitar a comparação, repito aqui:

para enrolar um cigarro, bater o isqueiro ou travar ligeira conversa com um amigo, cai logo — cai é o termo — de cocaras, atravessando largo tempo numa posiçãõ de equilibrio instável, em que todo o seu corpo fica suspenso pelas dedos grandes dos pés, sentado sobre os calcanhares, com uma simplicidade a um tempo ridicula e adorável (CUNHA, 1902/1905, p. 114).

A descrição de Lobato sobre o caboclo não foge à de Euclides. Não fosse pela constante apatia do caboclo de Lobato, poderíamos considerar como sendo quase a sequência de um mesmo argumento:

O caboclo continua de cocoras, a modorrar...  
Nada o esperta. Nenhuma ferroteada o põe de pé.  
Social, como individualmente, em todos os atos da vida, Jeca, antes de agir, acocora-se.

(...)

Ei-lo que vem falar ao patrão. Entrou, saudou. Seu primeiro movimento após prender entre os lábios a palha de milho, sacar o rolete de fumo e disparar a cusparada d' esguicho, é sentar-se jeitosamente sobre os calcanhares. Só então destrava a língua e a inteligência.

— “Não vê que...”

De peou sentado as ideias se lhe entramam, a língua emperra e não ha de dizer coisa com coisa.

De noite, na choça de palha, acocora-se em frente ao fogo para “esquentá-lo”, imitado da mulher e da prole.

Para comer, negociar uma barganha, ingerir um café, tostar um cabo de foice, fazê-lo noutra posição será desastre infalível. Ha de ser de cocoras.

Nos mercados, para onde leva a quitanda domingueira, é de cocoras, como um faquir do Bramaputra, que vigia os cachinhos de brejaúva ou o feixe de tres palmitos (LOBATO, 1918/1951, p. 244-245).

A homologia entre Monteiro Lobato e Euclides da Cunha se deu tanto no campo do poder simbólico quanto no literário, de forma que não só os conteúdos de suas obras se aproximam, mas também a própria condição de dominantes entre os dominados, que os levaram a posição de homens de letras. Sergio Miceli afirma a condição especial de parentes pobres da oligarquia desses intelectuais, dispostos nessa posição ao serem excluídos das funções de comando das classes dirigentes, quando:

Diferentes formas de mutilação social parecem substituíveis do ponto de vista dos efeitos que provocam sobre a trajetória social na medida em que todas elas tendem a bloquear o acesso às carreiras que orientam o preenchimento das posições dominantes no âmbito das frações dirigentes e, por essa razão, determinam, ainda que de maneira negativa, uma inclinação para a carreira de intelectual. A mudança de sentido da trajetória familiar desses “parentes pobres” da oligarquia ocorre na maioria dos casos durante a primeira infância ou então, em alguns poucos casos, durante a adolescência dos futuros escritores (MICELI, 2001, p. 22-23).

A trajetória de Monteiro Lobato não foi diferente da citada acima, assim como não foi a de Euclides da Cunha, apesar da família deste último ter pertencido a frações economicamente submetidas da classe dominante.

Euclides nasceu em 1866, em uma fazenda em Santa Rita do Rio Negro, no município de Cantagalo, província da cidade do Rio de Janeiro. Seu pai era guarda-livros itinerante e trabalhava nas fazendas de café no estado do Rio de Janeiro. Sua mãe era filha de um proprietário de terras e morreu, de tuberculose, quando o filho tinha três anos. Nessas condições, Euclides foi criado em casa de parentes, morando com tias em São Fidélis e Teresópolis, e depois com um tio na cidade do Rio de Janeiro. Posteriormente, mudou-se para Salvador a fim de morar com os avós paternos. Aos 19 anos, Euclides iniciou seus estudos em engenharia civil, tendo de abandonar o curso, por razões econômicas, cerca de um ano depois. Ingressou, então, na escola Militar da Praia Vermelha.

Mais tarde, Euclides foi desligado do Exército por suas posições republicanas. Depois disso, o escritor foi morar em uma pequena fazenda do pai, em Descalvados, onde foi acolhido pelos membros do Partido Republicano, conseguindo escrever no jornal *Província de S. Paulo*. Com a Proclamação da República, foi reintegrado ao Exército, promovido a alferes-aluno, matriculando-se depois na Escola Superior de Guerra, formando-se primeiro-tenente da artilharia em 1892. Nessa época, casou-se com Ana Sólton Ribeiro, filha do major Frederico Sólton Ribeiro.

Desiludido com os rumos tomados pela República, Euclides deixou o Exército e se debruçou sobre os problemas da nação brasileira e sobre as teorias socialistas. Desligado do Exército, ele se estabeleceu como engenheiro-ajudante de primeira classe da Superintendência de Obras Públicas de São Paulo, escrevendo paralelamente para jornais. Nessa condição, foi enviado como correspondente de guerra para Canudos, onde escreveu *Os Sertões* (BARROS, 1982).

Fracassando na vida militar, Euclides buscou estabelecer-se como intelectual e, assim, emparelhar-se à facção dirigente da classe dominante.

Lembremos ainda que Sevcenko (1983/1989) estabeleceu a distribuição espacial de autores na Primeira República, no que poderíamos chamar de campo literário brasileiro. Em contraposição a autores como Coelho Neto, Olegário Mariano e Afrânio Peixoto – detentores do poder simbólico no campo, por adotarem tons da “*Belle Époque*” das capitais afrancesadas do início do século XX –, estavam os críticos das temáticas elitistas desse primeiro grupo. O segundo grupo, composto por Euclides da Cunha, Monteiro Lobato e Lima Barreto, pretendia enfatizar os problemas da nação. A posição ocupada no campo literário por Euclides da Cunha e Monteiro Lobato não deixa de ter certa proximidade, tendo sido ambos expatriados, por assim dizer, da sociedade da “*Belle Époque*” das capitais brasileiras. Euclides foi enviado como correspondente para o Sertão e, posteriormente, incumbido de construir pontes no interior. Lobato estava preso à função de promotor de roça, e depois à de fazendeiro em terras decaídas. De qualquer forma, a relação entre Euclides e Lobato passava pelo âmbito do campo literário e de suas linguagens e móveis específicos. Assim, compreende-se a “arte-ciência” tão presente nas obras híbridas de literatura e diversas ciências, tão comum entre os chamados ensaístas. De fato, após breve discussão em que apresenta sua postura frente às discussões antropológicas de sua época, Euclides procura livrar-se do encargo de falar como cientista:

Deixemos, porém, este divagar pouco attrahente.

Prosigamos considerando directamente a figura original dos nossos patrícios retardatarios. Isto sem methodo, despreziosamente, evitando os garbosos neologismos ethnologicos.

Faltaram-nos, do mesmo passo, tempo e competência para nos enredarmos em phantasias psychico geométricas, que hoje se exaggeram num quasi materialismo philosophico, medindo o angulo facial ou traçando a norma verticàlis dos jagunços.

Se nos embaraçássemos nas imaginosas linhas dessa espécie de topographia psychica, de que tanto se tem abusado, talvez não os comprehendessemos melhor. Sejamos simples copistas.

Reproduzamos, intactas, todas as impressões, verdadeiras ou exaggeradas, que tivemos quando, de repente, acompanhando a celeridade de uma marcha militar, demos de frente, numa volta do sertão, com aquelles desconhecidos singulares, que alli estão — abandonados — ha três séculos (EUCLIDES, 1902/1905, p. 112-113).

Euclides passa, então, a descrever o sertanejo em seus afazeres cotidianos, em suas atividades econômicas e culturais, de maneira quase etnográfica. Esse personagem, descrito como forte, frente à rudeza do clima, enfrenta-a com resignação estoica e esperança religiosa. Mesmo quando propõe livrar-se dos compromissos científicos, Euclides dá importantes esclarecimentos sobre as causas da letargia, repentinamente transformadas em ações viris do sertanejo:

Extinctas as horas do folguedo, o sertanejo perde o desgarre folgazão — largamente expandido nos sapateados, em que o estalo secco das alpercatas sobre o chão se parte nos tinidos das esporas e soalhas dos pandeiros, acompanhando a cadência das violas vibrando nos rasgados — e cai na postura habitual, abrutalhado, deselegante e anguloso, num estranho manifestarde desnervamento e cansaço extraordinários.

Ora, nada mais explicável do que este permanente contraste entre extremas manifestações de força e agilidade e longos intervallos de apathia.

Perfeita traducção moral dos agentes phisicos da sua terra, o sertanejo do norte teve uma árdua aprendizagem de revezes. Affez-se, cedo, a encontral-os, de chofre, e a reagir, de prompto.

Atravessa a vida entre ciladas, surpresas repentinas de uma natureza incomprehensivel, e não perde um minuto de tréguas. E' o batalhador perennemente combalido e exausto, perennemente audacioso e forte; preparando-se sempre para um recontro que não vence e em que se não deixa vencer; passando da máxima quietude á máxima agitação; da rede preguiçosa e commoda para o lombilho duro, que o arrebatava, como um raio, pelos arrastadores estreitos, em busca das malhadas. Reflecte, nestas apparencias que se contrabatem, a própria natureza que o rodeia — passiva ante o jogo dos elementos e passando, sem transição sensível, de uma estação á outra, da maior exuberância á penúria dos desertos recrestados, sob o reverberar dos estios abrazantes (CUNHA, 1902/1905, p. 119-120).

Marca, então, como parte da adaptação ao clima, a apatia aparente dos jagunços. Isso se devia à poupança das poucas energias para os momentos mais drásticos, ação calculada para a maximização de seus feitos e fruto da adaptação ao clima. Nesse ponto, o Jeca Tatu de Lobato se distingue do Jagunço de Euclides. Para Lobato, ao menos em *Velha Praga*, “O caboclo é uma quantidade negativa” (LOBATO, 1918/1951). Permanece de cócoras haja o que houver, entregue à modorra e à tragédia da “tapera”, por causas mais sociológicas do que biológicas ligadas à adaptação ao clima. É importante atentar para o fato de que, se indistintos

nos primeiros escritos de Lobato, os tipos humanos, chamados de caboclos genericamente no artigo *Urupês*, são a partir dele divididos entre: homens sem posses tomados pela tapera, o caboclo Jeca; e homens possuidores de bens materiais, o caboclo, mas não Jeca. Dessa forma, a divisão feita por Lobato não está pautada em tipos de mestiçagens, mas em uma distinção sociológica, que se estabelece entre o caboclo em geral e o Jeca em especial. Uma passagem em que Lobato traz à tona as diferenças entre o caboclo tomado pela tapera (o Jeca) e seu vizinho, caboclo não “entaperado”, é significativa:

Todavia, *est modus in rebus*. E assim como ao lado do restolho cresce o bom pé de milho, contrasta com a cristianíssima simplicidade do Jeca a opulência de um seu vizinho e compadre que “está muito bem”. A terra onde mora é sua. Possui ainda uma egua, monjolo e espingarda de dois canos. Pesa nos destinos políticos do país com o seu voto e nos economicos com o polvilho azedo de que é fabricante, tendo ameado com ambos, voto e polvilho, para mais de quinhentos mil réis no fundo da arca (LOBATO, 1918/1951, p. 249).

Se o Jeca é a regra, sugado por forças alheias, pelas facilidades da mandioca e da cana de açúcar que o levam a não agir, como explicar a exceção, a fartura e o empenho de seu vizinho? Lobato não apresenta uma resposta para isso, apenas separa os “caipiras Jecas” dos “outros” caipiras. Em seguida, condena o Jeca/caboclo de qualquer possibilidade de produção artística nacional, considerando o mulato como produtor da arte brasileira:

Dirão: e a modinha?

A modinha, como as demais manifestações de arte popular existentes no país, é obra do mulato, em cujas veias o sangue recente do europeu, rico de atavismos esteticos, borbulha d'envolta com o sangue selvagem, alegre e são do negro. O caboclo é soturno (LOBATO, 1918/1951, p. 251).

Curiosa passagem, que mais uma vez parece desmentir as afirmações de Skidmore (1976), visto que, para o brasilianista, o fator que possibilitava a redenção do Jeca era sua condição de mestiço de branco e índio, sem sangue negro, mesma afirmação que faz em relação ao sertanejo de Euclides. O mulato, nessa passagem de *Urupês*, sobrepõe-se ao caboclo ou ao menos ao “caboclo Jeca”. Entretanto, parece ser esta a última vez, ao menos no período que vai até os escritos sanitaristas, em que Lobato lança mão do termo “sangue” como potencialidade explicativa para o desenvolvimento dos grupos humanos. Esse uso destoa, é preciso ressaltar, do restante do texto, que atribui à mandioca e à cana-de-açúcar, como a outros elementos, o não desenvolvimento da raça. A obediência cega à lei do menor esforço, regra universal, e a benevolência da terra brasileira com o homem aparecem em *Urupês* como elementos centrais do não desenvolvimento do Jeca. Esses males, se não fosse a hostilidade do clima, trariam o mesmo dano ao inglês, caso lhe fosse mais bondosa sua terra.

Talvez, para Lobato, o Jagunço de Euclides fosse mais engenhoso do que seu Jeca, devido às variáveis climáticas. Afirmar isso, no entanto, não passaria aqui de mera especulação. Interessa-nos mais saber como, na escrita de Lobato, há a exceção do caboclo, que se difere do Jeca pela sua produtividade. A temática das razões que distinguem o Jeca do caboclo se desdobra em *A Vingança da Peroba* (LOBATO, 1918/1951, p.100), nas desavenças entre Nunes e Porungas. Ao contrário de *Urupês*, em que se apontam a obediência à lei do menor esforço e às benesses da terra como causas da modorra, *A Vingança da Peroba* traz explicações ligadas à estrutura econômica e familiar, ao alcoolismo e à “tapera”. A tapera, conforme já analisado, aparece em Lobato como termo explicativo de uma condição de existência entre o homem e o *meio*, segundo o conceito de *unidade de estilo* de Auerbach (2004). Mas é importante grifar que esse mesmo termo figura em Euclides da Cunha por diversas vezes para definir o arraial de Canudos. Já na primeira citação, o termo é prenhe de significados e de unidade de estilo, pois segundo o próprio Euclides, a constituição física do arraial enquanto tapera tencionava “stereographar” a moralidade de seus habitantes:

O arraial crescia vertiginosamente, coalhando as collinas.

A edificação rudimentar permittia á multidão sem lares fazer até doze casas por dia; e, á medida que se formava, a tapera colossal parecia stereographar a feição moral da sociedade alli acoutada. Era a objectivação daquella insania immensa.

Documento inilludível permittindo o corpo de delicto directo sobre os desmandos de um povo.

Aquillo se fazia a esmo, adoudadamente.

A urbs monstruosa, de barro, definia bem a civitas sinistra do erro.

O povoado novo surgia, dentro de algumas semanas, já feito ruínas. Nascia velho. Visto de longe, desdobrado pelos comoros, atulhando as cançadas, cobrindo área enorme, truncado nas quebradas, revoltado nos pendores tinha o aspecto perfeito de uma cidade cujo solo houvesse sido sacudido e brutalmente dobrado por um terremoto (CUNHA, 1905/1918, p. 184).

Adiante, Euclides detalha a superposição de elementos do *meio* à condição da raça:

Se as edificações em suas modalidades evolutivas objectivam a personalidade humana, o casebre de tecto de argilla dos jagunços equiparado ao *wigwan* dos Pelles Vermelhas suggeria paralelo deplorável. O mesmo desconforto e, sobre tudo, a mesma pobreza repugnante, traduzindo de algum modo, mais do que a miséria do homem, a decrepitude da raça.

Quando o olhar se accommodava á penumbra daquelles commodos apertados, lobrigava, invariavelmente, trastes raros e grosseiros: um banco tosco; dous ou três banquinhos com a fôrma de escabellos; igual numero de caixas de cedro, ou canastras; um girão pendido do tecto; e as redes. Eram toda a mobilia. Nem camas, nem mesas. Pendurados aos cantos, viam-se insignificantes accessorios: o bogó ou borracha, espécie de balde de couro para o transporte de água; pares de cassúas (jacas de cipó) e os aiós, bolça de caça, feita das fibras de caruá. No fundo do único quarto, um oratório tosco. Neste, copiando a mesma feição achamboada do conjuncto, santos mal acabados, imagens cujas linhas duras objectivavam a religião mestiça em traços incisivos de manipansos: Santo Antonios proteiformes e africanisados, de aspecto bronco, de fetiches; Marias-Santissimas, feias como megeras (CUNHA, 1905/1918, p. 185).

A tapera de Lobato é, em muitos aspectos, similar à descrita por Euclides da Cunha. Os mesmos santos toscos e mestiços, os mesmos móveis mal feitos, quase que o mesmo mocho de três pernas e o mesmo Santo Antônio encardido, presentes nos contos de Monteiro Lobato:

Chegam silenciosamente, ele e a “sarcopta” fêmea, esta com um filhote no útero, outro ao peito, outro de sete anos á orelha da saia - este já de pitinho na boca e faca á cinta. Completam o rancho um cachorro sarnento – Brinquinho, a foice, a enxada, a pica-pau, o pilãozinho de sal, a panela de barro, um santo encardido, três galinhas pevas e um galo índio. Com estes simples ingredientes, o fazedor de sapezeiros perpetua a especie e a obra de esterilização iniciada com os remotíssimos avós. (LOBATO, 1918/1951, p. 236).

A diferença se encontra na relação causal que envolve a tapera e as personagens humanas nos textos em questão. Na obra de Euclides da Cunha, a tapera é resultado direto da condição racial dos sertanejos, “objetivação” da “feição moral” e da “decrepitude da raça”. Ao contrário, a tapera em Lobato “cai sobre as almas e as coisas” e toma os corpos, mesmo dos que não sejam caipiras, como aconteceu com os “Alvoradas”. É a condição ou o estado de coisas em degeneração que corrompe pessoas e coisas.

Outros elementos que demonstram a relação entre a obra de Lobato e a de Euclides aparecem na abordagem que, em certos casos, ambos os autores dão a personagens negras, postas em grau de intensa dramaticidade e heroísmo. Em tópico anterior, eu já havia chamado a atenção para a figuração criatural de sacrifício da personagem Inácia. Outra personagem negra que em Lobato aparece de forma extremamente trágica é *O Jardineiro Timóteo*, cuidador zeloso de um jardim de fazenda colonial de onde era agregado (LOBATO, 1920/1978, p. 28).

Nesse ponto, é preciso lembrar algumas das palavras que Gilberto Freyre escreveu, ao traçar o “perfil de Euclides da Cunha”, com as quais destacou o papel heroico que ele reservava aos personagens vulgares, anônimos e oriundos das classes sociais mais desprezadas (FREYRE, 1944/1987, p. 22). Especificamente sobre a presença de heroicidade, tendo com personagem central um negro na obra de Euclides da Cunha, Gilberto Freyre destaca o fato do autor ter feito:

(...) de um negro, capanga de conselheiro, faz um mártir; e um mártir de proporções monumentais que, com música de ópera daria uma figura wagneriana. Coerente com a sua técnica, o seu método, o seu gosto de literatura escultural e de música tramática, espera que o preto desconhecido morra ao laço para o surpreender já “feito estátua”- símbolo de uma raça inteira e expressão de protesto contra quatro séculos de civilização escravocrata. Fixa então o preto em toda a glória de sua “plástica estupenda” (...) (FREYRE, 1944/1987, p. 23).



Assim como Monteiro Lobato faz de personagens negros seus tipos literários mais trágicos e profundos, como o homem que morre ao relento para não ver destruído seu canteiro de flores, ou a mulher que se sujeita aos maiores sofrimentos para cuidar de uma criança doente, Euclides da Cunha fez do negro seu maior herói, sua figura mais trágica, seu mártir.

Vejamos como Euclides descreve seu herói, em uma das cenas mais sublimes de *Os Sertões*. Primeiro, o negro é apresentado em sua condição de rebaixamento social, prisioneiro desprezado e animalizado:

Um negro, um dos raros negros puros que alli havia, preso em fins de Setembro, foi conduzido á presença do commandante da I columna, General João da Silva Barbosa. Chegou arfando, exausto da caminhada aos encontrões e do recontro em que fora colhido. Era espigado e secco. Delatava na organização desfibrada os rigores da fome e do combate. A magreza alongara-lhe o porte, ligeiramente dobrado. A grenha, demasiadamente crescida, afogava-lhe a frente estreita e fugitiva; e o rosto, onde o prognatismo se accentuara, desaparecia na lanugem espessa da barba, feito uma mascara amarrotada e immunda. Chegou em cambaleios. O passo claudicante e infirme, a cabeça lanzuda, a cara exigua, um nariz chato sobre lábios grossos, entreabertos pelos dentes oblíquos e saltados, os olhos pequeninos, luzindo vivamente dentro das órbitas profundas, os longos braços desnudos, oscillando — davam-lhe a apparencia rebarbativa de um orango valetudinario.

Não transpoz a couceira da tenda. Era um animal.

Não valia a pena interrogal-o (CUNHA, 1902/1905, p. 563-564).

Depois, transfigura-se (talvez seja essa a palavra mais adequada) em herói, desafiando a morte e corporificando a força moral de uma raça em uma escultura titânica:

E viram transmudar-se o infeliz, apenas dados os primeiros passos para o supplicio. Daquelle arcabouço esmirrado e repugnante, mal equilibrado sobre as longas pernas murchas, despontaram, repentinamente, linhas admiráveis — terrivelmente esculpturaes — de uma plástica estupenda.

Um primor de estatuaria modelado em lama.

Rectificara-se de súbito a envergadura abatida do negro aprumando-se, vertical e rígida, numa bella attitude singularmente altiva. A cabeça firmou-se sobre os hombros, que se retrahiram dilatando o peito, alçada num gesto desafiador de sobrançeria fidalga, e o olhar, num lampejo varonil, illuminoulhe a frente. Seguiu impassível e firme; mudo, a face immovel, a musculatura gasta duramente em relevo sobre os ossos, num desempenho impecavel, feito uma estatua, uma velha estatua de titan, soterrada havia quatro, séculos e afflorando, denegrida e mutilada, naquella immensa ruinaria de Canudos. Era um inversão de papeis. Uma antinomia vergonhosa (CUNHA, 1902/1905, p. 564-565).

Um pertencente da mais baixa posição social, ex-escravo, aparece como o elemento mais sublime, mais nobre e mais puro em suas intenções, que faz seus algozes, civilizados e brancos representantes da República, serem rebaixados pela barbárie e carnificina. Evidentemente, é o mesmo raciocínio que se reproduz em Monteiro Lobato no conto *Bucólica*, no qual Inácia aparece como personagem de coração nobre e puras intenções, moralmente superior aos membros da família da qual é agregada – caipiras brancos ou

caboclos que, ao menos para Cornélio Pires, eram simbólica e socialmente superiores ao negro. A questão do negro na obra tanto de Monteiro Lobato quanto na de Euclides da Cunha não pode ser de toda desconsiderada, uma vez que abre novas perspectivas para se pensar a questão racial e a complexidade do campo de disputas pelo monopólio da definição da realidade onde os termos raciais foram cunhados. Mais do que isso, é importante definir com a maior precisão possível a marca que portam os termos raciais, tidos como estigma ou como emblema de distinção, para realocar os autores no campo de disputa simbólica e melhor situá-los.

## 5. AS TRANSFORMAÇÕES DO JECA TATU, DO JECA DOENTE DE “PROBLEMA VITAL”: DE 1918 AO ZÉ BRASIL, DE 1947

Neste capítulo, trato da transição de Monteiro Lobato da condição de fazendeiro anônimo, na Serra da Mantiqueira, para escritor contribuinte do jornal *O Estado de S. Paulo* e da *Revista do Brasil*, vindo a se tornar mais tarde proprietário da dita revista e fundador da sua própria editora. O período é marcado não só pela mudança de sua posição no campo de produção literária, como por sua aproximação com os movimentos Eugenista e Sanitarista, que o levou a publicar diversos artigos em defesa da campanha sanitaria, resultando na edição desses artigos sob a forma do livro *Problema Vital*, de 1918, custeada pela Sociedade Eugênica de São Paulo. Em *Problema Vital*, também estava incluso o artigo *Jeca Tatu: a ressurreição*, que, a partir de 1924, passou a ser distribuído gratuitamente sob a forma do folheto *Jeca Tatuzinho* pelo laboratório Fontoura. Aí, Jeca Tatu não mais desempenhava o papel da figura emblemática de *Urupês*, mas era vítima de infundáveis doenças tropicais passíveis de serem remediadas pelas práticas de higiene. Também é nessa fase que Lobato se aproxima dos sanitaristas Renato Kehl (1889- 1974) e Belisário Penna (1868-1939), que o apresentaram o cientificismo sanitaria, do qual o autor tornou-se espécie de “porta-voz”.

Nesse ponto, é preciso encontrar explicações sociológicas para o fato de Monteiro Lobato haver abandonado seu projeto estilístico inicial que, como demonstrado acima, pretendia tratar do drama criatural do caboclo, para iniciar um projeto propagandístico do Movimento Sanitarista. A resposta para tal questão parece passar pelo aumento de capitais simbólicos, materiais e sociais de Lobato após a publicação de *Urupês* (1918) e a repercussão de seu personagem Jeca Tatu. Ademais, a partir da venda da fazenda, adquiriu capitais monetários para investimentos literários; e com a mudança para a cidade de São Paulo, pôde travar relações com grupos políticos e literários estabelecidos e em ascensão.

Mais do que isso, a própria ambiguidade relacional promovida pela condição de “parente pobre”, “dominado ente os dominantes”, a qual estão sujeitos os literatos no campo literário ainda incipiente, pode explicar essa mudança. Conforme explica Bourdieu:

Muitas das práticas e das representações dos artistas e dos escritores (por exemplo, sua ambivalência tanto em relação ao "povo" quanto em relação aos "burgueses") não se deixam explicar senão por referência ao campo do poder, no interior do qual o próprio campo literário (etc.) ocupa uma posição dominada. O campo do poder e o espaço das relações de força entre agentes ou instituições que tem em comum possuir o capital necessário para ocupar posições dominantes nos diferentes campos (econômico ou cultural, especialmente). Ele e o lugar de lutas entre detentores de poderes (ou de espécies de capital) diferentes que, como as lutas simbólicas entre os artistas e os "burgueses" do século XIX, têm por aposta a transformação ou a conservação do valor relativo das diferentes espécies de capital que determina, ele

próprio, a cada momento, as forças suscetíveis de ser lançadas nessas lutas (BOURDIEU, 2005, p. 244).

Dessa forma, podemos entender o movimento do agente que, embora herdeiro de uma posição de dominância, viu-se destituído dos bens materiais e simbólicos para exercer de forma efetiva essa condição, o que o leva a ser literato, subordinado entre os dominantes. Também é possível vislumbrar, nesse período da vida literária de Monteiro Lobato, um deslocamento do polo da literatura como arte pura para uma arte de cunho político e apologético, que o aproximava de elementos emergentes da classe dominante. Esse movimento poderia transformar seus capitais simbólicos e monetários, a partir de uma possível nomeação em cargo público ou da valorização monetária de seus escritos, como se deu com *Problema Vital* (LOBATO, 1918/1968). Nesse livro, em sua edição de *Obras Completas de Monteiro Lobato*, uma nota de esclarecimento nos ajuda a pensar a profundidade das relações de subordinação entre o campo literário e o médico-científico:

A 1ª edição deste livro é de 1918 e trazia o seguinte esclarecimento: Artigos publicados n' "O Estado de São Paulo", e enfaixados em volume por decisão da "Sociedade de Eugenia de S. Paulo" e da "Liga Pró-Saneamento do Brasil". (LOBATO, 1918/1968, p. 221).

Um pouco mais tarde, a ressurreição do Jeca Tatu foi adaptada para a publicidade, com a figura de Jeca Tatuzinho, criada para o laboratório Fontoura, no ano de 1924, com pequenas alterações em relação ao escrito original, especialmente com o intuito de incluir os produtos do laboratório Maleitosan Fontoura, Ankilostomina Fontoura e Biotônico Fontoura, como formas eficazes para se combater a "maleita", a anquilostomina e a anemia. A distribuição do folhetim pelo laboratório foi tão rendosa que chegou a 100 milhões de cópias distribuídas de 1924 a 1982. Talvez, seja esse um dos grandes responsáveis pela popularidade da personagem.

De fato, aqueles que conseguem manter-se nas posições mais aventureiras por tempo suficiente para obter os lucros simbólicos que elas podem assegurar recrutam-se essencialmente entre os mais abastados, que tem também a vantagem de não ser obrigados a consagrar-se a tarefas secundárias para garantir sua subsistência. Isto ao contrario de tantos poetas oriundos da pequena burguesia que foram forçados abandonar mais ou menos depressa a poesia por atividades literárias mais bem remuneradas, como o romance de costumes, ou a consagrar de imediato uma parte de seu tempo ao teatro ou ao romance (como François Coppee, Catulle Mendes ou Jean Aicard). Da mesma maneira, quando o envelhecimento, que desfaz as ambiguidades, converte as recusas eletivas e provisórias da vida de boemia adolescente em fracasso sem remissão, os escritores de origem modesta resignam-se com maior boa vontade a "literatura industrial", que faz da escrita uma atividade como outra qualquer; a menos que a revolta antiintelectualista empurre os mais amargos deles para as reviravoltas e as renegações que os levam as mais baixas tarefas da polêmica política (BOURDIEU, 2005, p. 295).

Transformações como a do período de produção dos textos que compuseram *Problema Vital* coincidem com a época em que Monteiro Lobato tornou-se editor em São Paulo, sendo úteis para entender, ao menos em parte, a mudança ocorrida na definição que Lobato passa a fazer do Jeca Tatu: resultado de uma nação abandonada por seus governantes e entregue às doenças e verminoses. Lobato se filia a um movimento médico-político que tomava plena forma no Brasil e que também tinha no homem pobre do campo seu objeto de interesse máximo: o Sanitarismo. Levado a cabo por médicos empenhados em uma campanha que visava o controle de doenças que, segundo acreditavam, incapacitava o homem brasileiro de fazer do Brasil uma grande nação, o movimento Sanitarista era o grande projeto de reforma política na Primeira República (STEPAN, 2005).

Entre os dois movimentos, o Sanitarista e o Literário, houve no Brasil uma espécie de congruência, uma vez que as condições precárias dos homens do sertão eram antes objeto da literatura, especialmente em *Os Sertões*, até virarem preocupação dos médicos sanitaristas, principalmente após a expedição exploratória de Miguel Pereira e Belisário Pena. Os médicos buscavam dados sobre as condições sanitárias no país, tendo os resultados publicados em jornais e, mais tarde, encadernados no livro *Saneamento do Brasil* (1918), que apontava para o que se podia considerar como sendo o “problema do Brasil”. Tal diagnóstico ressoava pelas vozes de Oswaldo Cruz, Carlos Chagas, Álvaro Osório de Almeida, Belisário Penna e Arthur Neiva, alguns dos homens mais relevantes para a República (STEPAN, 2005).

Monteiro Lobato utiliza a literatura para pensar, assim como divulgar, os problemas brasileiros, com o intuito de transformar seus capitais simbólicos, devidamente elevados, em capitais financeiros. Fazendo isso, o autor abandona o polo do campo literário mais autônomo, ligado à “arte pela arte”, e se movimenta para um polo de acúmulo mais dinâmico de capitais.

Daqui, podemos deduzir a posição a partir de onde Monteiro Lobato podia (ou era impelido a) dizer sobre a raça do caboclo, após 1918 – posição determinada por seu *habitus* e pela dinâmica do campo.

Esse campo literário, incipiente e limitado a formas específicas de produção literária, era composto por “escritores profissionais [que] viam-se forçados a ajustar-se aos gêneros havia pouco importados da imprensa francesa: a reportagem, a entrevista, o inquérito literário e, em especial, a crônica” (MICELI, 2001, p. 17). Nesse contexto, contar com os capitais disponibilizados pelo Movimento Sanitarista – o qual tinha grande força e expressão política durante a primeira metade do século XX – era, sem dúvida alguma, um grande trunfo. Um

simples resumo das biografias dos nomes mais próximos de Lobato, como Arthur Neiva e Renato Kehl (EISENBERG; FERES JUNIOR; NASCIMENTO, 2013, p. 83), denota isso.

Arthur Neiva (1880-1943) foi quem sugeriu o título do primeiro livro de Lobato, *Urupês* (PASSIANI, 2003, p. 130). Era médico e sanitarista, discípulo de Oswaldo Cruz e Adolpho Lutz. Chefiou, em 1912, uma expedição ao interior da região Nordeste e Centro-oeste do Brasil. Neiva foi inspetor da campanha de saneamento do estado de São Paulo, tendo sido, por algumas vezes, acompanhado por Monteiro Lobato (CAVALHEIRO, 1962, p. 188-189). Anos depois, foi diretor do Instituto Biológico de São Paulo, de 1927 a 1931, e interventor do governo de Getúlio Vargas, na Bahia, em 1931. Um pouco mais tarde, foi eleito deputado para a Assembleia Constituinte da Bahia, cargo que ocupou até a dissolução do Congresso por Getúlio Vargas, em 1937 (MUSEU NACIONAL, 2008, p. 23-24).

Lobato também travou contato com Belisário Penna (1890-1939), médico que trabalhou na Inspetoria de Profilaxia Rural da Febre Amarela, sob o comando de Oswaldo Cruz, com a missão de erradicar a doença no Rio de Janeiro. Posteriormente, trabalhou no combate a endemias rurais, como as apresentadas em *Problema Vital*. No ano de 1914, foi inspetor sanitário no Rio de Janeiro, responsável pela instalação do primeiro Posto de Profilaxia Rural do país, no subúrbio carioca. Por meio do jornal *Correio da Manhã*, iniciou uma campanha pelo saneamento físico e moral do país. Em 1918, após a publicação de *Saneamento do Brasil*, tornou-se diretor do Serviço de Profilaxia Rural e presidiu a Liga Pró-Saneamento do Brasil. De 1920 a 1922, dirigiu o setor de Saneamento e Profilaxia Rural do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP). No ano de 1928, Belisário Penna chefiou o Serviço de Propaganda e Educação Sanitária e, em 1930, voltou a dirigir o DNSP. Entre setembro de 1931 e dezembro de 1932, ocupou interinamente o Ministério de Educação e Saúde.

Mas Lobato parece ter tido maiores contatos e “afinidades” com o médico sanitarista Renato Kehl, que após clinicar em São Paulo por alguns anos, aproximou-se do Movimento Sanitarista e da eugenia. Fundou, em 1918, a Sociedade Eugênica de São Paulo. Foi inspetor sanitário rural do DNSP e organizou o Serviço de Educação Sanitária ligado à Inspetoria da Lepre e das Doenças Venéreas. Kehl também trabalhou como inspetor sanitário rural no Departamento de Saneamento e Profilaxia Rural do DNSP, entre os anos de 1919 e 1922, assumindo depois o cargo no Serviço de Educação e Propaganda Sanitária, de 1923 a 1924. Mais tarde, trabalhou como diretor da empresa Bayer. Paralelamente a essas atividades,

escreveu diversos boletins, livros e panfletos, nos quais divulgava e discutia os princípios da eugenia.

Renato Kehl, talvez o mais influente dos médicos sanitaristas, foi o primeiro contato de Monteiro Lobato com o movimento. Em carta escrita a Kehl, Lobato afirma que:

Acabo de ler sua conferência sobre eugenia, lida na A. C. de M. e confesso-me envergonhado por só agora travar conhecimento com um espírito tão brilhante como o teu, untado para tão nobres ideais e servido, na expressão do pensamento, para um estilo verdadeiramente ‘eugênico’ pela clareza, equilíbrio e rigor vernacular. (LOBATO, 1918 apud HABIB, 2007, p. 1).

A submissão a esses agentes ativos e masculinos das classes dominantes – talvez, uma tentativa de Lobato de ascender à condição de dominância que devia ter herdado –, aproximou-o de alguns nomes que tomaram cargos políticos importantes. Além disso, o autor conseguiu ter acesso a um público leitor formado por médicos e outros profissionais de saúde, assim como conquistou o patrocínio para a publicação de *Problema Vital*, com o incentivo da *Sociedade de Eugenia de S. Paulo* e da *Liga Pró-Saneamento do Brasil* (LOBATO, 1918/1968, p. 221). Esses fatos podem perfeitamente objetivar a “conversão” de Monteiro Lobato para a causa sanitarista, pois como explica Bourdieu, as dinâmicas das movimentações nos campos de produção cultural e as tomadas de posição nesse campo têm uma causa específica, sendo que:

(...) o princípio da mudança das obras reside no campo de produção cultural e, mais precisamente, nas lutas entre agentes e instituições cujas estratégias dependem do interesse que tem em função da posição que ocupam na distribuição do capital específico (institucionalizado ou não), em conservar ou em transformar a estrutura dessa distribuição, portanto, em perpetuar as convenções em vigor ou em subvertê-las; mas as apostas da luta entre os dominantes e os pretendentes, entre os ortodoxos e os heréticos, e o conteúdo mesmo das estratégias que podem empregar para fazer avançar seus interesses, dependem do espaço das tomadas de posição já efetuadas que, funcionando enquanto problemática, tende a definir o espaço das tomadas de posição possíveis, e a orientar, assim, a busca das e, por conseguinte, a evolução o da produção. E, por outro lado, por maior que seja a autonomia do campo, as possibilidades de sucesso das estratégias de conservação e de subversão dependem sempre, em parte, dos reforços que um ou outro campo pode encontrar em forças externas (por exemplo, novas clientelas) (BOURDIEU, 2005, p. 264-265).

Isso, entretanto, não pode ser pensado de forma mecânica ou como simples cálculo racional em busca de melhores vantagens, uma vez que, segundo Bourdieu:

A relação entre as posições e as tomadas de posição não tem nada de uma relação de determinação mecânica. Entre umas e outras se interpõe, de alguma maneira, o espaço dos possíveis, ou seja, o espaço das tomadas de posição realmente efetuadas *tal como ele aparece quando é percebido através das categorias de percepção constitutivas de certo habitus*, isto é, como um espaço orientado e preenchido das tomadas de posição que aí se anunciam como potencialidades objetivas, coisas “a fazer”, “movimentos” a lançar, revistas a criar, adversários a combater, tomadas de posição estabelecidas a “superar” etc. (BOURDIEU, 2005, p. 265) [Grifo nosso].

Em nosso caso, as categorias de percepção apontam para a concepção de uma posição de homologia temática entre o Jeca Tatu e os doentes de Belisário Penna. Tomemos um trecho crucial de *Problema Vital*, no qual Lobato apresenta o ponto alto de sua questão, ao tratar da infestação de barbeiros (*Triatoma megista*) no sertão, citando a experiência de campo de Belisário Penna:

Vivendo ás centenas em cada casebre, ninguém lhes escapa á sanha. Belisário Penna conta que certa vez apanhou em fragrante delito de sucção, no corpo de uma pobre criança de quatro anos, dezesseis ninfas, taludas como baratas descascadas, e oito barbeiros adultos, além de mais de cinco que, fartos, já se aprestavam pesadamente para voltar ao esconderijo (...)

Ora acontece que nos intestinos deste asqueroso bicho o *Tripanosoma cruzi*, parasito da moléstia de Chagas, vive, evolue e prolifera; e dali, através da tropa sugadora, passa-se ao corpo humano no momento da picada (LOBATO, 1918/1968, p. 239-240).

A pretensa grande virada no pensamento racial de Monteiro Lobato se deu ao assumir clara perspectiva racialista em termos neolamarckianos<sup>6</sup>, uma vez que o dano causado pela doença de Chagas e outras moléstias que corroíam o indivíduo explicava “porque e como dos Fernões Dias Pais Leme de outrora, terríveis varões enfibrados de aço, ressurgiu uma geração aventada, anemiada, feia e incapaz. Não é a raça – a raça dos bandeirantes é a mesmas de Jeca Tatu” (LOBATO, 1918/1968, p. 305-306). Daí, a epígrafe onde Monteiro Lobato escreve a já famosa citação: “O Jeca não é assim: *está* assim”. Essas duas informações – a de que o livro foi lançado sob os auspícios da *Sociedade de Eugenia de São Paulo* e da *Liga Pró-Saneamento do Brasil*, e a de que Lobato considerava pertinente abrir o livro afirmando que a condição do “Jeca” era transitória e não definitiva – podem ser a chave para entendermos a chamada “conversão” de Lobato ao Movimento Sanitarista. O uso dos verbos “ser” e “estar”, em itálico na própria edição de Lobato, parece demonstrar a ideia de transformação da condição do Jeca para um processo de descontinuidade. O ser do Jeca, descrito tanto em *Urupês* quanto em *Velha Praga* como indolente e avesso ao trabalho (condição que, como vimos no capítulo anterior era, para Lobato, multifatorial, embora passível de ser sintetizada na condição da “tapera”), perde sua condição estática para ganhar uma condição móvel definida por uma determinação racial neolamarckiana.

---

<sup>6</sup> Teoria biológica derivada da teoria lamarkiana, o neolamarckianismo considera a possibilidade de que caracteres adquiridos ao longo da vida pelos progenitores possam ser transmitidos para os herdeiros. Nessa perspectiva, nutrir e curar uma raça adoentada pode favorecer o fortalecimento de seus descendentes, melhorando assim a raça. Diferente do darwinismo social, o neolamarckismo defende a possibilidade de aprimoramento de uma raça humana via métodos sanitários. Voltarei mais adiante a esse ponto.



Poderíamos, simplesmente, considerar Lobato como o fazendeiro descontente e incompreensivo que criou o Jeca a fim de descontar no pobre colono todas as suas frustrações, conforme descrito por Millet (1981), e que estaria agora, ao ocupar nova posição social, disposto a reabilitar o pobre caboclo? Como desprezar o fato de que a edição dessa obra, que redefine o perfil do Jeca Tatu, tenha sido endossada pela *Sociedade de Eugenia de São Paulo* e pela *Liga Pró-Saneamento do Brasil*? E mais do que isso: o que significa o interesse que os eugenistas e sanitaristas tiveram de investir naquela obra, composta por artigos já publicados em jornal?

Após afirmar o estado transitório do Jeca, o primeiro artigo do livro é *A ação de Osvaldo Cruz*, que na primeira edição foi apresentado como *Saneamento no Brasil: A ação de Osvaldo Cruz*. Lobato critica o ufanismo ingênuo da elite brasileira, pautado na “tríplice miragem”, que teria como alicerces as seguintes afirmações: a de que “somos um dos povos mais inteligentes e sensatos do Mundo”, de autoria de Alberto Torres; e as repetidas pelo senso comum como “Somos o país mais rico do mundo” (Lobato, 1918/1968, p. 223) e “O Brasil é o único país que, além do Japão, jamais foi vencido em uma guerra...”. Após essas pontuações, Lobato restringe o alvo ao campo literário e aos poetas responsáveis por apregoar as maravilhas da terra materna, fazendo críticas muito parecidas às feitas contra o escritor romântico que descrevia o Brasil de forma idílica e desprovida de realismo, conforme o fizeram, segundo a crítica Lobatiana:

Cardumes de poetas menores - desses para quem em sua republica Platão Legislava: *Coroai-os de rosas e expulsai-os* – por sua vez puseram em verso a grande ilusão, de modo a perpetua-la pela mnemônica da rima e do metrona cabeça fraca do povo. (LOBATO, 1918/1968, p. 224).

Em um artigo que pretende elogiar a política higienista, a mesma crítica à literatura ufanista e não “realista”, já feita por Lobato em relação às descrições feitas ao povo do sertão por autores como Bernardo Guimarães e José de Alencar, está presente. Os comentários de Lobato sobre a literatura ufanista não se restringem a essa passagem. Adiante, o autor comenta as supostas maravilhas de nossa pátria sob os prismas literários ufanistas:

Riqueza. Te-la no seio da terra, no azoto do ar, nas essencias florestais, na literatura cômica de rosa e não te-la sonante no bolso, é ser nabado á moda do chinês em transe megalomaniaco se sonho d’opio. A noção economica de riqueza, desde Adam Smith, é um pouquinho diversa – a mesma diversidade que vai da *palavra* libra-esterlina á *rodelinha* amarela chamada libra-esterlina. (LOBATO, 1918/1968, p. 225).

Depois disso, Lobato aponta a nomeação de Osvaldo Cruz para chefe da higiene no Rio de Janeiro como marco para a reconstrução do Brasil. Com ele, teria vindo para o país a

ciência moderna de Pasteur e da microbiologia. Com ela, a higiene. Sem pudores, Lobato elogia a ação dos cientistas sediados em Manguinhos (Belisário Pena, Carlos Chagas e Arthur Neiva) e a revolução do microscópio, o qual poderia livrar o Brasil de suas mazelas. Por fim, apresenta o livro de Belisário Pena, *O Saneamento do Brasil*, como marco denunciador de um Brasil esquecido:

(...) voz de sábio que escarna ao vivo as mazelas do país idiotizado, exangue, leishmanioso, papudo, faminto na proporção de 80 por cento, e grito de indignação dum homem de bem contra a fúria organizada em sistema político que roi com fúria acarina o pobre organismo inanime. (LOBATO, 1918/1968, p. 229).

O artigo seguinte é intitulado *Dezessete milhões de opilados*. Segundo os dados apresentados no texto, de uma população de 25 milhões de habitantes, 17 milhões sofriam de ancilostomose. Lobato explica superficialmente (em um texto claramente direcionado para leigos) as características fisiológicas e reprodutivas dos vermes causadores do popularmente chamado “mal da terra” ou amarelão. Depois de descrever o verme e sua ação, compara-o (em um breve adendo) a um parasita que se acosta em ócio ao Estado, para sorver o *sangue-dinheiro elaborado pelas classes produtoras* (LOBATO, 1918/1968, p. 232). Descreve os efeitos maléficos do verme no organismo, da anemia, do prejuízo sobre o “tonus vital”, a inclinação “ao vício da cachaça, lenitivo a que recorre para combater a permanente sensação de frio que o desequilíbrio sanguíneo acarreta” (LOBATO, 1918/1968, p. 223).

Mas se ficasse nisso...

A inteligência do amarelado atrofia-se, e a triste criatura vira um soturno urupê humano, incapaz de ação, incapaz de vontade, incapaz de progresso.

Retrato de nosso caboclo quem o dá perfeito, com fidelidade fotografica, é o medico ao desenhar o quadro clínico do ascilostomado. Tudo mais é mentira, retórica, verso. Esses heróicos sertanejos, fortes e generosos, evolução literária dos índios plutarquicos de Alencar; essa caipirinha arisca, faces cor de jambo, pés lepidos de veada, carne dura de pêssego: licenças bucólicas de poetas jamais saídos das cidades grandes (LOBATO, 1918/1968, p. 234).

Nesse ponto, Lobato faz um curioso jogo duplo. Insiste em criticar os quadros dominantes do campo literário brasileiro, com seus heroicos sertanejos, ao mesmo tempo em que priva seu Jeca, custosamente elaborado em sua condição criatural, de toda a profundidade, reduzindo o drama do caboclo ao drama do doente, reestruturando-o sob o signo do sertanejo opilado. Desnuda seu Jeca da complexidade sociológica presente na narrativa que aponta o contexto social, o qual levava o “Nunes” a embriagar-se demasiadamente e a deixar o filho morrer esmagado pelo monjolo. A ordinária desgraça que se abateu sobre os *Alvoradas* e a ignóbil falta de compaixão dos “Suã” frente à pobre menina doente. Todo o universo que Monteiro Lobato tentara antes demonstrar e sistematizar acaba

por ser contraído na condição orgânica, visível apenas por microscópios. A partir daí, o médico é quem dá a melhor descrição do quadro do Jeca. Para que serviria a revisão constitucional, o voto feminino, o serviço militar obrigatório ou as reformas parlamentaristas, soluções tão apregoadas para o Brasil, se a solução definitiva era travada em fantásticos combates micro-orgânicos?

A argumentação segue no artigo *Tres Milhões de Idiotas*, que trata do “barbeiro” ou *triatoma megistas*, transmissor do *Tripanossomo cruzi*, responsável pela moléstia de Chagas, devastadora de vidas. Nas palavras de Lobato, “Crianças desanimadas em massa – e felizes das que morrem; se vingam as crianças doentes crescem e dão de si um rastolho de humano de sórdido aspecto, ‘que atenta, diz Chagas, contra a beleza da vida e a harmonia das coisas’” (LOBATO, 1918/1968, p. 241). Lobato aponta a situação, esnobada pelo arremedo de *Belle Époque* no qual vivia a elite litorânea, denunciando a situação “real” dos sertões. E mais, denuncia as autoridades e a literatura:

No entanto, as autoridades não movem passo; os literatos das capitais bizantinizam sobre a colocação dos pronomes e outras maravilhas; poetas a granel gastam todas as reservas fosfóricas na metrificacão de umas maguas de mentira e de uns amorzinhos de esquina; estetas de olhos ferrados na França auscultam o pulsar do coração latino para pra fígar de primeira mão a “nova corrente em via de substituir o parnasianismo”, políticos armam e desarmam casos, requerem hábeas-corpus, eructando com grande riqueza de RR roçante a avariada palavra Republica (LOBATO, 1918/1968, p. 242).

Em seguida, trata da questão da imigração, considerada por Skidmore (1976, p. 154-162) como ponto de concórdia entre os intelectuais brasileiros. Lobato, entretanto, apresenta a imigração, na melhor das hipóteses, como solução provisória a ser superada pela higiene, já que a falta de trabalhadores aptos é tida por ele como produto de infecções parasitárias que desconhecem fronteiras raciais:

É que os braços estão aleijados.  
Há-os de sobra, mas ineficientes, de músculos roídos pela infecção parasitaria. O que obriga a lavoura ao ônus indireto de importar músculos europeus, ou chineses, ou japoneses - o que haja, contanto que seja carne sadia e não fibras em decomposição.  
Entretanto, a solução definitiva do problema eterno da lavoura quem a dará é a higiene (LOBATO, 1918/1968, p. 242-243).

Por fim, Lobato conclui que, mais do que qualquer outra coisa, é preciso sanear o Brasil. No artigo subsequente, é apresentada a última doença a devastar o país: *Dez milhões de impaludados*.

O Brasil é o país mais rico do mundo, diz com entono o Pangloss indígena. Em parasitos hematófagos transmissores de molestias letais – conclui Manquinhos.

E é. Não bastasse o anciolostomo. Não bastava o barbeiro. Vem completar a trindade infernal a anafelina, mosquito que veicula o hematozoário de Laveran, pai da Malária (LOBATO, 1918/1968, p. 247).

Como nos outros artigos, o autor apresenta de forma simplificada os modos de transmissão da doença, transmitida pelo mosquito anafelina, e suas consequências, ao atingir o fígado e o baço da vítima, tornando-a anêmica e levando-a, por fim, à morte. Monteiro Lobato apresenta a quina como tratamento possível para impaludismo. Mas, diante das possibilidades de insucesso do tratamento, sugere a necessidade de se manter um certo descampado entre a morada do sertanejo e a mata. Nas cidades, o recomendado seria o isolamento dos doentes, de forma que o mosquito não se tornasse maleitoso ao picar um indivíduo contaminado, espalhando a doença. Lobato pretende, na mais fiel herança da geração de 1870, enxergar um país que se recusa a “enxergar-se”:

As sociedades recreativas discutem qual foi o maior – César, Alexandre ou Foch.  
A leishmaniose ulcera horripilantemente a cara de milheiros de irmãos miseráveis?  
Nós debatemos a colocação de pronomes.  
A lepra campeia avassaladora, encaroçando as carnes e putrefazendo em vida centenas de indivíduos?  
Nós cantamos rag-times patrióticos.  
Legiões de criancinhas morrem como bichos, de fome e de verminose?  
Nós abrimos subscrições para restaurar bibliotecas belgas.  
A mulher do campo mumifica-se de miséria aos vinte anos?  
As damas da cidade five-ó-clocktizam em francês nos triamons e nas Caves, mostrando umas às outras fotografias dos poilus de que são madrinhas (LOBATO, 1918/1968, p. 252).

E continua a apontar as mazelas do país:

A sífilis é combatida nas cidades pela medicação específica que lhe atalha o passo ou minora os efeitos; mas no sertão, nesse maravilhoso sertão preluzido na mioleira dos poetas com um eden embalsamado de manacás, quem lida com ela é o negro velho ignorantíssimo, e o pica-fumo “curador”.  
O treponema pálido, afeito a lutar contra o mercurio e os arsenicais terríveis, ri-se das micagens e rezas, burundangas e picumãs e jasmíns-de-cachorro dos ingênuos Eusebios Macarios de barba rala. Ri-se, e em vez de paradeiro encontra fomento na absoluta inocuidade da terapeutica pé-no-chão. A sífilis, difunde-se, portanto, assustadoramente, sem peias, sem cura, sem prevenção possível, arrazando o presente e sacrificando o porvir (LOBATO, 1918/1968, p. 253).

Repetidamente, Lobato critica a posição da elite brasileira, especialmente por parte dos literatos ufanistas que retratam o Brasil como um paraíso nos trópicos. Assim, parte para um argumento que será central para o nosso entendimento de sua concepção de raça, a qual se dá a partir de seu contato com os sanitaristas. Diz o autor:

Em todos os países do mundo as populações rurais constituem o cerne das nacionalidades. Taurinos, torrados de sol, enrijados pela vida sadia ao ar livre, os camponeses, pela sua rubustez e saúde, constituem a melhor riqueza das nações. São a força, são o futuro, são a garantia biológica dos grupos étnicos. Pela capacidade de

trabalho mantêm eles sempre elevado o nível da produção economica; pela saúde física, matem em alta o índice biológico da raça, pois é com o sangue e o músculo forte do camponês que os centros urbanos retemperam sua vitalidade

O urbanismo é um mal nocivo á espécie humana (...). A infiltração permanente de sangue e carne de boa tempera, vinda dos campos, contrabalança o desmembramento das cidades.

É possível entre nós pedir á roça o sangue revitalizador?

Não.

O elemento rural é pior do que o urbano. As nossas cidades se vêem forçadas a importar sangue de fora, se querem escapar ao marasmo duma senectude extemporanea (LOBATO, 1918/1968, p. 255).

Não se pode pedir da roça sangue revitalizador, e isso não se deve a questões raciais no sentido mendeliano do termo. Nas zonas rurais, “os homens minguem de corpos, as mulheres são um rastolho raquíptico incapaz de bem desempenhar sua missão reprodutora” (LOBATO, 1918/1968, p. 256). Mas Monteiro Lobato não aponta a multiplicidade racial como a responsável pela condição deplorável do povo brasileiro. Os trechos que seguem ao apresentado acima nos indicam outros caminhos:

O quinto país do mundo em tamanho a cair aos pedaços, de verminosa lazeira, vendo, ao norte, o maravilhoso surto americano, e ao sul, a pujante floração argentina. E para suprema vergonha e desdouro eterno do nome brasílico, com a consciencia de que desmedrou arrastado por males evitáveis e de facil cura. Males de que todos os países de mesologia semelhante se libertaram pela profílica inteligência, com lentidão uns, com rapidez fulgurante outros.

Aí está Cuba, a pobre ilha degradada em rápida consumpção por molestias irmãs as nossas e que em poucos anos, ao influxo da higiene norte-americana, virou a maravilha que todos sabemos (LOBATO, 1918/1968, p. 257).

Higiene e sanitarismo são, portanto, o eixo que coordena os textos escritos por Lobato nesse período, assim como são a solução para uma raça (no singular) corroída pela fome e pelos vermes. Mas, o que o autor quis dizer com “índice biológico da raça” (LOBATO, 1918/1968, p. 255), citado páginas acima? O uso do termo seria pura impropriedade, já que não se trata aqui (e todos os pesquisadores do assunto hão de convir) de discutir mestiçagens, mas sim doenças tropicais e uso de técnicas de higiene para impedi-las? A discussão prossegue em *Reflexos morais*, iniciado com a seguinte afirmação: “No corpo são a mente é sã. Este conceito acarreta recíproca verdadeira: em corpo doente, impossível um espírito sã” (LOBATO, 1918/1968, p. 259). Depois, conclui: “A sùmula desses conceitos converge nesta idéia sintética: Falimos como povo, como raça – e falimos moral, intelectual e fisicamente” (LOBATO, 1918/1968, p. 259). Como organizar essas ideias? Como relacioná-las? Lobato começa a tratar da saúde do corpo e das implicações negativas da falta de saúde física, abordando também a saúde do “espírito”, que só seria saudável em corpo saudável. Como

pode, sem se contradizer, acabar falando em nossa “raça”? Como pode atribuir a questões fisiológicas questões que seriam claramente de cunho moral ou cultural? Lobato esclarece:

Este doloroso estado de alma que é senão o reflexo depressivo das mazelas fisiológicas em roaz evolução no organismo de nossa gente?

Otimismo, fé, crença, confiança em si e dignidade, amor, firmeza de animo, vontade enérgica: outras tantas resultantes lógicas da boa circulação do sangue, das glandulas em normalidade de funcionamento, dos pulmões sadios bem oxigenizados de ar puro.

Pessimismo, desanimo, descrença, desamor: sintomas de que o animal está com o ritmo da vida rompido por graves lesões orgânicas.

Assim todos os males, morais, econômicos e políticos, vão enclavilhar raízes na desmedrança fisiologica da população empolgada pelas endemias avassaladoras.

Nota-se nas consciencias puras uma revolta geral contra a degradação politica do regime republicano – mas cifra-se a revolta num murmúrio medroso e encapotado (LOBATO, 1918/1968, p. 260).

Dessa forma, podemos considerar que “o índice biológico da raça” está ligado à saúde física, livre de parasitas, da raça ou do povo, já que a raça acaba por ser determinada pelos limites do Estado Nacional. Lobato compara um país a um organismo vivo – analogia não muito inédita, é verdade –, a um animal de roça tomado por parasitas, sem forças para reagir, que depois da intervenção do veterinário tem recompostas as forças e se reestabelece. Ao mesmo tempo, compara os parasitos orgânicos aos parasitos políticos:

Com os países acontece o mesmo. Se caem marasmados pela doença e não podem reagir contra a fauna de ácaros sociais que os parasitam, se não tem forças para o espojar-se das revoluções, acabarão ás moscas, devorados como o cavalo de Tolentino.

Quereis remendar um país assim? restaurar-lhe as finanças, dar-lhe independencia econômica? implantar a justiça? intensificar a produção? criar o civismo? Restabelecer a vida mora?

Restaurai a saúde do povo.

Curai-o, e todos os bens virão ao seu tempo pela natural reação do organismo vitalizado (LOBATO, 1918/1968, p. 264).

Entretanto, Lobato sugere que a cura deva ser feita à força. Novos elementos surgem dessa leitura sobre a constituição dos homens e das nações, o que distancia o autor dos contos que compõem *Urupês*. Inegavelmente, a condição humana passa a ser reduzida à problemática da existência orgânica, fisiológica. Perdeu-se, assim, o drama do homem arruinado pelo destino ou pelas conjunturas sociais. O drama dos Nunes (*A vingança da peroba*), por só ter “famílias mulheres” e assim não poder competir com seus vizinhos na produção de alimentos e nas condições de produção e reprodução da vida, não é mais tomado como relevante nessa nova fase literária de Lobato. O mesmo acontece em relação às descrições sobre as impossibilidades de produção dos Alvoradas (*A Colcha de Retalhos*), nas quais um homem só vê a família desestruturar-se frente à impossibilidade de trabalhar a roça, sendo todos tomados pela *tapera* econômica e moral. Ambos os casos, apresentados nos

contos, perdem seu valor e lugar no novo universo lobatiano. A partir desse momento, o indivíduo funde-se à nação e a nação confunde-se com a raça, definida como a saúde fisiológica da média dos indivíduos. O próprio Monteiro Lobato, em seu conto *O Mata-pau*, exemplifica as capacidades constritoras dos parasitos microscópicos sobre os “organismos” nacionais:

- \_ “Mata-pau, não me mates”, dizia a peroba ao gameleiro constritor.
  - \_ “E por que, perobinha amiga, te não hei de matar?” respondeu o fascinora vegetal.
  - \_ “Porque também tenho direito á vida”, gemeu a suplicante.
- O mata-pau, sujeito lido em Darwin, retrucou sentenciosamente:
- \_ “ Só tem direito á vida quem não mente ás leis naturais, quem se defende, quem luta. Se és inerte e não esboças gesto de defesa contra mim, por que hei de privar-me de crescer e prosperar á tua custa? Impede-me de estrangular-te, se podes; do contrario, resignate.”
- Nesta replica esta a norma de reação do país contra o ancilostomo, contra o tripanosoma, contra o protozoário de Laveran, contra o treponema palido, contra o bacilo de Hansen, contra a leishmania tropical e, sobretudo, contra o acaro politico. (LOBATO, 1918/1968, p. 265).

Dessa forma, o autor abandonou o *métier* do realismo moderno (Auerbach, 2009) por um tipo de escrita que, embora pautado em estilo literário, tinha por propósito divulgar e promover soluções científicas para problemas políticos. Mas a introdução no texto de um mata-pau, “sujeito lido em Darwin”, significa que os discursos de cunho biologicista ou cientificista, que passaram a dar o tom aos escritos lobatianos a partir de 1918, estavam fundados sobre as bases do pensamento racalista, com “ilações óbvias sobre o caráter inato do caboclo” (SKIDMORE, 1976, p. 200), conforme já foi considerado? Em artigos apresentados adiante, em *Problema Vital*, algumas pistas sobre o conteúdo biologicista dos artigos aparecem de forma mais evidente. No texto intitulado *Início de Ação*, Lobato cita *Le Bon* como “a voz mais alta de biologia” (LOBATO, 1918/1968, p. 298). Foi, porém, por meio do pensamento sanitarista brasileiro que a perspectiva biologicista de Lobato veio às claras. Nesse artigo, o autor defende ardorosamente o movimento dos sanitaristas e a necessidade do saneamento que já havia, inclusive, comovido “o coração duro de Rockefeller!” (LOBATO, 1918/1968, p. 305), devido aos flagelos e ao grande número de doentes. Lobato esclarece o problema sanitário-racial por meio de uma perspectiva biológico-racial até então inédita:

- Imagine-se agora que a ação desses parasitas é ininterrupta, começa na infancia e prolonga-se até á morte.
- As lesões que eles praticam nas paredes intestinais, ulcerando-as, funcionam como outras tantas portas abertas ao livre transito das toxinas.
- O pai dessa pobre criatura já foi um bichado, como o foi o avô e o bisavô. Deles recebeu ela uma vitalidade menor, uma tonicidade orgânica decaída, um indice de defesa natural. E por sua vez transmitirá ao filho a má herança acrescida funestamente da sua contribuição pessoal de degenerescencia, consecutiva á continuação do trabalho do verme em seu organismo.

Isto explica porque e como dos Fernões Dias Pais Leme de outrora, terríveis varões enfiados de aço, ressurgiu uma geração aventada, anemiada, feia e incapaz. Não é a raça – a raça dos bandeirantes é a mesma de Jeca Tatu. É um longo e ininterrupto estado de doença transmitida de pais a filhos e agravado dia a dia. Examinando-lhe o sangue, assombra a pobreza em hemoglobinas: não é mais sangue o que lhes corre nas veias, senão um aguado soro. E nessa sujeira, para remate dos males, ainda vem aboletar-se o protozoário da malária... (LOBATO, 1918/1968, p. 305-306).

Ao que tudo indica, desde sua carta a Tito Lívio Brasil, datada de 1905, em que afirma que nossa raça (regida por leis da natureza que a fazem transmitir caracteres morais aos seus descendentes) só será salva pela introdução do sangue italiano ou alemão, esse é o momento em que Monteiro Lobato trata do tema raça de forma clara e lúcida. Nos textos que constituem *Urupês*, há a monopolização da problematização da “tapera”, e a menção à “sub-raça” não aparece nos contos, com exceção do artigo *Urupês*. A referência à raça que aparece nesse artigo é obscura e parece ser oriunda das concepções de Euclides da Cunha e suas discussões sobre as raças e sub-raças formadoras do homem brasileiro. Relembrando a passagem:

Porque a verdade nua manda dizer que entre as raças de variado matiz, formadoras de nossa nacionalidade e metida entre o estrangeiro recente e o aborígene de tabuinha no beijo, uma existe a vegetar de cocoras, incapaz de evolução, impenetrável ao progresso. Feia e sorna, nada a põe de pé. (LOBATO, 1918/1951, p. 243).

Nos textos de *Problema Vital*, entretanto, o argumento é totalmente outro. A degenerescência em questão se trata da degeneração da raça em sua totalidade, e não das sub-raças substancialmente deterioradas pela mestiçagem. A raça dos grandes desbravadores bandeirantes é, segundo Lobato, a mesma do Jeca Tatu, deteriorada pela doença e pelas verminoses. Concepção bem diferente dessa nova definição de raça, na qual a degenerescência racial se dá a partir da transmissão hereditária de tonicidade e vitalidade insuficientes – de um “bisavô bichado” para um “avô bichado” e assim sucessivamente –, devido às infecções parasitárias, somada à própria degenerescência do indivíduo. Essa era a nova forma de se entender raça, incorporada (ou corporificada) a Lobato pelo Movimento Sanitarista-eugenista. “Não é a raça”, no sentido darwinista ou mendeliano, a responsável pela decadente condição física e mental do indivíduo; mas é a raça no sentido de características assimiladas e legadas aos descendentes, ou seja, a raça no sentido neolamarckiano do termo. Essa constatação não é inédita. Já em 1991, em seu *The hour of Eugenics: race, gender and nation in Latin America*, Nancy Stepan escrevia sobre o pensamento racial nas nações latinas, especialmente no Brasil. Stepan é clara quanto à vertente teórica que inspirava os sanitaristas:



Iniciei minhas pesquisas pela eugenia no Brasil. Descobri ali muito da eugenia, em suas ciências e em seu estilo social, que parecia incomum. Primeiro os eugenistas brasileiros baseavam sua eugenia não na concepção mendeliana da genética, a estrutura dominante na Grã-Bretanha, nos Estados Unidos e na Alemanha, mas em uma corrente alternativa de noções neolamarckianas de hereditariedade. Esse estilo de eugenia refletia conexões científicas de longa data com a França, bem como fatores mais locais de cultura política; ajudava também a estruturar os debates sobre degeneração e determinava como a nova genética e as ciências do saneamento interagiriam de forma inovadora na “eugenia” (STEPAN, 1991/2005, p.14).

Decerto, a concepção neolamarckiana difundida no Brasil por meio da ascendência francesa (que se deu tanto no campo científico biologicista, nas letras, quanto na sociologia) possibilitou o surgimento de um Movimento Sanitarista que proporcionasse redimir as raças esquecidas no sertão. Segundo as teorias biológicas francesas, não estava o Brasil fadado à extinção enquanto povo e nação pela maldição da miscigenação entre os povos. O que corroía a capacidade criadora do brasileiro não era o sangue misturado, mas o sangue contaminado pelas verminoses e parasitoses, cujas marcas no corpo humano se tornavam definitivas, e mais do que isso, passíveis de serem deixadas como herança nefasta às novas gerações. Esse mal se combatia com a higiene. A genética neolamarckiana tornava viável a defesa de uma civilização nos trópicos e abria caminho para o elogio à adaptação racial dos homens ao ambiente, como mais tarde fez Gilberto Freyre, em *Casa Grande & Senzala* (1933) e *Sobrados & Mucambos* (1936).

O último texto que compõe *Problema Vital é Jeca Tatu: a ressurreição*, o qual, como o título sugere, demonstra a possibilidade de “ressurreição” do Jeca (e, assim, de ressurreição potencial da raça), devastado pelas doenças que há gerações o consumiam. *A Ressurreição* começa por descrever o Jeca e as condições de vida que o cercam:

Jeca Tatu era um pobre caboclo que morava no mato, numa casinha de sapé (...) passava os dias de cócoras, pitando enormes cigarrões de palha, sem ânimo de fazer coisa nenhuma. Ia ao mato caçar, tirar palmitos, cortar cachos de brejaúva, mas não tinha idéia de plantar um pé de couve atrás da casa. (...)

Dava pena ver a miséria do casebre. Nem móveis nem roupas, nem nada que significasse comodidade. Um banquinho de três pernas, umas peneiras furadas, a espingardinha de carregar pela boca, muito ordinária, e só (...). (LOBATO, 1968, p. 329)

(...)

(...) Tudo para ele não pagava a pena. Não pagava a pena consertar a casa, nem fazer uma horta, nem plantar árvores de fruta, nem remendar a roupa.

Só pagava a pena beber pinga.

(...). (LOBATO, 1968, p. 330)

(...)

Jeca possuía muitos alqueires de terra, mas não sabia aproveitá-la. Plantava todos os anos uma rocinha de milho, outra de feijão, uns pés de abóbora e mais nada. Criava em redor da casa um ou outro porquinho e meia dúzia de galinhas. Mas o porco e as aves que cavassem a vida, porque Jeca não lhes dava o que comer. Por esse motivo o

porquinho nunca engordava, e as galinhas punham poucos ovos (LOBATO, 1968, p. 330).

(...)

Jeca só queria beber pinga e espichar-se ao sol no terreiro. Ali ficava horas, com o cachorrinho rente; cochilando. A vida que rodasse, o mato que crescesse na roça, a casa que caísse. Jeca não queria saber de nada. Trabalhar não era com ele. Perto morava um italiano já bastante arranjado, mas que ainda assim trabalhava o dia inteiro. Por que Jeca não fazia o mesmo? (LOBATO, 1968, p. 330).

A conclusão que se tinha sobre o Jeca é então apresentada pelo eu poético do narrador, como opinião de terceiros: “Além de preguiçoso, bêbado; e além de bêbado, idiota, era o que todos diziam”. Notadamente, esse Jeca, bricolagem das personagens apresentadas em *Urupês*, é apresentado de forma pretensamente objetiva por Lobato em uma narrativa em terceira pessoa, na qual aparecem elementos dos contos nos quais o autor havia forjado sua figura de homem do campo. A economia extrativista, o banquinho de três pernas, a espingardinha de carregar pela boca e o cachorrinho magro e cheio de bernes a acompanhar o dono bêbado reaparecem aqui para definir o Jeca e seu modo de vida. Apesar disso, não é o *meio* descrito que é simultaneamente causa e consequência da desgraça do caboclo, como acontece nos contos de *Urupês*. Em vez disso, o “problema vital” que determina a condição do Jeca é causado pelas infecções e impaludismos.

Seguindo esse raciocínio, a guinada na saúde e na produtividade do caboclo se dá por meio da interferência médica e da descoberta (que para Monteiro Lobato deveria ser a descoberta nacional, o despertar dos homens letrados para o problema do Brasil) de que o Jeca é, antes de tudo, um doente. Até que:

Um dia um doutor portou lá por causa da chuva e espantou-se de tanta miséria. Vendo o caboclo tão amarelo e chucro, resolveu examiná-lo.

\_ Amigo Jeca, o que você tem é doença.

\_ Pode ser. Sinto uma cansaça sem fim, e dor de cabeça, e uma pontada aqui no peito que responde na cacunda.

\_ Isso mesmo. Você sofre de anquilostomiase (...) (LOBATO, 1968, p. 331-332).

Uma vez diagnosticado o mal que afligia o Jeca, o doutor, membro individual do corpo coletivo dos sanitaristas, receita o remédio e a técnica que livraram o pobre homem da miséria.

O doutor receitou-se o remédio adequado; depois disse: “E trate de comprar um par de botinas e nunca mais me ande descalço nem beba pinga, ouviu?”.

(...)

(...) Faça o que mandei, que ficará forte, rijo e rico como o italiano. (...). (LOBATO, 1968, p. 332)

É então demonstrado o mal, objetivamente observável, que anos antes era chamado de “tapera”. E o Jeca curado faz uso das técnicas da “Nhá Ciência” para manter-se saudável, produtivo e empreendedor.

Quando o doutor reapareceu, Jeca estava bem melhor, graças ao remédio tomado. O doutor mostrou-lhe com uma lente o que tinha saído das suas tripas.

\_Veja, sêo Jeca, que bicharia tremenda estava se criando na sua barriga! São os tais anquilostomos, uns bichinhos dos lugares úmidos, que entram pelos pés, vão varando pela carne adentro até alcançarem os intestinos.(...). (LOBATO, 1968, p. 333).

(...)

Mas Jeca não podia acreditar numa coisa: que os bichinhos entrassem pelo pé. Ele era “positivo” e dos tais que “só vendo”. O doutor resolveu abrir-lhe os olhos. Levou-o a um lugar úmido, atrás da casa, e disse:

\_Tire a botina e ande um pouco por aí.

Jeca obedeceu.

\_Agora venha cá. Sente-se. Bote o pé em cima do joelho. Assim. Agora examine a pele com esta lente.

Jeca tomou a lente, olhou e percebeu vários vermes pequeninos que já estavam penetrando na sua pele, através dos poros. O pobre homem arregalou os olhos assombrado.

\_E não é que é mesmo? Quem “haverá” de dizer!...

\_ Pois é isso, sêo Jeca, e daqui por diante não duvide mais do que a ciência disser.

\_ Nunca mais! Daqui por diante Nhá Ciência está dizendo e Jeca está jurando em cima! T’esconjuro! E pinga, então, nem p’ra remédio... (LOBATO, 1968, p. 333-334).

Salvo de todos os males, mas destituído da complexidade das condições criatural e socioeconômicas que o constituem, o caipira é reduzido à situação de doente, definitivamente salvo pela técnica médica e higienista. Ao deixar de duvidar da ciência, e começar a medicar-se e tomar medidas profiláticas como o uso de botinas, o Jeca ressurgiu, como que renascendo de suas próprias cinzas, na forma de um novo ser social capaz de proezas até então inimagináveis.

Tudo o que o doutor disse aconteceu direitinho! Três meses depois ninguém mais conhecia o Jeca.

A preguiça desapareceu. Quando ele agarrava no machado, as árvores tremiam de pavor. (...) Jeca, cheio de coragem, botou abaixo um capoeirão para fazer uma roça de três alqueires (...) consertou todos os buracos da casa. E fez um chiqueiro para os porcos. E um galinheiro para as aves (...). (LOBATO, 1968, p. 334).

Ironicamente reabilitado pela ação sanitária, o Jeca tem agora as virtudes físicas e morais que Lobato acusara possuir o caboclo descrito pelos escritores românticos. Em uma prova de força, como que por um capricho do destino, à maneira de Peri, de José de Alencar, Jeca acabou por matar uma onça com suas mãos desnudas:

Jeca, que era um medroso, virou valente. Não tinha mais medo de nada, nem de onça! Uma vez, ao entrar no mato, ouviu um miado estranho.

\_Onça! Exclamou ele. É onça e eu aqui sem nem uma faca!...

Mas não perdeu a coragem. Esperou a onça, de pé firme. Quando a fera o atacou, ele ferrou-se tamanho murro na cara, que a bicha rolou no chão, tonta. Jeca avançou de novo, agarrou-a pelo pescoço e estrangulou-a.

\_Conheceu, papuda? Você pensa então que está lidando com algum pinguço opilado? Fique sabendo que tomei remédio do bom e uso botina ringideira... (LOBATO, 1968, p. 333).

E livre das doenças que o consumiam pelos medicamentos e pelas técnicas de higiene, o Jeca acaba por fazer mais do que matar uma onça à unha: transmuta-se em dedicado trabalhador e, por fim, em empreendedor e empresário capitalista.

(...) Comprou arados e bois, e não plantava nada sem primeiro afofar a terra.(...).

E Jeca já não plantava rocinhas como antigamente. Só queria saber de roças grandes, cada vez maiores, que fizessem inveja no bairro.

E se alguém lhe perguntava:

\_ Mas para que tanta roça, homem? Ele respondia:

\_ É que agora quero ficar rico. Não me contento com trabalhar para viver. Quero cultivar todas as minhas terras, e depois formar aqui uma enorme fazenda. E hei de ser até coronel... (...) (LOBATO, 1968, p. 336).

(...)

Por esse tempo o doutor passou por lá e ficou admiradíssimo da transformação do seu doente.

Esperara que ele sarasse, mas não contara com tal mudança.

Jeca o recebeu de braços abertos e apresentou-o à mulher e aos filhos.

Os meninos cresciam viçosos, e viviam brincando contentes como passarinhos.

E toda gente ali andava calçada. O caboclo ficara com tanta fé no calçado, que metera botinas até nos pés dos animais caseiros!

Galinhas, patos, porcos, tudo de sapatinho nos pés! O galo, esse andava de bota e espora!

\_ Isso também é demais, são Jeca, disse o doutor. Isso é contra a natureza!

\_ Bem sei. Mas quero dar um exemplo a esta caipirada bronca. Eles aparecem por aqui, vêem isso e não se esquecem mais da história (LOBATO, 1968, p. 336-337).

O Jeca norte-americaniza-se em um processo pelo qual as complexidades culturais, históricas e econômicas das civilizações norte-americana e brasileira são reduzidas a estereótipos, que, em última instância, são determinados por causas biológicas, de forma que o homem biologicamente saudável, livre dos elementos patógenos, se transforma, naturalmente, no homem economicamente “fordista”:

Em pouco tempo os resultados foram maravilhosos. (...). Jeca adquiriu um caminhão Ford, e em vez de conduzir os porcos ao mercado pelo sistema antigo, levava-os de auto, num instantinho, buzinando pela estrada afora, fon-fon! fon-fon!...

As estradas eram péssimas; mas ele consertou-as à sua custa. Jeca parecia um doido. Só pensava em melhoramentos, progressos, coisas americanas. Aprendeu logo a ler, encheu a casa de livros e por fim tomou um professor de inglês (LOBATO, 1968, p. 337).

(...)

A fazenda do Jeca tornou-se famosa no país inteiro. Tudo ali era por meio do rádio e da eletricidade. Jeca, de dentro do seu escritório, tocava num botão e o cocho do

chiqueiro se enchia automaticamente de rações muito bem dosadas. Tocava outro botão, e um repuxo de milho atraía todo o galinheiro...

Suas roças eram ligadas por telefones. Da cadeira de balanço, na varanda, ele dava ordens aos feitores lá longe.

Chegou a mandar buscar nos Estados Unidos um telescópio.

\_ Quero aqui desta varanda ver tudo que se passa em minha fazenda.

E tanto fez, que viu. Jeca instalou os aparelhos e assim pode, da sua varanda, com o charutão na boca, não só falar por meio do rádio para qualquer ponto da fazenda, como ainda ver, por meio do telescópio, o que os camaradas estavam fazendo (LOBATO, 1968, p. 338-339).

O ápice dessa peça de propaganda se dá quando, no parágrafo XVII, já rico e estabelecido, o Jeca retribui o bem que lhe foi feito pela “Nhá Medicina”, montando “Postos de Maleita” e “Postos de Anquilostomose” na fazenda e nas vilas. Dessa forma, enfatiza claramente que a campanha sanitária é a maneira verdadeiramente patriótica de se salvar o Brasil, assim como destaca o dever do cidadão de contribuir para essa campanha. Fica clara, nesse ponto, a submissão do campo literário e do autor ao polo dominante das políticas públicas sanitárias, das quais era quase um porta-voz (LOBATO, 1918/1968, p. 339-340).

É importante ressaltar que a afinidade existente entre Lobato e os sanitários parece originada na mesma visão que esses tinham da condição do homem do campo e do Sertão: a imagem do caipira abandonado pelo Estado e incapaz de produzir. É o que afirmam autores que estudam diretamente a história do sanitário no Brasil, como Hochman & Lima (2012):

Os médicos Belisário Penna e Arthur Neiva ressaltam o contraste entre a retórica romântica sobre o caboclo e o sertanejo e o que observam e relatam. A descrição real era de um povo ignorante, abandonado, isolado, com instrumentos primitivos de trabalho, desconhecendo o uso da moeda, tradicionalista e refratário ao progresso. Esse quadro de isolamento era responsável pela ausência de qualquer sentimento de identidade nacional. Um povo que desconhecia qualquer símbolo ou referência nacional, ou melhor, “a única bandeira que conhecem é a do divino” (Neiva & Penna, 1916:121). (HOCHMAN; LIMA, 2012, p. 500).

Entretanto, não podemos perder de vista que, talvez tomado pelo exagero do entusiasmo, Monteiro Lobato deu maiores cores à falta de saúde do caboclo nesse último texto analisado – assim como fez em todos os artigos que compõem *Problema Vital* –, de modo a reduzir toda a complexidade da condição social no interior decadente de São Paulo. Questões referentes à saúde dos caboclos foram trabalhadas, mas de forma muitíssimo mais rasa nos artigos apresentados em *Urupês* e *Cidades Mortas*. O que marca definitivamente os escritos que compõem *Problema Vital* é a monotemática, quase mecanicista, da questão higienista.

Essa mudança no trato com o “real”, entretanto, não se deu em um só salto, nem se definiu de maneira imutável e decisiva. Em artigo intitulado *A nossa doença*, apresentado entre aspas em *Conferência, artigos e Crônicas* (LOBATO, 1948/1964), o autor elabora

temas da “tapera” e do “progresso cigano”, misturados a temas raciais sintonizados à perspectiva sanitaria, em uma tentativa de síntese.

Monteiro Lobato traça interessantes linhas sobre a estrutura social brasileira, segundo ele herdada do passado colonial do país e baseada em um Estado parasitário a viver do fisco, que sustenta uma sociedade de castas dividida em três grupos: “O Estado no alto, com um paraíso. É a casta dos brâmines”; mediada pelo “estrangeiro”, “mais apto, porque dotado de educação técnica, senhoriam-se de todo o movimento industrial”; e “embaixo o brasileiro, a casta dos Sudras em miséria crescente, analfabetos nos campos e nas cidades”. Mobilidade social ascendente só conhece o brasileiro, diz Lobato, por meio do “cavar o empreguinho” no “Estado-brâmine” (LOBATO, 1948/1954, p. 214). Nesse caso, a solução para os problemas do país não passava pela questão racial: ela era “agrícola”, única forma capaz de restabelecer a terra e a tornar definitivamente produtiva.

## 5. 1 SOBRE AS TEORIAS MODERNAS DE HEREDITARIEDADE E EVOLUÇÃO E A CONSTITUIÇÃO DE UM CAMPO MÉDICO EUGENISTA NO BRASIL.

Não é de se esperar que as teorias de hereditariedade e evolução estejam isentas de disputas simbólicas em busca pelo monopólio da definição do real, da mesma forma que não podemos esperar que não houvesse qualquer homologia na disputa pela definição do mundo “natural” e do mundo “social”. Usualmente confere-se a Francis Galton (1822-1911) a paternidade da teoria eugenista, elaborada após sua leitura de *A origem das espécies* (1859) de Darwin, o que o levou a escrever, em 1869, o seu *O gênio hereditário*, no qual pretendia provar que a aptidão humana seria produto da hereditariedade garantida pela seleção natural. Segundo Galton, as aptidões humanas são genéticas e herdadas biologicamente, de forma a ser possível melhorar a raça humana – tanto do ponto de vista moral quanto físico –, assim como se faz com raças de animais domésticos, ou seja, por meio de cruzamentos consecutivos (STEPAN, 2005).

Mas essas considerações que, para muitos leitores, possam parecer absurdas, para seus contemporâneos pareciam conclusões óbvias. Elas só não foram abraçadas com maior entusiasmo devido aos pudores morais e religiosos. Sabemos que as teorias produzidas, por mais exóticas que possam parecer às gerações procedentes, estão fundadas nas relações sociais do tempo em que foram produzidas. Sendo assim, não é de se assustar, portanto, que as teorias galtonianas surgissem em um período em que a:

civilização implicava maior proteção dos fracos e inadequados, restringindo com isso a capacidade de eliminação dos indivíduos inaptos pela seleção natural, a sociedade deveria contemplar uma seleção social deliberada para resguardar as futuras gerações da inaptidão biológica. (STEPAN, 1991/2005, p. 31).

Assim como as teorias de Darwin surgiram e ressoaram em uma sociedade recém-tomada pela competição desenfreada entre indivíduos no nascente capitalismo industrial, como bem notou Leon Poliakov (POLIAKOV, 1974, p. 71), as teorias de Galton se fundaram em uma sociedade de grande competição econômica entre as nações. À época, surgiam grupos de operários famigerados e grupos feministas que, segundo Stepan, desafiavam o *status quo* (STEPAN, 1991/2005).

O que não se adaptava ao sonho da modernidade era denominado “degeneração” pela teoria galtoniana – palavra que entrou em voga e:

cuja a causa se atribuía alternadamente a vício, crime, imigração, trabalho feminino e ambiente urbano. A convicção de que eram hereditárias muitas das doenças comuns entre os pobres- tuberculose, sífilis, alcoolismo, doenças mentais- insuflava o medo da decadência social. Vários autores acreditavam, ainda, que a “rápida multiplicação dos inadequados” era uma ameaça adicional. (STEPAN, 1991/2005, p. 32).

As ideias de Galton logo ganharam reforços quando o biólogo alemão August Weismann defendeu a tese do “plasma germinativo”, segundo a qual uma parte imutável de cada célula transportava material hereditário independente do “somaplasma” que constituía o restante da célula, de forma que as alterações sofridas por elas se davam na parte não germinativa. Essa teoria contrapunha-se à teoria de Jean-Baptiste Lamarck, de transmutação, segundo a qual caracteres adquiridos por indivíduos de uma geração poderiam ser transmitidos a indivíduos de uma geração seguinte (STEPAN, 1991/2005). As afirmações de Weismann logo foram reforçadas pela retomada das teorias de Gregor Mendel sobre a estabilidade dos arranjos genéticos, o que parecia corroborar com a tese sobre a “inviolabilidade do plasma germinativo”, portador do material genético a ser herdado. Logo, essa se tornou a tese que ganhou o monopólio no campo científico dos países “saxões” e “germânicos” (STEPAN, 1991/2005). Em todos os casos, argumenta Stepan, as ações eugenistas foram tomadas mais por questões sociopolíticas do que objetivamente científicas, já que desde sua primeira tentativa de implementação era claro seu caráter especulativo. A técnica eugênica foi afiliada, na Inglaterra, à legislação de bem-estar social, como forma complementar de conter epidemias e males sociais tidos como problemas de saúde (STEPAN, 1991/2005).

No Brasil, contudo, a mudança ocorria em um país de extrema pobreza, social e racialmente estratificado, primordialmente rural, analfabeto e doente, sem qualquer legislação de bem-estar social – como turnos de oito horas diárias, proibição do trabalho infantil, proteção contra o desemprego – que no início do século XX se tornara mais ou menos padrão em muitas partes da Europa. (STEPAN, 1991/2005, p. 48).

Por isso é que, no Brasil, segundo Stepan, começou-se a defender muito cedo as políticas higienistas, compostas de um misto de eugenia e bem-estar social. Defesa precocemente assumida, embora contendo sementes de um ideário de darwinismo social.

O darwinismo – que chegou à América Latina nas décadas de 1870 e 1880, proveniente de uma variedade de fontes inglesas, francesas e alemãs, e de forma que frequentemente se diferenciava consideravelmente dos ideais do próprio Darwin – teve bastante ressonância. Os darwinismos sociais assumidos pelos intelectuais e cientistas serviram como “metalinguagens”, fornecendo ricas estruturas polivalentes para a análise da história dos povos latino-americanos e seus destinos. As novas ciências eram particularmente atraentes para a *intelligentsia* liberal, secular e moderna porque representavam abordagens racionais ao mundo social e natural, sem os inconvenientes das considerações religiosas tradicionais. Em consequência, a evolução ficou inicialmente associada com os círculos liberais e radicais, em vez de vincular-se à direita. Mas o evolucionismo, como mais tarde a eugenia, também tinha seu lado obscuro: Prestava-se a formulações racistas, as quais também se incorporaram à bagagem intelectual dos novos círculos científicos. (STEPAN, 1991/2005, p. 50).

O marco simbólico do Movimento Eugenista no Brasil foi a ação de Oswaldo Cruz, amplamente elogiada por Monteiro Lobato, como já mencionado. De fato, Oswaldo Cruz foi o responsável por conter uma epidemia de peste bubônica na cidade do Rio de Janeiro, em 1899. Do sucesso de Oswaldo Cruz, nasceu uma campanha mais ampla, entre 1903 e 1904, para conter, além da peste bubônica, doenças como varíola e febre amarela. Desse movimento, surgiu um instituto de pesquisa com o nome do médico, o qual mais tarde se tornaria uma “escola de medicina tropical”. Em torno de Oswaldo Cruz, emergiram outros médicos que se dedicavam à causa eugenista, como Carlos Chagas e Artur Neiva. A questão era mesmo vital. Como (re)formar uma nação, tarefa da República, sem corpos saudáveis para constituí-la? Como tentar se estabelecer na concorrência produzida pela divisão internacional do trabalho saindo da condição ainda quase colonial de produtora e exportadora de matéria-prima, com índices de mortalidade infantil que ultrapassavam a porcentagem assustadora de 70% (STEPAN, 1991/2005, p. 52)? Sobrepuña-se ainda as possibilidades de se constituir uma nação nos trópicos suprimindo o estigma de uma bastardia racial.

Os intelectuais tinham de confrontar o fato de que, texto após texto europeu, o Brasil era considerado exemplo privilegiado da “degeneração” que ocorria em uma nação tropical, racialmente mista. Henry Thomas Burckle, Benjamim Kidd, Georg Vacher de Lapouge, Gustave Le Bon, o conde de Gobineau e vários outros darwinistas sociais citavam suas teorias de inferioridade dos negros, de degeneração dos mulatos



e de decadência tropical. Dos Estados Unidos vinha a mesma mensagem (STEPAN, 1991/2005, p. 53).

Nesse contexto, Stepan afirma que:

Diante das circunstâncias e das infecções ideológicas, a eugenia – por definição, a ciência do “aprimoramento racial” – poderia facilmente atrair intelectuais e profissionais convencidos da capacidade da ciência de criar a “ordem e progresso” (o lema da república brasileira) que a composição racial do país perturbava. (STEPAN, 1991/2005, p. 54).

O programa eugenista no Brasil ganhou corpo ao final de 1917, quando Renato Kehl, jovem graduado em medicina e farmácia, mobilizou diversos profissionais da área médica para formar, na cidade de São Paulo, uma sociedade científica que discutisse as novas teorias eugênicas. Assim, em 25 de janeiro de 1918, é fundada a Sociedade Eugênica de São Paulo, que conforme vimos acima, foi a responsável pelo lançamento de *Problema Vital*, de Lobato. As reuniões e discussões do grupo giravam em torno das maneiras de combater problemas como doenças venéreas, alcoolismo, degeneração, fertilidade, tuberculose, entre outros. Ao contrário das primeiras gerações de intelectuais brasileiros que tiveram contato com teorias sociais darwinistas e mendelianas, a teoria genética dominante no campo médico eugenista, que se iniciava entre 1917 e 1918, não comungava de nenhuma das vertentes anteriores, mas era dominada pela teoria neolamarckiana. Jean Baptiste Pierre Antoine de Monet, Chevalier de Lamarck, elaborou a teoria do “transformismo”, segundo a qual características adquiridas por um indivíduo ao longo de sua vida poderiam ser herdadas por seus descendentes. Inicialmente, as teorias lamarckianas não chamaram grande atenção, até que se contrapuseram à teoria de Darwin sobre a luta pela sobrevivência e a seleção natural. Lamarck apresentava uma explicação sobre a evolução por meio de processos de lenta adaptação ao meio ambiente. Como contraposição às teorias Darwinistas, Lamarck apoiou-se em autores como Herbert Spencer e Samuel Butlere Bernard Shaw. Mais tarde, as teorias foram retomadas, ainda para combater o darwinismo-mendeliano.

Ao longo das primeiras décadas do ano passado o lamarckismo e o neolamarckismo continuaram a servir como alternativa teórica à teoria da evolução.

Na França, particularmente, o lamarckismo continuou tendo grande autoridade, não apenas no início do século XX, quando muitos biólogos manifestavam dúvidas sobre o mendelismo e quando a teoria da seleção natural estava em seu ponto mais baixo, mas também ao longo das décadas de 1920 e 1930, e avançando bem na de 1940 (STEPAN, 1991/2005, p. 81).

Nancy Stepan lembra que, na América Latina e especialmente no Brasil:

O francês era a segunda língua da elite educada, e muitos trabalhos científicos estrangeiros chegavam à região em tradução francesa. Assim, a biologia francesa era a fonte cultural natural das novas ideias biológico-sociais, fonte esta que se refletia

no fato de que os nomes invariavelmente citados pelos latino-americanos eram de autoridades francesas – Adolphe Pinard, Frédéric Houssay, Louis Landouzy, Edmond Perrier, Emile Guyenot, Charles Richet e Eugène Apert. Até a década de 1920, era para a França, se pudessem, que se dirigiam os estudantes latino-americanos de ciências e medicina para sua formação médica e biológica, e era lá que aspiravam ser publicados e reconhecidos (STEPAN, 1991/2005, p.81).

A dominação simbólica do campo cultural francês sobre a literatura e as demais ciências foi uma das grandes responsáveis pela difusão dos argumentos neolamarckianos no Brasil. Outra causa, porém, pode também ter contribuído: o neolamarckismo possibilitava o aval político a uma civilização nos trópicos. Segundo Stepan:

Politicamente, o neolamarckismo também aparecia, com frequência, matizado de expectativas otimistas de que reformas do ambiente social resultassem em melhoramentos permanentes, idéia afinada com a tradição ambientalista-sanitarista que se tornara moda na região (STEPAN, 1991/2005, p. 82).

A disputa em torno da capacidade do “plasma germinativo” ser alterado por variações ambientais e adaptações dos indivíduos a um determinado ambiente, tornando-os eugênicos às condições ambientais, também poderia ser usada como forma de sustentar que a disgenia hereditária era reversível, desde que tomadas as devidas medidas médicas-sanitárias. A ciência neolamarckiana foi tão difundida que acabou por ser a responsável pela clássica passagem presente na introdução de *Casa Grande & Senzala*, muito citada e, por vezes, mal interpretada:

vi uma vez, depois de quase três anos maciços de ausência do Brasil, um bando de marinheiros nacionais – mulatos e cafuzos – descendo não me lembro se do *São Paulo* ou do *Minas* pela neve mole do Brooklin. Deram-me a impressão de caricaturas de homens. E veio-me à lembrança a frase de um viajante inglês ou americano que acabara de ler sobre o Brasil: ‘the fearfully mongrel aspect of the population’. A miscigenação resultava naquilo (FREYRE, 1933/2003, p. 31).

Araújo (2005, p. 25-39) argumenta ter a impressão de ser a refutação a essa “confissão” racista do próprio Freyre o objetivo central de *Casa Grande & Senzala*. De fato, Araújo busca demonstrar isso em seu trabalho e, se formos adiante no texto, podemos perceber a retração do próprio Freyre, nas linhas seguintes ao parágrafo supracitado.

Faltou-me quem me dissesse então como em 1929 Roquette Pinto aos arianistas do Congresso Brasileiro de Eugenia, que não eram simplesmente mulatos e cafuzos os indivíduos que eu julgava representarem o Brasil, mas cafuzos e mulatos doentes. Foi o estudo de antropologia sob a orientação do professor Boas que primeiro me revelou o negro e o mulato no seu justo valor – separando dos traços de raça os efeitos do ambiente ou da experiência cultural.(...)Também no da diferenciação entre hereditariedade de raça e hereditariedade de família (FREYRE, 1933/2003, p. 31-32).

Mas é Freyre quem se redime ou a raça brasileira que é redimida por meio do pensamento culturalista de Franz Boas? Ricardo Benzaquen (2005) afirma que Freyre tinha uma leitura pouco ortodoxa da tradição fundada por Boas, de forma que sua concepção racial pode ser considerada vaga e confusa em *Casa Grande & Senzala*, embora pretendesse substituir raça por cultura, conforme a introdução da primeira edição da obra (Araújo, 1994/2005). Sobre a complexidade do pensamento racial em *Casa Grande & Senzala*, Araújo esclarece, demonstrando a constituição de uma concepção ímpar de definição racial:

Na verdade, em vez de ser percebida como um terceiro elemento isolado que poderia unicamente se somar aos anteriores, esta noção [climática] deve ser compreendida como uma espécie de *intermediária* entre os conceitos de raça e de cultura, relativizando-os, modificando o seu sentido mais frequente e tornando-os relativamente *compatíveis* entre si. Isto só é possível porque Gilberto trabalha com uma definição fundamentalmente *neolamarckiana* de raça, isto é, uma definição que, baseando-se na ilimitada aptidão dos seres humanos para se adaptar às mais diferentes condições ambientais, enfatiza acima de tudo a sua capacidade de incorporar, transmitir e herdar as características adquiridas na sua –variada, discreta e localizada- interação com o meio físico, dando origem ao que William I. Thomas (apud: Stocking, 1968, p.245) denominava de “raças artificiais ou históricas, [cuja formação se dá] por intermédio da influência do *milieu* e da difusão de um fundo comum de crenças, sentimentos, idéias e interesses entre uma população heterogênea e trazida pela sorte e pelo acaso a uma mesma zona geográfica”. Não é sem razão, inclusive, que Gilberto afirma que “como salienta Spengler [,] uma raça não se transporta de um continente para outro; seria preciso que se transportasse com ela o meio físico” (CGS, p XVII). Convertendo portanto a idéia de raça muito mais em um efeito do que propriamente uma causa, essa concepção neolamarckiana conseguia garantir consistência, estabilidade e sobretudo perenidade à cultura, mas esta garantia se baseava em um compromisso especialmente biológico e por conseguinte destoante, pelo menos até certo ponto, do estilo que caracterizava o mais puro legado de Boas, ao qual Gilberto sempre tentou se filiar. Contudo, é indispensável que nos lembremos que esse compromisso não implicava necessariamente nenhuma adesão a ideais marcados pelo evolucionismo ou pela hierarquia racial, como o monogenismo e o poligenismo, visto que, motivados pelo *milieu*, os grupos que dele derivavam não tinham nenhuma outra ação senão manter permanentemente um uso bastante peculiar, *simétrico* e *imparcial*, da idéia de diversidade. (Araújo, 1994/2005, p. 37-38).

Foi uma abordagem neolamarckiana que levou Gilberto Freyre a uma nova interpretação da raça brasileira, especialmente por seu contato com o sociólogo Franklin Giddings, de quem assistiu aulas e que “pode ser arrolado entre os intelectuais que desenvolveram um diálogo mais regular e fecundo com o neolamarckianismo constituindo-se possivelmente em um dos canais (...)” (ARAÚJO, 2005, p. 38-39). A partir daí, Gilberto Freyre chegou à concepção não mendeliana de raça e tornou possível integrar, em sua obra, o negro e, em menor escala, o índio, como elementos fundadores do que viria a ser o homem nacional, sem que houvesse necessidade de branquear-lhe a pele ou a cultura, chegando mesmo Freyre a considerar o mulato como elemento eugênico nos trópicos.

Ora, o mesmo aconteceu anos antes quando Monteiro Lobato, ao criar seu “Jeca doente”, reduziu toda a problemática da vida do homem do campo a uma perspectiva microscópica. O neolamarckismo em Lobato tornou o brasileiro degenerado passível de cura por meio das novas técnicas eugênicas e sanitárias. Ao aderir a uma perspectiva próxima à de Freyre e tomar a raça como um elemento produzido pelo clima e pela cultura, em última instância, pelas condições técnicas de adaptação e aclimatação do homem ao meio, Lobato centrava-se nas técnicas profiláticas do uso das botinas – o futuro e a salvação da raça brasileira. Monteiro Lobato chega a citar Darwin em um dos artigos de *Problema Vital*, o que nos leva a supor uma incoerência no argumento de Stepan sobre o predomínio das perspectivas lamarckianas no Brasil. A própria autora, porém, faz um adendo nesse sentido, ao afirmar que em muitos casos, não havia clareza sobre o uso e as contradições entre o pensamento neolamarckiano e o pensamento mendeliano:

Não raro, a base neolamarckiana dos eugenistas latino-americanos ocultava-se, até deles próprios, por trás de constantes referências a Galton como o “pai” da eugenia, e pela ausência de qualquer menção direta a Lamarck. O brasileiro Renato Khel, por exemplo, referia-se à genética neolamarckiana e mendeliana como se fossem variantes da mesma ciência hereditária. O estilo eclético de boa parte das obras sobre eugenia e o uso indiscriminado das fontes – como quando a lei de herança ancestral de Galton foi apresentada em conjunto com a de Mendel sem reconhecimento de que esta, na verdade, contradizia aquela – indicam que muito poucos médicos viam qualquer incompatibilidade entre o neolamarckismo e outros tipos de hereditariedade (STEPAN, 1991/2005, p. 90-91).

Mas apesar da confusão de termos, os elementos neolamarckianos eram predominantes no campo médico e sanitarista da época (STEPAN, 1991/2005). Dentro dessa perspectiva médica-biológica, na segunda década do século XX, na América Latina, doenças venéreas – como tuberculose – e algumas toxinas – como chumbo e nicotina – assim como o uso imoderado do álcool eram considerados elementos responsáveis pela deterioração do plasma germinativo e pela degeneração das gerações vindouras – as quais poderiam adquirir essas deteriorações em seu plasma germinativo e transmiti-las a seus filhos (STEPAN, 1991/2005). O mais importante de se notar, entretanto, é que Nancy Stepan considera clara a distinção entre a concepção de eugenia dos médicos latino-americanos, a qual se aproximava da perspectiva francesa e, portanto, neolamarckiana, e a concepção de eugenia corrente entre profissionais americanos e alemães.

Para muitos médicos latino-americanos, a eugenia que propugnavam era distinta daquela praticada nos Estados Unidos e na Alemanha. Vários nomes para esta eugenia apresentam-se ao historiador: “eugenia preventiva”, “eugenia social”, “eugenia e medicina social”, “higiene eugênica”. Qualquer que seja o nome tratava-se de uma eugenia que ligava um ambiente sanitário à saúde racial (STEPAN, 1991/2005, p. 92).

De fato, de acordo com Stepan, a eugenia neolamarckiana, dita “latina” pela autora, se diferenciava da eugenia weismann-mendeliana promovida entre o que ela chama de eugenia “germânica” e eugenia “anglo-saxã”. Enquanto a eugenia neolamarckiana “latina” fundou-se sobre uma proposta preventiva, que livraria a raça dos chamados venenos raciais, responsáveis por sua deterioração, a eugenia “germânica” e a “anglo-saxã” estavam fundadas em uma perspectiva negativa, predisposta a segregações e esterilizações de raças mestiças e inferiores para a promoção da raça ariana. Sobre os “venenos raciais”, Stepan esclarece:

(...) “venenos raciais”, um termo que os eugenistas usavam para referir-se a coisas como álcool, nicotina, morfina, doenças venéreas e outras drogas e infecções. Esses venenos eram chamados “raciais” porque, embora os hábitos e doenças fossem geralmente adquiridos pela primeira vez durante a vida de um indivíduo, acreditava-se que levassem a degenerações permanentes, hereditárias que, no longo prazo, poderiam afetar populações ou nações inteiras. Os eugenistas tinham em mente modificações produzidas funcionalmente provocadas, nas palavras de Saleeby, por exemplo, “pela saturação de todo o organismo durante anos com o veneno da sífilis”. A prevenção da “contaminação” sexual era, por conseguinte, uma recomendação social lógica derivada da ciência eugênica (STEPAN, 1991/2005, p. 92).

A vertente neolamarckiana via em políticas de eugenia preventiva, como as de saneamento e higienização, formas legítimas de promover sinônimo de política higienista.

Daí, por exemplo, a insistência de Olegário de Moura, vice-presidente da Sociedade Eugênica de São Paulo, em dizer que “sanear é eugenzar”. Ele afirmava que saneamento era a mesma coisa do que algumas pessoas chamavam “eugenia”, acrescentando que, apesar de a palavra “eugenia” ser “cientificamente” melhor. Ele próprio fazia a correspondência entre as duas da seguinte maneira: “Saneamento-eugenia é ordem e progresso” (STEPAN, 1991/2005, p. 93).

Dessa forma, a exemplo do que aconteceu na França, houve no Brasil atuações de organizações em prol do saneamento e da constituição de uma nação “civilizada”. Nesse sentido, Stepan argumenta que:

(...) a eugenia lamarkiana conquistou aliados no movimento em prol do saneamento rural, como Belisário Penna, cuja longa viagem a cavalo, em 1912, entre as populações doentes dos estados do Nordeste brasileiro fez com que encetasse uma cruzada em prol da saúde rural. Como sogro de Kehl, que veio a ser, a adesão de Penna foi extremamente útil e estratégica para a eugenia, permitindo-lhe conquistar o apoio dos higienistas que pensavam como ele. Outros aliados foram recrutados entre as ligas nacionalistas e pró-saneamento que brotaram no Brasil antes e depois da Primeira Guerra Mundial. As relações de seus respectivos membros e os estilos e discursos da Liga Nacionalista de São Paulo e da Sociedade Eugênica de São Paulo tinham consideráveis superposições (STEPAN, 1991/2005, p. 98).

Por fim, é preciso salientar que as relações entre a *Liga Nacionalista de São Paulo* e a *Sociedade Eugênica de São Paulo* tinham como pilar, entre outros fatores, a similaridade entre o processo de reforma nacional e a concepção de raça para os neolamarckistas, já que “até a promoção de esportes e boa condição física podia ser considerada eugênica porque

‘aprimorava a raça’” (STEPAN, 1991/2005, p. 99). Definitivamente, nesse caso, aprimorar a raça não significava “branqueá-la”, como supôs Skidmore. E se houve tal intenção, pelo menos, não se tornou um modelo hegemônico de pensamento racial no Brasil, como normalmente se supõe (SKIDMORE, 1976, p. 81-94). Da mesma forma, não havia esperança de que a população brasileira branqueasse naturalmente.

## 5.2 O CHOQUE DAS RAÇAS

A partir desse tópico abordo as disputas entre duas tendências opostas: a chamada de Darwinismo Social e a Neolamarckiana (STEPAN, 2005), em um período em que a realocação dos agentes dentro dos seus respectivos campos de força e as relações de força dos campos literário e médico-científico homólogos contribuíram para uma guinada nos escritos de Lobato. A influência da genética francesa difundida pelos novos lamarckianos, a qual pode ser nitidamente observada em *O Problema Vital*, de 1918, é substituída por uma posição Darwinista e racista, quando Lobato escreve o *Presidente Negro: Ou o Choque das Raças*. Nessa obra, ele trata do embate, em um futuro próximo, entre brancos e negros nos EUA, no qual o branco venceria por sua perspicácia.

Tornando-se editor de sua obra e proprietário de sua editora, Monteiro Lobato lança seu primeiro livro, *Urupês*. O livro contava com os dois artigos batedores (ou desbravadores) do autor, *Urupês* e *Velha Praga*, além dos contos escritos na fazenda, alguns publicados espaçadamente na *Revista do Brasil*. Nesse contexto, não podemos perder de vista as condições sociais e relacionais de produção dessa “primeira fase” da literatura de Lobato. Nesse processo de convergência de capitais, estabeleceu-se o valor da obra de Monteiro Lobato e a amplitude de sua ressonância. *Urupês* foi a primeira materialização da conversão dos capitais monetários, simbólicos e culturais de Monteiro Lobato. Lançado em julho de 1918, chamar-se-ia *Dez Mortes Trágicas*, mas por sugestão de Artur Neiva, chefe do Serviço Sanitário do Estado, a brochura foi batizada de *Urupês*. Essa primeira publicação de Lobato contou com a propaganda gratuita de um discurso proferido no Teatro Lírico por Rui Barbosa, então candidato à presidência, em março de 1919, quando o tribuno citou Lobato e seu Jeca Tatu, elevando a personagem à condição de modelo nacional (PASSIANI, 2003, p. 130-131).

A esse período, segue-se aquele em que Lobato alistou-se nas fileiras sanitaristas. É quando o autor torna-se um editor de si e de outros, talvez mais “empresário de livros”, como ele próprio diz, do que escritor. Com o trabalho na editora, Monteiro Lobato diminuiu em muito suas atividades como escritor. Nesse período, travou conhecimento e decidiu publicar o

escritor fluminense Lima Barreto (LOBATO, 1944/1972, p.287). Lobato passou a definir-se como comerciante de livros. “Começo a não ler nada, estou no caminho da bestificação. Três anos de vida como esta, e estou galego de balcão, com os pés virados para fora. Vendendo, vendendo coisas. Que sórdido fiquei!”, afirmou em carta de 20 de fevereiro de 1919 (LOBATO, 1944/1972, p. 288). Nesse período, foram poucas as publicações de Lobato oriundas de seu próprio punho, das quais a maior parte constituía-se de reaproveitamentos de contos antigos ainda inéditos ou publicados em pequenos jornais. Foi nesse período que se deu a famosa citação de Rui Barbosa sobre o Jeca Tatu, suficiente para alavancar as vendas do autor e esgotar a terceira edição de *Urupês*, motivando-o a lançar uma quarta edição da obra. Lobato escreveu a Rangel: “tenho no prelo outro livro, sem nome ainda. Coisas velhas. Infame exploração do reclame do Rui...” (LOBATO, 1944/1972, p. 291). Em carta de 6 de julho de 1919, disse ao amigo:

O meu Urupês continua saindo bestialmente. Até enjoa. Tirei em fim de Março mais 4 milheiros; pois só tenho no estoque uns 500 e estou premeditando a 5.<sup>a</sup> edição. Vou dar agora Ideias de Jeca Tatu, coisas publicadas em Jornal, sobretudo no Estado. Em seguida darei Cidades Mortas, contos de Areias e Taubaté, dados no Minarete. Ponho tudo se passando em Itaoca, lugarejo imaginário (LOBATO, 1944/1972, p. 291).

Em São Paulo, Lobato vinha conquistando capitais social e cultural desde a repercussão dos artigos *Velha Praga* e *Urupês*, e de sua inserção no seleto grupo de autores que escreviam para a *Revista do Brasil*. Em maio de 1918, pela quantia de 10 contos, Lobato comprou a *Revista do Brasil*, a partir da qual fundaria a Editora Monteiro Lobato & Cia (CAVALHEIRO, 1955/1967). Assim, o autor elevou seu capital social:

(...) ao capital herdado (que, de fato, era pouco) Monteiro Lobato vai agregando doses cada vez maiores de um novo capital social adquirido; e aumenta seu poder de negociação - bem como seu poder de fogo na hora das contendas literárias - entre os integrantes do campo literário. O capital social herdado, o capital social adquirido, o capital social convertido em capital financeiro, o capital intelectual erigido, a força da escrita literária, a configuração do campo literário daquele momento e as transformações das correlações de força no campo político todos esses fatores juntos, em uníssono, em alguma medida concorreram para que certos caminhos, e não outros se apresentassem para Lobato.

Os lucros simbólicos, sociais e materiais auferidos por Lobato não só ampliaram seu poder de barganha como também possibilitaram novos investimentos no campo que por sua vez redundaram em novos lucros (PASSIANI, 2003, p. 128-129).

Foi pela *Revista* que Lobato se tornou nacionalmente conhecido e que, pela primeira vez, publicou os contos que mais tarde foram lançados em *Urupês*. Na *Revista*, ele publicou *A Vingança da Peroba* (março de 1916); *Colcha de Retalhos* (dezembro de 2016); e *O Mata-Pau* (dezembro de 1917) (CAVALHEIRO, 1955/1967). Lobato passou a investir de forma

mais intensa na atividade de escritor, tentando se legitimar como autor no campo literário. Escrevia em vários jornais e revistas, como: *Vida Moderna*; um pequeno jornal chamado *O Queixoso*; *A Cigarra* (de Gelásio Pimenta); *Parafuso* (de Benedito de Andrada); *O Pirralho* (de Oswald de Andrade); entre outros. Empregou, entretanto, pseudônimos nesses casos, reservando seu nome para as publicações em *O Estado de S. Paulo* e na *Revista do Brasil* (CAVALHEIRO, 1955/1967).

Como bem foi notado por Passiani (2003), esse fato representou-lhe a coroa de louros e lhe conferiu capitais para novos investimentos. Porém, isso se deu apenas após a fase do envolvimento do autor com o Movimento Sanitarista e seu trabalho de promotor ideológico do grupo. Segundo Passiani,

(...) após sucesso (material e simbólico) Lobato encontrou condições de formar uma casa editora com oficina própria, cuja firma é registrada na Junta Comercial em Março de 1919. O novo investimento, mais o prestígio alcançado por Lobato tornaram-no “o centro de convergências das rodas literárias da Paulicéia” (CAVALHEIRO, 1969, p.213). Sua editora, a *Monteiro Lobato & Cia*, transforma-se numa das mais importantes casas do ramo, reunindo uma variedade de jovens e talentosos escritores, alguns em ascensão e outros já donos de um certo renome. A editora de Lobato assegura-lhe definitivamente uma posição hegemônica - que vinha se delineando desde a publicação dos seus artigos e contos na imprensa e mensários da época - no campo literário (PASSIANI, 2003, p. 135).

Grande parte dos capitais empregados por Monteiro Lobato fora, como vimos acima, conseguidos pelo seu contato e sua apologia ao Movimento Sanitarista-eugenista. Uma vez, porém, instituído de certa autonomia em relação àquelas classes dirigentes em nome das quais falava, Lobato pôde se comunicar diretamente ao público leitor, que aos poucos se formava no Brasil. Gradativamente, Lobato passou a deixar de lado as questões relacionadas ao Jeca Tatu e ao Movimento Sanitarista, empenhando-se quase que exclusivamente na atuação de escritor e editor profissional, que vê na obra de arte um bem simbólico a ser revertido em capital financeiro.

Segundo Bourdieu (2005), a economia do mercado de bens simbólicos responde a uma lógica dupla que se opõe no campo literário em dois polos: o da lógica “anti-econômica”, da “arte pura”, e o da lógica da obtenção de lucro financeiro a curto prazo da indústria literária. Por isso, deu-se a mudança, tanto da quantidade quanto da temática, dos textos escritos por Monteiro Lobato, quando ele assumiu definitivamente o polo comercial da literatura, o qual baseia-se em regras de mercado e lucro, como qualquer outro objeto. Segundo Bourdieu:

Esses campos são o lugar da coexistência antagônica de dois modos de produção e de circulação que obedecem a lógicas inversas. Em um polo, a economia anti-“econômica” da arte pura que, baseada no reconhecimento indispensável dos valores de desinteresse e na denegação da “economia” (do “comercial”) e do lucro “econômico” (a curto prazo), privilegia a produção e suas exigências específicas,



oriundas de uma história autônoma; essa produção que não pode reconhecer outra demanda que não a que ela própria pode produzir, mas apenas a longo prazo, esta orientada para a acumulação de capital simbólico, como capital "econômico" denegado, reconhecido, portanto legítimo, verdadeiro crédito, capaz de assegurar, sob certas condições e a longo prazo, lucros "econômicos". No outro polo, a lógica "econômica" das indústrias literárias e artísticas que, fazendo do comércio dos bens culturais um comércio como os outros, conferem prioridade a difusão, ao sucesso imediato e temporário, medido, por exemplo, pela tiragem, e contentam-se em ajustar-se a demanda preexistente da clientela (contudo, a vinculação desses empreendimentos ao campo assinala-se pelo fato de que apenas podem acumular os lucros econômicos de um empreendimento econômico ordinário e os lucros simbólicos assegurados aos empreendimentos intelectuais recusando as formas mais grosseiras do mercantilismo e abstendo-se de declarar completamente seus fins interessados) (BOURDIEU, 2005, p. 163).

Ocupado em estabelecer sua indústria de livros, Lobato deixou de escrever. Apenas em 29 de novembro de 1920, o autor anunciou a Rangel uma obra nova, *Negrinha*, coletânea de contos sem grande repercussão, que não mereceu grandes atenções do autor. Uma guinada, entretanto, ocorreu em fevereiro de 1921, quando Lobato enviou a Rangel o *Narizinho Escolar*. A percepção da existência de uma lavra literária comercial ainda não explorada levou Lobato a escrever para crianças, tendo como grande incentivo o sucesso comercial dessas obras. Tais intenções ficam claras em trecho de uma carta enviada a Rangel:

O meu Narizinho, do qual tirei 50.500 - a maior edição do mundo!- tem que ser metido bucho a dentro do publico, tal qual fazem as mães com óleo rícino. Elas apertam o nariz da criança e enfia a droga e a pobre criança ou engole ou morre asfixiada. Gastei 4 contos num anuncio de pagina inteira num jornal daqui. Faz de conta que é Gelol. "Doi? Gelol." E preparo outros: O Saci e Fabulas este ultimo com silhuetas em negro do Voltolino. Nunca imaginei que 50.500 fossem tanta coisa! Encheu-me os vazios das nossas salas da rua Boa Vista. Tive de alugar uma vizinha, que tambem se encheu até o forro. E ainda acomodei milhares no porão lá de casa. (LOBATO, 1944/1972, p. 307-308).

O livro seguinte veio em 1923, *O macaco que se fez homem*. A publicação do livro foi seguida por uma crise elétrica na cidade de São Paulo, a qual teria sido, segundo o editor, responsável pelo fracasso de sua editora. Monteiro Lobato fundou então a Companhia Editora Nacional, com os espólios da antiga (LOBATO, 1944/1972, p. 328). Mas, ao menos para os interesses deste trabalho, a obra de Lobato de maior relevância nesse período é *O Presidente Negro ou o Choque das Raças*, escrita em 1926, a qual traz uma abordagem radicalmente mendeliana ao descrever o futuro eugênico da sociedade norte-americana.

Algumas considerações prévias serão úteis para o entendimento das forças relacionais que levaram Monteiro Lobato a escrever o livro. A primeira a se destacar é que se trata de uma obra pela qual Lobato (editor e dono de editora) pretendia se inserir no mercado norte-americano, após ter suas obras traduzidas e publicadas na Síria, Alemanha, França, Argentina e Espanha (LOBATO, 1944/1972). Daí o motivo, ao menos segundo Lobato, da escrita do

livro e da temática do choque racial ambientado nos Estados Unidos do futuro. A intenção de tomar o mercado norte-americano também explicaria a escrita em estilo mais fluido e simples, dissonante do apresentado nos contos escritos pelo escritor anteriormente. Monteiro Lobato aproximava-se cada vez mais do polo do campo em que se produzia romance como “mercadoria”: tinha pretensões de se tornar um *best-seller*, à semelhança da obra futurista “à Wells”. Com título duplo, indefinido entre *O Choque das Raças* ou *O Presidente Negro*, o tema foi adiantado a Rangel por carta, de 8 de julho de 1926:

Sabe o que ando gestando? Uma ideia-mãe! Um romance americano, isto é, editável nos Estados Unidos. Já comecei e caminha depressa. Meio à Wells, com visão do futuro. O clou será o choque da raça negra com a raça branca, quando a primeira, cujo índice de proliferação é maior, alcança a branca e bate-la nas urnas elegendo um presidente preto! Acontecem coisas tremendas, mas vence no fim a inteligência do branco. Conseguem por meio dos raios N, inventados pelo professor Brown, esterilizar os negros sem que estes dêem pela coisa. Já tenho um bom tradutor, o Stuart, e em Nova York um agente que se entusiasmou pelo plano e tem boa porcentagem. Imagine se me sai um best seller! Um milhão de exemplares... Conheces a série Tarzan? Curiosa e bem infantil. Anda a milhões. Eu me acho capaz de escrever para os Estados Unidos por causa do meu pendor para escrever para as crianças. Acho o americano sadiamente infantil (LOBATO, 1944/1972, p. 335).

*O Presidente Negro*, entretanto, não pôde ser publicado nos Estados Unidos. O livro saiu apenas no Brasil, sendo primeiro em fascículos de Jornal, para depois tomar forma de livro, também em português (LOBATO, 1944/1972, p. 335). Enquanto escrevia o romance, Monteiro Lobato foi nomeado adido comercial nos Estados Unidos. Ele se preparava para mudar para Nova York e pretendia publicar *O Presidente Negro* e, talvez, estabelecer uma filial de sua editora, conforme disse em tom entre o sério e o jocoso para Rangel, em carta de 23 de março de 1927: “estudarei a hipótese do transplante de nossa segunda empresa editora. Se for possível, chamar-se-á *Tupy Publishing Co.* e há de crescer mais que a Ford, fazendo-nos a todos milionários” (LOBATO, 1944/1972, p. 337). Mas os planos de Lobato nos Estados Unidos não foram promissores e os investimentos feitos pelo autor não geraram frutos. Sobre isso, ele também escreveu a Rangel, no dia 5 de setembro de 1927, fazendo uma citação que ficou célebre (destaco-a em itálico):

Meu romance não encontra editor. Falhou a *Tupy Company*. Acham-no ofensivo à dignidade americana, visto admitir que depois de tantos séculos de progresso moral possa este povo, coletivamente, cometer a sangue frio o belo crime que sugeri. Errei vindo cá tão verde. *Devia ter vindo no tempo em que eles linchavam os negros*. Os originais estão com o Isaac Goldberg, para ver se ha arranjo. Adeus, *Tupy Company!*... (LOBATO, 1944/1972, p. 339-340).

Dentre os motivos que levaram ao insucesso do livro de Lobato entre os norte-americanos, devem ser ressaltadas questões evidentes, como a falta de reconhecimento do autor naquele contexto, pertencendo a um país produtor de segunda categoria no mercado dos livros (CASANOVA, 2002). Isso deve ser somado à ignorância, por parte de Lobato, das minúcias que envolviam o pensamento eugenista e racial norte-americano, o que fez com que o autor carregasse demasiadamente nas cores da eugenia negativa apresentada no romance. Lobato apostou na popularidade das teorias eugenistas de Mendel, vindas dos Estados Unidos, tão em voga no Brasil, e supôs que elas faziam coro às alterações no campo médico-científico, apresentadas em obras traduzidas para o português e lidas por uma nova elite menos afrancesada e mais americanizada. Mas Lobato errou, e seu plano de estabelecer-se como autor na América do Norte não passou de uma ideia natimorta, pois:

Tendo enviado os originais de *O choque* vertidos para o inglês à agência literária Palmer, com sede em Hollywood, no final de 1927, Lobato recebe resposta do editor chefe, William David Ball. Apesar de ter lido a história com interesse acima da média (...). Ball afirma:

Infelizmente, porém, o enredo central é baseado em um assunto particularmente difícil de se abordar neste país, porque ele irá, certamente, acender o tipo mais amargo de sectarismo e, por esta razão, os editores são invariavelmente a avessos à ideia de apresentá-lo ao público leito”, explica, ressaltando que “nem mesmo o fato do ocorrido estar localizado 300 anos no futuro iria amenizá-lo na cabeça dos leitores negros”.

Por isso o publisher conjectura: “Estivesse o senhor lidando com a invasão de uma nação estrangeira, ou raça, a reação seria bem diferente; mas o negro é um cidadão americano, uma parte integrante da vida nacional, e sugerir seu extermínio por meio da sabedoria e da capacidade superior da raça branca levaria a uma dissensão tão violenta no espírito dos leitores quanto faria um conflito entre dois partidos políticos, ou duas religiões em que um extirparia o outro” (AZEVEDO; CAMARGO & SACCHETA, 1997, p. 220).

Antes de tudo, é preciso dizer que *O Presidente Negro* ou *Choque das Raças* foi escrito ortodoxamente sob os princípios do geneticismo mendel-weissmanniano, com a pretensão de se afinar às novas teorias do eugenismo norte-americano e inglês, as quais ganhavam espaço no Brasil naquele período histórico. A apologia que o livro faz às práticas de eugenia negativa e ao viés explicativo ligado a um biologicismo extremamente determinista calca-se em razões específicas: a alteração nos campos médico-científico e literário, conforme apresentado acima, acabou por provocar mudanças não só no conteúdo, mas no próprio estilo literário do que era escrito. As aproximações dos eugenistas brasileiros com a política de eugenia negativa norte-americana e com versões até certo ponto equivocadas (Stepan, 1990) de uma teoria genética mendeliana deram sustentação para praticamente todo o argumento presente em *O Presidente Negro*. O embasamento biológico-teórico presente no romance é todo ele baseado em uma perspectiva poligenista e de cunho

antineolamarckiano. É a existência de múltiplas raças em confronto que confere a força motriz ao romance futurista.

Radicalmente pautada em uma eugenia negativa e, é preciso que se diga, levando essa eugenia a um grau não ousado por biólogos, antropólogos e médicos, cuja reputação poderia ser maculada por flertarem com tais excessos, a obra parece estar baseada, de forma consistente, nas novas diretrizes eugenistas, ao menos na eugenia negativa defendida por Renato Kehl anos mais tarde no Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia. A diferença é que, em *O Presidente Negro*, as consequências benéficas de uma política de eugenismo negativo foram levadas ao seu extremo, sob a proteção ficcional de um romance à Wells e convenientemente ambientadas em uma América do Norte futurista, que aparece no romance como país livre da invasão por parte dos povos amarelos, graças, especialmente, à adoção de métodos eugenistas, ao contrário do que aconteceu no continente europeu.

Não é possível dizer até onde as “previsões” de Lobato eram uma peça propagandística e até que ponto referiam-se ao encantamento pela possibilidade de ação eugênica. Também não se pode afirmar até onde era uma projeção do que considerava o ideal norte-americano sobre o projeto eugênico e sobre a “questão racial”. Decerto, Lobato estava entusiasmado com sua condição social mista de editor, dono de editora e escritor, bem como com a possibilidade de produzir um *best-seller* e, quem sabe, fundar uma editora na América do Norte. Outro fator importante de ser notado é o fato do livro ter sido escrito às vésperas da partida do autor para os EUA, enviado como adido comercial, o que talvez possa sugerir que Lobato tentasse usar os novos conhecimentos eugênicos vindos dos Estados Unidos para alcançar as graças do público. Também é preciso notar que *O Presidente Negro* destoa do que Lobato já havia produzido, não só pela temática (não mais regional), mas também pelas pretensões estilísticas, já que a grande arte trágica e realista perde seu lugar para o *best-seller*, em um quadro em que o campo literário se formava e dava forma às obras.

Nessa obra, no futuro eugênico norte-americano, restava a ameaça racial interna, os negros. Nesse ponto, Lobato faz alusão e crítica à hoje famosa “solução brasileira para o problema negro”, tida por diversos pesquisadores, conforme apresentado anteriormente, como consenso entre os intelectuais brasileiros da época. Lobato, ao mesmo tempo, elogia a política segregacionista norte-americana, com comentários muito próximos às conclusões de Tomas Skidmore (1976/1989) sobre a maior eficácia do modelo norte-americano no tratamento das relações inter-raciais. Sobre as relações entre os dois modelos, o autor conclui usando suas personagens:

\_Está tudo muito bem, adverti eu, mas nos Estados Unidos não penetraram apenas os elementos espontâneos que Miss Jane aponta. Entrou ainda, à força, arrancado da África, o negro.

\_Lá ia chegar. Entrou o negro e foi esse o único erro inicial cometido naquela feliz composição.

\_Erro impossível de ser corrigido, aventurei. Também aqui arrostamos com igual problema, mas a tempo acudimos com a solução prática — e por isso penso que ainda somos mais pragmáticos do que os americanos. A nossa solução foi admirável. Dentro de cem ou duzentos anos terá desaparecido por completo o nosso negro em virtude de cruzamentos sucessivos com o branco. Não acha que fomos felicíssimos na nossa solução?

Miss Jane sorriu de novo com o meigo e enigmático sorriso do professor Benson.

\_ Não acho, disse ela. A nossa solução foi medíocre. Estragou as duas raças, fundindo-as. O negro perdeu as suas admiráveis qualidades físicas de selvagem e o branco sofreu a inevitável piora de caráter, conseqüente a todos os cruzamentos entre raças dispares. Caráter racial é uma cristalização que às lentas se vai operando através dos séculos. O cruzamento perturba essa cristalização, liquefa-la, torna-a instável. A nossa solução deu mau resultado.

\_Quer dizer que prefere a solução americana, que não foi solução de coisa nenhuma, já que deixou as duas raças a se desenvolverem paralelas dentro do mesmo território separadas por uma barreira de ódio? Aprova então o horror desse ódio e todas as suas tristes conseqüências?

\_Esse ódio, ou melhor, esse orgulho, respondeu Miss Jane, serena como se a própria Minerva falasse pela sua boca, foi a mais fecunda das profilaxias. Impediu que uma raça desnaturasse descristalizasse a outra, e conservou a ambas em estado de relativa pureza. Esse orgulho foi o criador do mais belo fenômeno da eclosão étnica que vi em meus cortes do futuro.

\_Mas é horrível isso! exclamei revoltado, Miss Jane, um anjo de bondade, defende o mal...

Pela terceira vez a moça sorriu com o sorriso do professor Benson.

\_Não há mal nem bem no jogo das forças cósmicas. O ódio desabrocha tantas maravilhas quanto o amor. O amor matou no Brasil a possibilidade de uma suprema expressão biológica. O ódio criou na América a glória do eugenismo humano... (LOBATO, 1926/1950, p. 205-206).

Postergando a solução definitiva que seria tomada pelos norte-americanos, Lobato apresentou os passos dados pela civilização dos Estados Unidos rumo à perfeição racial. No futuro, os Estados Unidos restringiriam a imigração aos indivíduos da raça branca e à elite eugênica das raças europeias, tirando do velho continente o que tinha de melhor.

Enquanto a corrente imigratória europeia trazia ondas e mais ondas de brancos a somarem-se aos já estabelecidos no país, nada alarmava, nem deixava vislumbrar um futuro agravamento da situação. Mas essas ondas foram diminuindo em virtude dos obstáculos opostos à entrada de imigrantes, e por fim sobreveio um maquiavelico sistema de drenagem. Em vez de entrada franca a quem quisesse vir localizar-se no país, organizou o governo americano em todas as nações do velho mundo um serviço de importação de valores humanos, consistente em atrair para lá a fina flor eugênica das melhores raças europeias. Já aliviada do seu ouro em favor da América, viu-se a Europa também aliviada da sua elite.

\_ Desnataram a pobre Europa! Só deixaram no velho mundo o soro...

\_Isso mesmo. Daí a qualificação de maquiavelico dada ao sistema. Os mais perfeitos tipos de beleza plástica, as mais fortes inteligências, os mais puros valores morais, eram descobertos onde quer que florescessem e seduzidos, de modo a, mais cedo ou mais tarde, se localizarem na América. Por fim achou-se o país bastante povoado; e a mentalidade proibicionista, assustada com o espectro do superpovoamento, suplantou a imigracionista. Fecharam-se todas as portas ao fluxo

européu e a nação passou a crescer vegetativamente apenas. (LOBATO, 1926/1950, p. 210-211).

Nesse ponto, Lobato faz um grande elogio às técnicas de eugenia negativa quando, nas projeções do *proviroscópio*, inclui a existência de um “Ministério da Seleção Artificial”, órgão responsável pela aplicação da lei espartana e pela extinção de todos os tarados por meio da proibição de sua reprodução.

(...) com o proibicionismo coincidiu o surto das ideias eugenísticas de Francis Galton. As elites pensantes convenceram-se de que a restrição da natalidade se impunha por mil e uma razões, resumíveis no velho truismo: qualidade vale mais que quantidade. Deu-se então a ruptura da balança. Os brancos entraram a primar em qualidade, enquanto os negros persistiam em avultar em quantidade.

Foi a maré montante do pigmento. Mais tarde, quando a eugenia venceu em toda a linha e se criou o Ministério da Seleção Artificial, o surto negro já era imenso.

— Ministério da Seleção Artificial?

— Sim. O grande Ministério, o verdadeiro fator da espantosa transformação sofrida pelo povo americano. O seu espírito criador, a coragem de enveredar por sendas novas sem esperar que outros o fizessem primeiro, deu áquele povo um enorme avanço sobre os demais.

Essas restrições melhoraram de maneira impressionante a qualidade do homem. O número dos mal-formados no físico desceu a proporções mínimas — sobretudo depois do resurgimento da sábia lei espartana.

(...)

A lei Owen, como era chamado esse Código da Raça, promoveu a esterilização dos tarados, dos mal-formados mentais, de todos os indivíduos em suma capazes de prejudicar com má prole o futuro da espécie. Só depois da aplicação de tais leis é que foi possível realizar o grandioso programa de seleção que já havia empolgado todos os espíritos. Os admiráveis processos hoje em emprego na criação dos belos cavalos puro-sangue passaram a reger a criação do homem na América.

—E lá se foram os peludos!...

—Exatíssimamente... Desapareceram os peludos — os surdos-mudos, os aleijados, os loucos, os morféticos, os histericos, os criminosos natos, os fanáticos, os gramáticos, os místicos, os retóricos, os vigaristas, os corruptores de donzelas, as prostitutas, a legião inteira de mal-formados no físico e no moral, causadores de todas as perturbações da sociedade humana. Essas leis estão claras que eram fortemente restritivas da natalidade, sobretudo, no começo, quando havia quase tanto joio quanto trigo. (LOBATO, 1926/1950, p. 211-213).

Mas, nesse “maravilhoso” mundo, qual o lugar destinado ao Brasil, de intensa miscigenação? O Brasil teria de branquear-se por meio da miscigenação que importaria sangue branco para diluir nele o negro? *Proviroscópio* tem outra resposta. De acordo com o aparelho:

O antigo Brasil cindira-se em dois países, um centralizador de toda a grandeza sul-americana, filho que era do imenso foco industrial surgido às margens do rio Paraná. Com as cataratas gigantescas ao longo do seu curso, acabou esse fecundo Nilo da América transformado na espinha dorsal do país que em eficiência ocupava no mundo o lugar imediato aos Estados Unidos. O outro, uma república tropical, agitava-se ainda nas velhas convulsões políticas e filológicas. Discutiam sistemas de voto e a colocação dos pronomes da semi-morta língua portuguesa. Os sociólogos viam nisso o reflexo do desequilíbrio sanguíneo consequente à fusão de quatro raças distintas, o branco, o negro, o vermelho e o amarelo, este último predominante no vale do Amazonas. (LOBATO, 1926/1950, p. 214-215).

A resposta de Lobato (para o futuro do Brasil) é um país cingido pelas possibilidades eugênicas que a aglomeração racial de cada região produziu junto ao clima. Essa história futura seria contada pelos sociólogos como a história de equilíbrios e desequilíbrios raciais, efeito natural das diversidades biológicas. Mais uma vez, a história universal é reduzida à lógica biologicista das relações essencialmente raciais. Nesse quadro, o “Brasil do Sul” branco se livraria do peso morto que era o resto mestiço do país, podendo desenvolver-se de acordo com as possibilidades superiores da raça branca, liberto da miscigenação. Na resposta à *miss* Jane:

a divisão do país constitui uma solução ótima, a melhor possível, dado o erro inicial da mistura das raças. A parte quente ficou a sofrer o erro e suas consequências; mas a parte temperada salvou-se e pode seguir o caminho certo. A sua tristeza vem da ilusão territorial.

Mas reflita que a muita terra não é que faz a grandeza de um povo e sim a qualidade dos seus habitantes. O Brasil temperado, além disso, continuou a ser um dos grandes países do mundo em território, visto como fundia no mesmo bloco a Argentina, o Uruguai e o Paraguai. (LOBATO, 1926/1950, p. 215).

Durante o longo processo do desenvolvimento eugênico da raça branca, alterações raciais ocorreram também na constituição da raça negra, conforme essa se adaptava ao clima e ao meio geográfico norte-americano, conforme *miss* Jane explica ao descrever o “presidente negro”:

um vulto de excepcional envergadura: Jim Roy, o negro de genio. Tinha a figura atlética do senegalês dos nossos tempos, apesar da modificação craniana sofrida por influencia do meio. Tal modificação o aproximava do tipo dos antigos aborígenes encontrados por Colombo. Era esse, aliás, o tipo predominante no país inteiro, e cada vez mais acentuado depois que a interrupção da corrente imigratória permitiu um evoluir étnico não perturbado por injeções estranhas. Até na tez levemente acobreada começava a transparecer nos americanos a misteriosa influencia do ambiente geográfico.

\_ Engraçado! Quer dizer que com o tempo todos iam virando índios...

\_ Não quer dizer bem isso, e sim que se aproximavam um pouco do tipo, no que pude observar. Talvez que dentro de vinte ou trinta mil anos a sua hipótese esteja realizada. Infelizmente o aparelho que meu pai construiu não ia além do ano 3257.

Em Jim Roy a sua semelhança com um mestiço de senegalês e pele vermelha (coisa impossível, pois de há muito já não existia um só índio na América) acentuava-se pela cor da pele, nada relembrativa da cor clássica dos pretos de hoje.

\_ Influencia do meio?

\_ Não. Não foi isso milagre da influencia do meio, nem era coisa singular, privativa de Jim Roy. Quasi toda a população negra da América apresentava pele igual à sua. A ciência havia resolvido o caso de cor pela destruição do pigmento. De modo que se Jim Roy aparecesse diante de nós hoje, surpreenderia da maneira mais desconcertante, visto como esse negro de raça puríssima, sem uma só gota de sangue branco nas veias, era, apesar de ter o cabelo carapinha, horrivelmente esbranquiçado.

\_ Albino?

\_ Não albino. Esbranquiçado — um pouco desse tom duvidoso das mulatas de hoje que borram a cara de creme e pó de arroz...

\_ Barata descascada, sei.

\_ Mas nem eliminando com os recursos da ciencia o caracteristico essencial da raça deixavam os negros de ser negros na America. Antes agravavam a sua situação social, porque os brancos, orgulhosos da pureza etnica e do privilegio da côr branca ingênita, não lhes podiam perdoar aquela camouflagem da despigmentação. Era Jim Roy na realidade um homem de imenso valor. Nascera fadado a altos destinos, com a marca dos condutores de povos impressa em todas as facetas da sua individualidade. Como organizador e *menear* talvez superasse os mais famosos organizadores surgidos entre os brancos. A historia da humanidade poucos exemplos apresentava de uma eficiencia igual á sua. Consagrara-se desde muito jovem á execução dum plano de genio, traçado nas linhas mestras com a mais perfeita compreensão do material humano sobre que pretendia agir. (LOBATO, 1926/1950, p. 217-219).

Mas, enquanto o branco caminhava para a perfeição eugênica graças às aplicações das normas da ciência de Galton, o negro apelava para meios artificiais como forma de branquear-se, por um processo de despigmentação, que disfarçava sua cor, embora ainda o mantivesse em uma condição racial inferior ao branco ingênito. A eficácia, proveniente de seu gênio racial, garantia-lhe a supremacia da raça ariana.

Quem olhasse de um ponto elevado o panorama historico dos povos, veria, na França, uma flamula com tres palavras; na Inglaterra, um principio diretor, Tradição; na Alemanha, uma formula, Organização; na Asia, um sentimento, Fatalismo. Mas ao voltar os olhos para a America perceberia fluidificado no ambiente um principio novo — Eficiencia.

Só a America encontrara o Sesamo que abre todas as portas. Só a America, portanto, era Ação num mundo a insistir em caminhos errados e sempre a oscilar entre dois polos — Agitação Esteril e Marasmo Fatalista.

O principio da Eficiencia resolvera todos os problemas materiais dos americanos, como o eugenismo resolvera todos os seus problemas morais. Na operosidade e uniformidade do tipo, aquele povo lembrava a colmeia das abelhas. Quasi não havia distinguir um indivíduo de outro, pois tomar um homem ao acaso era ter nas mãos uma poderosa unidade de eficiencia dentro de um admiravel tipo de ariano pele avermelhado (LOBATO, 1926/1950, p. 231).

A eficiência futura da raça branca seria tamanha que, mesmo a variedade entre as mulheres e sua “fealdade” seria eliminada, alcançando a mulher norte-americana a pureza racial e a magnitude física e mental, à maneira de “éguas puro-sangue”.

As mulheres não mais evocavam fisicamente as suas avós, magras umas, outras gordas, esta toda nadegas, aquela uma tabua ou de enormes seios e dentes de cavalo — verdadeira coleção de monstruosidades anatomicas. Nem recordavam socialmente as pobres cativas de dentes, forçadas a girar no triangulo de ferro — casamento, celibato á força ou promiscuidade.

Finas sem magreza, ageis sem macaquice, treinadas de musculos por meio de sabios esportes, conseguiram alcançar a beleza nervosa das eguas puro-sangue — o que trouxe a decadencia do hipismo. Já não necessitavam os homens de dedicar-se aos cavalos para satisfação da ansia secreta da beleza perfeita... (LOBATO, 1926/1950, p. 231-232).

Junto aos defeitos físicos eliminados, foram-se também os defeitos morais e sociais. Assim, a eugenia alcançaria sua perfeição social, em um mundo onde todos trabalham. Nesse contexto, a eugenia negativa, claramente elogiada em detrimento da eugenia preventiva e



positiva, seria a responsável pela extinção dos indesejáveis, solução preferível à eugenia praticada naquele início do século XX, tida como a responsável pela perpetuação do mal.

\_O característico mais frisante dessa época, toda via, estava na organização do trabalho. *Todos* produziam. Muito cedo chegou o americano à conclusão de que os males do mundo vinham de três pesos mortos que sobrecarregavam a sociedade — o *vadio*, o *doente* e o *pobre*. Em vez de combater esses pesos mortos por meio do *castigo*, do *remédio* e da *esmola*, como se faz hoje, adotou solução muito mais inteligente: suprimi-los. A eugenia deu cabo do primeiro, a higiene do segundo e a eficiência do último. Aliviada da carga inútil que tanto a embarçava e afeava, pôde a América aproximar-se de um tipo de associação já existente na natureza, a colmeia — mas a colmeia da abelha que raciocina (Lobato, 1926/1950, p. 233).

Lobato também criticou fortemente a eugenia positiva, a qual seria um disfarce para sentimentos piegas de filantropia e caridade. Afirmou que ela constituía uma despesa inútil, a qual onerava a sociedade e acabava por sustentar os inúteis em hospitais, asilos, hospícios e prisões. O elogio à eugenia negativa seguia sob a forma da defesa da regulamentação dos casamentos pelos estados e pela restrição da paternidade aos indivíduos, comprovadamente eugênicos, por meio de testes eugenométricos que comprovassem as aptidões dos indivíduos para a promoção da melhoria da raça ariana.

\_ E não parava aí a intervenção seletiva. Se um “pai autorizado” pretendia casar-se, tinha de apresentar-se com a noiva a um Gabinete Eugenométrico, onde lhes avaliavam o índice eugenético e lhes estudavam os problemas relativos à harmonização somática e psíquica. Caso um deles não atingisse o índice exigido, poderiam contrair nupcias mas sob a condição de infecundidade.

\_ Como é claro e inteligente isso! exclamei. Burrada!...

\_ Reproduzir a espécie tornou-se um ato de altíssima responsabilidade, já que era de altíssima relevância para o progresso da espécie. A ideia de exigir habilitações oficiais para certos atos da vida é velha — mas exclui o ato de dar vida à prole futura. Exige o estado de hoje habilitação brevetada para quase tudo, para que um homem trabalhe no fôro, construa uma casa, cure uma dor de barriga...

(...)

As criaturas autorizadas a procriar constituíam uma espécie de nobreza. Todos as respeitavam como as eleitas da espécie, preciosas linhas diretrizes do amanhã. O supersticioso acato que mereciam outrora os duques, marqueses e barões por mercês arbitrárias de tronos e solios pontifícios, passou a caber aos pais pelo simples fato de serem pais. Ser pai valia por um diploma de superioridade mental, moral e física, conferido pela natureza e confirmado pelos poderes públicos.

Esse casamento aproximava-se do nosso em muitos pontos. Era também dissolúvel. Mas enquanto dissolúvel, raro se dissolvia: a harmonização pre-nupcial dos Gabinetes Eugenométricos quase não dava oportunidade a erros.

Nos outros casos os conjuges uniam-se e desuniam-se com a máxima liberdade e desembaraço. Nada tinha que fazer o governo em um contrato bilateral onde só valia a vontade dos contratantes.

\_ Quer dizer que o número dos divorcios cresceu espantosamente...

\_ Ao contrário, diminuiu como nunca se esperou. E diminuiu em virtude da única imposição que a lei fazia a esses contratos: as férias conjugais obrigatórias. (LOBATO, 1926/1950, p. 283-284).

Nesse ponto, chama a atenção o elogio que Monteiro Lobato faz ao controle sobre os casamentos, implementado no futuro, o que viria na direção exata de algumas propostas que

foram apresentadas no I Congresso Brasileiro de Eugenia – especialmente às referentes a leis de esterilização como forma de controlar o número de tarados e degenerados, e de controle matrimonial como forma de minimizar o número de divórcios e desestruturas familiares. Assim se dá, como parte da argumentação de Kehl, apresentada no congresso:

Withney e Huntington prevêm a necessidade premente de crear uma lei autorizando os poderes públicos a intervir, energicamente, no sentido de cohibir a multiplicação excessiva, desordenada, de individuos manifestamente incapazes de produzirem proles favoraveis, para só permitir dos bem capacitados, pela herança e pelo meio, a augmentar o numero de individuos uteis, factores de aperfeiçoamento ou elementos “construtores” da sociedade (ATA DO I CONGRESSO DE EUGENIA, 1929, p. 48).

Da mesma forma, ocorreu com a defesa de Levi Carneiro sobre os argumentos de Renato Kehl, a respeito da disgenia dos divórcios, e sobre a necessidade de se reduzir esses casos por meio da aplicação de práticas de eugenia negativa – um controle por meio de exame pré-nupcial.

Factor dysgenico, o divorcio há de ser combatido pela observância das normas da Eugenia. Bem observou o dedicado vulgarizador dessas normas entre nós, o S.r. Renato Kehl, que o exame pré-nupcial faria reduzir os casos de divorcio. O congresso apoiou, e, si não enfrentou a questão do divorcio, mais de uma vez cuidou do problema do casamento em si mesmo - que é fundamental da Eugenia. (ATA DO I CONGRESSO DE EUGENIA, 1929, p. 113).

Tudo isso nos leva a pensar que, talvez, a força motriz que levou Lobato a escrever *O choque das raças* era oriunda de sua ligação com o médico Renato Kehl e com os novos rumos tomados pelo Movimento Eugenista, expressos no Primeiro Congresso de Eugenia. A tensão, em *América*, aparece quando o candidato da raça branca, diminuída em número pelas especificações e exigências eugênicas, e cindida em seu interior pelo movimento “feminino” branco, acaba por perder a eleição para o candidato da raça negra. Antes, porém, que o presidente negro assumisse seu posto, a elite eugênica branca utiliza-se de um estratagema para vencer os negros sem produzir uma guerra civil. A solução vem sob a forma do “Raio Ômega”, capaz de alisar o cabelo dos negros e, secretamente, esterilizá-los.

Inegavelmente, *O presidente Negro* ou *O Choque das Raças* é marcado fortemente pelo estigma histórico da segregação racial e da perspectiva de uma eminente tentativa de extinção de uma raça por outra mais forte, numerosa e detentora de meios mais eficazes de perpetuar a violência. Perspectiva que vem se arrastando, pelo menos desde a Idade Média, (POLIAKOV, 1974) e que deixou marcas de sangue e destruição em nossa história recente. Esse estigma histórico, difundido sob a roupagem de uma eugenia negativa em nosso tempo, não é, entretanto, um privilégio da obra lobatiana e nem a ele se reduz, conforme tento

demonstrar neste trabalho. Da mesma forma, não é possível dizer que toda a obra de Lobato encontra-se sob uma perspectiva racista. Em muitos momentos, quando essa se apresenta, nem sempre significa a defesa da segregação racial, embora o faça, indubitavelmente, em *O Presidente Negro*. A obra contém ainda uma pesada depreciação da chamada raça negra, a qual está pautada em um determinismo biologicista e em um explícito apoio a medidas extremas de eugenia negativa.

O que se deu com a obra de Lobato, ao longo dos anos, com respeito à questão racial foi um aprimoramento de um pensamento racista que, difuso nos escritos de 1916, passou a tomar forma durante a campanha sanitarista para, enfim, materializar-se em discurso inegavelmente racista em *O Presidente Negro*. No entanto, tal leitura “evolucionista” do conjunto da obra de Lobato sofreria um revés em razão do que Lobato realizou conseqüentemente. A nova condição de precariedade do Jeca, a ser efetuada em *Zé Brasil*, da década de 1940, abre mão de qualquer conotação racial, explicando a condição de miséria como especificamente socioeconômica.

Embora, conforme dito, houvesse predominância da linha neolamarckiana no Brasil, não havia um monopólio desse viés de interpretação biológica, especialmente devido à crescente presença de elementos da cultura anglo-saxã. Somada à divisão metodológica entre biologia mendeliana e biologia lamarckiana, havia ainda a existência de três vertentes distintas de política eugenista, ligadas a uma ou outra concepção biológica. As três vertentes eram: 1) a eugenia positiva, centrada no incentivo da procriação eficaz de indivíduos aptos e saudáveis e, portanto, eugênicos, ligada às teorias mendelianas da eugenia; 2) a eugenia preventiva, que buscava o controle de fatores disgênicos supostamente ambientais, por meio de práticas de saneamento, ligada às teorias de eugenismo neolamarckiano; 3) a eugenia negativa, mendeliana, que tinha por objetivo coibir e até proibir casamentos disgênicos no intuito de impedir a procriação de inaptos. Muito presente nos Estados Unidos, a prática da eugenia negativa levou à castração química de doentes de sífilis, portadores de deficiências mentais e de epilepsia (STEPAN, 1991/2005, p. 124).

Em meio a esse quadro complexo das forças em tensão no campo médico-científico, existiram fortes discussões sobre as abordagens eugenistas divergentes. No Brasil, até a década de 1920, pelo menos, houve a preponderância da eugenia preventiva, aliada à genética neolamarckiana, que esteve fortemente relacionada ao Movimento Sanitarista, desde a fundação da *Sociedade Eugênica de São Paulo* (inaugurada em 1917), passando pela *Liga*

*Brasileira de Higiene Mental* (LBHM) (1923), associação herdeira da primeira, da qual Renato Kehl passa a fazer parte no ano de 1925 (STEPAN, 1991/2005, p. 124).

Essa preponderância do neolamarckismo, entretanto, começa a ser ameaçada pelo avanço de uma teoria genética mendeliana. Na ampla complexidade do campo e das disputas pelo monopólio da definição de raça e eugenia, podemos perceber a formação, ao longo da década de 1920, de um novo elemento na discussão racial no Brasil, o mendelismo, até então não encontrado de forma clara e delimitada nos escritos do Movimento Eugenista (STEPAN, 1991/2005).

Se até então os franceses tinham monopolizado a colonização simbólica sobre a nascente República brasileira, os ventos mudaram ao longo daquela década, especialmente por intermédio da ação e do financiamento da Fundação Rockefeller (COSTA; FARIA; KOBAYASHI, 2009, p. 330).

A ação sanitaria foi então sendo paulatinamente transformada. Até meados da década de 1920, do século passado, havia uma predominância na crença de que a eugeniização se daria exclusivamente por meio do saneamento e da campanha higienista. Aos poucos, elementos de uma eugenia negativa foram se tornando preponderantes, como a proposição de exames pré-nupciais obrigatórios e de esterilização química de alguns indivíduos. Essas transformações ocorreram no seio do Movimento Eugenista, nos anos posteriores ao Primeiro Congresso de Eugenia, no sentido de inverter a polarização do campo médico-científico. Alessandra Rosa (2005) chama a atenção para essa polarização após o ano de 1929, fazendo essa demonstração por meio da análise dos *Boletins de Eugenia*, publicados de 1929 a 1933 – periódico fundado e dirigido por Renato Kehl. Segundo Rosa, Kehl iniciou, nesse periódico, uma mudança em seu viés biológico, passando de neolamarckiano a mendeliano, e de uma apologia à ação eugenista preventiva para uma ação eugenista negativa, chegando a negar suas afirmações sanitarias anteriores. Um artigo presente no número 8 do primeiro volume do Boletim chama especialmente a atenção da autora:

O artigo parece indicar um aumento do incômodo de Renato Kehl com a equivalência entre eugenia e higiene. Publicado pelo autor no mês seguinte ao I Congresso Brasileiro de Eugenia, parece uma constatação de que, apesar da apresentação de argumentos da importância de incorporar os propósitos da genética nas práticas de aprimoramento humano, poucos compreenderam que isto significava promover alterações nas práticas até então realizadas em nome da eugenia. Sanear não era eugeniizar. Este tom permeia os números do Boletim de Eugenia em diversos artigos escritos não apenas por Renato Kehl, mas por outros colaboradores que consideravam que a hora da eugenia havia chegado (ROSA, 2005, p. 68).

Nancy Stepan, no artigo *Eugenics in Brazil: 1917-1940* (STEPAN, 1990), já havia atentado para a mudança de posição dos eugenistas em relação à definição de hereditariedade a partir do I Congresso de Eugenia, em 1929. É a partir dessa data que Kehl e seus aliados iniciam a defesa de uma eugenia negativa, não mais direcionada à busca de melhores condições de vida dos indivíduos, mas tencionada ao controle da reprodução de indivíduos disgênicos, a saber, os pobres em geral e certos doentes em particular, por meio da esterilização como forma de coerção da reprodução humana. A grande virada, ainda segundo Nancy Stepan, manifestou-se na substituição das expressões “raça” e “nossa raça” (nos artigos publicados em *Boletim de Eugenia*) pelas expressões “raça negra” e “raça branca”. Da mesma forma, foi grande o número de ensaios versando sobre o “perigo da miscigenação” nos boletins de Kehl, nos quais também se podia ler trechos de eugenistas mendelianos alemães e escandinavos, como Lundborg e Mjoem (STEPAN, 1990).

Essa nova perspectiva adotada por Kehl acabou por alterar a definição que se atribuía ao sanitarismo, imperando uma prática eugênica negativa:

Renato Kehl afirmava que o melhoramento da espécie humana sob o ponto de vista eugênico era o melhoramento genético dos indivíduos. O único caminho vislumbrado pelo autor era incentivar a multiplicação das famílias eugênicas e restringir as não eugênicas; as práticas de eugenismo (educação, aumento do conforto das moradias e o progresso material) consistiam apenas em subsídios para a realização dos propósitos eugênicos (ROSA, 2005, p. 82-83).

Entretanto, Kehl não rompeu de todo com o pensamento neolamarckiano, embora tenha se aproximado de uma eugenia negativa e da biologia mendeliana. Outros autores tenderam mais fortemente para a biologia mendeliana e wessmanniana a partir da segunda metade da década de 1920. Dentre esses, destacou-se o médico Octávio Rodrigues (STEPAN, 1990).

Figura central na nova organização de forças no campo médico-científico e no Movimento Eugenista, Octávio Rodrigues esteve associado ao *American Genetical Association* e à *Eugenics Society of London* (STEPAN, 1990, p. 131), o que demonstra a crescente influência das ciências em língua inglesa, em detrimento do antigo predomínio da língua francesa, e a crescente importância inglesa e norte-americana no Brasil. Rosa (2005) afirma que, partindo do mendelianismo de eugenia positiva, Rodrigues acabou por defender intervenções no intuito de suprimir nascimentos de degenerados. Rodrigues defendia que a herança genética era o que determinava o indivíduo eugênico, sendo o meio ambiente responsável apenas por revelar as características inatas a cada indivíduo (ROSA, 2005, p. 103).

Apesar disso, o predomínio de uma perspectiva genética neolamarckiana foi, aos poucos, transformada pelo que Stepan chamou de “reconciliação” entre a biologia “latina” e a “anglo-saxã”. Nessa disputa pelo monopólio do modo de pensar e sobre o poder de dizer a respeito da viabilidade dos países tropicais, a disputa simbólica neocolonialista foi marcada pela concorrência acirrada de países *anglo-saxões*, *germânicos* e *latinos* (para permanecer na terminologia de Stepan). Segundo a autora, a genética francesa dos neolamarckianos deixou lentamente de existir quando novos profissionais, de formação anglo-saxã, introduziram-se no campo com uma nova moeda simbólica, o mendelismo (STEPAN, 1990, p. 130-131).

A questão central a se pensar a partir desse momento é: como Renato Kehl e seus antigos companheiros se manifestaram frente às novidades da genética mendeliana e às críticas que eram endereçadas à genética neolamarckiana? Sobre as transformações ocorridas no campo médico-científico, Stepan chama a atenção para as mudanças, hesitantes de posição, operadas em Renato Kehl, grande difusor do eugenismo no Brasil (STEPAN, 1990, p. 133-134). É difícil pensar que sempre houve em Kehl uma separação clara entre sanitarismo e eugenia. O próprio Kehl havia, há poucos anos, defendido que *Sanear é Eugenizar*. Mais difícil ainda pensar que Kehl tenha usado “racionalmente” o sanitarismo como veículo para propagar os princípios da eugenia. Nesse sentido, é preciso atentar, também, para as disputas em torno da significação do termo eugenia durante o I Congresso de Eugenia, as quais deixaram clara a pluralidade de sentidos atribuídos à eugenia, mesmo entre os difusores eugenistas.

A criação da *Liga Brasileira de Higiene Mental* possibilitou a reunião de intelectuais, médicos, antropólogos e biólogos bem como a formação das bases para o I Congresso Brasileiro de Eugenia, realizado em 1929, tendo Edgar Roquette-Pinto como presidente e Renato Kehl como secretário geral. As atas desse congresso bem como as apresentações que foram feitas nele são muito elucidativas do caminho que a política eugenista vinha tomando no Brasil, desde a dissolução da *Sociedade Eugênica de São Paulo*, em 1919. Por conta de algumas passagens, somos levados a concordar com a afirmação de Nancy Stepan (1991/2005) de que a predominância da perspectiva neolamarckiana de raça, aliada à prática sanitarista, perdeu nos dez anos anteriores ao congresso (1919-1929) seu lugar de privilégio, dando lugar à outra perspectiva médica-científica, a mendeliana. Resta saber qual o processo de inversão de poderes no campo médico-científico, e mais do que isso, em que medida essas mudanças afetaram o campo literário, especialmente a área ocupada por Monteiro Lobato.

O texto introdutório da ata de abertura do I Congresso de Eugenia, presidido por Roquette-Pinto, transcreve, de forma resumida, a apresentação do antropólogo, então presidente do Museu Nacional, na abertura do Congresso:

Durante muito tempo, disse, supoz-se que o meio dominava os organismos, portanto a medicina e a hygiene resolveriam o problema da saude; mas a sciencia demonstrou haver alguma cousa que independente da hygiene: é a semente, a herança, que depende da eugenia. É preciso, acrescenta, tratar-se da semente e assim a Academia de Medicina deu um grande passo, mostrando que, ao lado da medicina e da hygiene, há uma sciencia com muitos pontos de contato com a primeira e que neste momento congrega as pessoas de boa vontade. (ACTA, 1929, p. 11).

Claramente, nesse momento, o meio ambiente e o social não eram mais definidores das raças, de modo que a hygiene não poderia mais regenerá-las e nem a doença degenerá-las. Há a semente hereditária, boa ou má, a qualidade orgânica eugênica ou disgênica. Mas o que seria, exatamente, essa nova ciência, descrita pelo então diretor do Museu Nacional, como portadora de pontos em comum com a hygiene e com a medicina, a qual era capaz de fazer congregar, em torno de si, pessoas de boa vontade? Roquette-Pinto não foi específico sobre esse ponto e parecia falar de um assunto que já era comungado por seus pares. Apesar disso, os artigos que compõem a *Acta* demonstram claramente uma multiplicidade de posições quanto às definições de raça e eugenia, mesmo quando parece haver quase que uma condenação coletiva ao viés neolamarckiano.

O artigo de Renato Kehl, apresentado no congresso sob o título de *A Eugenia no Brasil: Esboço histórico e bibliográfico*, relaciona a persistência de crimes e corrupções em países já civilizados, dotados de sistemas de saúde e educacionais já desenvolvidos, como prova da culpa da hereditariedade sobre a ação criminosa dos indivíduos (ACTA, 1929, p. 47). Essa posição aproxima Kehl a uma vertente que privilegia a eugenia negativa mendeliana, especialmente a norte-americana, de forma explícita e inédita. Embora Renato Kehl já mostrasse, em anos anteriores, certas inclinações para medidas de eugenia negativa, isso nunca havia sido tão forte quanto no congresso de 1929. Kehl nunca havia sugerido ao Estado que coibisse a reprodução de certos indivíduos ou afirmado categoricamente que a hygiene seria inútil para melhorar a raça.

Outra conferência apresentada no congresso sob o título de *Os Grandes Problemas da Antropologia*, de Álvaro Fróes da Fonseca, procurou definir a eugenia como centrada nas ciências biológicas, definida como a “biologia comparativa dos grupos humanos”. Nesse contexto, a antropologia foi definida por Fonseca como a disciplina que, pela educação eugênica, deveria colaborar para o melhoramento da raça humana. Para que isso ocorresse, a

antropologia deveria estar ancorada na biologia humana (mendeliana), único caminho para se dissolver o “enigma racial” e promover meios necessários para o desenvolvimento pleno da espécie humana (ACTA, 1929, p. 65).

Essa posição nos coloca uma questão: um dos motivos apresentados por Stepan (1990) como causador do predomínio entre os cientistas brasileiros da genética “latina” neolamarckiana é justamente o fato dos brasileiros serem “racialmente misturados”. Seria realmente esse o motivo que fez com que, por certo período, as teorias neolamarckianas prevalessem no Brasil? Seria uma afinidade entre “latinos”, como Stepan chama os franceses? Difícil não considerar o monopólio simbólico e cultural, determinado por fatores internos ao campo de disputa pelo monopólio no processo neocolonialista, como fator preponderante para a difusão do neolamarckianismo no Brasil.

O argumento da preferência pela ciência francesa, baseado no simples fato dela possibilitar o acolhimento de um povo miscigenado, é duvidoso. Fonseca fez esse argumento cair por terra com pouco esforço, utilizando-se das teorias geneticistas “anglo-saxãs” que combatiam os ideais de pureza racial. Mais do que isso, o autor usou a teoria mendeliana para elogiar a mestiçagem ou ao menos livrá-la do estigma de ser sinônimo de degeneração. Para Fonseca, a “verdade” inexorável da evolução harmonizava-se à necessidade inegável da miscigenação.

Fator de grande importância a ser percebido é que, nessa apresentação, Fonseca denunciou Renato Kehl como vulgarizador (em um sentido pejorativo do termo) da ciência eugênica, assim como pelo uso indevido e inapropriado da concepção científica de raça:

Tal é o caso infelizmente do livro que acaba de ser distribuído, por ocasião deste Congresso, pelo Dr. Renato Kehl, sob o título “Lições de Eugenia”. Não me é possível analisar aqui, nem é mister fazê-lo, as páginas em que se refere a questão racial pretendendo falar em nome de uma ciência que ignora tanto mais quanto a própria exposição que fizemos, em síntese, do assumpto evidencia largamente os erros por elle perpetrados. Cumpria-nos apenas chamar desde logo a atenção para a nenhuma responsabilidade que tem a Anthropologia em taes conceitos, reservando-nos para a critica detida em occasião oportuna. (ACTA, 1929, p. 78).

Esses elementos demonstram não ter havido consenso entre os eugenistas organizados em torno do I Congresso Brasileiro de Eugenia, mesmo entre os que abraçaram as teorias de Mendel, especialmente pelo fato de um dos participantes desvalorizar a argumentação de Renato Kehl, o maior propagandista e grande nome do Movimento Eugênico no Brasil. Ademais, Fonseca chegou a afirmar que Kehl desconhecia o assunto do qual pretendia tratar.

A complexidade e a multiplicidade na disputa pela definição de raça e eugenia podem ainda ser vislumbradas na conferência do já citado André Dreyfus (STEPAN, 1990),



intitulada *O estado actual do problema da hereditariedade*. Nas palavras de André Dreyfus, “as descobertas de Mendel permitiram estabelecer uma teoria biológica conduzindo a previsões que a observação e a experiência confirmaram” (ATA DO I CONGRESSO DE EUGENIA, 1929, p. 87). Dreyfus foi além e dessacralizou Galton, tomado em alta conta pelos antigos sanitaristas. Considerou-o menos preciso do que Mendel em seus métodos e resultados científicos, ao mesmo tempo em que abonou supostos deslizos cometidos por Weissmann, autor que, talvez seja necessário lembrar, foi muito importante para os autores mendelianos e pouco citado pelos antigos autores sanitaristas (ACTA, 1929, p. 91). André Dreyfus se empenhou ainda em desconstruir o que considerava ser a *crença* dos que seguiam as teorias de Lamarck, as quais, segundo o autor, deveriam ser substituídas pela verdade objetiva da ciência, materializada na teoria mendeliana:

Outra crença de varios eugenistas que tem infelizmente que ser abandonada é a de que um meio favoravel, boa alimentação, instrução desenvolvida, poderão influir sobre o patrimonio hereditário. Este é um dos aspectos do grande problema da transmissão dos caracteres, hypotese de trabalho já apresentada por Lamarck (ACTA, 1929, p. 96).

Tais considerações soariam como blasfêmia e heresia entre os primeiros eugenistas, se considerarmos as afirmações de Stepan (1991, 2005), e destoavam completamente do que fora apresentado em artigo por Fróes da Fonseca no mesmo congresso. No entanto, elas foram ditas a plenos pulmões, durante o I Congresso Brasileiro de Eugenia, mesmo sendo ainda grande o número de eugenistas lamarckianos entre os congressistas. Obviamente não significa que haja consenso em favor do mendelismo contra Galton ou mesmo contra os neolamarckianos. O suposto “pai” da “ciência eugênica” foi criticado e elogiado no mesmo congresso (ACTA, 1929, p. 100). Importa afirmar que todas as apresentações no I Congresso Brasileiro de Eugenia expressaram a babel do pensamento biológico eugenista, dada a multiplicidades de conclusões e interpretações sobre a hereditariedade e a eugenia. Essa nova polarização biológica-eugenista para o mendelismo “anglo-saxão” atraiu atenções, não apenas de nomes como os citados no Congresso, mas de intelectuais e escritores como Monteiro Lobato.

### 5.3 O JECA SEM POSSES: AS CONDIÇÕES SOCIAIS PARA A TRANSFORMAÇÃO DO JECA TATU EM ZÉ BRASIL

Com a dissolução do Movimento Sanitarista, corroído em suas próprias bases pela disputa empreendida por neolamarckianos e mendelianos a partir de meados dos anos 1920,

Lobato abandona as descrições racialistas que criou sobre o Jeca Tatu durante seu período em ação no Movimento Sanitarista. Aproxima-se, nos anos subsequentes, do Partido Comunista Brasileiro (PCB), por meio de Luís Carlos Prestes, após perder parte considerável de suas posses investindo na bolsa de valores norte-americana, em 1929, quando ainda era adido comercial do Brasil nos Estados Unidos. A partir desse ponto, pretendo esboçar as condições para a constituição da última perspectiva de Lobato sobre o Jeca, que sob a pele de “Zé Brasil” renasce como trabalhador sem terra, explorado pelo proprietário, em livro lançado pela Editora Vitória, do PCB, em 1947.

Monteiro Lobato não se equivocou apenas nos investimentos efetuados em *O Presidente Negro*. Segundo Edgar Cavalheiro (1955/1967), Lobato embarcou para os Estados Unidos cheio de empolgação com as possibilidades daquele país, assim como com a forma pela qual a sociedade norte-americana progredia economicamente. Lobato era particularmente obcecado pela figura e pelo método de produção de Henry Ford, do qual já havia traduzido a bibliografia para o português. O escritor acreditava que, com o modelo fordista, todos os envolvidos no processo produtivo e comercial sairiam ganhando. O operário ganharia com salários crescentes; o consumidor, com a aquisição de produtos baratos e de boa qualidade; e, por fim, o empresário, com uma base segura de lucros. Segundo seu biógrafo mais próximo, Lobato acreditava que “posta nesses termos, a indústria deixará de ser o Moloche devorador de milhões de criaturas em benefício dum núcleo de nababos” (CAVALHEIRO, 1955/1967, p. 291).

Ao chegar à América do Norte e conhecer pessoalmente a indústria automobilística em Detroit, Lobato, então adido comercial, acreditou ter descoberto o segredo para o desenvolvimento econômico da nação americana, que tão drasticamente a separava do pobre Brasil: a exploração e a produção de ferro e de petróleo. “Máquinas se fazem com ferro e é com petróleo que elas se movimentam. Ferro e petróleo. Eis o binômio salvador” (CAVALHEIRO, 1955/1967, p. 295). Mas Lobato não estava preocupado apenas com o desenvolvimento do Brasil. Segundo Cavalheiro, a condição financeira de Monteiro Lobato não era das mais estáveis. Além do ordenado, possuía apenas um pequeno capital na Companhia Editora Nacional, que crescia lentamente, e a renda obtida pela venda de seus livros publicados no Brasil. Esse fator, somado ao entusiasmo com a América e à ambição de constituir fortuna na “terra das oportunidades”, fez com que Lobato se lançasse a especular na bolsa de valores de Nova York, mesmo com poucos recursos. A quebra da Bolsa levou Lobato ao chão. Em 1930, escreveu a uma das irmãs:

Has de crer que acabo de cometer um dos maiores erros de minha vida? Entrei no Stock Exchange com todos os recursos que pude reunir, certo de fazer fortuna. Errei o bote. Em vez de ganhar já perdi metade do meu capital e estou ameaçado de perder o resto e ainda devendo alguma coisa (...). Estou resistindo, sempre com esperanças de que uma alta nos títulos ainda me permita ao menos diminuir os prejuízos, mas não sei se poderei resistir muito tempo. O mais certo é perder tudo e ficar reduzido ao ordenado (LOBATO, 1948/1972, p. 123-124).

Os sonhos encantados de enriquecimento fácil na “terra das oportunidades” ruíram junto com a bolsa de Nova York, em 1929. A América não parecia ser mais o país do futuro eugênico apregoado pelo autor três anos antes; o fordismo não reverteu o colapso promovido pelo “deus Moloch” do capital, a quem, em honras, se incineravam fortunas. Para tentar aplacar a sede da bolsa e tentar reverter suas perdas, Lobato acabou por vender suas ações na Companhia Editora Nacional. Porém, não teve sucesso (CAVALHEIRO, 1955/1967, p. 298).

Diante da falência e preso a um emprego comissionado, do qual dependia toda sua renda, Lobato mais uma vez voltou-se para a literatura no intuito de ganhar dinheiro como escritor, de produzir literatura como bem de consumo, e não como arte. Nesse período, sua posição no polo industrial do campo literário já estava devidamente cristalizada. Produziu uma adaptação de *Robinson Crusóe* e *Peter Pan* assim como redigiu algumas pequenas histórias infantis. Escreveu *América*, publicado em 1932, com suas impressões sobre os EUA. No livro, Monteiro Lobato elogia o modelo americano, apesar de seu desastre econômico pessoal, além de traçar comparações entre Brasil e Estados Unidos, amparado na tese da exploração do ferro e do petróleo.

Em *América*, Monteiro Lobato retoma uma das questões de importância apresentadas em *O Presidente Negro*, referente às desigualdades socioeconômicas entre Brasil e Estados Unidos. Ainda emprega a raça para explicar as diferenças entre as duas nações, só que por um viés diferenciado, por vezes confuso. O inglês fictício já apresentado em *Mr. Slang e o Brasil* (LOBATO, 1927/1968) volta em *América*, para dar continuidade às contraposições entre as duas civilizações, latina e saxã, materializadas nos dois personagens ao longo de seus diálogos e marcadas pela dificuldade genética do latino em entender o modo de vida saxão (LOBATO, 1932/1951). Lobato trata dessas distinções raciais como se fossem estabelecidas antes por uma adaptação ao clima do que por uma hierarquização evolutiva linear. Assim, sobre as possibilidades de percepção do belo na natureza tropical, Lobato diz:

Esta paisagem tropical, dissera Mr. Slang, só pode falar à alma de negros ou índios, ou dos que têm no sangue predominância de sangue negro ou índio. Só negros ou índios, ou seus descendentes, com milênios de adaptação aos trópicos, reagem diante das formas e tonalidades tropicais (...).

\_ Só negros e índios poderão deleitar-se ou sentir-se ambientados num cenário de verde eterno, com palmeiras, bananeiras e mais plantas de folhas enormes (LOBATO, 1932/1951, p. 18-19).

É certo que diferenças no caráter racial são expressas aqui, mas ao que parece são diferenças de adaptação ao clima, o que acaba por criar quase que um caráter nacional ou de um povo. Diz o eu poético de Monteiro Lobato à Mr. Slang:

Creia, meu amigo, cada vez que venho de uma estada longa em país tropical, trago a alma envenenada pelo verdete das arvores – venho bebado, literalmente intoxicado e exausto. Daí minha teoria de que apenas encontram encantos num país tropical o bugre e o negro d’Africa. Só com milênios de adaptação ao verdete eterno pode uma criatura imunizar-se contra o veneno (LOBATO, 1932/1951, p. 94).

Mas seria esse caráter climático nacional o fator responsável pelo subdesenvolvimento do Brasil? É certo que Lobato apresenta forte pendência para a eugenia negativa, lamentando o fato da sociedade contemporânea, mesmo a norte-americana, não fazer uso dos métodos de contenção dos disgênicos. Andando por Washington, o eu poético de Lobato observa, no *Lincoln Memorial*, as personificações da liberdade, da fé, da esperança, e dentre elas, da caridade. Sobre a última, o eu poético de Monteiro Lobato comenta:

Estava pensativo, de olhos absortos num grupo representando a Caridade – onde uma mulher dava a água da vida a aleijados, cegos e órfãos.

\_ Não sei se vencerá a ideia moderna do inútil da caridade, disse ele [Mr. Slang]. A não ser que a química e a eugenia nos dêem novas bases à vida, sempre ha de haver aleijados e cegos e órfãos (...) e fora do sentimento da caridade, que dá a esses pobrezinhos solícitos tutores, como lhes assegurar a sobrevivencia?

-E para que assegurar-lhes a sobrevivencia? Adverti eu em tom de quem houvesse ingerido pela manhã uma omelete de leis espartanas preparada na caçarola de Nietzsche.

-Sim seria esta a solução científica, filosofou Mr. Slang, mas até aqui a Ciencia só foi praticada pelas abelhas. Será o homem suscetível de suportar soluções científicas? (LOBATO, 1932/1955, p. 37).

Mas apostar em técnicas de eugenia negativa, ou mais do que isso, esperar nelas a redenção para o futuro da humanidade significa, em última instância, apostar unicamente em definições mendelianas de raça? É possível afirmar que, nesse momento, Monteiro Lobato define as condições de progresso de um país pela sua formação racial, como o fez em *O Presidente Negro*? Ao descrever as condições de vida de um agricultor norte-americano, Monteiro Lobato parece apontar para outros fatores, ao comparar o homem do campo nos dois países e tentar buscar as causas para os diferentes níveis de desenvolvimento econômico. Lobato diz:

Em todo o mundo, em todo o resto da América, no Brasil – que é o homem do campo? Já fui fazendeiro, sei. O “camarada” ocupa o último degrau da escala social. Ainda no estágio do homem de pé-no-chão, a receber por ele todas as infecções parasitárias. Roupas de riscado toda remendos, chapéu de palha á indígena. Nada de

cultura e nem sombra de esperança de poder dá-la aos filhos. Morador de casebre de palha, sem mobília, sem conforto, sem assoalho, sem teto. Um ilota que não tem nada além de dívidas na venda (...).

[por outro lado, o americano] Aquele patife lá, de charuto na boca e perdeneiras, com rádio em casa e certamente um Ford no fundo do quintal, ganhará quanto? No mínimo cinco dólares por oito horas de trabalho. O nosso Jéca, por um trabalho muito mais penoso e de sol a sol, apanha em média, 2.000 reis (...) [que] por dólar correspondem a 20 centavos – a vigésima quinta parte do jéca americano! E inda por cima insultam-no, acusam-no de não ter “poder aquisitivo”, de não comprar livros de não ser sócio da Liga da Defesa Nacional... (LOBATO, 1932/1951, p. 66-67).

O Jeca trabalha tanto ou mais do que seu equivalente norte-americano; a que se deve, então, a divergência entre os níveis de desenvolvimento econômico e de reprodução material da vida, que dão ao agricultor nos Estados Unidos a possibilidade de usufruir das máquinas mais variadas para o conforto de sua existência? É Mr. Slang quem oferece a resposta:

\_ Tudo consequência lógica do aumento da eficiência do homem graças ao uso progressivo da máquina. Segundo os cálculos, está o americano com um índice de eficiência igual a 42, quando o do europeu é igual a 13 e o do homem natural é igual a 1. Cada americano produz tanto quanto 42 homens naturais, isto é, 42 homens desmaquinados, que só usam os músculos que Deus lhes deu (LOBATO, 1932/1951, p. 67-68).

O problema seria então o do homem brasileiro, o Jeca, produzir tanto quanto o “homem natural” produz, tendo por “máquina” apenas a enxada, a foice e o arado, enquanto o “Jeca americano” tinha todo um maquinário à sua disposição, maximizando seus esforços de trabalho e ajudando-o a multiplicá-los por 42. É importante lembrar que esses elogios foram escritos em 1929, antes da crise de superprodução, embora estejam contidos no texto publicado em 1932. Mas, no final das contas, o que fazia do americano um povo com máquinas tão maravilhosamente capazes de elevar o esforço humano e transformá-lo em vasta produção? Por que o homem brasileiro era incapaz de tal proeza? Lobato pergunta e tem de Mr. Slang uma resposta: o clima.

\_ Não entendo, Mr. Slang, disse eu por fim. Também lá no Brasil não fazemos outra coisa senão trabalhar, desde que Pedro Alvares pôs pés em terra – e, no entanto, não enriquecemos. A riqueza nacional do Brasil é de apenas 40 milhões de contos. Por quê?

\_ A soma de trabalho feito no Brasil é mínima comparada com a feita aqui. Falta a vocês o grande estimulante do trabalho, que é o inverno. O homem só produz o bom trabalho que dá para a subsistência e sobra para ir-se acumulando em riqueza, quando o inverno está atrás dele com chicote em punho. É o frio o supremo criador. Dele saiu a economia, a previdência, a cooperação. O meio de sobreviver é um só: acumular nas estações amenas para não perecer na estação morta. A gente das terras quentes, não se vendo sujeita a essa chibata jamais aprende a acumular – além do que possuem um trabalho de muito fraco rendimento. O melhor das energias é gasto na luta contra o calor depressivo, pois que a boa arma nesse combate se chama “inação” (LOBATO, 1932/1951, p. 84-85).

A resposta é, definitivamente, pouco original e remonta às críticas aos trópicos feitas no século anterior por autores europeus. A novidade, entretanto, aparece no desenvolvimento da questão, em que Lobato procurou dar ares positivos, ou ao menos não tão negativos, à inadaptabilidade aos trópicos. Nessa nova interpretação, a raça não aparece nem como fator facilitador da vida nos trópicos, como acontecerá em Gilberto Freyre, nem, tampouco, como fator definitivamente impossibilitador do progresso dos homens mestiços. Lobato liberou o peso da responsabilidade e o transferiu para o clima. “Veja como o homem do norte, que nada pôde fazer na sua terra estorricante, prospera no sul, quando emigra” (LOBATO, 1932/1951, p. 86). O eu poético de Lobato pergunta para Mr. Slang se o clima seria um fator que justificasse a ausência de ânimo para o trabalho por parte dos homens nos trópicos.

\_ Será assim, Mr. Slang? Quer dizer que justifica a indolência?

\_ Justifico. Simples arma. Meio de sobreviver nos trópicos. Trabalhar muscularmente num dia calmoso equivale a somar ao calor ambiente, já excessivo, o calor da combustão animal acelerada. Dessa soma sai... incêndio. Daí a defesa. Para evitar o incêndio, surge a mamparra, a preguiça, o fugir do corpo, o corpo mole, o fumar á custa do patrão e todas as mais formas pitorescas de escapar do esforço que mata.

Sob a ação do frio, dá-se o inverso. Ou o homem movimenta os músculos ou entangue. Torna-se o trabalho um sadio prazer, habito, remedio (LOBATO, 1932/1951, p. 85-86).

Mas seria o clima a única causa responsável pelo marasmo e pelo subdesenvolvimento do Brasil e pelo desenvolvimento dos Estados Unidos? Lobato pergunta a Mr. Slang:

\_ Não há nunca uma causa única para qualquer fenômeno, respondeu Mr. Slang, e sim um feixe de causas concorrentes. Numerosas convergiram aqui para criar esta America que está abrindo a sua boca – e não deixa de fazer o mesmo ao resto do mundo (...) Hulha a dar com pau, e ótima. Petróleo em verdadeiro mar subterraneo. Minerio de ferro aos bilhões de toneladas. Tudo... E sobre o imenso territorio assim rico em reservas minerais, o homem sadio dos países invernoses, diligentes, ativo, herdeiro de longa experiência do que é o chicote do Inverno que já cantou no lombo da longa série dos seus avós. Homem de raças apuradas pela neve; terra arável; óxido de ferro e carbono em profusão; com elementos básicos desta ordem, não admira que o americano fizesse o que fez (...) Do oxido de ferro o saudável homem daqui tira o aço. Com o aço cria a maquina, isto é, a astuciosa maneira de multiplicar tremendamente a força do musculo, ou substitui-lo no trabalho. Depois, por meio da hulha e do petróleo – formas de carbono – produz a combustão que desenvolve a energia mecanica com a qual move a maquina. Deste modo domina a natureza, mobiliza-lhe as reservas ocultas no seio da terra e transforma-as em utilidades – em riqueza (LOBATO, 1932/1951, p. 86-87).

Ao substituir a enxada e o arado pela máquina, o Brasil poderia se tornar um país desenvolvido e nada mais poderia impedi-lo do progresso, desde que tivesse *Petróleo e Ferro*, o que, não por acaso, tornou-se a obsessão política e econômica de Monteiro Lobato nos anos que se seguiram. Mas, apesar disso, não havia o Brasil se empenhado em descobrir os minérios que possuía e a potência adormecida que poderia vir a tornar a nação motorizada.

Ainda estava inerte: “O Brasil, por exemplo, está ainda nos cueiros porque nunca os seus estadistas e capitães da indústria meditaram no assunto carbono. Eu, fosse ditador na sua terra, suprimia vários ministérios inúteis e criaria o que está faltando – o Ministério do Carbono” (LOBATO, 1932/1951, p. 88).

Apesar disso tudo, a questão racial não está totalmente ausente: o eu poético de Lobato comenta, horrorizado, o caso de uma americana que abandonou marido e filhos ao descobrir que desposara um homem com antepassados negros, ou no dizer de Monteiro Lobato, com “uma remota gota de sangue africano” (LOBATO, 1926). Pergunta a Mr. Slang se este não achava exagerado esse racismo puritano, no que o fictício inglês responde:

– Não sei, respondeu Mr. Slang, que apesar de inglês participava bastante do preconceito racial americano. Não sei se não será isto um instinto da raça que se defende. Cruel, confesso. Crudelíssimo, neste caso. Mas os altos interesses da pureza racial não estarão acima dos pequeninos interesses do indivíduo? (LOBATO, 1932/1951, p. 203).

Essas afirmações sobre o caráter racial de um povo, sobre a possível prevalência de interesses instintivos da raça sobre o indivíduo, são, sem dúvida, um elemento complicador no processo de entendimento da função do elemento racial como fator explicativo do devir humano em *América*. O elemento racial tão evidentemente destacado nas páginas anteriores, e substituído pela complexidade de múltiplos elementos causais, dentre os quais o clima e a não exploração de petróleo e ferro, reaparece na fala de Mr. Slang como fator determinante. Mr. Slang teria razão, e seria mesmo a pureza racial o elemento determinante para o comportamento humano? Lobato não responde imediatamente a questão posta pela personagem, e a discussão sobre raça segue no capítulo adiante, iniciado com dúvidas sobre a existência de raça(s):

A conversa caiu sobre raças. Haverá raças? Que é raça? E ainda debatíamos esse tema quando chegamos á Biblioteca Publica da Quinta Avenida. [Da biblioteca observavam] As moças que trabalham dirigem-se ao milhares para as estações de subway, ou esquinas onde param os ônibus. Que magnificas criaturas são! Altas, esguias, solidas de pés, brancas de verdade, musculos com as souplesse que dá a ginastica. Sente-se a boa origem racial, a boa alimentação vitaminada e a vida higiênica – tudo dando como resultado saude (LOBATO, 1951, p. 205-207).

A dúvida posta pelo eu poético de Monteiro Lobato parece ser logo sanada com a afirmação da magnificência das mulheres americanas, “brancas de verdade”. Seria então o retorno, na perspectiva racialista mendeliana tão presente em *O Presidente Negro*, à pauta que nunca teria saído realmente de questão? É preciso continuar seguindo o argumento sinuoso de Lobato, antes de se chegar a uma resposta minimamente convincente, pois logo depois do elogio de Lobato às mulheres brancas, Mr. Slang elogia as mulheres negras:

Só na Africa vi mulheres lindas como aqui, desta lindeza que só a saúde dá.

\_ Na Africa? Afirmei desconcertado. Que ideia!

\_ Na Africa, sim. Os negros, sobretudo em certas zonas de condições climatéricas favoráveis, são animais perfeitos. Com alterar e infringir o que ha de natureza em nós, a civilização nos vai deformando. A americana é este belo animal porque, graças á higiene, está cada vez mais se voltando a natureza, ao ar livre, ao exercício muscular, a satisfação normal dos seus “urges” orgânicos”. Quando as religiões cederem lugar ás prescrições da Eugenia, será a America o campo mais propicio para a florescência do homem de amanhã, animal muito mais belo que o de hoje (LOBATO, 1932/1951, p. 208).

Os comentários são confusos, uma vez que parecem apontar para um elogio à eugenia positiva e a uma relativização da valorização racial, de forma que a raça é perfeita simplesmente se está perfeitamente adaptada ao ambiente. Os argumentos seguintes tornam a definição de raça e de eugenia ainda mais confusas nos escritos de Lobato, pois ele prossegue tratando do caráter disgênico do cidadão norte-americano. Lobato faz Mr. Slang dizer:

Repare no homem que passa. Irregular de feições, irregular na estatura, visível, evidentemente “mal feito”. Sempre me impressionei com isso, com a feiura que trouxe para a humanidade a religião e as morais saídas da religião. [...]. [feiura]... apenas minorada de leve com os avanços da higiene, Mas não basta a higiene. Temos de chegar á Eugenia. Esta sim. Esta será o grande remedio, o depurativo curador das raças. Pela Eugenia teremos afinal o homem e a mulher perfeitos-perfeitos como os cavalos e éguas de puro sangue. (LOBATO, 1932/1951, p. 208).

Mas Lobato acaba mesmo por determinar o atraso e a pobreza no Brasil como resultado da inexistência de uma indústria de ferro, assim como, da ausência de uma indústria petrolífera no país. Desde 1928, a questão do ferro aparece como algo central para Lobato, e seu contato com a cidade de Detroit, com a *Ford* e com os novos métodos metalúrgicos faz com que o autor se encha de esperanças sobre as condições para o desenvolvimento futuro do Brasil – entusiasmo que só cresce ao longo dos anos seguintes. Em carta enviada a Alarico Silveira, Lobato demonstra longamente as dificuldades de se produzir ferro no Brasil, o que impedia o desenvolvimento econômico do país:

O problema parecia-me insolúvel e cheguei a descrever por completo no futuro do Brasil. Cresceríamos, sim, mas a moda chinesa- em população e miséria. Vi falhares todas as tentativas de metalúrgica, desde as iniciadas por D. João Sexto até a ultima, de Uchoa, em S. Paulo. E descri. Pareceu-me que um fado safado condenava-nos ao suplicio de possuirmos 23% do minério de ferro do mundo e termos de comprar quanto prego e alfinete necessitamos para irmos remendando as nossas coisinhas (LOBATO, 1972, p. 95).

Entretanto, escaparíamos da “chinezação”. O Brasil alcançaria a posição de segundo país mais industrializado do mundo, um gêmeo dos Estados Unidos, por meio da descoberta de um novo método de fundição descoberto por um engenheiro da *Ford Motors*, que possibilitava a construção de um novo tipo de forno de fundição. Tal forno era mais simples e



barato do que os anteriores, e exigia um grau menor de calor para a fundição. Além disso, poderia ser alimentado com “carvão de madeira, palha de café, bagaço de cana”, dispensando o uso do oneroso coque. Esse forno era capaz de trabalhar com os mais variados tipos de minérios. Ademais, Monteiro Lobato aponta o desenvolvimento da indústria do ferro como caminho para manter a unidade territorial do Brasil, a partir da qual poderia se construir uma rede ferroviária capaz de unificar os pontos mais distintos do território nacional, sempre ameaçado por tendências separatistas, segundo Lobato, provocadas pela vastidão do território e pelas dificuldades de comunicação entre os estados. Solução e diagnóstico diametralmente opostos aos apresentados em *O Presidente Negro*, no qual apontava para a necessidade de separação do Brasil como condição para o desenvolvimento econômico, tendo de ser dividido entre o “Sul branco” e o “Norte mestiço” – regiões respectivamente desenvolvidas e subdesenvolvidas, de acordo com as características raciais predominantes. Em outros termos, se a divisão do país entre regiões aparece em *O Presidente Negro* como forma de salvar a nação, é o ferro que aparece em *América* como elemento unificador e redentor para o Brasil.

A solução para os problemas de subdesenvolvimento do Brasil, para Monteiro Lobato, no início dos anos de 1930, passava pelo ferro. Todo país tecnologicamente desenvolvido e economicamente rico tinha, por necessidade, que ter desenvolvido um sistema nacional de extração de minérios e de transformação desse minério em ferro. É o que Lobato defendia em artigos publicados no jornal *O Estado de S. Paulo*, em 1931, reunidos no mesmo ano em *Ferro* (LOBATO, 1931/1956). Nessa coletânea, o autor apresenta seus principais pontos sobre as questões ferrífera e siderúrgica, consideradas centrais para o desenvolvimento nacional, em vez dos problemas até então defendidos por “curandeiros”, como as questões políticas ou sanitárias. O próprio Lobato assume, no texto, a “culpa” por ter comungado de opiniões parecidas:

Temos sido até aqui, nós curandeiros, o agricultor que ataca brocas e pulgões com pósinhos milagrosos e esquece de, pelo adubo, restaurar a vitalidade da planta anêmica. É tempo de fazer como o outro.

Indispensável nos penetrarmos uma vez para sempre, da grande verdade: *nosso problema não é político, nem racial, nem climatérico, mas pura e simplesmente econômico* (LOBATO, 1931/1956, p. 246).

Ineditamente, Lobato apresenta a crise econômica como causa do subdesenvolvimento e, o homem brasileiro, especialmente o homem rural, como consequência disso. Não era mais a “tapera”, como aconteceu nos primeiros escritos, nem a questão sanitária, como nos textos pós-1918, a responsável pelo subdesenvolvimento do Brasil. Tampouco se trata aqui de uma questão de conflitos ou miscigenações raciais. Lobato redime a política, o clima e a raça do

peso que antes lhes atribuía. No caso específico deste estudo, é importante atentar para a exclusão do último tópico, raça, do rol dos elementos daninhos à nação, o que acontece de forma indubitavelmente nova no pensamento social brasileiro, ou ao menos em Lobato, que desde 1918 estava às voltas com definições raciais e soluções raciais para o Brasil. Assim o faz, Monteiro Lobato, ao dizer em *Ferro*:

Enriqueça-se a mais miserável família de jécas que vive lá num fundão malarico do Amazonas, gente sem resquícios de cultura, semi-nua, roída de verminoses, negativa como elemento de produção – e, automaticamente, no correr do tempo, a metamorfose será completa. Os doentes se curarão, os descalços se calçarão, os iletrados se educarão, e o país se verá acrescido de enérgicas unidades positivas. Empobreça-se, à job, uma família rica e bem educada, forçando-a a deixar a nobre situação em que vivia pela situação miserável do caso anterior. Em breve prazo a doença os empolgará a todos, o analfabetismo destruirá a todos, o analfabetismo destruirá nas gerações sucessivas as aquisições dos antepassados, tudo será lazeira (...) (LOBATO, 1931/1956, p. 247-248).

Lobato inverte os polos da causalidade apresentada em o Jeca Tatu, ou Jeca Tatuzinho de anos atrás. Agora não é mais o Jeca curado e sanitarizado que se torna um empreendedor capitalista de charuto à boca e caminhão *Ford* na garagem; ao contrário, o Jeca enriquecido e “fordizado” é que se tornará, com o tempo, o Jeca curado e sanitarizado. Não é o homem que constrói a nação, mas a condição econômica da nação é que constrói o homem. Além disso, não há mais lugar para o pensamento racial, nessa perspectiva de 1931, sendo jogado para o escanteio, junto ao clima, dando lugar ao clamor pela exploração adequada dos recursos naturais, especialmente o ferro, na sociedade moderna.

É preciso que se diga que essa substituição de causas raciais por causas econômicas se restringe a Lobato, uma vez que a questão racial ainda seria longamente discutida por Gilberto Freyre, especialmente em seus dois primeiros livros, anos depois: em *Casa-Grande & Senzala*, de 1933, e em *Sobrados e Mucambos*, de 1936. Mas, para Lobato, “civilização é maquinização. Grande país hoje é país que se maquinizou em grau maior que os demais e por isso traz aos demais atrelados a sua influência” (LOBATO, 1931/1956, p. 251). A nova resposta obtida por Lobato para o problema do Brasil é oposta às definições elaboradas até ali:

Sempre nos impressionou fundamente o fato de dois países de igual território, Estados Unidos e Brasil, situados no mesmo continente, descobertos ao mesmo tempo, colonizados com os mesmos elementos humanos, libertados do jugo da metrópole com pequena diferença de anos, alcançarem, um, fastígio da grandeza e a situação de primeiro entre todos os povos da terra, e o outro, nós, a triste posição de beco sem saída em matéria de encalacramento (LOBATO, 1956, p. 258).

Mas a cruzada de Lobato pelo ferro e, mais tarde, pelo petróleo pode significar mais do que aparenta. Conforme já vimos, ele viu ser dilapidada sua herança de membro da classe dominante, dadas as mudanças econômicas que retiraram dos quadros da elite dominante os

fazendeiros de café do Vale do Paraíba, da mesma forma que o fim da monarquia e a instauração da República desvalorizaram os capitais sociais do jovem neto de Visconde. Lobato foi levado à esfera de dominado entre os dominantes, estabelecendo-se como escritor e intelectual, embora ainda estivesse predisposto a interferir nos destinos econômico e político do país, como procurou fazer durante sua atuação na campanha sanitária. Apesar disso, a posição de destaque obtida no campo literário foi perdida na competição com os intelectuais autoproclamados “modernistas” que, conforme argumentou Passiani (2003), venceram Lobato na disputa pelo monopólio de bens simbólicos no campo literário, em parte auxiliados pela posição ambígua ocupada por Lobato – ao mesmo tempo, escritor e editor, homem de artes e homem de negócios.

Mas Lobato conseguiu recolocar-se como adido comercial nos Estados Unidos, nomeado pelo presidente Washington Luís, graças ao intermédio de Alarico Almeida, chefe da Casa Civil e amigo de Lobato (CAVALHEIRO, 1967, p. 286-289). A estada de Monteiro Lobato nos Estados Unidos acabou por produzir mais do que impressões de espanto no cérebro do novo adido comercial, pois acabava por oferecer ao herdeiro a herança da qual havia sido privado na juventude. Tal herança se relacionaria à possibilidade de tratar de assuntos restritos à elite dominante do país, os quais, para Monteiro Lobato, eram de importância capital para o futuro do Brasil. Ao sentar-se com executivos da *Ford*, em Detroit, e travar conhecimento do *método Smith* para a fundição de ferro, por parte do próprio criador do método, o metalurgista da *Ford*, Willian H. Smith, Monteiro Lobato tomou posse de uma herança da qual havia sido privado, ou seja, da possibilidade de atuar como agente na elaboração dos processos políticos e econômicos do Brasil.

Ao ser tomado por essa herança, mesmo que tardiamente, Lobato sentiu-se no dever de tomar para si a cruzada pelo ferro, condição indispensável para o desenvolvimento do Brasil, de acordo com as crenças do escritor, mas ignorada pelos brasileiros, mais preocupados com reformas políticas autoritárias e golpes de Estado, dos quais esperavam soluções mágicas. Nesse período, para Lobato, a questão férrea torna-se, definitivamente, central para os problemas do Brasil, à qual logo se liga o petróleo. O ferro seria necessário para criar as máquinas e o petróleo, para movimentá-las. Na introdução que escreve para *Luta pelo Petróleo*, de Essad Bey, de 1936, mais tarde reproduzido em *Prefácios e Entrevistas* (LOBATO, 1936/1964), Lobato se questiona sobre o ponto central para o desenvolvimento econômico do Brasil, a exemplo do progresso nos Estados Unidos:

O problema focalizara-se em meu espírito sob uma forma simplista: Por que, dos dois maiores países da América, descobertos no mesmo ciclo, povoados com os

mesmos elementos (europeu, índio e negro) libertados politicamente quase na mesma época, com territórios equivalentes, um se tornou o mais rico e poderoso do mundo e o outro permanece encruado? (LOBATO, 1936/1964, p. 43).

A resposta está na máquina que multiplica a capacidade de trabalho do homem e, conseqüentemente, na posse da matéria-prima para a construção da máquina, uma vez que “o homem aprende a derreter certas rochas que encontra na superfície do solo e a extrair uma coisa chamada ferro. Material maravilhoso de extrema rigidez e durabilidade – e desde então a matéria prima da máquina ficou sendo o ferro.” (LOBATO, 1936/1964, p. 43). Depois de conquistada a arte de produzir máquinas de ferro só faltava ao homem dominar os meios combustíveis responsáveis pela movimentação dessas máquinas. Os países possuidores de maiores reservas de carvão foram os que mais se desenvolveram no mundo moderno, até o dia em que ele veio a ser substituído pelo petróleo. Segundo Lobato:

Tais países tornaram-se os mais ricos e poderosos, os astros de primeira grandeza num mundo de satélites, porque a soma de energia mecânica que podiam desenvolver com a queima do carvão viera aumentar tremendamente a eficiência do homem politicamente chamado inglês, americano, francês, alemão.

O mais rico em carbono fóssil, a Inglaterra, apesar de uma simples ilha, domina o mundo. Invade todos os continentes, pega a Austrália, as Índias, a maior parte da África e quantas terras lhe convêm; 400 milhões de homens de todas as cores submetem-se ao punhado de ilhéus que tinham ilimitadas quantidades de carvão para queimar.

Mas um dia o coronel Drake fura a terra na Pensylvania e faz jorrar um líquido negro chamado petróleo. (LOBATO, 1947/1964, p. 43).

Não podemos ignorar a radical mudança de perspectiva de Lobato em relação às causas responsáveis pelo subdesenvolvimento do Brasil. A causa racial, outrora apontada como razão primordial dos problemas do Brasil, baseada ora na teoria neolamarckiana, ora na teoria mendeliana-darwinista, dá agora lugar a questões puramente econômicas. A sorte de possuir recursos minerais leva, quase que por si só, ao desenvolvimento, de forma que a Inglaterra conheceu sua glória e submeteu à sua vontade “homens de todas as cores” pela simples felicidade de ter, em seu território, grandes reservas de carvão mineral. O mesmo princípio estabeleceu as diferenças entre Brasil e Estados Unidos, países supostamente muito parecidos em sua formação histórica, política e racial, e que diferiam, quase que exclusivamente, pela posse e pela produção de ferro e petróleo para a industrialização.

Outro elemento de relevância fundamental para o entendimento do pensamento social brasileiro, manifesto em Monteiro Lobato durante esse período histórico, é a definição que emprega para os diferentes grupos humanos distinguidos por sua nacionalidade, não mais em razão de sua raça. Os outrora apresentados como brancos, negros e mongóis, conforme consta em *O Presidente Negro*, são agora substituídos por termos políticos-nacionais, “do homem

politicamente chamado inglês, americano, francês, alemão” (LOBATO, 1936/1964, p. 43). Mais do que isso, Lobato substitui o termo raça por “tipos de elementos humanos”, e não raciais, quando compara o Brasil e os Estados Unidos, “países de igual extensão territorial e povoados com os mesmos tipos de elementos humanos, europeu, negro e índio” (LOBATO, 1936/1964, p. 48).

A posição social do Monteiro Lobato que retorna dos Estados Unidos é absolutamente diferente da posição do Lobato que fora nomeado adido comercial. Entre 1926 e 1930, Lobato perdeu não só as ações que possuía na Companhia Editora Nacional, mas, praticamente, todas as suas posses materiais relevantes. Em contrapartida, adquiriu a posição de adido comercial, que o possibilitou interferir, pela primeira vez em sua vida, na conformação econômica do Brasil. Conheceu os meios avançados de produção nos Estados Unidos e, como escritor, a possibilidade de propagar as boas novas do mundo industrial por meio de jornais e livros, mesmo estando marginalizado e alheio à produção literária prestigiada artisticamente no Brasil, relegado à condição de tradutor e escritor de livros infantis, vencido pelos escritores modernistas (PASSIANI, 2003).

Em 1931, Lobato fundou com associados o *Sindicato Nacional de Indústria e Comércio*, na tentativa de promover a produção de ferro no Brasil por meio do *método Smith*. Acabou, porém, perdido em um emaranhado de interesses divergentes. Desistiu, então, da indústria siderúrgica e se lançou à campanha pelo petróleo, ainda no ano de 1931, fundando em 27 de dezembro a *Companhia Petróleos do Brasil*, com capital oriundo da venda de ações ao público (AZEVEDO; CAMARGO; SACCHETA, 1997). Como aconteceu com o ferro, a extração de petróleo por Lobato e seus associados encontrou resistências de parte de representantes do capital internacional e do Estado brasileiro, o que fez com que o autor escrevesse tanto a introdução para *A Luta pelo Petróleo*, de 1936, quanto o livro *O Escândalo do Petróleo*, no mesmo ano. Além disso, Lobato dirigiu cartas diretamente ao presidente Getúlio Vargas criticando as disposições do Código de Minas, as quais revogavam os registros de jazidas de petróleo encontradas por empresas particulares, como a do próprio Lobato, e acusando os dirigentes do Departamento Nacional da Produção Mineral. O conteúdo dessas acusações, somadas ao conturbado cenário político do Estado Novo, anos mais tarde, levou à prisão de Monteiro Lobato pela Delegacia Especializada de Ordem Política e Social (DEOPS) por curtos períodos, em 1941 (AZEVEDO; CAMARGO; SACCHETA, 1997, p. 294-307).

Durante o período em que a ditadura manteve a censura sobre o que era escrito no Brasil, por meio do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), Monteiro Lobato absteve-se de escrever assuntos políticos e manteve-se centrado na produção de literatura infantil e traduções, trabalhos que acabaram por constituir sua principal fonte de renda. Em 1944, Lobato preparava a edição de *Obras Completas*, cujos livros seriam publicados pela editora Brasiliense, de propriedade de Caio da Silva Prado, Leandro Dupré, Hermes Lima, Artur Neves e Caio Prado Júnior. Mais tarde, em 1946, o próprio Lobato passou a ser sócio da empresa (AZEVEDO; CAMARGO; SACCHETA, 1997, 334). Os contatos com Caio Prado Júnior aconteceram, paralelamente, à sua aproximação ao PCB e à participação do autor na fundação do Instituto Cultural Brasil-URSS, em 23 de julho de 1945. Lobato se tornou diretor do Instituto, o qual contava com a participação de comunistas como Tarsila do Amaral, que atuava como bibliotecária, e Jorge Amado, como secretário. Naquele mesmo ano, Monteiro Lobato gravou áudio para o comício do PCB, no estádio do Pacaembu – onde compareceram 130 mil pessoas, saudando o recém-anistiado Luís Carlos Prestes (AZEVEDO; CAMARGO; SACCHETA, 1997, p. 338). A guinada de Monteiro Lobato para o comunismo se torna mais evidente se observarmos com cuidado um trecho de uma entrevista concedida pelo autor ao *Diário de São Paulo*. Segundo a reportagem, Lobato recebeu o repórter em sua casa e, em meio à conversa,

abriu um folheto de capa amarela intitulado *Libero da Gleba*, da autoria de Robespierre de Melo e mostrou-nos uma decisão do Conselho Regional do Trabalho de Belo Horizonte, na qual se nega justiça a um jéca do município de Rio Novo, nos seguintes termos: “O trabalhador agrícola não está sob a proteção da legislação social-trabalhista brasileira”.

\_Ora, continuou Lobato, quantos trabalhadores agrícolas há neste país? De 12 a 15 milhões- e estão fora da lei!...A nossa Ordem Social baseia-se na miséria, na penúria, na quase nudez e agora até no “outlawing” desses milhões de homens que produzem tudo quanto comemos e vendemos no exterior. A situação desses homens é exatamente a mesma dos félas do Egito, que morriam de miséria nos trigais das margens do Nilo para que os privilegiados de Alexandria e outras cidades vivessem em abundância. E se a esse pedestal jécoide juntarmos o nosso operário urbano, que também passa fome, teremos o quadro esquemático de nossa Ordem Social: uma massa imensa de carne dolorosa a sustentar umas tantas toneladas de carne gorda, feliz, contente- os ricos e abastados, eu, você, todos nós. Mas isso está no fim. Foi para atender a essa situação, que é geral no mundo, que o sonho socialista surgiu.

\_É socialista?

\_ Não sou coisa nenhuma além de um observador da história (LOBATO, 1947/1964, p 140-141).

Esse trecho da entrevista deixa evidente a nova perspectiva sobre o Jeca. Esses trabalhadores eram entendidos como miseráveis, submetidos à exploração quase servil, e não eram mais considerados como responsáveis por sua tragédia econômica. De certa forma, a avaliação sobre a condição do Jeca migra de uma microanálise culturalista focada sobre o

indivíduo e suas condições sociais cotidianas e regionais para uma avaliação macro fortemente economicista, na qual todos os males passam a ser derivados da estrutura social dividida entre os que trabalham e os que usufruem das benesses do trabalho.

Perguntado sobre o legado político da ditadura Vargas, Monteiro Lobato responde acidamente:

\_ Acho que a grande coisa que a ditadura Vargas fez, e pela qual temos de lhe ser gratíssimos, foi preparar Carlos Prestes para a sua grande missão por meio dum longuíssimo martírio. Se o Cavaleiro da Esperança já tanto seduzia a imaginação popular ao tempo da Coluna Prestes, hoje a magnetiza de maneira mais impressionante – e até se tornou figura internacional (LOBATO, 1947/1964, p. 147).

Mais uma vez, Lobato demonstra o grande apreço que tinha por Prestes naquele período. Isso nos ajuda a entender a última materialização que o autor faz do Jeca Tatu, agora chamado não mais pelo apelido, mas pelo nome de batismo, José, e tendo por sobrenome *Brasil*. *Zé Brasil* foi lançado pela Editora Vitória, de propriedade do PCB, assemelhando-se em muito ao formato de *Jeca Tatuzinho*, sendo um panfleto com microcapítulos subdivididos por algarismos romanos. A história começa apresentando *Zé Brasil* e sua condição de vida, de forma muito parecida ao que foi feito com o Jeca Tatu do Sanitarismo. O casebre onde morava o *Zé Brasil* era pobre, com mobília quase inexistente, contendo, além da espingarda e do santinho, um exemplar de *Jeca Tatu* do Fontoura.

*Zé Brasil* era um pobre coitado. Nasceu e sempre viveu em casebres de sapé e barro, desses de chão batido e sem mobília nenhuma – só a mesa encardida, o banco duro, o mocho de três pernas, uns caixões, as cuias... Nem cama tinha. *Zé Brasil* sempre dormiu em esteiras de tábua. Que mais na casa? A espingardinha, o pote d'água, o caco de sela, o rabo de tatu, a arca, o facão, um santinho na parede. Livros, só folhinhas – para ver as luas e se vai chover ou não, e aquele livrinho do Fontoura com a história do Jeca Tatu. Coitado deste Jeca!, dizia *Zé Brasil*, olhando para aquelas figuras. Tal qual eu. Tudo que ele tinha, eu também tenho. A mesma opilação, a mesma maleita, a mesma miséria e até o mesmo cachorrinho. Pois não é que meu cachorro também se chama Jolí?... (LOBATO, 1948/1964, p. 327).

Muito da descrição feita nos contos sobre o caipira reaparece aqui para definir o *Zé Brasil*. Mas há uma nova definição da causa da miséria do caipira, como os problemas com as pragas naturais, tais quais as formigas:

Ah, estas formigas me matam! Dizia o *Zé* com cara de desânimo. Comem tudo que a gente planta.  
E se alguém da cidade, desses que não entendem de nada desta vida, vinha com histórias de “matar formiga”, *Zé* dizia: “Matar formiga!... Elas é que matam a gente. Isso de matar formiga é só para os ricos, e muito ricos. A formicida está pela hora da morte – e cada vez pior, mais falsificada. E que me adianta matar um formigueiro aqui neste sítio, se há tantos formigueiros nos vizinhos? Formiga vem de longe. Já vi um olheiro que ia sair a um quilômetro de distancia. Suponha que eu vendo a alma, compro uma lata de formicida e mato aquele formigueiro ali do pastinho. Que adianta? As formigas do Chico Vira, que é o meu vizinho deste lado, vem alegrinhas visitar as minhas plantas” (LOBATO, 1948/1964, p.327-328).

Lobato passa também por uma crítica aos “escrevedores” de jornal, políticos e doutores, ao censurar alguns pontos que ele próprio havia defendido no passado, especialmente a causa sanitária:

A gente da cidade – como são cegas as gentes das cidades!... Esses doutores, esses escrevedores nos jornais, esses deputados, paravam ali e era só crítica: vadio, indolente, sem ambição, imprestável ... não havia o que não dissessem do Zé Brasil. Mas ninguém punha atenção nas doenças que derreavam aquele pobre homem – opilação, sezões, quanta verminose há, malária. E cadê doutor? Cadê remédio? Cadê jeito? O jeito era sempre o mesmo: sofrer sem um gemido e ir trabalhando doente mesmo, até não agüentar mais e cair como cavalo que afrouxa. E morrer na velha esteira – e feliz se houver por ali alguma rede em que o corpo vá para o cemitério, senão vai amarrado com cipó (LOBATO, 1948/1964, p.329).

Mas o que Lobato considerava como o cerne da questão era a condição de exploração a que o caipira, sendo agregado, estava submetido. Além de ter que dividir sua produção com o proprietário de terras, o trabalhador rural se encontrava em uma situação instável, já que a qualquer momento poderia ser “tocado” do lugar onde morava, sem direito de usufruir de parte de seu trabalho materializado na futura colheita:

Eu era “agregado” na fazenda do Taquaral. O coronel me deu lá uma grota, fiz minha casinha, derrubei mato, plantei milho e feijão.  
De meias?  
Sim. Metade para o coronel, metade para mim.  
Mas isso dá, Zé?  
Dá para a gente ir morrendo de fome pelo caminho da vida – a gente que trabalha e planta. Para o dono da terra é o melhor negócio do mundo. Ele não faz nada, de nada, de nada. Não fornece nem uma foice, nem um vidrinho de quina para a seça – mas leva metade da colheita, e metade bem medida – uma metade gorda; a metade que fica com a gente é magra, minguada... E a gente tem de viver com aquilo um ano inteiro, até que chegue tempo de outra colheita.  
Mas como foi o negócio da fazenda do Taquaral?  
Eu era “agregado” lá e ia labutando na grota. Certo ano tudo correu bem e as plantações ficaram a maior das belezas. O coronel passou por lá, viu aquilo – e eu não gostei da cara dele. No dia seguinte me “tocou” de suas terras como quem toca um cachorro; colheu as roças para ele e naquela casinha que eu havia feito, botou o Totó Urumbeva.  
Mas não há uma lei que...  
Zé Brasil deu uma risada. “Lei... Isso é coisa para os ricos. Para os pobres, a lei é a cadeia e se rezingar um pouquinho é o chanfalho” (LOBATO, 1947/1964, p. 330).

A partir do momento em que a posse da terra aparece como empecilho central para o desenvolvimento econômico do caipira, a célebre distinção entre o Jeca pobre e o italiano próspero também é resignificada:

E se você fosse dono das terras, aí dum sítio de dez ou vinte alqueires?  
Ah, aí tudo mudava. Se eu tivesse um sítio, fazia uma casa boa, plantava árvores de fruta, e uma horta, e até um jardimzinho como o do Giusepe. Mas como fazer casa boa, e plantar árvores, e ter horta em terra dos outros, sem garantia nenhuma? Então não vende nem dá as terras – só arrenda? (LOBATO, 1948/1964, p. 330-331).



Mais adiante, o eu poético de Monteiro Lobato oferece ao Zé Brasil a solução aprendida com Luís Carlos Prestes e Caio Prado Júnior:

Mas, Zé, se essas terras do Taquaral fossem divididas por essas cento e tantas famílias que já vivem lá, não acha que ficava muito melhor?  
Melhor para quem? Para o coronel?  
Não. Para o mundo em geral, para todos.  
Pois está claro que sim. Em vez de haver só um rico, que é o coronel Tatuíra, haveria mais de cem arranjados, todos vivendo na maior abundância, donos de tudo quanto produzissem, não só da metade e o melhor de tudo seria a segurança, a certeza de que ninguém dali não saía por vontade dos outros, tocado como um cachorro, como eu fui. Ah, que grande felicidade! Mas quem pensa nisso no mundo? Quem se incomoda com o pobre Zé Brasil? Ele que morra de doenças, ele que seja roubado, e metido na cadeia se abre a boca para se queixar. O mundo é dos ricos e Zé Brasil nasceu pobre. Ninguém no mundo pensa nele, olha para ele, cuida de melhorar a sorte dele... (LOBATO, 1948/1964, p.331-332).

O eu poético também apresenta ao caboclo o homem que pode tirá-lo da miséria e do sofrimento imposto pelos ricos: Luís Carlos Prestes. É o que o narrador esclarece ao Zé Brasil, corrigindo também certa visão que o caipira tem em relação ao comunismo.

Não é assim, Zé. Apareceu um homem que pensa em você, que por causa de você já foi condenado pela lei desses ricos que mandam em tudo – e passou nove anos num cárcere.  
Quem é esse homem?  
Luís Carlos Prestes...  
Já ouvi falar. Diz que é um tal comunista que quer desgraçar o mundo, acabar com tudo...  
Quer acabar com injustiça do mundo. Quer que em vez de um Tatuíra, dono de milhares de alqueires de terra e vivendo à custa dos que trabalham, homem prepotente que faz o que fez a você...  
Que toca a gente...  
Que toca, que manda prender e meter o chanfalho em quem resmungar, haja centenas de donos de sítios dentro de cada fazenda, vivendo sem medo de nada, na maior abundância e segurança.  
Que beleza se fosse assim!  
É por que não há de ser assim? Basta que vocês queiram. Se todos os que sofrem essa injustiça da falta de terras próprias, num país tão grande como este, se reunirem em redor de Prestes, a situação acabará mudando completamente (LOBATO, 1948/1964, p.332-333).

O eu poético de Lobato ensina ainda ao pobre caboclo que a riqueza do mundo é produzida pelo trabalhador, seja o rural ou o operário das fábricas, e que Luís Carlos Prestes sonha em emancipar da exploração todos aqueles que trabalham e têm roubado o fruto desse trabalho.

Pois é o que Prestes quer. O sonho dele é fazer que todos os que trabalham na terra sejam donos de um sítio de bom tamanho, onde vivam felizes, plantando muitas árvores, melhorando as benfeitorias. E todos vivendo sossegados, sem receio de que um Tatuíra os toque e fique com tudo. É só isso o que Prestes e seus companheiros querem.  
Mas por que então esse homem é tão guerreado?

Justamente por isso. Quem é que o guerreia? Os que trabalham na roça, como você? Os que sofrem a injustiça do mundo, como você? Os que nas cidades ganham a vida nos ofícios ou como operários de fábricas? Os que produzem tudo quanto existe no mundo? Não. Os que combatem Prestes e as idéias de Prestes não são os que trabalham e sim os que vivem à custa do trabalho dos outros.

Como aqui o coronel Tatuíra... Exatamente. São os Tatuíras que tomaram conta do mundo e como para eles está tudo bem, não querem mudança nenhuma.

Para eles está bom mesmo! Não precisam trabalhar e são donos de tudo, das terras, das casas, das fábricas...

... e do produto do trabalho dos outros. O mal está aí, Zé. No dia em que quem trabalha ficar dono do produto do seu trabalho, tudo entrará nos eixos e todos serão felizes. Mas isso de cem trabalharem para um só ficar com tudo, isso não está certo e tem de acabar.

Pois no Taquaral é assim. Cem famílias trabalham naquelas terras, como negros de eito, para que o coronel viva no macio, sempre lá pelas capitais, arrotando presunto. Do que essas famílias produzem, a parte que a elas cabe mal dá para não morrerem de fome e não andarem totalmente nuas. Se o Prestes quer mudar isso, esse homem merece a nossa aprovação (LOBATO, 1948/1964, p.333-334).

Por fim, os olhos do Zé Brasil se abrem e ele percebe que, para o trabalhador, o bem maior virá com o comunismo, através da intervenção de Prestes apoiado pelos trabalhadores.

Agora estou compreendendo muito bem como é a coisa. Estou vendo que o nosso homem é esse Prestes. E que quem é contra Prestes e seus companheiros, só prova uma coisa: que não quer mudança nenhuma no mundo. Que quer que tudo fique como está.

\_E acha justo isso, Zé? Acha justo que tudo fique como está, isto é, uns tendo tudo e a imensa maioria não tendo nada, de nada, de nada?

\_Se eu achasse justo isso, eu tinha de dar razão ao coronel Tatuíra quando me tocou da grota e se apossou da casa que eu ergui com tanto trabalho e das roças que plantei e estavam tão bonitas. Ora, como é que eu poderei concordar com uma injustiça destas?

\_Prestes! Prestes!... Por isso é que há tanta gente que morre por ele. Estou compreendendo agora. É o único homem que quer o nosso bem. O resto, eh, eh, eh! é tudo mais ou menos coronel Tatuíra... (LOBATO, 1948/1964, p.335-336).

Essa é a última problematização que Monteiro Lobato faz do homem rural e do papel desse homem no processo de desenvolvimento econômico do Brasil. O “Jeca comunista”, ou sem terra, é também o menos conhecido e menos citado. Foi escrito em uma época em que Lobato havia desistido de ser autor para adultos, margeado que estava pelo estabelecimento dos autoproclamados modernistas. Lobato morreu no ano seguinte à publicação de *Zé Brasil*, sem tempo de investir, positiva ou negativamente em sua nova versão de Jeca, personagem raso ao ponto de se aproximar mais de uma alegoria do que de um tipo literário, mas sociologicamente relevante por representar uma posição diametralmente oposta a que foi representada em *O Presidente Negro*.

## 6 CONCLUSÃO

Não houve hegemonia no pensamento racial nem no campo literário brasileiros do início do século passado. Em vez de uma concórdia geral ou do silêncio submisso de vozes caladas, parece ter havido, no Brasil do final do século XIX e início do XX, uma multiplicidade de posições distintas, entrincheiradas em instituições e pontos dispersos de um incipiente campo de disputas. Tudo isso em uma relação de campos literário e científico, os quais não possuíam suas fronteiras bem delimitadas. Eles eram formados por elementos sobrepostos que mais tarde seriam divididos em literatura, ciências sociais e ciências biológicas. Tais condições não foram excentricidades do Brasil, embora as superposições entre os campos disciplinares tenham sido mais duradouras aqui do que na Europa. A longevidade do estado incipiente dos campos disciplinares em solo brasileiro talvez se deva à própria incipiência do regime de Estado moderno, implantado no país tardiamente e de forma precária com a República. Nesse sentido, não podemos perder de vista que o Brasil era fortemente dependente das produções simbólicas das metrópoles europeias, ocupando uma posição na periferia do sistema capitalista e na divisão internacional do trabalho que não lhe proporcionava participação ativa no processo de produção intelectual (artística ou científica). Nesse quadro, foram dispostas as condições sociais que levaram Monteiro Lobato a se estabelecer como autor, sendo essas condições determinadas pela posição do escritor nas esferas de poder – a de dominado entre os dominantes. Lobato foi herdeiro de uma herança falida que o excluiu dos círculos de dominância econômica e política bem como o levou a buscar nas letras os capitais e o prestígio perdidos, enquadrando-se, assim, no modelo elaborado por Miceli (2001) para caracterizar os autores brasileiros na República Velha.

As posições sociais ocupadas por Monteiro Lobato ao longo de sua vida também determinaram o tipo e as características de sua criação, o que pode muito bem ser notado nas variações descritivas que, ao longo dos anos, o autor fez sobre o homem do campo, marcado pela figura do Jeca Tatu.

O personagem que aparece pela primeira vez nos contos de *Urupês* (1918) corresponde à condição social de Monteiro Lobato como fazendeiro falido; neto de visconde, mas sem influência política; autor destituído de um campo literário que pudesse transformar seus capitais culturais em capitais simbólicos ou monetários. Nesse caso, Lobato esteve localizado em um ponto do campo literário que tendia para a “arte pura”, o que o fez produzir contos marcadamente realistas em disputa com as representações simbólicas produzidas pelo romantismo.

Por outro lado, o Jeca Tatu que aparece como alguém vitimado por doenças tropicais foi forjado em uma outra condição de vida do autor. Essa segunda caracterização liga-se ao momento em que Lobato somou os primeiros frutos do sucesso simbólico de seus contos publicados em revista, após a venda da fazenda que possibilitou sua mudança para a cidade de São Paulo. Ao travar contato com a elite intelectual paulista, Monteiro Lobato transforma sua obra e a coloca a serviço do interesse sanitarista, o que o ajuda a alçar posições de influência política, embora simbolicamente subordinada. Como dominado entre os dominantes, torna-se uma espécie de porta voz daqueles que realmente detinham o poder, simbólico e econômico, na classe dominante. Nesse contexto, o Jeca aparece por uma ótica mais racista, pautada na genética neolamarckiana que deu forma ao pensamento Sanitarista e Higienista (até meados dos anos de 1920), resultando no Jeca Tatu de *O Problema Vital* (1918) e *Jeca Tatuzinho* (1918).

Em meados dos anos de 1920, alterações no interior do campo médico-científico trazidas pelo crescimento da biologia mendeliana no Brasil somadas às mudanças da posição de Monteiro Lobato – que havia se estabelecido como escritor, editor e proprietário de editora, indicado como adido comercial nos Estados Unidos – levaram-no a abandonar a temática nacional do Jeca e escrever *O Presidente Negro* (1926). Na história contextualizada na América do Norte e pensada para o público norte-americano, Lobato assume concepções radicais de eugemismo negativo, as quais o autor pressupunha serem correntes entre aquela população. Nesse período, Lobato abandonou completamente os argumentos defendidos na campanha sanitarista-higienista e aproximou-se do que pensava ser o modelo norte-americano de eugenia. Porém, o livro que Lobato escreveu para os americanos sequer encontrou um editor, e sua grande aposta para aquele público não gerou frutos. Ademais, nesse período, o autor investiu em ações da bolsa de valores, depositando o dinheiro obtido na venda de sua editora no Brasil. Com a quebra da bolsa, Lobato foi à falência.

A fragilidade das posições e disposições de Monteiro Lobato após sua estadia nos Estados Unidos acabou por determinar a última personificação do Jeca, em *Zé Brasil*, manifestação quase apagada nessa constelação de definições do homem rural sem posses. O *Zé Brasil* é o camponês aliado ao operário, criado a partir da relação de Monteiro Lobato com políticos e intelectuais comunistas; da admiração que o autor nutria por Luís Carlos Prestes, herói aclamado em *Zé Brasil*; e da influência intelectual de Caio Prado Junior. As transformações nas definições de raça e eugenia encarnadas nos tipos literários de Lobato ora encontravam amparo nas ciências biológicas, ora nas ciências sociais, quando não nas duas.

As variações de força do campo arrastaram o agente Monteiro Lobato e suas produções simbólicas, o que acabou por determinar as definições tão díspares na sua descrição literária da realidade social.

## BIBLIOGRAFIA

### Referências teórico-metodológicas:

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. **Guerra e Paz**: Casa Grande e Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30. São Paulo: Editora 34, 2005.

AUERBACH, Erich. **Ensaio de Literatura Ocidental**. São Paulo: Duas Cidades/ Editora 34, 2007.

\_\_\_\_\_. **Mimeses**: a representação da realidade na literatura ocidental. São Paulo: Perspectiva, 2009.

AZEVEDO, Carmen Lucia de, CAMARGOS, Marcia e SACCHETTA, Vladimir. (1997), **Monteiro Lobato**: Furacão na Botocúndia. São Paulo, Editora Senac.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Os Caipiras de São Paulo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Linguísticas**: O que Falar Quer Dizer. São Paulo: Edusp, 1996.

\_\_\_\_\_. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

\_\_\_\_\_. **As Regras da Arte**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

\_\_\_\_\_. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BOURDIEU, Pierre ; CHAMBOREDON, Jean-Claude ; PASSERON, Jean-Claude. **O Ofício de Sociólogo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

CANDIDO, Antônio. **Formação da literatura brasileira**: momentos decisivos. Belo Horizonte: 6ª Edição: Tatiáia, 2000. .

\_\_\_\_\_. **Literatura e Sociedade**: estudos de teoria e historia literária. São Paulo: 5ª Edição: Nacional, 1976.

\_\_\_\_\_. **Os Parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seu meio de vida. São Paulo: Livraria Duas Cidades. 1977.

CAMPOS, André Luiz Vieira de. **A República do Pica-Pau Amarelo**: uma leitura de Monteiro Lobato. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990

CUNHA, Euclides. **Contrastes e Confrontos**. In: Obras Completas volume I. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1966.

\_\_\_\_\_. **Os Sertões**: Campanha de Canudos. Rio de Janeiro- São Paulo: Laemmert & C. 1905.

EAGLETON, Terry. **Teoria da Literatura**: uma Introdução. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

ELIAS, Nobert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

\_\_\_\_\_. **Mozart, sociologia de um gênio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar: 1995.

\_\_\_\_\_. **O processo Civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, 2v.

ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os Outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**: o legado da “raça branca”. São Paulo: Dominus, 1965.

\_\_\_\_\_. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1975.

FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Ática, 1977.

FREYRE, Gilberto de Mello. **Casa grande & Senzala**: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil. São Paulo: Global Editora, 2003.

\_\_\_\_\_. **Perfil de Euclides e outros perfis**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1987.

\_\_\_\_\_. **Novo Mundo nos Trópicos**. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2001.

\_\_\_\_\_. **Sobrados e Mocambos**: Decadência do patriarcho rural no Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

\_\_\_\_\_. **Sobrados e Mocambos**: Decadência do Patriarcho Rural e Desenvolvimento do Urbano. Rio de Janeiro: Record, 1998.

GOLDMANN, Lucien. **A Sociologia do Romance**. São Paulo: 3ª Edição: Editora Paz e Terra, 1990.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999.

KANTOROWICZ, Ernest H. **Os Dois Corpos do Rei**: um estudo sobre teologia política medieval. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

LEPENIES, Wolf. **As Três Culturas**. São Paulo: Edusp, 1996.

LINHARES, Temístocles. **História Crítica do Romance Brasileiro 1728-1981**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987,3v.

- MICELI, Sergio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Poder, sexo e letras na Republica Velha**. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- NAXARA, Márcia R. C. **Estrangeiros em sua própria terra: Representações do brasileiro, 1870/1920**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 1998.
- PASSIANI, Enio. **Na Trilha do Jeca: Monteiro Lobato e a formação do campo literário no Brasil**. Bauru: EDUSC/ANPOCS, 2003.
- PIRES, Cornélio. **Conversas ao pé-do-fogo**. Itui: Ottoni, 2002.
- POLIAKOV, Leon. **O mito ariano: ensaio sobre as fontes do racismo e dos nacionalismos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- QUEIROZ, M. I. P. de. **O campesinato brasileiro; ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil**. S. Paulo, EDUSP, Petrópolis, Vozes, 1973.
- ROMERO, Silvio. **Contos Populares do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.
- ROSA, Alessandra. **Quando a Eugenia se distancia do Saneamento: as idéias de Renato Kehl e Octávio Domingues no Boletim de Eugenia (1929-1933)**. 2005. 209 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde)- Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2005.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das letras, 1993.
- SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão: Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- SILVA, Luciana Meire da. **O Brasil Rural nas obras de Monteiro Lobato nas décadas de 1910 a 1930**. 2013. 180 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)- Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Marília, 2013.
- SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1989. [1976].
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História da literatura brasileira: seus fundamentos econômicos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- STEPAN, Nancy Leys. **A Hora da Eugenia: Raça, Gênero e nação na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. [1991].
- \_\_\_\_\_. **Eugenics in Brazil: 1917-1940**: In Adams, Mark B. **The wellborn science: eugenics in Germany, France, Brazil and Russia**. New York: Oxford University Press. 1990.
- VASCONCELLOS, Dora Vianna. **O homem pobre do campo no pensamento brasileiro e no imaginário social**. 2009. 78 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em



Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade)- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

VIANA, Francisco José de Oliveira. **Populações meridionais do Brasil**. Brasília: Edições do Senado Federal VOL.27, 2005. [1920].

WILLIAMS, Raymond. **O Campo e a Cidade: Na História e na Literatura**. São Paulo: Companhia das Letras: 1989.

#### **Literatura de Monteiro Lobato:**

LOBATO, Monteiro. **A Barca de Gleyre**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1972. [1944].

\_\_\_\_\_, **América**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1951. [1932].

\_\_\_\_\_, **Cartas Escolhidas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1972. [1948].

\_\_\_\_\_, **Cidades Mortas**. São Paulo: Editora Globo, 2010. [1919].

\_\_\_\_\_, **Conferência, Artigos e Crônicas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1964. [1948].

\_\_\_\_\_, **Na Antevéspera**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1968. [1933].

\_\_\_\_\_, **Negrinha**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1951. [1920]

\_\_\_\_\_, **O Presidente Negro**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1950. [1926].

\_\_\_\_\_, **O Escândalo de Petróleo e Ferro**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956. [1936; 1931]

\_\_\_\_\_, **Prefácios e Entrevistas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1964. [1947].

\_\_\_\_\_, **Mister Slang e o Brasil e Problema Vital**. São Paulo: Editora. Brasiliense, 1968. [1927]; [1918].

\_\_\_\_\_, **Urupês**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1951. [1918].

#### **Bibliografia sobre Monteiro Lobato, raça e eugenia:**

**Actas e Trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia**. Rio de Janeiro, 1929.

ALVES, Filho Aluízio. **As metamorfoses do Jeca Tatu: a questão da identidade do brasileiro em Monteiro Lobato**. Rio de Janeiro: Inverta, 2003

**Base Arch Fiocruz.** Disponível em: < <http://arch.coc.fiocruz.br/index.php/belisario-penna-4>>. Acesso em 12 Mai. 2017.

\_\_\_\_\_. Disponível em: < <http://arch.coc.fiocruz.br/index.php/renato-kehl>>. Acesso em 12 Mai. 2017.

BERNARDINO, Joaze. **Ação Afirmativa e a Rediscussão do Mito da Democracia Racial no Brasil.** Estudos Afro-Asiáticos, Ano 24, nº 2, 2002, pp. 247-273.

CASANOVA, Pascale. **A república mundial das letras.** São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

CAVALHEIRO, Edgard. **Monteiro Lobato, Vida e Obra.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1962. 2v.

CHIARELLI, Tadeu. **Um jeca nos vernissages: Monteiro Lobato e o desejo de uma arte nacional no Brasil.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

COSTA, Maria. C. da; FARIA, Lina; KOBAYASHI, Elisabete; **Eugenia e Fundação Rockefeller no Brasil: a saúde como proposta de regeneração nacional.** Sociologias, Porto Alegre, ano 11, nº 22, jul./dez. 2009, p. 314-351.

COSTA, Sérgio. **A construção sociológica da raça no Brasil.** Revista Estudos Afro-Asiáticos, Ano 24, n. 1, p. 35-61, 2002.

\_\_\_\_\_. **A mestiçagem e seus contrários: etnicidade e nacionalidade no Brasil contemporâneo.** Tempo Social Revista de Sociologia da USP, N.13, p.143-158, 2001.

GARCIA, Juliana Cristina. **Monteiro Lobato: Contista e Editor.** 2013. 205f. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira)- Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

GOMES, Tiago de Melo. **Problemas no paraíso: a democracia racial brasileira frente à imigração afro-americana (1921).** Estudos Afro-Asiáticos, Ano 25, no 2, 2003, p. 307-331.

HABIB, Paula Arantes Botelho Briglia. **Saneamento, Eugenia e Literatura: Os Caminhos Cruzados de Renato Kehl e Monteiro Lobato.(1914-1926).** ANPUH – XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, – São Leopoldo, 2007.

HOCHMAN, G.; LIMA N.T. **Pouca saúde e muita saúva: sanitarismos, interpretação do país e ciências sociais.** In: Gilberto Hochman e Diego Armus (Orgs) Cuidar, controlar, curar. Ensaio históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. Coleção História e Saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012, p. 493-534.

IANNI, Octavio. **Tipos e mitos do pensamento brasileiro.** SOCIOLOGIAS, Porto Alegre, ano 4, nº 7, jan/jun 2002, p. 176-187.

LAJOLO, Marisa. **Monteiro Lobato: a Modernidade do Contra**. São Paulo, Brasiliense, 1985.

LANDERS, Vasda Bonafini. **De Jeca a Macunaíma: Monteiro Lobato e o modernismo**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1988.

**Os Diretores do Museu Nacional / UFRJ**. Rio de Janeiro, 2008

EISENBERG, Zena Winona; FERES JUNIOR, João; NASCIMENTO, Leonardo Fernandes. **Monteiro Lobato e o Politicamente Correto**. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 56, no 1, pp. 69 a 108, 2013.

LIMA, N. T.; HOCHMAN, G. **Pouca saúde, muita saúva, os males do Brasil são... Discurso médico-sanitário e interpretação do país**. Ciência & Saúde Coletiva, v.5 n°2, pp, 313 a 332, 2000.

MILLIET S. 1981 [1946]. **Jeca Tatu é uma vingança**. Ciência e Trópico. Massangana/Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Murard L & Zylberman P, v. 9, n. 2: pp, 231 a 38, 1985.

PARK, Margareth Brandini. **De Jeca Tatu a Zé Brasil: a possível cura da raça brasileira**. Estudos Sociedade e Agricultura, n°13, outubro 1999: 143-150.

TELLES, Edward E. **Race in Another America: The Significance of Skin Color in Brazil**. Princeton e Oxford: Princeton University Press, 2004.